ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 107 Brasília - DF, terça-feira, 7 de junho de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Cidadania 17
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 20
Ministério das Comunicações 20
Ministério da Defesa 25
Ministério do Desenvolvimento Regional 34
Ministério da Economia 36
Ministério da Educação 46
Ministério da Infraestrutura 53
Ministério da Justiça e Segurança Pública 56
Ministério do Meio Ambiente 62
Ministério de Minas e Energia 63
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 67
Ministério das Relações Exteriores 68
Ministério da Saúde 69
Ministério do Trabalho e Previdência 75
Ministério do Turismo 79
Ministério Público da União 81
Tribunal de Contas da União 82
Poder Judiciário 105
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 106

Esta edição é composta de 106 páginas

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.120, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Transforma Funções Gratificadas em Cargos Comissionados de Direção e Cargos Comissionados de Gerência Executiva destinados à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Ficam transformadas, sem aumento de despesa, setenta Funções Gratificadas - FG-1, oitenta FG-2 e quarenta e sete FG-3 nos seguintes Cargos Comissionados de Direção - CD e Cargos Comissionados de Gerência Executiva - CGE:

I - dois CD II; e

II - seis CGE IV.

Parágrafo único. A transformação de que trata o **caput** produzirá efeitos somente a partir da data de entrada em vigor do decreto de alteração do Regulamento e do Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados e dos Cargos Comissionados Técnicos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Art. 2º A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 53. As Diretorias Colegiadas da ANTT e da ANTAQ serão compostas por um Diretor-Geral e quatro Diretores.

....." (NR)

Art. 3º Os mandatos dos primeiros ocupantes dos cargos de Diretor da ANTAQ criados por meio desta Medida Provisória serão de um e de dois anos, conforme especificação nos respectivos decretos de nomeação.

Art. 4º A Tabela IV do Anexo I à Lei nº 10.233, de 2001, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Medida Provisória.

Art. 5º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de junho de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Marcelo Sampaio Cunha Filho

ANEXO
(Anexo I à Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001)

"TABELA IV
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

1 - CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO	
CD I	1
CD II	4
SUBTOTAL	5
2 - CARGOS COMISSIONADOS DE GERÊNCIA EXECUTIVA	
CGE I	5
CGE II	5
CGE III	20
CGE IV	6
SUBTOTAL	36
3 - CARGOS COMISSIONADOS DE ASSESSORIA	
CA II	8
SUBTOTAL	8
4 - CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS	
CCT I	13
CCT II	5
CCT III	14
CCT IV	56
CCT V	1
SUBTOTAL	89
TOTAL GERAL	138

" (NR)

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 276, de 6 de junho de 2022. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 80.

Nº 277, de 6 de junho de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 1.120, de 6 de junho de 2022.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR C A CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.000754/2022-55.

DEFIRO o pedido de credenciamento da AC CERTMAIS CD, AR CERTMAIS e PSS SAFEWEB, subordinadas à AC SAFEWEB, para emissão de certificados ICP-Brasil dos tipos A1 e A3. Processo n°: 00100.002844/2021-08.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

RESOLUÇÃO CMRI Nº 6, DE 6 DE JUNHODE 2022

Aprova o Regimento Interno da Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI.

A COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES, instituída nos termos do art. 35 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e conforme art. 54 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e art. 58 do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, na forma do Anexo.

Art. 2º Ficam revogadas as Resoluções CMRI nº 1, de 21 de dezembro de 2012, e nº 1, de 24 de maio de 2013, e a Súmula CMRI nº 8, de 27 de junho de 2018.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
Ministro de Estado da Defesa

PAULO ROBERTO NUNES GUEDES
Ministro de Estado da Economia

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO
Ministra de Estado da Mulher, da Família
e dos Direitos Humanos

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança
Institucional da Presidência da República

BRUNO BIANCO LEAL
Advogado-Geral da União

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Natureza

Art. 1º Este Regimento Interno dispõe sobre a organização e o funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e no Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.

AVISO

Foram publicadas em 6/6/2022 as edições extras nºs 106-A e 106-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Competências

Art. 2º Compete à Comissão Mista de Reavaliação de Informações:

I - rever, de ofício ou mediante provocação, a classificação de informações nos graus secreto e ultrassecreto ou sua reavaliação, no máximo a cada quatro anos;

II - requisitar das autoridades que classificarem informações nos graus secreto e ultrassecreto esclarecimento ou conteúdo da informação, parcial ou integral, quando os dados constantes do Termo de Classificação de Informação - TCI não forem suficientes para a revisão da classificação;

III - decidir recursos apresentados contra decisões proferidas:

a) pela Controladoria-Geral da União, em grau recursal, a pedido de acesso à informação ou de abertura de base de dados, ou às razões da negativa de acesso à informação ou de abertura de base de dados; ou

b) pelo Ministro de Estado ou autoridade com a mesma prerrogativa, em grau recursal, a pedido de desclassificação ou reavaliação de informação classificada.

IV - prorrogar, por uma única vez e por período determinado não superior a vinte e cinco anos, o prazo de sigilo de informação classificada no grau ultrassecreto enquanto seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional, à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País;

V - estabelecer orientações normativas de caráter geral, a fim de suprir eventuais lacunas na aplicação da Lei nº 12.527, de 2011, e dos Decretos nº 7.724, de 2012, e nº 7.845, de 2012; e

VI - aprovar e alterar o Regimento Interno da Comissão, definindo regras para seu funcionamento e organização.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO

Composição

Art. 3º A Comissão Mista de Reavaliação de Informações será integrada pelos titulares dos órgãos do Poder Executivo Federal elencados no art. 46 do Decreto nº 7.724, de 2012, e presidida pela Casa Civil da Presidência da República.

§ 1º O membro titular indicará um suplente, a ser designado por ato do Presidente da Comissão.

§ 2º As funções de membro da Comissão serão integralmente exercidas pelo suplente quando da representação de seu órgão nas atividades do colegiado.

§ 3º A participação dos membros nas atividades da Comissão será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado.

Art. 4º A Casa Civil da Presidência da República exercerá as funções de Secretaria-Executiva da Comissão.

Parágrafo único. O Secretário-Executivo da Comissão e o seu substituto serão escolhidos dentre servidores em exercício na Casa Civil da Presidência da República e designados por ato do Ministro de Estado Chefe do órgão.

Sessões colegiadas

Art. 5º A Comissão Mista de Reavaliação de Informações se reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente.

§ 1º O quórum de abertura das reuniões da Comissão é de seis membros.

§ 2º O cronograma anual de reuniões da Comissão deverá ser aprovado na última reunião ordinária de cada exercício e publicado em sítio eletrônico na internet, destinado à divulgação de informações da Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

§ 3º A sessão ordinária deverá ser remarcada em caso de impedimento ou afastamento do titular e do suplente da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 6º A convocação para as reuniões e os materiais afetos serão enviados aos membros por meio eletrônico, com antecedência mínima de sete dias corridos das datas definidas no cronograma anual de reuniões ordinárias.

Art. 7º As matérias em pauta e as propostas de deliberação correspondentes serão apresentadas nas reuniões pelo Presidente da Comissão ou por relatores previamente definidos.

§ 1º Durante a reunião, os membros poderão ser assessorados por servidores dos órgãos que representam, identificados à Secretaria-Executiva da Comissão previamente à sessão.

§ 2º Quando a reunião contemplar a revisão e a prorrogação do sigilo de informações classificadas, os servidores do órgão classificador poderão participar somente quando verificada sua imprescindibilidade à realização dos trabalhos, devendo identificar-se previamente à Secretaria-Executiva da Comissão.

Art. 8º Nas reuniões de revisão e prorrogação do sigilo de informações classificadas, todos os participantes deverão possuir Credencial de Segurança, emitida nos termos do Decreto nº 7.845, de 2012, e normas complementares ou, excepcionalmente, poderão assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo - TCMS, por meio do qual se comprometerão a manter o sigilo das informações às quais terão acesso, sob pena de responsabilização penal, civil e administrativa, na forma da lei.

Art. 9º As reuniões da Comissão serão registradas em atas sequenciais, a serem divulgadas em até vinte dias corridos após a data de realização das sessões.

Deliberações

Art. 10. O quórum para as deliberações da Comissão será:

I - de maioria absoluta dos membros da Comissão, quando envolverem as competências previstas nos incisos I e IV do **caput** do art. 2º; e

II - de maioria simples dos votantes, nos demais casos.

Art. 11. O membro que se julgar impedido de manifestar-se em matéria de competência da Comissão deverá justificar a sua impossibilidade perante o Colegiado durante a sessão em que a matéria for tratada.

§ 1º O membro poderá declarar-se impedido quando:

I - a matéria envolver cônjuge, companheiro, parente consanguíneo do membro ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau; e

II - existir evidente conflito de interesse.

Art. 12. As deliberações da Comissão terão a forma de:

I - decisão, quando se tratar das matérias previstas nos incisos I a IV do **caput** do art. 2º;

II - resolução, quando se tratar de:

a) orientação normativa de caráter geral de que trata o inciso V do **caput** do art. 2º; e

b) aprovação e alteração do Regimento Interno.

III - instrução normativa, quando se tratar de:

a) orientação normativa sobre procedimentos específicos; e

b) interpretação pacífica sobre determinado tema, fixada a partir do julgamento de diversos casos análogos.

§ 1º As decisões da Comissão serão divulgadas no prazo máximo de vinte dias corridos da data de sua tomada e deverão conter, minimamente, o Número Único do Processo - NUP correspondente, o órgão envolvido, as iniciais do requerente ou seu código de identificação, o resumo dos encaminhamentos e decisões das instâncias prévias, a análise do mérito do recurso dirigido à Comissão e a decisão com a fundamentação legal que a embasou.

§ 2º As resoluções serão publicadas no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES

Atribuições do Pleno da Comissão

Art. 13. O Pleno da Comissão tem por atribuições:

I - aprovar seu regimento interno e alterações posteriores;

II - aprovar o Plano de Trabalho anual e suas alterações;

III - aprovar o relatório anual contendo informações sobre os trabalhos da Comissão;

IV - aprovar o cronograma anual de reuniões e suas alterações;

V - apresentar estudos e subsídios a anteprojetos, projetos de lei e normativos relativos ao acesso a informações públicas a ele submetidos;

VI - debater e opinar sobre propostas que visem à edição de atos normativos e implementação de ferramentas de acesso à informação;

VII - avaliar o efetivo cumprimento das decisões mencionadas nos incisos I e II do art. 22 deste Regimento Interno e, quando necessário, instar a Controladoria-Geral da União para a adoção das providências pertinentes à apuração de responsabilidade, nos termos do art. 65, inciso I, do Decreto nº 7.724, de 2012; e

VIII - conduzir as tratativas sobre os assuntos de sua competência junto aos órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e entidades privadas com as quais o poder público tenha vínculo.

Atribuições do Presidente da Comissão

Art. 14. São atribuições do Presidente da Comissão:

I - dirigir os trabalhos da Comissão;

II - convocar e presidir as sessões;

III - adotar as providências administrativas necessárias ao regular o funcionamento da Comissão;

IV - representar a Comissão perante outros órgãos governamentais, entidades, organizações da sociedade civil e organismos internacionais;

V - votar na condição de membro e, em caso de empate, proferir o voto de qualidade;

VI - requisitar, **ad referendum** da Comissão, esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral, de informação classificada ou de acesso restrito, para subsidiar as deliberações dos assuntos de competência do colegiado;

VII - autorizar a participação nas reuniões da Comissão de pessoas que, por si só ou pelos órgãos e entidades que representam, possam contribuir para os trabalhos do colegiado; e

VIII - designar relatores e distribuir-lhes as matérias para coleta de subsídios, instrução processual, elaboração de proposta de deliberação e atividades correlatas.

Atribuições dos membros da Comissão

Art. 15. São atribuições dos membros da Comissão:

I - examinar as matérias que lhes forem submetidas, emitindo manifestação para subsidiar deliberação do colegiado;

II - propor ao Pleno da Comissão matérias para deliberação e ações prioritárias para comporem o Plano de Trabalho;

III - atuar como relator dos processos que lhe forem distribuídos;

IV - na qualidade de relator, requisitar dos órgãos esclarecimentos sobre informações classificadas a serem reavaliadas pela Comissão;

V - proceder à assinatura da ata das reuniões e das decisões da Comissão no prazo de dois dias úteis, a contar da data de sua disponibilização pela Secretaria-Executiva da Comissão; e

VI - informar à Secretaria-Executiva da Comissão, a cada reunião, os dados dos servidores que eventualmente os assessorarão, com antecedência mínima de cinco dias úteis da data prevista para sua realização.

Atribuições da Secretaria-Executiva da Comissão

Art. 16. São atribuições da Secretaria-Executiva:

I - secretariar, em caráter permanente, os trabalhos da Comissão;

II - elaborar proposta de Plano de Trabalho anual e submeter à avaliação da Comissão;

III - recepcionar, instruir e relatar os recursos dirigidos à Comissão;

IV - solicitar aos órgãos informações e subsídios para instruir processo sob apreciação da Comissão;

V - adotar as medidas necessárias ao credenciamento de segurança dos membros da Comissão para tratamento de informação classificada, monitorar o processo de credenciamento e o prazo de validade das credenciais emitidas;

VI - receber as cópias dos Termos de Classificação da Informação - TCI enviados pelos órgãos do Poder Executivo Federal e cientificar a Comissão do quantitativo custodiado;

VII - monitorar os prazos de sigilo das informações dos TCI custodiados e elaborar listagem indicativa daquelas que serão submetidas à revisão de ofício, disponibilizando-a ao relator designado para as providências pertinentes;

VIII - recepcionar os pedidos de prorrogação de sigilo de informação ultrassecreta oriundos dos órgãos classificadores e propor inclusão em pauta para deliberação da Comissão, observados os prazos legais aplicáveis;

IX - receber os demais expedientes direcionados à Comissão e deles dar ciência aos membros, informando, quando couber, o prazo para manifestação;

X - elaborar minuta de resposta a expediente dirigido à Comissão e, após aprovação dos membros, enviá-la ao interessado;

XI - organizar e encaminhar aos membros as pautas, convocações e materiais de apoio nos prazos previstos neste Regimento Interno;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

XII - elaborar as atas das reuniões e, após assinatura dos membros, dar-lhes publicidade em sítio eletrônico destinado à divulgação de informações e deliberações da CMRI;

XIII - reduzir a termo as decisões da Comissão e disponibilizá-las para assinatura dos membros no prazo máximo de cinco dias úteis, contado da data da reunião em que foram deliberadas, e publicá-las no prazo disposto no § 1º do art. 12 deste Regimento Interno;

XIV - monitorar o cumprimento das decisões da Comissão, quando estas forem pela concessão parcial ou integral da informação requerida, e instar a Comissão para a adoção das providências pertinentes;

XV - supervisionar a elaboração de estudos e pareceres que subsidiarão a tomada de decisão da Comissão;

XVI - adotar as medidas necessárias à proteção da informação sensível e sigilosa, observada sua disponibilidade, autenticidade e integridade;

XVII - assessorar tecnicamente a Comissão na elaboração das propostas de deliberação;

XVIII - elaborar e apresentar para aprovação da Comissão relatório anual com informações sobre os trabalhos da Comissão e publicá-lo, após a aprovação, em sítio eletrônico destinado à divulgação de informações e deliberações da CMRI; e

XIX - encaminhar à Controladoria-Geral da União, até 10 de março de cada ano, o relatório disposto no inciso anterior, para subsidiar a preparação do relatório anual para o Congresso Nacional, conforme disposto inciso V do **caput** do art. 68 do Decreto nº 7.724, de 2012.

CAPÍTULO IV
DOS PROCEDIMENTOS

Decisões sobre recursos de acesso à informação

Art. 17. A Secretaria-Executiva da Comissão recepcionará por meio de sistema informatizado próprio para o tratamento de demandas de acesso à informação os recursos interpostos nos termos do inciso III do **caput** do art. 2º deste Anexo.

§ 1º A Controladoria-Geral da União deverá fornecer à Comissão cópia digital de informações produzidas e coletadas no curso do processo que subsidiaram a decisão da referida instância recursal.

§ 2º A Comissão e sua Secretaria-Executiva poderão diligenciar os órgãos recorridos, com vistas à coleta de subsídios necessários ao julgamento dos recursos recepcionados.

Art. 18. Os recursos apreciados pela Comissão serão analisados, inicialmente, pela admissibilidade e, caso atendam aos requisitos, terão seu mérito avaliado.

Art. 19. Os requisitos de admissibilidade de recurso à Comissão são:

I - Legitimidade: nos termos do art. 58 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, têm legitimidade para interpor recurso administrativo à Comissão:

a) os titulares de direitos e interesses, que figuram no processo como requerentes;

b) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos; e

c) os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.

II - Tempestividade: o recurso à Comissão deverá ser interposto no prazo de dez dias corridos da ciência da decisão da instância recursal diretamente anterior;

III - Cabimento: a Comissão admitirá recurso no caso de negativa de acesso à informação ou não fornecimento das razões para a negativa do acesso, tendo sido desprovido o recurso prévio pela Controladoria-Geral da União; e

IV - Regularidade formal: será conhecido o recurso interposto por meio de sistema informatizado próprio para o tratamento de demandas de acesso à informação, registrado de forma clara, precisa e inteligível.

Art. 20. Os recursos não serão conhecidos pela Comissão quando não atenderem aos requisitos de admissibilidade descritos nos incisos de I a IV do art. 19 e, ainda, quando:

I - seu objeto estiver fora do escopo do direito de acesso à informação, nos termos dos arts. 4º e 7º da Lei nº 12.527, de 2011;

II - não for identificada a negativa de acesso;

III - existir canal ou procedimento específico efetivo para obtenção da informação solicitada;

IV - houver inovação da matéria em fase recursal;

V - restar comprovada a disponibilidade da informação requerida, bem como a indicação, por parte do órgão demandado, do lugar e da forma pela qual o requerente poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação; e

VI - a Controladoria-Geral da União não conhecer do recurso em terceira instância, em virtude das situações dispostas nos incisos I a V deste artigo.

Art. 21. No juízo de admissibilidade, o recurso será:

I - conhecido, quando atender a todos os requisitos elencados no art. 19 e não incorrer em uma das situações dispostas no art. 20 deste Regimento Interno;

II - parcialmente conhecido, quando parte de seu conteúdo atender aos requisitos elencados no art. 19 e sobre a outra parte incidir pelo menos uma das hipóteses indicadas no art. 20; ou

III - não conhecido, quando não atender aos requisitos de admissibilidade definidos no art. 19 ou na ocorrência de pelo menos uma das situações descritas no art. 20.

Art. 22. O recurso ou a parcela admitida terá seu mérito julgado pela Comissão, que decidirá:

I - pelo deferimento da concessão de acesso integral à informação requerida;

II - pelo deferimento parcial, ou seja, pela concessão de acesso a parte da informação requerida;

III - pelo indeferimento, quando, nos termos da lei, o acesso à informação solicitada não for possível;

IV - pela perda de objeto, quando a informação requerida for concedida durante a fase de instrução recursal; ou

V - pela perda parcial de objeto, quando parte da informação requerida for concedida durante a fase de instrução do recurso.

§ 1º A Comissão poderá declarar o processo extinto caso ocorra a perda de objeto do recurso, nos termos do art. 52 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 23. Os recursos apresentados à Comissão deverão ser apreciados até a terceira reunião ordinária subsequente à data de sua autuação, conforme dispõe o art. 50 do Decreto nº 7.724, de 2012.

§ 1º O prazo mencionado no **caput** será contado somando-se noventa dias à data de registro do recurso no sistema informatizado próprio para o tratamento de demandas de acesso à informação.

Art. 24. O Pleno da Comissão ou qualquer um de seus membros poderá, motivadamente, pedir vistas ou retirada de processo em pauta.

§ 1º O processo retirado da pauta de uma reunião deverá ser deliberado até a segunda reunião ordinária subsequente.

§ 2º Caso o membro solicite a retirada de processo de pauta por discordância da proposta do relator, deverá formular nova proposta e apresentá-la à Comissão no prazo mencionado no § 1º.

§ 3º O pedido de vistas ou a retirada de processo de pauta deverá constar em ata.

Edição de resolução

Art. 25. A edição ou revisão das resoluções de que trata o inciso II do **caput** do art. 12 deste Regimento Interno ocorrerá mediante aprovação, por maioria absoluta, de proposta apresentada por qualquer um dos membros ou pela Secretaria-Executiva da Comissão.

§ 1º Admitida a proposta, o Presidente da Comissão designará dentre os membros um relator, que deverá elaborar e apresentar parecer e minuta de resolução.

§ 2º O parecer e a minuta serão encaminhados aos demais membros junto ao material da reunião em que serão avaliados.

§ 3º A votação do texto final poderá ocorrer na mesma sessão na qual a minuta for apresentada ou em sessão subsequente.

Revisão e prorrogação de informações classificadas

Art. 26. Para a revisão e prorrogação do sigilo de informações classificadas, os membros da Comissão deverão ser previamente credenciados conforme termos estabelecidos no Decreto nº 7.845, de 2012, e nas normas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República relacionadas ao tema.

§ 1º Para o credenciamento, os membros deverão fornecer à Secretaria-Executiva da Comissão o Formulário Individual de Dados para Credenciamento - FIDC, conforme modelo definido pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 27. A revisão da classificação de informações secretas e ultrassecretas, de ofício ou mediante provocação, será realizada no prazo máximo de quatro anos da data de sua classificação, conforme preconiza o art. 47, inciso I, do Decreto nº 7.724, de 2012.

§ 1º A Comissão deverá revisar de ofício a classificação de uma informação em até três sessões anteriores à data de desclassificação automática dessa informação, nos termos do art. 51 do Decreto nº 7.724, de 2012.

§ 2º A revisão da informação classificada, por solicitação, será realizada em até três sessões posteriores à data do recebimento do pedido pela Secretaria-Executiva da Comissão.

Art. 28. A Secretaria-Executiva da Comissão disponibilizará aos órgãos o modelo de Relatório de Avaliação de Documentos Sigilosos - RADS, no qual se pronunciarão sobre a necessidade de reclassificação ou manutenção da classificação das informações a serem revisadas.

§ 1º O modelo de RADS será adaptado conforme a necessidade.

§ 2º O acesso ao RADS é restrito e não haverá necessidade de classificá-lo, nos termos do que dispõe o § 2º do art. 31 do Decreto nº 7.724, de 2012, já que o relatório conterá as razões para a alteração ou manutenção da classificação, sendo-lhe atribuído o nível de sigilo equivalente às informações classificadas nele indicadas.

§ 3º A cópia do RADS recebida fisicamente pelos membros da Comissão deverá ser armazenada em local seguro, conforme determinam as normas mencionadas no **caput** do art. 27 deste Regimento Interno, e, após sua utilização, poderão ser descartadas de forma adequada, por meio do uso de fragmentadora de papel e eliminação em local apropriado.

Art. 29. Nas reuniões de revisão e prorrogação do sigilo de informações classificadas, deverá ser observado o seguinte:

I - o relator ficará responsável pela análise prévia do Relatório de Avaliação de Documentos Sigilosos - RADS de que trata o art. 28 deste Regimento Interno, pela interlocução com o órgão classificador e pela apresentação da proposta de deliberação; e

II - os membros deverão ter acesso ao RADS e à proposta de deliberação do relator com antecedência mínima de dez dias corridos da data marcada para a reunião.

Art. 30. Os requerimentos de prorrogação do prazo de classificação de informações ultrassecretas deverão ser encaminhados pelos órgãos classificadores à Comissão fisicamente ou por sistema informatizado adequado para o tratamento de informação classificada, em até um ano antes do termo final de restrição de acesso, conforme dispõe o art. 49 do Decreto nº 7.724, de 2012.

§ 1º O órgão classificador deverá encaminhar, ainda, o Relatório de Avaliação de Documento Sigiloso - RADS, no qual se pronunciará sobre os motivos da prorrogação, para subsidiar a deliberação da Comissão.

§ 2º O requerimento de que trata o **caput** deverá ser apreciado, impreterivelmente, em até três sessões subsequentes à data de seu recebimento, podendo a Comissão solicitar esclarecimentos adicionais ao órgão classificador.

Recursos a pedido de desclassificação ou reavaliação da classificação de informações

Art. 31. Os recursos interpostos face à negativa de desclassificação ou reavaliação da classificação de informação sigilosa, nos termos do art. 2º, inciso III, alínea b deste Regimento Interno, deverão ser deliberados pela Comissão no prazo máximo de quarenta e cinco dias corridos da data do seu recebimento.

§ 1º Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo de dez dias corridos, contado da ciência da decisão emanada pela instância recursal prévia, conforme estabelecido no § 4º do art. 37 do Decreto nº 7.724, de 2012.

§ 2º A Secretaria-Executiva da Comissão recepcionará os recursos devidamente instruídos pelo órgão classificador, preferencialmente por sistema informatizado, contendo:

I - pedido inicial, recursos e decisões do órgão; e

II - Relatório de Avaliação do Documento Sigiloso - RADS.

§ 3º A Secretaria-Executiva da Comissão cientificará o órgão classificador e o recorrente da decisão do colegiado no prazo máximo de quinze dias úteis da data da deliberação.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Os pedidos de acesso à informação relacionados às atividades, composição e atuação da Comissão serão recebidos e tratados por sua Secretaria-Executiva.

Art. 33. A Casa Civil da Presidência da República proverá o suporte administrativo e tecnológico necessário ao funcionamento da Comissão e de sua Secretaria-Executiva.

Art. 34. Salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e registrado nas deliberações da Comissão, os prazos processuais não se suspendem, conforme disposto no art. 67 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 35. As normas deste Regimento Interno aplicam-se imediatamente aos processos em curso na Comissão, ressalvados os atos processuais concluídos em período anterior à sua vigência.

Art. 36. Os casos omissos e as dúvidas quanto à aplicação deste Regimento Interno serão dirimidos pelo Pleno da Comissão.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 54, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Altera e revoga dispositivos da Portaria Normativa AGU nº 17, de 16 de julho de 2021, que "Autoriza e regulamenta a implementação de Programa de Gestão no âmbito dos órgãos da Advocacia-Geral da União e dá outras providências".

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, caput, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e o que consta do Processo Administrativo nº 00404.001981/2021-01, resolve:

Art. 1º A Portaria Normativa AGU nº 17, de 16 de julho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

VII - unidade participante - UP: unidade administrativa do OC, autorizada por ato deste, a implementar Programa de Gestão próprio ou em conjunto com outras UP;

....." (NR)

"Art. 38. Excepcionalmente, a autoridade máxima do OC, por ato normativo complementar, poderá ampliar o percentual da modalidade teletrabalho prevista no art. 16 da presente Portaria Normativa, nas seguintes hipóteses:

I - existência de participantes das UP atuando em equipes desterritorializadas instituídas formalmente; ou

II - no âmbito do OC, existência de processos de trabalho que necessariamente atendam o disposto no parágrafo único do art. 16 desta Portaria Normativa." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Portaria Normativa AGU nº 17, de 16 de julho de 2021:

I - os arts. 26 e 27; e

II - os §§ 1º e 2º do art. 42.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MAPA Nº 442, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre o direcionamento e contratação dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinados aos financiamentos à cafeicultura, no exercício de 2022 - Ano Safra 2022/2023.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o disposto no art. 6º, caput, da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2011, e tendo em vista a decisão do Conselho Deliberativo da Política do Café adotada na 74ª reunião, ocorrida em 30 de março de 2022, com fundamento no inciso V do art. 2º do Decreto nº 10.071, de 17 de outubro de 2019, e o que consta do Processo nº 21000.030513/2022-39, resolve:

Art. 1º Ficam direcionados os recursos consignados no Orçamento Geral da União (OGU) para o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio da Resolução nº 5.014, de 28 de abril de 2022, no montante de R$ 6.058.500.000,00 (seis bilhões cinquenta e oito milhões quinhentos mil reais) no exercício de 2022, da seguinte forma:

I - crédito de custeio: até R$ 1.573.000.000,00 (um bilhão quinhentos e setenta e três milhões de reais);

II - crédito de comercialização: até R$ 2.170.500.000,00 (dois bilhões cento e setenta milhões quinhentos mil reais);

III - Financiamento para Aquisição de Café - FAC: até R$ 1.380.000.000,00 (um bilhão trezentos e oitenta milhões de reais);

IV - crédito para capital de giro para indústrias de café solúvel e de torrefação de café e para cooperativa de produção: até R$ 775.000.000,00 (setecentos e setenta e cinco milhões de reais); e

V - crédito para recuperação de cafezais danificados: R$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais).

Art. 2º Havendo saldo de recurso contratado e não aplicado pelos agentes financeiros junto aos beneficiários finais, em quaisquer linhas de crédito de que tratam os incisos I a V do art. 1º desta Portaria, poderá ser realizado novo direcionamento no último mês do ano de 2022.

Parágrafo único. Previamente ao novo direcionamento, os agentes financeiros do Funcafé serão consultados sobre a possibilidade de utilização integral dos valores inicialmente contratados em cada linha de crédito.

Art. 3º As instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) interessadas em operacionalizar os recursos do Funcafé no exercício de 2022 terão dez dias corridos, contados a partir da data da publicação desta Portaria, para apresentar proposta de demanda por recurso e a documentação exigida para habilitação, conforme modelo de documento constante do Anexo I desta Portaria.

§ 1º A proposta de demanda e a documentação para habilitação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, endereçada à Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para o e-mail: (funcafe@agro.gov.br).

§ 2º As instituições financeiras que firmaram contrato no ano de 2021 deverão encaminhar somente a documentação atualizada da listagem disposta no Anexo I desta Portaria, no que for necessário.

§ 3º As demandas recebidas fora do prazo disposto no caput não serão consideradas.

Art. 4º Os recursos de que trata o art. 1º desta Portaria serão distribuídos entre os agentes financeiros com base nos critérios definidos na Portaria SPA/MAPA nº 19, de 5 de maio de 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS MONTES

ANEXO I

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE LINHAS DE CRÉDITO AO AMPARO DE RECURSOS DO FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA (FUNCAFÉ) - SAFRA 2022/2023

À Secretaria de Política Agrícola.

Em atenção ao disposto no art. 3º da Portaria MAPA nº 442, de 6 de junho de 2022, apresentamos a proposta de demanda desta instituição financeira por recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para a Safra 2022/2023:

Linha de Crédito	Valor (R$)
Operações de custeio	
Operações de comercialização	
Financiamento para Aquisição de Café - FAC	
Financiamento de capital de giro para cooperativas de produção e para indústria de café solúvel e de torrefação de café	
Financiamento para recuperação de cafezais danificados	
Total	

Para o processo de habilitação, anexamos os seguintes documentos:

1. Comprovação de autorização para operar crédito rural;
2. Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
3. Certidão de Regularidade do FGTS;
4. Certidão de Regularidade do Cadastro de Inadimplentes junto ao Governo Federal - CADIN;
5. Certidão negativa de condenações cíveis por atos de improbidade administrativa;
6. Pesquisa no Cadastro de Empresas Inidôneas;
7. Certidão negativa de débitos trabalhistas;
8. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos;
9. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
10. Declaração da empresa de que cumpre o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo do Manual de Licitações e Contratações do Tribunal de Contas da União, Anexo I, p. 869, disponível em (https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24D6E86A4014D72AC81CA540A&inline=1);
11. Estatuto Social;
12. Ata de eleição da diretoria atual; e
13. Documento credenciando os signatários da instituição financeira a firmarem contrato com a União (procuração pública), para os casos em que os signatários do contrato sejam indicados por Procuração.

_____

Local e data

_____

Assinatura/Cargo/RG e CPF do Responsável

PORTARIA MAPA Nº 443, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Programa de Excelência em Defesa Agropecuária - Excellentia.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, e o que consta do Processo nº 21000.020293/2016-97, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Programa Excelência em Defesa Agropecuária - Excellentia.

§ 1º O Programa Excellentia tem como objetivo o intercâmbio técnico entre servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e instituições nacionais ou internacionais, de referência em Defesa Agropecuária, para trabalhar em temas estratégicos e de alta prioridade para a Defesa Agropecuária, previstos em plano de trabalho a ser elaborado para cada caso.

§ 2º O Programa Excellentia permitirá tanto o envio de servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a instituições de referência em Defesa Agropecuária, como o recebimento de técnicos oriundos dessas instituições no MAPA.

§ 3º Serão celebrados instrumentos específicos com as instituições de referência recomendados pela Comissão Executiva do Programa Excellentia, de que trata o art. 4º desta Portaria, contendo a descrição das atividades a serem realizadas, e especificando o custeio dessas atividades, incluindo passagens e manutenção dos servidores designados, se for o caso.

Art. 2º Fica reconhecida a necessidade de implantação do Programa Excellentia para o aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Agropecuária, conforme incisos IV e V do art. 1º do Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995.

Art. 3º As regras, procedimentos e requisitos para a seleção dos candidatos servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao intercâmbio, e para a seleção de técnicos oriundos de instituições de referência em Defesa Agropecuária, e ainda para a apresentação de relatórios de atividades desenvolvidas, para fins de acompanhamento periódico e avaliação final, serão definidos e divulgados em edital próprio.

Art. 4º Fica instituída a Comissão Executiva do Programa Excellentia, de caráter deliberativo, com as seguintes competências:

I - identificar as instituições de referência em Defesa Agropecuária;

II - negociar a cooperação técnica com as instituições de referência em Defesa Agropecuária;

III - estabelecer os procedimentos e os critérios de seleção de candidatos servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao Programa Excellentia;

IV - estabelecer os procedimentos e os critérios para a recepção dos técnicos oriundos de instituições de referência em Defesa Agropecuária para a atuação no Programa Excellentia;

V - identificar e priorizar, para fins do intercâmbio técnico, de que trata esta Portaria, os temas estratégicos e de alta prioridade em Defesa Agropecuária brasileira;

VI - definir o número anual de participantes do Programa Excellentia;

VII - acompanhar as atividades dos técnicos participantes do Programa Excellentia; e

VIII - deliberar sobre outros assuntos relativos ao Programa Excellentia.

Art. 5º A Comissão Executiva do Programa Excellentia será composta na forma a seguir:

I - Secretário de Defesa Agropecuária;

II - Diretores dos Departamentos da Secretaria de Defesa Agropecuária; e

III - Coordenador-Geral da Escola Nacional de Gestão Agropecuária - Enagro.

§ 1º A Presidência da Comissão Executiva ficará a cargo do Secretário de Defesa Agropecuária, que designará um Secretário-Executivo, responsável por prestar o apoio administrativo à Comissão Executiva.

§ 2º Os membros titulares da Comissão Executiva serão substituídos em suas ausências e impedimentos por seus substitutos legais, que atuarão na condição de suplentes.

§ 3º A Comissão Executiva poderá convidar representantes de órgãos e entidades públicas e privadas para participar de reunião específica, sempre que seus conhecimentos, habilidades e competências possam ser necessários ao cumprimento da sua finalidade, sem direito a voto.

§ 4º A Comissão Executiva se reunirá ordinariamente, uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, ou mediante solicitação dos seus membros.

§ 5º As reuniões da Comissão Executiva serão instaladas mediante a presença da maioria dos seus membros, e realizadas, preferencialmente, por videoconferência, salvo demonstração motivada da sua inviabilidade ou inconveniência.

§ 6º As deliberações da Comissão Executiva serão tomadas por maioria simples dos votos.

§ 7º Além do voto ordinário, o Presidente da Comissão Executiva terá voto de qualidade, em caso de empate.

§ 8º A participação na Comissão Executiva será considerada prestação de serviço público relevante, e não ensejará remuneração, sendo vedado o reembolso de despesas relativas à participação em reuniões ordinárias ou extraordinárias.

Art. 6º O envio de servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a instituições de referência no Brasil, seguirá o disposto em legislação específica.

Art. 7º As questões referentes a sigilo, propriedade intelectual e temas correlatos deverão constar nos acordos com as instituições de referência que participarão do Programa Excellentia, e nos termos de adesão ao referido Programa.

§ 1º Os instrumentos específicos com as instituições brasileiras seguirão a legislação nacional.

§ 2º Os instrumentos específicos com as instituições internacionais serão negociados caso a caso, sendo preservado o interesse do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 8º Os recursos financeiros para a execução do Programa Excellentia, incluindo custeio dos participantes, serão viabilizados por dotação orçamentária da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Parágrafo único. Recursos advindos de orçamento específico do Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa, oriundos de contrato de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, recebidos na fonte 148, serão também aplicados no Programa Excellentia.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2022.

MARCOS MONTES

PORTARIA MAPA Nº 444, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Altera a Portaria MAPA nº 414, de 29 de dezembro de 2020, que institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Comitê de Governança Digital - CGD/MAPA.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, com base nos §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º do art. 2º e no inciso II do § 1º do art. 3º, todos do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, tendo em vista o disposto na Portaria SGD/ME nº 778, de 4 de abril de 2019, alterada pela Portaria nº 18.152, de 4 de agosto de 2020, ambas da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, e o que consta do Processo SEI nº 21000.068343/2020-01, resolve:

Art. 1º A Portaria MAPA nº 414, de 29 e dezembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

''Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Comitê de Governança Digital - CGD/MAPA, de caráter estratégico e deliberativo, com a finalidade de deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao uso de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.'' (NR)

''Art. 2º.....

I - assegurar que a formulação e a implementação das estratégias e planos de Tecnologia da Informação - TI estejam harmonizadas com os objetivos estratégicos institucionais;

II - exercer a governança de TIC, conduzindo os processos de direção, monitoramento e avaliação de desempenho de TIC;

III - aprovar os seguintes instrumentos de planejamento:

a) Plano de Transformação Digital - PTD;

b) Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC; e

c) Plano de Dados Abertos - PDA;

IV - decidir sobre a priorização das ações e projetos, a distribuição dos recursos orçamentários e a gestão de riscos de TIC;

V - prestar contas sobre a implementação dos planos de TIC, e o reporte dos principais projetos empreendidos pela área de tecnologia da informação;

VI - elaborar, revisar e aprovar seu Regimento Interno; e

VII - criar subcolegiados, voltados ao desenvolvimento de estudos temáticos ou para execução de atividades decorrentes de suas deliberações.

Parágrafo único. Os subcolegiados de que trata o inciso VII do caput:

I - deverão ter, no máximo, sete membros;

II - deverão ter caráter temporário e duração não superior a um ano; e

III - deverão ser limitados a quatro operando simultaneamente.'' (NR)

''Art. 3º.....

I - Secretário-Executivo, ou representante por ele indicado, que o presidirá;

II - Chefe de Gabinete do Ministro;

III - Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários;

IV - Secretário Adjunto da Secretaria de Política Agrícola;

V - Secretário Adjunto da Secretaria de Defesa Agropecuária;

VI - Secretário Adjunto da Secretaria de Aquicultura e Pesca;

VII - Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo;

VIII - Secretário Adjunto da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação;

IX - Secretário Adjunto da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais;

X - Diretor-Geral Adjunto do Serviço Florestal Brasileiro;

XI - Diretor do Departamento de Administração;

XII - Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação; e

XIII - Encarregado do tratamento de dados pessoais, nos termos do disposto da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 1º O membro do CGD/MAPA representante da Secretaria-Executiva deverá ser ocupante de cargo em comissão de nível equivalente ou superior ao nível 5 do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, conforme o § 2º do art. 2º do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020.

§ 2º Em suas ausências ou impedimentos os membros do CGD/MAPA serão representados por seus substitutos no cargo em comissão que ocupam.

§ 3º O Presidente do CGD/MAPA poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades para participar das reuniões do Comitê de Governança Digital, sempre que seus conhecimentos e competências possam ser necessários ao cumprimento da sua finalidade, sem direito a voto.

§ 4º Caberá à Coordenação de Mapeamento de Processos Digitais da Secretaria-Executiva prestar o apoio técnico e administrativo ao CGD/MAPA.'' (NR)

''Art. 4º O quórum de reunião do CGD/MAPA é de maioria simples dos membros, e suas deliberações serão aprovadas pela maioria simples dos membros presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.'' (NR)

''Art. 5º O CGD/MAPA se reunirá:

I - em caráter ordinário, quadrimestralmente, conforme calendário definido pelo Comitê de Governança Digital, respeitada a convocação com antecedência mínima de cinco dias úteis da data da reunião; e

II - em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo seu Presidente, respeitada a convocação com antecedência mínima de dois dias úteis da data da reunião.

Parágrafo único. As reuniões serão realizadas, preferencialmente, nas dependências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília/DF, ou por videoconferência. Os membros que estiverem em entes federativos diversos poderão participar por videoconferência.'' (NR)

''Art. 6º Os atos administrativos decorrentes das deliberações do CGD/MAPA e necessários ao cumprimento desta Portaria serão expedidos pelo seu Presidente.'' (NR)

''Art. 7º O Regimento Interno do CGD/MAPA deverá ser aprovado pelos seus membros e publicado no prazo de até cento e vinte dias, a contar da data de publicação desta Portaria.'' (NR)

''Art. 8º A participação no CGD/MAPA será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.'' (NR)

Art. 2º Fica revogada a Portaria MAPA nº 45, de 25 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2022.

MARCOS MONTES

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA BAHIA

PORTARIA Nº 64, DE 30 DE MAIO DE 2022

A Superintendente Federal de Agricultura no Estado da Bahia, no uso das atribuições no uso das atribuições previstas no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), em especial as dispostas nos artigos 262 e 292, aprovado através da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU no dia 13 de abril de 2018, Portaria SE/MAPA nº 326 de 09 de março de 2018, publicada no DOU no dia 19 de março de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21012.004397/2017-04, resolve:

Art. 1º Cadastrar sob o número BR-BA0086, a empresa AGROBRAS - AGRÍCOLA TROPICAL DO BRASIL S/A, CNPJ 24.380.727/0002-90, localizada no Projeto Irrigado Senador Nilo Coelho, Lote 1, PA III, Rodovia Juazeiro à Casa Nova, s/n, Zona Rural, Casa Nova - BA, CEP 47.300-000, para realizar tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados, nas modalidades Tratamento Térmico: Por Calor (Ar Quente Forçado); Tratamento a Frio (Cold Treatment) e Tratamento Hidrotérmico.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 1.332, de 09/06/2017, publicada no DOU de 20/06/2017.

Art. 3º O cadastro é válido por tempo indeterminado.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação no DOU.

SUELENE SANTOS DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 13, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21028.014200/2016-87, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento de número BR MG 0632 da empresa WFLB EMBALAGENS EM MADEIRA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 14.860.219/0001-75 e localizada à Rua Cunha Quintão nº 350, Chácara Quintão, CEP: 35.680-417, Itaúna/MG para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar Tratamento Térmico por Calor na modalidade Ar Quente Forçado.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, em conformidade ao que a respeito estabelece o Artigo 49, Parágrafo 2º, da Portaria nº 385/2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PETER ALEX HONZAK

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 98, DE 1º DE JUNHO DE 2022

O Superintendente Federal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.676, de 11 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2016 e art. 262, da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, da Portaria Ministerial nº 1.393, de 21 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2018, e o que consta no Processo SEI nº 21036.001106/2022-15, resolve:

Art. 1 - Habilitar a Médica Veterinária ERMILTON CEZAR GOMES BRAZ, CRMV-PE Nº 4231-VP para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA no trânsito intraestadual e interestadual de aves e ovos férteis com finalidade de produção de carne, ovos e material genético para os municípios de Belo Jardim, São Bento do Una, Lajedo e Sanharó do Estado de Pernambuco, observando normas e dispositivos em vigor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir data de sua publicação.

CARLOS ANTÔNIO RIBEIRO RAMALHO JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIAS DE 1º DE JUNHO DE 2021

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado através da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934 e o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013;

Considerando o atendimento as exigências normativas e observando parecer favorável da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA-RJ; resolve:

Nº 320 - Art. 1º - ATUALIZAR a habilitação da Médica Veterinária CAROLINA DE FÁTIMA VALADÃO, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de ANIMAIS SILVESTRES e AVES, nos Municípios de Rio das Flores e de Valença, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, devendo a habilitada observar as normas e dispositivos legais em vigor. Considerando ainda o contido no processo eletrônico nº 21044.004692/2022-81 (SEI).

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 047, de 22 de abril de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor uma semana após a data da sua publicação.

Nº 321 - Art. 1º - ATUALIZAR a habilitação do Médico Veterinário LUIS FELIPE MACHADO AGOSTINHO, não vinculado ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de AVES, nos Municípios de Areal, Barra do Piraí, Guapimirim, Magé, Nova Friburgo, Paraíba do Sul, Petrópolis, Rio de Janeiro, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Teresópolis, Três Rios, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, devendo o habilitado observar as normas e dispositivos legais em vigor. Considerando ainda o contido no processo eletrônico nº 21044.001788/2022-59 (SEI).

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 466, de 19 de setembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor uma semana após a data da sua publicação.

Nº 322 - Art. 1º - HABILITAR o Médico Veterinário RAUL ROUSSO FILHO, não vinculado ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, referente à movimentação de ANIMAIS SILVESTRES e SUÍNOS, no Município do Rio de Janeiro, situados no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, devendo o habilitado observar as normas e dispositivos legais em vigor. Considerando ainda o contido no processo eletrônico nº 21044.001794/2022-14 (SEI).

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor uma semana após a data da sua publicação.

Nº 323 - Art. 1º - CANCELAR a pedido, a habilitação para emissão de GTA's da Médica Veterinária VALÉRIA DANTAS DINIZ DA SILVA, não vinculada ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, no Estado do Rio de Janeiro, com base nos incisos I e II, do artigo 9º, da Instrução Normativa MAPA Nº 22/2003. Considerando ainda o contido no processo eletrônico nº 21044.001300/2021-11 (SEI).

Art. 2º - Revogar a Portaria SFA/RJ nº 693, de 12/11/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

PORTARIA Nº 324, DE 1º DE JUNHO DE 2022

O(A) SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe confere o inciso VII, do Artigo 292, Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal, aprovado pelo Decreto nº 24.548, de 03 de julho de 1934;

CONSIDERANDO a determinação exposta nos Artigos 3º e 4º, da Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º - Habilitar o Médico Veterinário RENATO RODRIGUES RAMOS, não vinculado ao Serviço Oficial de Defesa Sanitária Animal, para a colheita de amostras para testes diagnósticos de Mormo com a finalidade de trânsito de EQUÍDEOS, em conformidade com o que determina a Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, devendo o habilitado observar as normas e dispositivos legais em vigor. Considerando ainda o disposto no processo eletrônico nº 21044.001839/2022-42 (SEI).

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor uma semana após a data da sua publicação.

STELLA ALVES BRANCO ROMANOS

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 965, DE 06 DE JUNHO DE 2022

Tornar pública a embarcação de pesca que detém de liminar de concessão de Autorização de Especial Temporária para captura de tainha (Mugil liza) no ano de 2022, nos termos do Mandado de Segurança

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, no Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, na Portaria nº 694, de 26 de abril de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta no Mandado de Segurança nº 5008935-42.2022.4.04.7204 e no Processo nº 00727.001401/2022-13, resolve:

Art. 1º Tornar pública, na forma do Anexo I, a embarcação de pesca que detém de liminar de concessão Autorização de Pesca Especial Temporária para a captura da tainha (Mugil liza), para a modalidade de permissionamento de emalhe anilhado para o ano de 2022, nos termos do Mandado de Segurança nº 5008935-42.2022.4.04.7204/SC.

Art. 2º O interessado deve obter a Autorização de Pesca Especial Temporária para a captura da tainha (Mugil liza) na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Unidade da Federação de sua residência, a partir do dia 06 de junho de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

ANEXO I

RELAÇÃO NOMINAL DA EMBARCAÇÃO DE PESCA NA MODALIDADE DE PERMISSIONAMENTO DE EMALHE ANILHADO COM AUTORIZAÇÃO DE PESCA ESPECIAL TEMPORÁRIA PARA A CAPTURA DA TAINHA (MUGIL LIZA) POR MEIO DE LIMINAR NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5008935-42.2022.4.04.7204/SC- TEMPORADA DE PESCA DO ANO DE 2022.

Nº	Nº Processo SEI/MAPA	Nome da embarcação de pesca	RGP	TIE/TIEM
1	21000.014202/2022-22	MARIA IX	SC-0006853-8	445-007624-9

PORTARIA SAP/MAPA Nº 938, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Suspender, de ofício, a Licença da Empresa Pesqueira TRINTA REIS COMERCIO DE PESCADOS inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SCI-0003564-7 durante o período de 7 (sete) dias.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando a Portaria nº 611, de 28 de fevereiro de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta do Processo nº 21000.051626/2022-78, resolve:

Art. 1º Suspender, de ofício, a Licença da Empresa Pesqueira TRINTA REIS COMERCIO DE PESCADOS, portadora do CNPJ 23.742.XXX/0001-XX, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SCI-0003564-7, tendo em vista o não cumprimento do disposto no inciso II do art. 9° da Portaria nº 611, de 28 de fevereiro de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por 7 (sete) dias corridos.

Art. 2º Os dias da suspensão serão contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 940, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SARAGAÇO, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SARAGAÇO, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003577/2021-91, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SARAGAÇO, de propriedade de Maria Terezinha Romida, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029644-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441-M200903637-6, autorizada a operar na modalidade de permissionamento Emalhe costeiro (superfície), para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva Sudeste e Sul do Brasil, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SARAGAÇO, de propriedade de Maria Terezinha Romida, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029644-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441-M200903637-6, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 941, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca VAGAVIJO, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.4, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca VAGAVIJO II, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.9 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.006383/2020-66, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca VAGAVIJO II, de propriedade de Nildo Vilmar dos Santos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0032233-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441M2019004261, autorizada a operar na modalidade de permissionamento Emalhe costeiro (fundo), para a captura das espécies-alvo: Corvina (Micropogonias furnieri), Castanha (Umbrina canosai), Pescada (Cynoscion striatus), Abrotea (Urophycis brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva Sudeste e Sul do Brasil, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 2.04.001, que corresponde ao item 2.4 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca VAGAVIJO II, de propriedade de Nildo Vilmar dos Santos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0032233-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441M2019004261, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.002, que corresponde ao item 6.9 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 942, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca TETEY, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.7, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca TETEY, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.10 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003876/2022-14, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca TETEY, de propriedade de Claudionor Carlos Pinheiro, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0019068-8 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 443M2013002657, autorizada a operar na modalidade de permissionamento Diversificada costeira, para a captura das espécies-alvo: Peixes e crustáceos diversos não controlados por regulamentação específica, com área de operação no Mar Territorial de São Paulo ao Rio Grande do Sul, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 6.03.004, que corresponde ao item 6.7 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca TETEY, de propriedade de Claudionor Carlos Pinheiro, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0019068-8 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 443M2013002657, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.003, que corresponde ao item 6.10 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 943, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SARVAL, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SARVAL, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003718/2021-75, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SARVAL, de propriedade de Alvaro Murilo Sarda, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029675-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4410137581, autorizada a operar na modalidade de permissionamento Emalhe costeiro (superfície), para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva Sudeste e Sul do Brasil, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SARVAL, de propriedade de Alvaro Murilo Sarda, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029675-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4410137581, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 944, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ARARAGUARA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ARARAGUARA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003361/2021-25, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca ARARAGUARA, de propriedade de Antônio Manoel Filho, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029646-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441.006.901-2, autorizada a operar na modalidade de permissionamento Emalhe costeiro (superfície), para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva Sudeste e Sul do Brasil, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca ARARAGUARA, de propriedade de Antônio Manoel Filho, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029646-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441.006.901-2, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 945, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca NEM DA ZITA III, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca NEM DA ZITA III, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.009040/2019-10, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca NEM DA ZITA III, de propriedade de Josué Osmar Silva, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0028389-8 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 443M2016002606, autorizada a operar na modalidade de permissionamento Emalhe costeiro (superfície), para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva Sudeste e Sul do Brasil, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca NEM DA ZITA III, de propriedade de Josué Osmar Silva, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0028389-8 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 443M2016002606, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 946, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca NEM DA ZITA II, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.7, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca NEM DA ZITA II, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.10 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003593/2022-64, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca NEM DA ZITA II, de propriedade de Josué Osmar Silva, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029822-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 443-049031-7, autorizada a operar na modalidade de permissionamento Diversificada costeira, para a captura das espécies-alvo: Peixes e crustáceos diversos não controlados por regulamentação específica, com área de operação no Mar Territorial de São Paulo ao Rio Grande do Sul, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 6.03.004, que corresponde ao item 6.7 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca NEM DA ZITA II, de propriedade de Josué Osmar Silva, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029822-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 443-049031-7, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.003, que corresponde ao item 6.10 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 947, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SAIRA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SAIRA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003714/2022-78, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SAIRA I, de propriedade de Jose Luiz de Melo, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029636-5 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 443M.201.300.188-0, autorizada a operar na modalidade de permissionamento Emalhe costeiro (superfície), para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva Sudeste e Sul do Brasil, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SAIRA I, de propriedade de Jose Luiz de Melo, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029636-5 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 443M.201.300.188-0, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 948, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca POMBINHA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca POMBINHA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.007656/2021-71, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca POMBINHA I, de propriedade de Leda Luiza Francisco dos Santos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029735-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4410171968, autorizada a operar na modalidade de permissionamento Emalhe costeiro (superfície), para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva Sudeste e Sul do Brasil, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca POMBINHA I, de propriedade de Leda Luiza Francisco dos Santos, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029735-7 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4410171968, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 949, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca INZIBIDA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca INZIBIDA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003381/2021-04, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca INZIBIDA, de propriedade de Ezanir Ambrosio Alexandre, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029602-9 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4418896210, autorizada a operar na modalidade de permissionamento Emalhe costeiro (superfície), para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva Sudeste e Sul do Brasil, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca INZIBIDA, de propriedade de Ezanir Ambrosio Alexandre, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029602-9 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4418896210, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 950, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca OSMARINA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca OSMARINA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003109/2021-16, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca OSMARINA, de propriedade de Arante José Monteiro Filho, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029609-1 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441888900-1, autorizada a operar na modalidade de permissionamento Emalhe costeiro (superfície), para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva Sudeste e Sul do Brasil, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca OSMARINA, de propriedade de Arante José Monteiro Filho, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029609-1 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 441888900-1, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 951, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca CAMPONEZA II, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca CAMPONEZA II, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8 do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003308/2021-24, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca CAMPONEZA II, de propriedade de Hilário Manoel Bento, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029619-9 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4440025111, autorizada a operar na modalidade de permissionamento Emalhe costeiro (superfície), para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva Sudeste e Sul do Brasil, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira-SisRGP nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2 do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca CAMPONEZA II, de propriedade de Hilário Manoel Bento, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029619-9 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 4440025111, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina(Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022, da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 952, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca LUAR DE PRATA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2 do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca LUAR DE PRATA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.010884/2019-11, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca LUAR DE PRATA I, de propriedade de Gilberto Pedro Mafra, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029622-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 443-006638-8, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca LUAR DE PRATA I, de propriedade de Gilberto Pedro Mafra, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029622-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 443-006638-8, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza

(Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 953, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca MARLI I, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2 do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca MARLI I, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.11, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.002047/2020-44, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca MARLI I, de propriedade de Flavio Argino Martins, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029698-5 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 441-890033-1, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca MARLI I, de propriedade de Flavio Argino Martins, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0029698-5 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 441-890033-1, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 954, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2 do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.002839/2022-81, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, de propriedade de Flavio Argino Martins, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0022487-0 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 441-007994-8, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo: Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza), Anchova (Pomatomus saltatrix), Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, de propriedade de Flavio Argino Martins, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0022487-0 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 441-007994-8, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 955, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SAFRA, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2 do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SAFRA, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21000.031076/2022-71, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca SAFRA, de propriedade do Sr. Levi Elias Vicente, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0026227-0 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob nº 443.M201500321-1, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca SAFRA, de propriedade do Sr. Levi Elias Vicente, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0026227-0 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 443.M201500321-1, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 956, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca LEAO DO MAR II, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.2 do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca LEAO DO MAR II, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.8, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Aquicultura e Pesca e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de

2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.003331/2021-19, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca LEAO DO MAR II, de propriedade da Associação dos Pescadores do Retiro da Lagoa, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0016292-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 441M2011004016, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de superfície, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil platanus ou Mugil liza); Anchova (Pomatomus saltatrix); Sororoca, serra (Scomberomorus brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 2.02.001, que corresponde ao item 2.2, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca LEAO DO MAR II, de propriedade da Associação dos Pescadores do Retiro da Lagoa, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0016292-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 441M2011004016, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema) Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria-luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinha-real (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi) Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do estado de Santa Catarina, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº 6.08.001, que corresponde ao item 6.8, do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

PORTARIA SAP/MAPA Nº 957, DE 03 DE JUNHO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca GADELHA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 2.4, do Anexo II da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente; e concede, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca GADELHA I, na modalidade de permissionamento disposta no item 6.9, do Anexo VI, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 do Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o disposto na Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, na Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e na Instrução Normativa nº 3, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, e considerando nos autos do processo nº 21050.002025/2019-41, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca GADELHA I, de propriedade de Jose de Souza Lourenço, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0017975-0 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 445-010113-8, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de emalhe costeiro de fundo, para a captura das espécies-alvo Corvina (Micropogonias furnieri), Castanha (Umbrina canosai), Pescada (Cynoscion striatus), Abrotea (Urophycis brasiliensis), com área de operação no Mar Territorial do Sul e do Sudeste e Zona Exclusiva Econômica do Sul e do Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 2.04.001, que corresponde ao item 2.4, do Anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2° Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca GADELHA I, de propriedade de Jose de Souza Lourenço, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº SC-0017975-0 e na Autoridade Marítima sob o Título de Inscrição de Embarcação nº 445-010113-8, na modalidade de permissionamento de arrasto de praia, para a captura das espécies-alvo Tainha (Mugil liza); Parati (Mugil curema); Betara (Menticirrhus littoralis); Pescada (Cynoscion striatus); Corvina (Micropogonias furnieri); Pampo ou Gordinho (Peprilus paru); Enchova ou Anchova (Pomatomus saltatrix); Espada (Trichiurus lepturus); e Maria- luiza (Paralonchurus brasiliensis); Xaréu (Caranx hippos); Sororoca (Scomberomorus brasiliensis); Savelha (Brevoortia pectinata); Pescadinhareal (Macrodon ancylodon); Peixe-rei (Odonthestes bonariensis /Atherinella brasiliensis); Goete (Cynoscion jamaicensis); Abrótea (Urophycis brasiliensis); Xerelete (Caranx crysus); Sardinha-lage (Opisthonema oglinum); Prejereba (Lobotes surinamensis); Pescada-branca (Cynoscion leiarchus); Pescada-amarela (Cynoscion acoupa); Cavala (Scomber japonicus); Peixe-porco (Balistes capriscus / B. vetula); Palombeta ou Carapau (Chloroscombrus chrysurus); Olho-de-cão (Priacanthus arenatus); Olho-de-boi (Seriola lalandi); Linguado (Paralichthys patagonicus /P. brasiliensis); Galo (Selene vômer); Paru (Chaetodipterus faber); Oveva (Larimus breviceps); Marimbá (Diplodus argenteus); Guaivira (Oligoplites saliens); Robalo (Centropomus parallelus, Centropomus undecimalis); Carapicu (Eucinostomus gula); Cangoá (Stellifer rastifer); Miracéu (Astrocopus sexspinosus); Caratinga (Eugerres brasilianus); Carapeba (Diapterus rhombeus), com área de operação no Mar Territorial do Estado de Santa Catarina, código no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 6.08.002, que corresponde ao item 6.9 do Anexo VI da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, incluída pela Portaria nº 617, de 8 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIRO GUND

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 586, DE 1º DE JUNHO DE 2022

Obter subsídios para controle de dioxinas na fabricação de farinhas de penas e aditivos adsorventes de micotoxinas destinados à alimentação animal.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 24 e 68 do Anexo I do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e considerando o constante dos autos do processo nº 21000.037465/2022-18 resolve:

Art. 1º Convidar o público a participar da Tomada Pública de Subsídios por um período de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da publicação no Diário Oficial da União, excluindo-se da contagem o dia da publicação e incluindo-se o do vencimento.

Art. 2º O objetivo da presente Tomada Pública de Subsídios é permitir a ampla participação de órgãos, entidades ou pessoas interessadas em contribuir com a discussão sobre o controle de dioxinas na produção de farinha de penas e aditivos adsorventes de micotoxinas destinados à alimentação animal.

§ 1º O formulário para participação na Tomada Pública de Subsídios está cadastrado no sistema SISMAN, que deve ser acessado no link: https://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/SISMAN.html

§ 2º Os participantes responderão ao questionário presente no formulário.

Art. 3º Findo o prazo estabelecido no Art. 1° desta Portaria, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal consolidará as contribuições.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 25, DE 27 DE MAIO DE 2022

Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

01.Motivo da solicitação: Registro (19/04/2022)
Requerente: Ferbru Participações S.A.
Marca comercial: METALAXYL-M TÉCNICO FB
Nome comum: Metalaxil-M
Nome químico: methyl N-methoxyacetyl-N-2,6-xylyl-D-alaninate
Classe de uso: Fungicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.035420/2022-09

02. Motivo da solicitação: Registro (25/04/2022)
Requerente: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: SPINOSAD TÉCNICO VEYONG
Nome comum: Espinosade
Nome químico: Mixture of (2R,3aR,5aR,5bS,9S,13S,14R,16aS,16bR)-2-(6-deoxy-2,3,4-tri-Omethyl-α-L-manno pyranosyloxy)-13-(4-dimethylamino-2,3,4,6-tetradeoxy-ß-D-erythropyranosyloxy)- 9-ethyl-2,3,3a,5a,5b,6,7,9,10,11,12,13,14,15,16a,16b-hexadecahydro-14-methyl-1H-8- oxacyclododeca[b]as-indacene-7,15-dione and (2S,3aR,5aS,5bS,9S,13S,14R,16aS,16bR)-2-(6- deoxy-2,3,4-tri-O-methyl-α-L-mannopyranosyloxy)-13-(4-dimethylamino-2,3,4,6-tetradeoxy-ß-Derythropyranosyloxy)-9-ethyl-2,3,3a,5a,5b,6,7,9,10,11,12,13,14,15,16a,16b-hexadecahydro4,14- dimethyl-1H-8-oxacyclo dodeca[b]as-indacene-7,15-dione in the proportion 50-95% to 50-5%
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.036748/2022-34

03. Motivo da solicitação: Registro (25/04/2022)
Requerente: Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: ETEFOM TÉCNICO TECNOMYL
Nome comum: Etefom
Nome químico: 2-chloroethylphosphonic acid
Classe de uso: Regulador de Crescimento
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.036986/2022-40

04. Motivo da solicitação: Registro (27/04/2022)
Requerente: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: V 2,4-D TÉCNICO
Nome comum: 2,4-D (2,4-D)
Nome químico: (2,4-dichlorophenoxy) acetic acid
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.037978/2022-11

05. Motivo da solicitação: Registro (28/04/2022)
Requerente: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: 2,4-D TÉCNICO HANFU
Nome comum: 2,4-D
Nome químico: (2,4-dichlorophenoxy) acetic acid
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.038386/2022-16

06. Motivo da solicitação: Registro (29/04/2022)
Requerente: Proventis Lifescience Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: TRICLOPIR TÉCNICO PROVENTIS
Nome comum: Triclopir-butotílico
Nome químico: (1) butoxyethyl 3,5,6-trichloro-2-pyridyloxyacetate
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.039084/2022-65

07. Motivo da solicitação: Registro (03/05/2022)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: FLUXAPIROXADE TÉCNICO NORTOX II
Nome comum: Fluxapiroxade
Nome químico: 3-(difluoromethyl)-1-methyl-N-(3,4,5-trifluorobiphenyl-2-yl)pyrazole-4-carboxamide
Classe de uso: Fungicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.039822/2022-74

08. Motivo da solicitação: Registro (03/05/2022)
Requerente: Pilarquim BR Comercial Ltda.
Marca comercial: CLORANTRANILIPROLE TÉCNICO PILARQUIM
Nome comum: Clorantraniliprole
Nome químico: 3-bromo-4'-chloro-1-(3-chloro-2-pyridyl)-2'-methyl-6'-(methylcarbamoyl) pyrazole-5- carboxanilide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente

Processo nº: 21000.039937/2022-69

09. Motivo da solicitação: Registro (04/05/2022)
Requerente: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: LUFENURON TÉCNICO DEZHOU LUBA
Nome comum: Lufenurom
Nome químico: (RS)-1-[2,5-dichloro-4-(1,1,2,3,3,3-hexafluoropropoxy)phenyl]-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea
Classe de uso: Inseticida e acaricida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.040444/2022-71

10. Motivo da solicitação: Registro (04/05/2022)
Requerente: CropChem Ltda
Marca comercial: LAMBDA-CIALOTRINA TÉCNICO CROPCHEM IV"
Nome comum: Lambda-cialotrina
Nome químico: Reaction product comprising equal quantities of (R)-α-cyano-3-phenoxybenzyl (1S,3S)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (S)-α-cyano-3-phenoxybenzyl (1R,3R)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.040577/2022-48

11. Motivo da solicitação: Registro (06/05/2022)
Requerente: SM Agrocare Brasil Importação, Comércio e Serviços Agrícolas Ltda.
Marca comercial: BIFENTRINA TÉCNICO SULPHUR MILLS
Nome comum: Bifentrina
Nome químico: 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl (Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2- dimethylcyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Insenticida, acaricida e formicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.041202/2022-03

12. Motivo da solicitação: Registro (06/05/2022)
Requerente: Zhongshan Química do Brasil Ltda
Marca comercial: ABAMECTINA TÉCNICO ZS
Nome comum: Abamectina
Nome químico: (1) (10E,14E,16E,22Z)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-6'-[(S)-sec-butil]-21,24- dihidroxi-5',11,13,22-tetrametil-2-oxo-(3,7,19-trioxatetraciclo[15.6.1.14,8.020,24] pentacosa10,14,16,22-tetraeno-6-spiro-2'-(5',6'-dihidro-2'H-piran)-12-il-2,6-dideoxi-4-O-(2,6-dideoxi-3- O-metil-α-L-arabino-hexopiranosil)-3-O-metil-α-L-arabino-hexopiranosida (i) mistura com (10E,14E,16E,22Z)-(1R,4S,5'S,6S,6'R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihidroxi-6'- isopropil-5',11,13,22-tetrametil-2-oxo-3,7,19-trioxatetraciclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa10,14,16,22-tetraeno-6-spiro-2'-(5',6'-dihidro-2'H-piran)-12-il-2,6-dideoxi-4-O-(2,6-dideoxi-3- O-metil-α-L-arabino-hexopiranosil)-3-O-metil-α-L-arabino-hexo piranosida (ii) (4:1) (i) R = -CH2CH3 (avermectina B1a) (ii) R = -CH3 (avermectina B1b)
Classe de uso: Inseticida, acaricida e nematicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.041568/2022-74

13. Motivo da solicitação: Registro (06/05/2022)
Requerente: Zhongshan Química do Brasil Ltda.
Marca comercial: NICOSSULFUROM TÉCNICO ZS
Nome comum: Nicossulfurom
Nome químico: (1) 2-(4,6-dimetoxipirimidin-2-ilcarbamoil sulfamoil)-N,N-dimetilnicotinamida
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.041567/2022-20

14. Motivo da solicitação: Registro (10/05/2022)
Requerente: Adama Brasil S/A
Marca comercial: GLUFOSINATO DE AMÔNIO TÉCNICO ADAMA 1
Nome comum: Glufosinato- sal de amônio
Nome químico: ammonium 4-[hydroxy(methyl)phosphinoyl]-DL-homoalaninate ou ammonium DLhomoalanin-4-yl(methyl)phosphinate
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.042032/2022-76

15.Motivo da solicitação: Registro (10/05/2022)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: QUIZALOFOP-P-TEFURÍLICO TÉCNICO NORTOX II
Nome comum: Quizalofope-P-tefurílico
Nome químico: (+/-)-tetrahydrofurfuryl-(R)-2-[4-(6-chloroquinoxalin-2-yloxy)phenoxy]propionate
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.042233/2022-73

16. Motivo da solicitação: Registro (11/05/2022)
Requerente: Cropchem Ltda.
Marca comercial: FLUROXIPIR TÉCNICO CROPCHEM IV
Nome comum: Fluroxipir-meptílico
Nome químico: 1-methylheptylester (4-amino-3,5-dichloro-6-fluoro-2-pyridyloxy)acetate
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.042450/2022-63

17.Motivo da solicitação: Registro (13/05/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: BENZOATO DE EMAMECTINA TECNICO CROPCHEM III"
Nome comum: Benzoato de emamectina
Nome químico: (4"R)-4"-deoxy-4"-(methylamino)avermectin B1 benzoate (1:1)
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.043277/2022-11

18. Motivo da solicitação: Registro (16/05/2022)
Requerente: Ferbru Participações S.A.
Marca comercial: FLUDIOXONIL TÉCNICO FB
Nome comum: Fludioxonil
Nome químico: 4-(2,2-difluoro-1,3-benzodioxol-4-yl)pyrrole-3-carbonitrile
Classe de uso: Fungicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.043755/2022-92

19. Motivo da solicitação: Registro (17/05/2022)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: BISPIRIBAC TÉCNICO NORTOX IV
Nome comum: Bispiribaque-sódico
Nome químico: Benzoato de 2,6-bis(4,6-dimetoxipirimidin-2-iloxi)
Classe de uso: Herbicida e regulador de crescimento.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.044475/2022-00

20. Motivo da solicitação: Registro (19/05/2022)
Requerente: Cropchem Ltda.
Marca comercial: S- METOLACLORO TÉCNICO CROPCHEM III
Nome comum: S-Metolacloro
Nome químico: Mistura de 80-100% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide and 20-0% 2- chloro-6'-ethyl-N-[(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.045076/2022-58

21. Motivo da solicitação: Registro (20/05/2022)
Requerente: PROREGISTROS Registros de Produtos Ltda.
Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO YNX
Nome comum: Flumioxazina
Nome químico: (1) N-(7-fluor-3,4-dihidro-3-oxo-4-prop-2-inil-2H-1,4-benzoxazin-6-il)ciclohex-1-eno-1,2- dicarboxamida
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.045828/2022-81

22. Motivo da solicitação: Registro (23/05/2022)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: MCPA TÉCNICO RAINBOW
Nome comum: MCPA
Nome químico: (4-chloro-2-methylphenoxy)acetic acid
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.046136/2022-50

23. Motivo da solicitação: Registro (24/05/2022)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: CARBOSULFAN TÉCNICO NORTOX
Nome comum: Carbossulfano
Nome químico: 2,3-dihydro-2,2-dimethylbenzofuran-7-yl(dibutylaminothio)methylcarbamate
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.046796/2022-31

24. Motivo da solicitação: Registro (30/05/2022)
Requerente: Brilliance Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: CLETODIM 37% PRÉ-MISTURA BRILLIANCE
Nome comum: Cletodim
Nome químico: (RS)-2-[(E)-1-[(E)-3-chloroallyloxyimino]propyl]-5-[2-(ethylthio)propyl]-3-hydroxycyclohex-2-enone
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico
Processo nº: 21016.002910/2022-41

25.Motivo da solicitação: Registro (30/05/2022)
Requerente: Proquimur Agro do Brasil Ltda.
Marca comercial: FIPRONIL TÉCNICO PROQUIMUR
Nome comum: Fipronil
Nome químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-α,α,α-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile
Classe de uso: Inseticida, formicida e cupinicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.050541/2022-72

26. Motivo da solicitação: Registro (31/05/2022)
Requerente: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: TRIFLOXYSTROBIN TÉCNICO JINGBO
Nome comum: Trifloxistrobina.
Nome químico: methyl(E)-methoxyimino-{(E)-α-[1-(α,α,α-trifluoro-m-tolyl)ethylideneaminooxy]- o-tolyl}acetate
Classe de uso: Fungicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.051097/2022-11

27. Motivo da solicitação: Registro (31/05/2022)
Requerente: Agrobeats Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: PICOXYSTROBIN TÉCNICO ABT
Nome comum: Picoxistrobina
Nome químico: methyl (E)-3-methoxy-2-{2-[6-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxymethyl]phenyl}acrylate
Classe de uso: Fungicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.051190/2022-17
Obs: os caracteres symbol 9 são para aparecerem a letra grega alfa

ANDRE FELIPE CARRAPATOSO PERALTA DA SILVA
Coordenador Geral

ATO Nº 26, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins no uso das suas atribuições legais resolve dar publicidade ao resumo dos registros de produtos técnicos e pré-misturas concedidos, conforme previsto no Artigo 14 do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002.

1-a. Titular do registro: Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícols Ltda.- Foz do Iguaçu/PR.
b. Marca comercial: PIRACLOSTROBINA TÉCNICO TECNOMYL.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC06622, conforme processo nº 21000.015046/2020-55, protocolado em 28/02/2020.
d. Fabricante: Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd.- Endereço: Nº 1 Xingwang Road, Biological Industrial Park, Zhaoxian 051530 Shijiahuang, Hebei - China; Nome: Shandong Hailir Chemical Co., Ltd. - Endereço: Lingang Industrial Zone, Coastal Econ, Development Zone, Shandong, Weifang China; Nome: Shijiazhuang City Sentay Chemical Co., Ltd. - Endereço: Xingze Road - Economic Development Zone Shenze County - Hebei China.
e. Nome químico:*methyl N-{2-[1-(4-chlorophenyl)-1H-pyrazol-3-yloxymethyl] phenyl}(Nmethoxy) carbamate.*
f. Nome comum: Piraclostrobina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

2-a. Titular do registro: Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.- Foz do Iguaçu/PR.
b. Marca comercial: PICOXISTROBINA TÉCNICO TECNOMYL.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC06722, conforme processo nº 21000.041739/2020-01, protocolado em 29/06/2020.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Fopia Chemicals Co., Ltd. - Endereço:Nº 1 Zhongshan Road, Coastal Industrial Park Binhai Economic Development Zone - Yancheng 224555 - Jiangsu- China.
e. Nome químico: methyl (E)-3-methoxy-2-{2-[6-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxymethyl]phenyl}acrylate.
f. Nome comum: Picoxistrobina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

3-a. Titular do registro: Adama Brasil S.A- Londrina/PR.
b. Marca comercial: PROTIOCONAZOL TÉCNICO ADAMA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC06822, conforme processo nº 21000.006330/2015-52, protocolado em 01/10/2015.
d. Fabricante: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd - Endereço: Binhai Economic Developmento Area Weifang - 262737 Shandong - China.
e. Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro-1,2,4-triazole-3-thione.
f. Nome comum: Protioconazol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

4-a. Titular do registro: Adama Brasil S.A.- Londrina/PR.
b. Marca comercial: AMICARBAZONA TÉCNICO ADAMA BR.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC06922, conforme processo nº 21000.041196/2017-19, protocolado em 22/09/2017.
d. Fabricante: Nome: Jiangxi Heyi Chemical Co., Ltd. - Endereço: Longcheng Town, Pengze County, Jiujiang City, Jiangxi 332700, China.
e. Nome químico: 4-amino-N-tert-butyl-5-oxo-3-(propan-2-yl)-4,5-dihydro-1H-1,2,4-triazole-1-carboxamide.
f. Nome comum: Amicarbazona.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

5-a. Titular do registro: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.- Ituverava/SP.
b. Marca comercial: LAMBDA-CYHALOTHRIN TECHNICAL UPL BR.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC07022, conforme processo nº 21000.004738/2015-19, protocolado em 04/08/2015.
d. Fabricante: Nome: UPL Limited - Endereço: 3-11, GIDC, Vapi, Valsad District 396195 Gujarat - India.
e. Nome químico: Mistura dos isômeros (1:1) (S)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1R,3R)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoro prop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate e (R)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(Z)-(1S,3S)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate.
f. Nome comum: Lambda-Cialotrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe I- Produto Altamente Perigoso ao Meio Ambiente.

6-a. Titular do registro: Proregistros Registros de Produtos Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: FORWARD ATRAZINE TÉCNICO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC07122, conforme processo nº 21000.040040/2021-05, protocolado em 21/05/2021.
d. Fabricante: Nome: Hebei Shanli Chemical Co., Ltd. - Endereço: Eighteenth Team, Zhongjie Farm 061108 - Cangzhou City, Hebei Province - China.
e. Nome químico: 6-cloro-N^2-etil-N^4-isopropil-1,2,3-triazina-2,4-diamina.
f. Nome comum: Atrazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

7-a. Titular do registro: Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.- Foz do Iguaçu/PR.
b. Marca comercial: CIPROCONAZOL TÉCNICO TECNOMYL II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC07222, conforme processo nº 21000.023959/2018-21, protocolado em 29/05/2018.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. Ltd. - Endereço: North Area of Dongsha Chem-Zone, 215600, Zhangjiagang, Jiangsu - China; Nome: Rudong Zhongyi Chemical Co., Ltd. - Endereço: The Second Haibin Road, Coastal Economic Development Zone, Rudong, Jiangsu - China.
e. Nome químico: (2RS,3RS;2RS,3SR)-2-(4-chlorophenyl)-3-cyclopropyl-1-(1H-1,2,4-triazol-1-yl)butan-2-ol.
f. Nome comum: Ciproconazol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

8-a. Titular do registro: Ouro fino Química S.A.- Uberaba/MG.
b. Marca comercial: ESPIRODICLOFENO TÉCNICO OF.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC07322, conforme processo nº 21000.008163/2015-03, protocolado em 03/12/2015.
d. Fabricante: Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd.- Endereço: N º 1 Xingwang Road, biological Industrial Park, Zhaoxian, Shijiazhuang, Hebei, China.
e. Nome químico: 3-(2,4-dichlorophenyl)-2-oxo-1-oxaspiro[4.5]dec-3-en-4-yl 2,2-dimethylbutyrate.
f. Nome comum: Espirodiclofeno.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

9-a. Titular do registro: Helm do Brasil Mercantil Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: IMIDACLOPRIDO HY TÉCNICO HELM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC07422, conforme processo nº 21000.070841/2021-97, protocolado em 27/08/2021.
d. Fabricante: Nome: Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd. - Endereço:Industrial Zone, South of Yuanshi County Shijiazhuang Hebei-China.
e. Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine.
f. Nome comum: Imidacloprido.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

10-a. Titular do registro: Helm do Brasil Mercantil Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: PROTIOCONAZOL HV TÉCNICO HELM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC07522, conforme processo nº 21000.086740/2019-13, protocolado em 28/11/2019.
d. Fabricante: Nome: Hebei Veyong Bio-Chemical Co., Ltd. - Endereço: Nº 6 Middle Huagong Road, Circulation Chemical Industry Park Shijiazhuang, Hebei - China.
e. Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro1,2,4-triazole-3-thione.
f. Nome comum: Protioconazol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

11-a. Titular do registro: Helm do Brasil Mercantil Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: SPIRODICLOFEN Y TÉCNICO HELM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC07622, conforme processo nº 21000.003680/2015-88, protocolado em 26/06/2015.
d. Fabricante: Nome: Yongnong Biosciences Co., Ltd - Endereço: Nº 3, Weiqi Rd (East), Hangzhou Gulf Fine Chemical Zone, Shangyu, 312369, Zhejiang - China.
e. Nome químico: 3-(2,4-dichlorophenyl)-2-oxo-1-oxaspiro[4.5]dec-3-en-4-yl 2,2-dimethylbutyrate.
f. Nome comum: Espirodiclofeno.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

12-a. Titular do registro: CropChem Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: ATRAZINA TÉCNICO CROPCHEM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC07722, conforme processo nº 21000.109767/2021-14, protocolado em 20/12/2021.
d. Fabricante: Nome: Shandong Dehao Chemical Co., Ltd. - Endereço: Lingang Chemical Park Binhai Economic 262737 Weifang - China.
e. Nome químico: 6-cloro-N^2-etil-N^4-isopropil-1,2,3-triazina-2,4-diamina.
f. Nome comum: Atrazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

13-a. Titular do registro: Cropchem Ltda- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: ESPIRODICLOFENO TÉCNICO SRC-CROPCHEM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC07822, conforme processo nº 21000.006287/2015-46, protocolado em 21/09/2015.
d. Fabricante: Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd- Endereço: Nº 1 Xingwang Road, Biological Industrial Park, Zhaoxian Shijiazhuang Hebei - China.
e. Nome químico: 3-(2,4-dichlorophenyl)-2-oxo-1-oxaspiro[4.5]dec-3-en-4-yl 2,2-dimethylbutyrate.
f. Nome comum: Espirodiclofeno.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

14-a. Titular do registro: CropChem Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: PICOXISTROBINA TÉCNICO CROPCHEM III.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC07922, conforme processo nº 21000.051484/2020-87, protocolado em 10/08/2020.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Fopia Chemicals Co., Ltd - Endereço: Nº 1 Zhongshan Road, Coastal Industrial Park Binhai Economic Development Zone Yancheng 224555 Jiangsu - China.
e. Nome químico: methyl (E)-3-methoxy-2-{2-[6-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxymethyl]phenyl}acrylate.
f. Nome comum: Picoxistrobina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

15-a. Titular do registro: CropChem Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: PIMETROZINA TÉCNICO CROPCHEM II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC08022, conforme processo nº 21000.038711/2020-89, protocolado em 15/06/2020.
d. Fabricante: Nome: Hebei Vayong Bio-Chemical Co., Ltd. - Endereço: Nº 06, Middle Huagong Road - Circulation Chemical Industry Park Shijiazhuan - 050000 Hebei - China.
e. Nome químico: (E)-4,5-dihydro-6-methyl-4-(3-pyridylmethyleneamino)-1,2,4-triazin-3(2H)-one.
f. Nome comum: Pimetrozina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

16-a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: PIMETROZINE TÉCNICO NORTOX.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC08122, conforme processo nº 21000.056927/2016-40, protocolado em 17/11/2016.

d. Fabricante: Nome: Hebei Veyong Bio-Chemical Co., Ltd- Endereço: Nº 06, Middle Huagong Road - Circulation Chemical Industry Park Shijiazhuan - 050000 Hebei - China.
e. Nome químico: (E)-4,5-dihydro-6-methyl-4-(3-pyridylmethyleneamino)-1,2,4-triazin-3(2H)-one.
f. Nome comum: Pimetrozina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

17-a. Titular do registro: Nutrien Soluções Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: PIMETROZINA TÉCNICO BRA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC08222, conforme processo nº 21000.050895/2019-11, protocolado em 24/07/2019.
d. Fabricante: Nome: Hebei Veyong Bio-Chemical Co., Ltd- Endereço:Nº 06, Middle Huagong Road - Circulation Chemical Industry Park Shijiazhuan - 050000 Hebei - China.
e. Nome químico: (E)-4,5-dihydro-6-methyl-4-(3-pyridylmethyleneamino)-1,2,4-triazin-3(2H)-one.
f. Nome comum: Pimetrozina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV- Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

18-a. Titular do registro: Ferbru Participações S.A.- Campinas/SP.
b. Marca comercial: PIMETROZINE TÉCNICO FB.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC08322, conforme processo nº 21000.047962/2021-35, protocolado em 22/06/2021.
d. Fabricante: Nome: Hebei Veyong Bio-Chemical Co., Ltd- Endereço: Nº 06, Middle Huagong Road - Circulation Chemical Industry Park Shijiazhuan - 050000 Hebei - China.
e. Nome químico: (E)-4,5-dihydro-6-methyl-4-(3-pyridylmethyleneamino)-1,2,4-triazin-3(2H)-one.
f. Nome comum: Pimetrozina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV- Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

19-a. Titular do registro: Cropchem Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: METOMIL TÉCNICO CROPCHEM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC08422, conforme processo nº 21000.006170/2014-81, protocolado em 03/09/2014.
d. Fabricante: Nome: Nanlong (Lianyungang) Chemicals Co., Ltd.- Endereço: Chemical Industrial Park, Duigougang 222523 Guannan, Lianyungang - China.
e. Nome químico: S-methyl N-(methylcarbamoyloxy)thioacetimidate.
f. Nome comum: Metomil.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

20-a. Titular do registro: Iharabras S.A. Indústrias Químicas- Sorocaba/SP.
b. Marca comercial: PICLORAM TÉCNICO IHARA I.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC08522, conforme processo nº 21000.107221/2021-11, protocolado em 13/12/2021.
d. Fabricante: Nome: Hunan Bide Biochemical Technology Co., Ltd. - Endereço: Ruxi Chemical Industry Zone, Linxiang, Yueyang, 414300, Hunan, China.
e. Nome químico: 4-amino-3,5,6-trichloro-2-pyridinecarboxylic acid.
f. Nome comum: Picloram.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

21-a. Titular do registro: Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda- Campinas/SP.
b. Marca comercial: SPIRODICLOFEN TÉCNICO ROTAM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC08622, conforme processo nº 21000.019273/2016-73, protocolado em 28/04/2016.
d. Fabricante: Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd- Endereço: Nº 1 Xingwang Road, Biological Industrial Park, Zhaoxian Shijiazhuang - Hebei - China.
e. Nome químico: 3-(2,4-dichlorophenyl)-2-oxo-1-oxaspiro[4.5]dec-3-en-4-yl 2,2-dimethylbutyrate.
f. Nome comum: Espirodiclofeno.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

22-a. Titular do registro: Proregistros Registros de Produtos Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: DICAMBA TÉCNICO AS.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC08722, conforme processo nº 21000.020279/2018-55, protocolado em 04/06/2018.
d. Fabricante: Nome:Youjia Crop Protecon Co., Ltd, endereço: Fih TongHai Road, Rudong Coastal Economic Development Zone, Nantong, 226407, Jiangsu, China.
e. Nome químico: 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid.
f. Nome comum: Dicamba.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto muito Perigoso ao meio ambiente.

23-a. Titular do registro: AllierBrasil Agro Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: DICAMBA TÉCNICO SD.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC08822, conforme processo nº 21000.010377/2013-70, protocolado em 20/12/2013.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Good Harvest-Weien Agrochemical Co., Ltd. - Endereço: Laogang, Qidong City, Jiangsu, 226221, China.
e. Nome químico: 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid.
f. Nome comum: Dicamba.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

24-a. Titular do registro: Helm do Brasil Mercantil Ltda- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: IMAZETAPIR Z TECNICO HELM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC08922, conforme processo nº 21000.080680/2021-40, protocolado em 28/09/2021.
d. Fabricante: Nome: Zibo Nab Agrochemicals Limited - Endereço: North of National High-Tech Industrial Development Zone, Zibo 256410 Shandong - China.
e. Nome químico: (RS)-5-ethyl-2-(4-isopropyl-4-methyl-5-oxo-2-imidazolin-2-yl)nicotinic acid.
f. Nome comum: Imazetapir.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

25-a. Titular do registro: Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A.- Fortaleza/CE.
b. Marca comercial: TEBUTIUROM TÉCNICO SUMITOMO BR.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC09022, conforme processo nº 21000.011327/2019-03, protocolado em 27/02/2019.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Kuaida Agrochemical Co, Ltd - Endereço: Rudong Coastal Economic Development Zone, Rudong Yangkou Chemical Industry Park Rudong Yangkou- Jiangsu 226407 – China.
e. Nome químico: 1-(5-tert-butyl-1,3,4-thiadiazol-2-yl)-1,3dimethylurea.
f. Nome comum: Tebutiurom.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

26-a. Titular do registro: Syncrom Assessoria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: PROTHIOCONAZOLE TÉCNICO NT.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC09122, conforme processo nº 21000.077130/2020-62, protocolado em 27/11/2020.
d. Fabricante: Nome: Aba Chemicals (Nantong) Limited - Endereço: Nº 26, Fourth Haibin Road Coastal Economic Development Zone Rudong Jiangsu - China.
e. Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro-1,2,4-triazole-3-thione.
f. Nome comum: Protioconazol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

27-a. Titular do registro: Alta - América Latina Tecnologia Agrícola Ltda.- Curitiba/PR.
b. Marca comercial: GLUFOSINATO TÉCNICO ALTA III.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC09222, conforme processo nº 21000.037833/2021-39, protocolado em 14/05/2021.
d. Fabricante: Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd. - Endereço:Nº1 Xingwang Road, Biological Industrial Park 051530 Shijiazhuang, Hebei - China; Nome: Ningxia Wynca Technology Co., Ltd. - Endereço: Taisha Industrial Park 753401 Pingluo, Ningxia - China.
e. Nome químico: Ammonium (DL)-homoalanin-4-yl(methyl) phosphinate.
f. Nome comum: Glufosinato - sal de Amônio.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

28-a. Titular do registro: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: ACETAMIPRID TÉCNICO UNITED.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC09322, conforme processo nº 21000.010831/2019-88, protocolado em 25/02/2019.
d. Fabricante: Nome: Shandong United Pesticide Industry Co., Ltd.- Endereço: Building 1#, Middle Shengli Road, Daxin Village, Fan Town, Daiyue, 2501000 - Taian City, Shandong - China.
e. Nome químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidin.
f. Nome comum: Acetamiprido.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

29-a. Titular do registro: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: BIFENTHRIN TÉCNICO YANGNONG.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC09422, conforme processo nº 21000.050596/2021-00, protocolado em 30/06/2021.
d. Fabricante: Nome: Youjia Crop Protection Co., Ltd. - Endereço: Fifth TongHai Road, Rudong Coastal Economic Development Zone 226407 Nantong, Jiangsu - China.
e. Nome químico: 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl(Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropane carboxylate.
f. Nome comum: Bifentrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

30-a. Titular do registro: Syncrom Assessoria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: BIFENTHRIN TÉCNICO NGC.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC09522, conforme processo nº 21000.071339/2020-12, protocolado em 05/11/2020.
d. Fabricante: Nome: Youjia Crop Protection Co., Ltd. - Endereço: Fifth TongHai Road, Rudong Coastal Economic Development Zone 226407 Nantong, Jiangsu - China.
e. Nome químico: 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl(Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1-enyl)-2,2-dimethylcyclopropane carboxylate.

f. Nome comum: Bifentrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

31-a. Titular do registro: Albaugh Agro Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: AMICARBAZONE TÉCNICO ALBAUGH.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC09622, conforme processo nº 21000.043480/2018-19, protocolado em 22/10/2018.
d. Fabricante: Nome: Jiangxi Heyi Chemical Co., Ltd. - Endereço: Longcheng Town, Pengze County, Jiujiang City, Jiangxi 332700, China.
e. Nome químico: 4-amino-N-tert-butyl-5-oxo-3-(propan-2-yl)-4,5-dihydro-1H-1,2,4-triazole-1-carboxamide.
f. Nome comum: Amicarbazona.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

32-a. Titular do registro: Solus Indústrias Química Ltda.- Jandaia do Sul/PR.
b. Marca comercial: S-METOLACLOR TÉCNICO SOLUS.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC09722, conforme processo nº 21000.033077/2020-98, protocolado em 15/05/2020.
d. Fabricante: Nome: Shandong Zhongnong Minchang Chemical Industry Co., Ltd - Endereço: N° 516, Yongxin Road, Binbei Town, Binzhou Shandong, China.
e. Nome químico: mixture of 80-100% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-otoluidide and 20-0% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide.
f. Nome comum: S-Metolacloro.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto MUITO PERIGOSO ao meio ambiente.

33-a. Titular do registro: Gilmore Agro do Brasil Ltda. - ME- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: METOMIL TÉCNICO GILMORE.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC09822, conforme processo nº 21000.001088/2015-41, protocolado em 04/03/2015.
d. Fabricante: Nome: Nanlong (Lianyungang) Chemicals Co., Ltd.- Endereço: Chemical Industrial Park, Duigougang 222523 - Guannan - Lianyungang - Jiangsu Province - china.
e. Nome químico: S-methyl N-(methylcarbamoyloxy)thioacetimidate.
f. Nome comum: Metomil.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

34-a. Titular do registro: Ferbru Participações S.A- Campinas/SP.
b. Marca comercial: SPIRODICLOFEN TÉCNICO FB.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC09922, conforme processo nº 21000.068097/2019-46, protocolado em 23/09/2019.
d. Fabricante: Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd. - Endereço: Nº 1 Xingwang Road, Biological Industrial Park, Zhaoxian Shijiazhuang - Hebei - China.
e. Nome químico: 3-(2,4-dichlorophenyl)-2-oxo-1-oxaspiro[4.5]dec-3-en-4-yl 2,2-dimethylbutyrate.
f. Nome comum: Espirodiclofeno.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

35-a. Titular do registro: Tradecorp do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.- Campinas/SP.
b. Marca comercial: DIUROM ASCENZA TÉCNICO II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC10022, conforme processo nº 21000.001292/2015-62, protocolado em 13/03/2015.
d. Fabricante: Nome: Ningxia Ruitai Tecnhology Co., Ltd - Endereço: Fine Chemical Park, Zhongwei Industry Complex Ningxia 755000 China; Nome: Ningxia Wynca Technology Co., Ltd - Endereço: Taisha Industrial Park, Pingluo Ningxia 753401 China.
e. Nome químico: 3-(3,4-dichlorophenyl)-1,1-dimethylurea.
f. Nome comum: Diurom.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

36-a. Titular do registro: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.- São Paulo /SP.
b. Marca comercial: DICAMBA TÉCNICO SYN.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC10122, conforme processo nº 21000.042849/2016-04, protocolado em 31/08/2016.
d. Fabricante: Nome: Youjia Crop Protecon Co., Ltd. - Endereço: Fih TongHai Road, Rudong Coastal Economic Development Zone, Nantong, 226407, Jiangsu, China.
e. Nome químico: 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid.
f. Nome comum: Dicamba.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto muito Perigoso ao meio ambiente.

37-a. Titular do registro: Sulphur Mills do Brasil Importação e Exportação de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: SPIRODICLOFENO TÉCNICO SULPHUR MILLS II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC10222, conforme processo nº 21000.015885/2018-59, protocolado em 27/04/2018.
d. Fabricante: Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd. - Endereço: Nº 1 Xingwang Road, Biological Industrial Park, Zhaoxian Shijiazhuang - Hebei - China.
e. Nome químico: 3-(2,4-dichlorophenyl)-2-oxo-1-oxaspiro[4.5]dec-3-en-4-yl 2,2-dimethylbutyrate.
f. Nome comum: Espirodiclofeno.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

38-a. Titular do registro: Helm do Brasil Mercantil Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: ACETAMIPRID TÉCNICO HELM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC10322, conforme processo nº 21000.011516/2018-97, protocolado em 28/03/2018.
d. Fabricante: Nome: Shandong United Pesticide Industry Co., Ltd.- Endereço: Building 1#, Middle Shengli Road, Daxin Village, Fan Town, Daiyue, 2501000 - Taian City, Shandong - China.
e. Nome químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidin.
f. Nome comum: Acetamiprido.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

39-a. Titular do registro: LEMMA Consultoria e Apoio Administrativo, Agronegócios, Importação e Exportação Ltda.- Campinas/SP.
b. Marca comercial: DIUROM TÉCNICO SINO-AGRI.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC10422, conforme processo nº 21000.052727/2016-18, protocolado em 26/10/2016.
d. Fabricante: Nome: Ningxia Wynca Technology Co., Ltd - Endereço: Taisha Industrial Park, Pingluo Ningxia 753401 China.
e. Nome químico: 3-(3,4-dichlorophenyl)-1,1-dimethylurea.
f. Nome comum: Diurom.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

40-a. Titular do registro: CCAB Agro S.A.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: CICLANILIDA TÉCNICO CCAB.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC10522, conforme processo nº 21000.004857/2014-82, protocolado em 14/07/2014.
d. Fabricante: Nome: Jiangxi Heyi Chemical Co., Ltd - Endereço: Longcheng Town, Pengze County 332700-Jiujiang Jiangxi - China.
e. Nome químico: 1-(2,4-dichloroanilinocarbonyl) cyclopropanecarboxylic acid.
f. Nome comum: Ciclanilida.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto muito Perigoso ao meio ambiente.

41-a. Titular do registro: Sumitomo Chemical Brasil Industria Química S.A.- Fortaleza/CE.
b. Marca comercial: CICLANILIDA TÉCNICA SUMITOMO.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC10622, conforme processo nº 21000.006536/2015-01, protocolado em 29/09/2015.
d. Fabricante: Nome: Jiangxi Heyi Chemical Co., Ltd - Endereço: Longcheng Town, Pengze County 332700-Jiujiang Jiangxi - China.
e. Nome químico: 1-(2,4-dichloroanilinocarbonyl) cyclopropanecarboxylic acid.
f. Nome comum: Ciclanilida.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto muito Perigoso ao meio ambiente.

42-a. Titular do registro: Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: DIFLUBENZUROM TÉCNICO GHARDA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC10722, conforme processo nº 21000.019602/2016-86, protocolado em 29/04/2016.
d. Fabricante: Nome: Gharda Chemicals Limited - Endereço: B-27/29, MIDC, Dombivli (E) 421203 Dist. Thane, Maharashtra State - India.
e. Nome químico: 1-(4-chlorophenyl)-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea.
f. Nome comum: Diflubenzuron.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto muito Perigoso ao meio ambiente.

43-a. Titular do registro: Adama Brasil S/A- Londrina/PR.
b. Marca comercial: CICLANILIDA TÉCNICA ADAMA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC10822, conforme processo nº 21000.038003/2016-61, protocolado em 03/08/2016.
d. Fabricante: Nome: Jiangxi Heyi Chemical Co., Ltd - Endereço: Longcheng Town, Pengze County 332700-Jiujiang Jiangxi - China.
e. Nome químico: 1-(2,4-dichloroanilinocarbonyl) cyclopropanecarboxylic acid.
f. Nome comum: Ciclanilida.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto muito Perigoso ao meio ambiente.

44-a. Titular do registro: Syncrom Assessoria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: TEBUCONAZOLE TÉCNICO NGC.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC10922, conforme processo nº 21000.031939/2020-48, protocolado em 11/05/2020.
d. Fabricante: Nome: Yancheng Huihuang Chemical Co., Ltd. - Endereço: Zhongshan Road (North), Binhai Economic Development Zone Coastal Industrial Park, Jiangsu - China.
e. Nome químico: (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol.
f. Nome comum: Tebuconazol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

45-a. Titular do registro: Gilmore Agro do Brasil Ltda. Me.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: GLUFOSINATO DE AMÔNIO TÉCNICO GILMORE.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC11022, conforme processo nº 21000.003831/2016-89, protocolado em 11/02/2016.
d. Fabricante: Nome: Anhui Futian Agrochemical co., Ltd.- Endereço: Xiangyu Chemical Industrial Park, Dongzhi Town Chizhou City, Anhui - China; Nome: Inner Mongolia Join Dream Fine Chemicals Co., Ltd. - Endereço: Zhongcheng Road East, Wuda Economic Development Zone, Inner Mongolia 016000 - Wuhai - China.
e. Nome químico: ammonium 4-[hydroxy(methyl)phosphinoyl]-DL-homoalaninate.
f. Nome comum: Glufosinato de Amônio.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

46-a. Titular do registro: Mitsui & Co. (Brasil) S.A- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: CLETHODIM TÉCNICO NBL.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC11122, conforme processo nº 21000.004722/2014-17, protocolado em 09/07/2014.
d. Fabricante: Nome: Nisso Basf Agro Co., Ltd. - Endereço: 300, Mukaino-honmachi - Takaoka 933-8507 -Toyama - Japão.
e. Nome químico: (5RS)-2-{(1EZ)-1-[(2E)-3-chloroallyloxyimino]propyl}-5-[(2RS)-2-(ethylthio)propyl]-3-hydroxycyclohex-2-en-1-one.
f. Nome comum: Cletodim.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

47-a. Titular do registro: CCAB Agro S/A- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: CARBENDAZIM TÉCNICO CCAB
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC11222, conforme processo nº 21000.007165/2018-10, protocolado em 28/02/2018.
d. Fabricante: Nome: Anhui Guangxin Agrochemical Group Co., Ltd. endereço: Xiangyu Chemical Industrial Park Dongzhi Couty 247260 China.
e. Nome químico: methyl benzimidazol-2-ylcarbamate.
f. Nome comum: Carbendazim.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio ambiente.

48-a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: EPOXICONAZOLE TÉCNICO NORTOX III;
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC11322, conforme processo nº 21000.036819/2016-51, protocolado em 27/07/2016.
d. Fabricante: Nome: Yongnong Biosciences CO. LTD.endereço: No. 3, Weiqi Rd (East), Hangzhou Gulf Economy and Tecnology Development Zone Shangyu - Zhejiang, 312369 - China.
e. Nome químico: (2RS, 3SR)-1-[3-(2-chlorophenyl)-2,3-epoxy-2-(4-fluorophenyl)propyl]-1H-1,2,4-triazole.
f. Nome comum: Epoxiconazol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

49-a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: EPOXICONAZOLE TÉCNICO NORTOX.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC11422, conforme processo nº 21000.004139/2015-97, protocolado em 15/07/2015.
d. Fabricante: Nome: Shenyang Sciencreat Chemicals Co. Ltd - Endereço: Xihejiubei St17, Chemical Industry Area, Shenuang ETDZ Shenyang, Liaoning - China.
e. Nome químico: (2RS, 3SR)-1-[3-(2-chlorophenyl)-2,3-epoxy-2-(4-fluorophenyl)propyl]-1H-1,2,4-triazole.
f. Nome comum: Epoxiconazol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

50-a. Titular do registro: CropChem Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: EPOXICONAZOLE TÉCNICO CROPCHEM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC11522, conforme processo nº 21000.006439/2015-19, protocolado em 24/09/2015.
d. Fabricante: Nome: Yongnong Biosciences CO. LTD.* - Endereço: No. 3, Weiqi Rd (East), Hangzhou Gulf Economy and Tecnology Development Zone Shangyu - Zhejiang, 312369 - China.
e. Nome químico: (2RS, 3SR)-1-[3-(2-chlorophenyl)-2,3-epoxy-2-(4-fluorophenyl)propyl]-1H-1,2,4-triazole.
f. Nome comum: Epoxiconazol.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

51-a. Titular do registro: Lemma Consultoria e Apoio Administrativo, Agronegócios, Importação e Exportação Ltda.- Campinas/SP.
b. Marca comercial: AMETRYN TÉCNICO SINO-AGRI.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC11622, conforme processo nº 21000.008418/2015-20, protocolado em 15/12/2015.
d. Fabricante: Nome: Shandong Binnong Technology Co., Ltd. - Endereço: N º 518, Yongxin Road - Binzhou Binbei Town Shandong - China.
e. Nome químico: N^2-ethyl-N^4-isopropyl-6-methylthio-1,3,5-triazine-2,4-diamine.
f. Nome comum: Ametrina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

52-a. Titular do registro: LEMMA Consultoria e Apoio Administrativo, Agronegócios, Importação e Exportação Ltda.- Campinas/SP.
b. Marca comercial: SPIRODICLOFEN TÉCNICO SINO-AGRI.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC11722, conforme processo nº 21000.030028/2016-17, protocolado em 22/06/2016.
d. Fabricante: Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd. - Endereço: Nº 1 Xingwang Road, Biological Industrial Park, Zhaoxian Shijiazhuang Hebei - China.
e. Nome químico: 3-(2,4-dichlorophenyl)-2-oxo-1-oxaspiro[4.5]dec-3-en-4-yl 2,2-dimethylbutyrate.
f. Nome comum: Espirodiclofeno.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

53-a. Titular do registro: Adama Brasil S/A- Londrina/PR.
b. Marca comercial: ESPIRODICLOFENO TÉCNICO ADAMA.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC11822, conforme processo nº 21000.000159/2015-99, protocolado em 12/01/2015.
d. Fabricante: Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd. endereço: Nº 1 Xingwang Road, Biological Industrial Park, Zhaoxian Shijiazhuang Hebei - China.
e. Nome químico: 3-(2,4-dichlorophenyl)-2-oxo-1-oxaspiro[4.5]dec-3-en-4-yl 2,2-dimethylbutyrate.
f. Nome comum: Espirodiclofeno.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

54-a. Titular do registro: Helm do Brasil Mercantil Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: SPIRODICLOFEN R TÉCNICO HELM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC11922, conforme processo nº 21000.061977/2016-49, protocolado em 16/12/2016.
d. Fabricante: Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd. - Endereço: Nº 1 Xingwang Road, Biological Industrial Park, Zhaoxian Shijiazhuang Hebei - China.
e. Nome químico: 3-(2,4-dichlorophenyl)-2-oxo-1-oxaspiro[4.5]dec-3-en-4-yl 2,2-dimethylbutyrate.
f. Nome comum: Espirodiclofeno.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

55-a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: ESPIRODICLOFEN TÉCNICO NORTOX.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC12022, conforme processo nº 21000.000255/2015-37, protocolado em 16/01/2015.
d. Fabricante: Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd. - Endereço: Nº 1 Xingwang Road, Biological Industrial Park, Zhaoxian, Shijiazhuang 051530 Hebei - China; Nome: Yongnong Biosciences Co., Ltd - Endereço: Nº 3, Weiqi Rd (East), Hangzhou Gulf Fine Chemical Zone, Shangyu 312369 Zhejiang-China.
e. Nome químico: 3-(2,4-dichlorophenyl)-2-oxo-1-oxaspiro[4.5]dec-3-en-4-yl 2,2-dimethylbutyrate.
f. Nome comum: Espirodiclofeno.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

56-a. Titular do registro: Syncrom Assessoria e Comércio de Produtos Agropecuários-São Paulo/SP.
b. Marca comercial: ACEFATO TÉCNICO SYNCROM.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC12122, conforme processo nº 21000.040448/2017-92, protocolado em 18/09/2017.
d. Fabricante: Nome: Nantong Weilike Chemical Co., Ltd. - Endereço: Fourth Yangkou Road, Chemical Industrial Park Yangkou Coastal Economic Development Zone Rudong County, Nantong City 226407 - Jiangsu - China.
e. Nome químico: O,S-dimethyl acetylphosphoramidothioate.
f. Nome comum: Acefato.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

57-a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: ACEFATO TÉCNICO NORTOX II.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC12222, conforme processo nº 21000.011652/2017-04, protocolado em 13/03/2017.
d. Fabricante: Nome: Nantong Weilike Chemical Co., Ltd. - Endereço: Fourth Yangkou Road, Chemical Industrial Park Yangkou Coastal Economic Development Zone Rudong County Jiangsu 226407 China.
e. Nome químico: O,S-dimethyl acetylphosphoramidothioate.
f. Nome comum: Acefato.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

58-a. Titular do registro: AllierBrasil Agro Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: PIMETROZINA TÉCNICO SOLUS.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC12322, conforme processo nº 21000.084748/2019-45, protocolado em 22/11/2019.
d. Fabricante: Nome: Hebei Veyong Bio-Chemical Co., Ltd. - Endereço: Nº 06, Middle Huagong Road - Circulation Chemical Industry Park Shijiazhuan - 050000 Hebei - China.
e. Nome químico: (E)-4,5-dihydro-6-methyl-4-(3-pyridylmethyleneamino)-1,2,4-triazin-3(2H)-one.
f. Nome comum: Pimetrozina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

59-a. Titular do registro: Ferbru Participações S.A.- Campinas/SP.
b. Marca comercial: FLUMIOXAZIN TÉCNICO FB.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC12422, conforme processo nº 21000.015774/2018-42, protocolado em 27/2018.

d. Fabricante: Nome: Yifan Biotechnology Group Co. Ltd. - Endereço: N° 555 Changan Road, Yaoxi Subdistrict, Longwan district, 325013, Wenzhou, Zhejiang, China.
e. Nome químico: N-(7-fluoro-3,4-dihydro-3-oxo-4-prop-2-ynyl-2H-1,4- benzoxazin-6-yl)cyclohex-1-ene-1,2-dicarboxamide.
f. Nome comum: Flumioxazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

60-a. Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: PICOXISTROBINA TÉCNICO RAINBOW.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC12522, conforme processo nº 21000.037052/2016-87, protocolado em 28/07/2016.
d. Fabricante: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area, Weifang, Shandong, 262737, China.
e. Nome químico: methyl (E)-3-methoxy-2-{2-[6-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxymethyl]phenyl}acrylate.
f. Nome comum: Picoxistrobina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

61-a. Titular do registro: BIORISK - Assessoria e Comércio de Produtos Ltda.- São Paulo/SP.
b. Marca comercial: ATRAZINE TÉCNICO EAGROW.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC12622, conforme processo nº 21000.013651/2016-13, protocolado em 30/03/2016.
d. Fabricante: Nome: Shandong Dehao Chemical Co., Ltd. - Endereço: Lingang Chemical Park Binhai Economic 262737 Weifang - China.
e. Nome químico: 6-cloro-N^2-etil-N^4-isopropil-1,2,3-triazina-2,4-diamina.
f. Nome comum: Atrazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

62-a. Titular do registro: Lemma Consultoria e Apoio Administrativo, Agronegócio, Importação e Exportação Ltda.- Campinas/SP.
b. Marca comercial: ATRAZINE TÉCNICO SINO-AGRI.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC12722, conforme processo nº 21000.015078/2016-74, protocolado em 06/04/2016.
d. Fabricante: Nome: Shandong Dehao Chemical Co., Ltd. - Endereço: Lingang Chemical Park Binhai Economic 262737 Weifang - China; Nome: Shandong Binnong Technology Co., Ltd. - Endereço: N º 518, Yongxin Road, Binbei Town 256500 Binzhou, Shandong - China.
e. Nome químico: 6-cloro-N^2-etil-N^4-isopropil-1,2,3-triazina-2,4-diamina.
f. Nome comum: Atrazina.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

63-a. Titular do registro: Nortox S/A- Arapongas/PR.
b. Marca comercial: DICAMBA TÉCNICO NORTOX V.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC12822, conforme processo nº 21000.055331/2020-17, protocolado em 27/08/2020.
d. Fabricante: Nome: Youjia Crop Protecon Co., Ltd., endereço: Fih TongHai Road, Rudong Coastal Economic Development Zone, Nantong, 226407, Jiangsu, China.
e. Nome químico: 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid.
f. Nome comum: Dicamba.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto muito Perigoso ao meio ambiente.

64-a. Titular do registro: Alta - América Latina Tecnologia Agrícola Ltda.- Curitiba /PR.
b. Marca comercial: GLIFOSATO TÉCNICO ALTA III.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC12922, conforme processo nº 21000.008403/2013-08, protocolado em 03/10/2013.
d. Fabricante: Nome: Sichuan Leshan Fuhua Tongda Agro-Chemical Technology Co. Ltd. - Endereço: Qiaogou Town, Wutongqiao District 614800 Leshan City , Sichuan, China.
e. Nome químico: N-(phosphomethyl) glycine.
f. Nome comum: Glifosato.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

65-a. Titular do registro: Cropchem Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: DICAMBA TÉCNICO CROPCHEM I.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC13022, conforme processo nº 21000.031597/2018-41, protocolado em 20/08/2018.
d. Fabricante: Nome: Jiangsu Changqing Agrochemical Nantong Co., Ltd., endereço: Nº 3, Haibin Road, Chemical Industrial Zone, Open Coastal Economic Zone, Rudong County, Nantong City Jiangsu - China.
e. Nome químico: 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid.
f. Nome comum: Dicamba.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto muito Perigoso ao meio ambiente.

66-a. Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.- Porto Alegre/RS.
b. Marca comercial: CARBENDAZIM TÉCNICO RAINBOW.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC13122, conforme processo nº 21000.008463/2012-31, protocolado em 03/10/2012.
d. Fabricante: Nome: Anhui Guangxin Agrochemical Group Co., Ltd., endereço: Xiangyu Chemical Industrial Park, Dongzhi County 247260 - Anhui - China.
e. Nome químico: methyl benzimidazol-2-ylcarbamate.
f. Nome comum: Carbendazim.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio ambiente.

67-a. Titular do registro: Adama Brasil S/A.- Londrina/PR.
b. Marca comercial: CARBENDAZIM TÉCNICO ADAMA BR.
c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com Registro nº TC13222, conforme processo nº 21000.002911/2016-17, protocolado em 03/02/2016.
d. Fabricante: Nome: Anhui Guangxin Agrochemical Group Co., Ltd., endereço: Xiangyu Chemical Industrial Park, Dongzhi County 247260 - Anhui - China.
e. Nome químico: methyl benzimidazol-2-ylcarbamate.
f. Nome comum: Carbendazim.
g. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.
h. Indicação de uso: Trata-se produto técnico.
i. Classificação toxicológica: O perfil toxicológico foi considerado equivalente ao produto técnico de referência.
j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio ambiente.

ANDRE FELIPE CARRAPATOSO PERALTA DA SILVA

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 48, DE 3 DE JUNHO DE 2022

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso nº 409/2022/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.009949/2018-51, resolve:

Art. 1º- Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.009949/2018-51.

Art. 2º- Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 10/2019, art. 2º, item 24, de 29/01/2019, publicada no D.O.U. em 30/01/2019, que indeferiu o pedido de renovação a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º- Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo LAR DE IDOSOS NELSON PEREIRA, CNPJ: 53.209.862/0001-95, com validade de 05 (cinco) anos de 05/03/2018 a 04/03/2023 nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELONIA DOS SANTOS ARAUJO BARBOSA

PORTARIA Nº 53, DE 3 DE JUNHO DE 2022

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos da Revisão Administrativa constante na Nota Técnica nº 24/2022/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, exarada nos autos do Processo nº 23000.002763/2015-85, resolve:

Art. 1º Anular a Portaria nº 346/2018, art. 2°, item 2, de 29/11/2018, publicada no D. O.U de 30/11/2018 referente à entidade INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL DIAS DA CRUZ, CNPJ: 44.599.058/0001-79, de Campinas-SP, em razão de solicitação do Ministério da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

PORTARIA Nº 57, DE 3 DE JUNHO DE 2022

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 26/2022/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.077433/2009-48; resolve:

Art. 1º- Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 71000.077433/2009-48.

Art. 2º- Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria SNAS nº 7/2015 de 27/01/2015 publicada no D.O.U de 30/01/2015, que indeferiu o pedido de CONCESSÃO a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º- Deferir a CONCESSÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Rio de Janeiro- APAE, CNPJ: 33.734.922/0001-81, com validade de 03 (três) anos, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União da presente Portaria, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

MARIA YVELONIA DOS SANTOS ARAUJO BARBOSA

PORTARIA Nº 60, DE 3 DE JUNHO DE 2022

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atender os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo e número do parecer técnico:

1) ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS E MENTAIS DE ARAPIRACA, 24.176.992/0001-70, ARAPIRACA/AL 25000.114418/2021-67, 57353/2022.

2) CASA DO MENOR TRABALHADOR DE NATAL, 24.192.643/0001-42, NATAL/RN 71000.039236/2018-11, 54800/2022.

3) ALLAN KARDEC ALICE PEREIRA, 44.277.424/0001-73, GUARULHOS/SP 23000.022821/2018-30, 56488/2022.

4) ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MADRE TERESA DE CALCUTÁ, 03.634.390/0001-40, TAUBATE/SP 235874.0019020/2020, 57092/2022.

Art. 2º Deferir as concessões de certificação de entidade beneficente de assistência social, protocolada no Portal de Serviços da Cidadania Digital instituído pela Portaria nº 2.690/2018, publicada no D.O.U de 31/12/2018, por atender os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U., nos termos do art. 5º, do Decreto nº 8.242/2014, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, e nº do protocolo eletrônico das seguinte entidades:

1) LAR FRANCISCO DE ASSIS GRUPO ESPIRITA IRMAO SARMENTO, 18.382.095/0001-10, MACEIÓ/AL, 235874.0022932/2020.

2) ASSOCIAÇÃO BAIANA DE DEFICIENTES FISICOS - ABADEF, 15.678.964/0001-60, SALVADOR/BA, 235874.0144311/2021.

3) ASSOCIAÇÃO DE SURDOS CENTRO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DE JEQUIÉ-ASCEEJE, 09.338.610/0001-74, JEQUIÉ/BA, 235874.0199130/2021.

4) ABRIGO EVANGELICO JESUS CRISTO É O SENHOR, 00.975.314/0001-00, ANÁPOLIS/GO, 235874.0166560/2021.

5) LAR FREDERICO OZANAM, 01.451.815/0001-50, BARBACENA/MG, 235874.0016233/2020.

6) VILA VICENTINA DE BOA ESPERANCA, 18.781.765/0001-71, BOA ESPERANÇA/MG, 235874.0028146/2020.

7) ASSOCIAÇÃO MOVE CULTURA, 11.197.128/0001-03, CONTAGEM/MG, 235874.0029695/2021.

8) ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, 20.296.620/0001-27, DIVINO/MG, 235874.0029613/2021.

9) ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS RENAIS CRONICOS DE MS, 26.844.415/0001-35, CAMPO GRANDE/MS, 235874.0009733/2019.

10) CASA DE PASSAGEM RESGATE, 31.608.563/0001-90, CAMPO GRANDE/MS, 235874.0053124/2021.

11) INSTITUIÇÃO PIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 04.981.882/0001-74, BELÉM/PA, 235874.0015042/2020.

12) CARITAS DIOCESANA DE PALMAS, 78.072.253/0001-68, PALMAS/PR, 235874.0076723/2021.

13) ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ESCOLA OFICINA ADELIRIA MEURER, 03.155.531/0001-41, FRANCISCO BELTRÃO/PR, 235874.0102982/2021.

14) UNIAO PARANAENSE DE APOIO A CRIANCA COM CANCER E PESSOA COM DEFICIENCIA - UNIPACC, 07.844.212/0001-02, CURITIBA/PR, 235874.0139144/2021.

15) MINISTÉRIO EVANGÉLICO PROVIDA - MEPROVI, 80.507.718/0001-08, LONDRINA/PR, 235874.0211747/2021.

16) ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA IGUACU, 36.065.894/0001-45, NOVA IGUAÇU/RJ, 235874.0064777/2021.

17) CENTRO SOCIAL IMACULADO CORACAO DE MARIA, 28.814.127/0001-63, BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ, 235874.0139036/2021.

18) NÚCLEO SÓCIO CULTURAL SEMENTE DO AMANHÃ, 07.466.994/0001-85, RIO DE JANEIRO/RJ, 235874.0147603/2021.

19) ASSOCIACAO ESPIRITA BENEFICENTE LAR DO IDOSO DE JUNDIAI, 08.509.647/0001-55, JUNDIAÍ/SP, 235874.0005479/2019.

20) INSTITUTO CAMPB, 71.551.238/0001-53, BERTIOGA/SP, 235874.0008866/2019.

21) FEAG FEDERACAO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS GUACUANAS, 61.712.287/0001-77, MOGI GUAÇU/SP, 235874.0022234/2020.

22) REDE RIOCLARENSE DE COMBATE AO CANCER CARMEM PRUDENTE, 96.506.720/0001-00, RIO CLARO/SP, 235874.0059159/2021.

23) OBRAS ASSISTENCIAIS DR. ISMAEL ALONSO Y ALONSO, 01.730.128/0001-73, FRANCA/SP, 235874.0096177/2021.

24) ONG SEMENTES DO AMANHA, 22.474.228/0001-56, TABOÃO DA SERRA/SP, 235874.0032049/2021.

25) INSTITUTO BOA VISAO E SAUDE, 09.151.750/0001-39, PRAIA GRANDE/SP, 235874.0126322/2021.

26) CENTRO SOCIAL SANTA RITA DE CÁSSIA, 44.859.981/0001-00, PRESIDENTE PRUDENTE/SP, 235874.0188870/2021.

27) ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTE VISUAIS DE SALTO, 04.306.927/0001-05, SALTO/SP, 235874.0200306/2021.

28) PROVEDORIA DA COMUNIDADE PORTUGUESA DE SÃO PAULO, 62.662.077/0001-84, SÃO PAULO/SP, 235874.0208661/2021.

29) ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BEM AVENTURANÇA, 03.056.077/0001-71, CAPÃO BONITO/SP, 235874.0210556/2021.

Art. 3º Pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 37, § 1º, da Lei Complementar nº 187/2021.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELONIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

PORTARIA Nº 61, DE 3 DE JUNHO DE 2022

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades por atenderem os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, nº do processo, número do parecer técnico e período de validade de certificação:

1) ASSOCIAÇÃO COLORINDO A VIDA, 09.112.341/0001-23, BELEM/PA, 71000.062623/2020-76, 46997/2022, de 06/11/2021 a 05/11/2024.

2) ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RENASCER, 00.417.085/0001-08, CURITIBA/PR, 71000.000177/2021-97, 46997/2022, de 23/11/2021 a 22/11/2024.

3) INSTITUTO PRESBITERIANO ALVARO REIS DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, 33.906.702/0001-98, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.040513/2017-58, 46997/2022, de 01/01/2018 a 31/12/2020.

4) CENTRAL DE OPORTUNIDADES, 39.845.862/0001-50, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.009919/2018-44, 46997/2022, de 22/02/2018 a 21/02/2021.

5) CENTRO EDUCACIONAL NOSSO MUNDO, 42.375.097/0001-67, RIO DE JANEIRO/RJ, 71000.061334/2020-50, 46997/2022, de 26/07/2021 a 25/07/2024.

6) ASSOCIAÇÃO DE PREVENÇÃO, ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE RIBEIRÃO PIRES, 57.621.377/0001-85, RIBEIRAO PIRES/SP, 25000.226764/2018-91, 46997/2022, de 01/01/2019 a 31/12/2021.

Art. 2º Deferir as renovações de certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, protocolada no Portal de Serviços da Cidadania Digital instituído pela Portaria nº 2.690/2018, publicada no D.O.U de 31/12/2018, por atender os requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009, dispostas por nome da entidade, CNPJ, município/UF, e nº do protocolo eletrônico e período de validade de certificação:

1)ASSOCIACAO DOS AMIGOS E MORADORES DO BAIRRO BAIXAO, 12.842.480/0001-17, ARAPIRACA/AL, 235874.0031238/2021 de 26/04/2021 a 25/04/2026.

2)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE ALAGOINHAS, 13.341.359/0001-74, ALAGOINHAS/BA, 235874.0032813/2021 de 14/03/2021 a 13/03/2024.

3)PARQUE SOCIAL - EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 13.962.154/0001-06, SALVADOR/BA, 235874.0085222/2021 de 28/04/2021 a 27/04/2024.

4)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS JACOBINA, 16.256.083/0001-14, JACOBINA/BA, 235874.0121041/2021 de 28/08/2021 a 27/08/2024.

5)INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, 12.247.839/0001-08, FORTALEZA/CE, 235874.0028101/2020 de 11/06/2021 a 10/06/2024.

6)FEDERACAO NACIONAL DAS APAES, 62.388.566/0001-90, BRASÍLIA/DF, 235874.0196976/2021 de 28/11/2021 a 27/11/2024.

7)ASSOCIACAO DOS AMIGOS DOS AUTISTAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO-AMAES, 04.889.666/0001-01, VITÓRIA/ES, 235874.0174624/2021 de 30/01/2022 a 29/01/2025.

8)APAE - ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 00.923.377/0001-12, CRISTALINA/GO, 235874.0024720/2020 de 10/11/2021 a 09/11/2026.

9)LAR MARIA CLARA, 19.693.662/0001-12, CONTAGEM/MG, 235874.0008393/2019 de 10/11/2019 a 09/11/2022.

10)SOCIEDADE BENEFICENTE DR GERALDO PINHEIRO OSORIO, 23.438.500/0001-05, PEDRALVA/MG, 235874.0010275/2019 de 16/05/2020 a 15/05/2025.

11)ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS DA ZONA DA MATA E VERTENTES DE MINAS GERAIS - ABILPI, 11.201.851/0001-19, TOCANTINS/MG, 235874.0031070/2021 de 26/04/2021 a 25/04/2026.

12)LAR PARA IDOSOS IRMA TEREZA, 21.896.121/0001-33, PEDRO LEOPOLDO/MG, 235874.0054829/2021 de 01/04/2021 a 31/03/2024.

13)LAR VICENTINO DIVINO FERREIRA BRAGA, 21.171.681/0001-20, BETIM/MG, 235874.0073557/2021 de 06/11/2021 a 05/11/2024.

14)ASPAV - ACAO SOCIAL DA PAROQUIA DE VESPASIANO, 01.029.147/0001-77, VESPASIANO/MG, 235874.0030082/2021 de 02/12/2021 a 01/12/2026.

15)FUNDAÇÃO CDL-BH PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 22.441.463/0001-21, BELO HORIZONTE/MG, 235874.0099526/2021 de 29/05/2021 a 28/05/2024.

16)VILA VICENTINA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE ABAETÉ, 04.128.949/0001-22, ABAETÉ/MG, 235874.0124658/2021 de 28/09/2021 a 27/09/2026.

17)GRUPO DAS SAMARITANAS NUCELO SABARA, 20.234.365/0001-98, SABARÁ/MG, 235874.0168578/2021 de 20/09/2021 a 19/09/2026.

18)SAMARITANA SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA A POBRES, 20.913.810/0001-46, DIVINÓPOLIS/MG, 235874.0170894/2021 de 02/12/2021 a 01/12/2026.

19)ORGANIZAÇAO SOCIAL VIDA PLENA, 12.134.197/0001-30, UBERLÂNDIA/MG, 235874.0170824/2021 de 31/10/2021 a 30/10/2026.

20)LAR DA ESPERANCA, 01.531.026/0001-29, UBERABA/MG, 235874.0176371/2021 de 13/05/2022 a 12/05/2025.

21)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXPEPCIONAIS, 41.885.005/0001-26, ELÓI MENDES/MG, 235874.0189390/2021 de 29/10/2021 a 28/10/2026.

22)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 17.759.168/0001-88, UBÁ/MG, 235874.0191491/2021 de 01/01/2022 a 31/12/2024.

23)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANÉSIA, 21.417.837/0001-00, GUARANÉSIA/MG, 235874.0195992/2021 de 30/12/2021 a 29/12/2026.

24)ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, 17.951.161/0001-63, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG, 235874.0197928/2021 de 21/12/2021 a 20/12/2024.

25)ASSOC.DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCI APAE DE P.OLEGARIO, 01.517.298/0001-74, PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG, 235874.0202405/2021 de 26/03/2022 a 25/03/2027.

26)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE DE MATUTINA, 02.498.895/0001-61, MATUTINA/MG, 235874.0202445/2021 de 30/11/2021 a 29/11/2026.

27)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MONTES CLAROS, 21.353.925/0001-96, MONTES CLAROS/MG, 235874.0175252/2021 de 13/10/2022 a 12/10/2025.

28)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MINDURI, 04.751.216/0001-40, MINDURI/MG, 235874.0206730/2021 de 13/05/2022 a 12/05/2027.

29)LAR DA CRIANÇA ADEODATO DOS REIS MEIRELLES, 19.127.372/0001-01, CRUZÍLIA/MG, 235874.0209671/2021 de 31/10/2021 a 30/10/2026.

30)APAE-ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 01.657.456/0001-91, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, 235874.0183748/2021 de 25/11/2022 a 24/11/2025.

31)CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR COMUNIDADE VIVA, 24.301.202/0001-31, CARUARU/PE, 235874.0107154/2021 de 08/06/2021 a 07/06/2024.

32)ASSOCIACAO CASA ESPERANCA E VIDA DE ASSISTENCIA AS PESSOAS COM CANCER, 17.214.201/0001-94, TERESINA/PI, 235874.0193040/2021 de 21/12/2021 a 20/12/2024.

33)REVEPAR-RECANTO DA VELHICE DE PARAÍSO, 77.672.160/0001-01, PARAÍSO DO NORTE/PR, 235874.0008632/2019 de 23/07/2020 a 22/07/2025.

34)ASILO SÃO VICENTE DE PAULO DE CARLÓPOLIS, OBRA UNIDA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO SSVP, 75.443.481/0001-09, CARLÓPOLIS/PR, 235874.0019149/2020 de 18/12/2020 a 17/12/2025.

35)SOCIEDADE ESPÍRITA FRANCISCO DE ASSIS DE AMPARO AOS NECESSITADOS, 80.241.144/0001-79, PONTA GROSSA/PR, 235874.0026237/2020 de 30/11/2020 a 29/11/2023.

36)ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, 95.642.302/0001-70, MANDAGUAÇU/PR, 235874.0045364/2021 de 29/05/2021 a 28/05/2024.

37)LAR MADRE CECILIA DE AMPARO A IDOSOS, 81.880.999/0001-02, URAÍ/PR, 235874.0059319/2021 de 04/07/2021 a 03/07/2026.

38)ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI GUAIRA, 77.418.655/0001-09, GUAÍRA/PR, 235874.0173444/2021 de 29/09/2021 a 28/09/2024.

39)FUNDAÇÃO PATO-BRANQUENSE DO BEM ESTAR - FUNDABEM, 77.013.506/0001-60, PATO BRANCO/PR, 235874.0190400/2021 de 28/12/2021 a 27/12/2026.

40)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ASTORGA, 75.349.837/0001-40, ASTORGA/PR, 235874.0191668/2021 de 18/09/2022 a 17/09/2025.

41)CENTRO DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL, 00.526.026/0001-78, FAZENDA RIO GRANDE/PR, 235874.0200003/2021 de 28/02/2022 a 27/02/2027.

42)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 78.677.093/0001-80, DOIS VIZINHOS/PR, 235874.0211797/2021 de 05/04/2022 a 04/04/2025.

43)GRUPO ESPÍRITA RECANTO DA PRECE, 68.845.494/0001-49, RIO DE JANEIRO/RJ, 235874.0055671/2021 de 27/03/2021 a 26/03/2026.

44)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 30.398.556/0001-49, BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ, 235874.0144302/2021 de 18/12/2021 a 17/12/2024.

45)INSTITUTO METODISTA CARLOTA PEREIRA LOURO, 28.866.986/0001-04, TRÊS RIOS/RJ, 235874.0160358/2021 de 28/09/2021 a 27/09/2024.

46)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DE UBÁ, 08.923.842/0001-27, SÃO JOSÉ DE UBÁ/RJ, 235874.0165895/2021 de 30/11/2021 a 29/11/2024.

47)AGENCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS SUDESTE BRASILEIRA, 16.524.054/0001-96, PETRÓPOLIS/RJ, 235874.0116311/2021 de 31/10/2021 a 30/10/2024.

48)CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO', 40.772.568/0001-45, MOSSORÓ/RN, 235874.0145937/2021 de 02/10/2021 a 01/10/2024.

49)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DO MUNICIPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS RO, 07.487.330/0001-00, ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 235874.0032389/2021 de 28/02/2021 a 27/02/2026.

50)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ESCOLA PARA VIDA, 03.865.973/0001-81, ARIQUEMES/RO, 235874.0052296/2021 de 27/03/2021 a 26/03/2026.

51)ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA AGOSTINI - AEA, 90.779.745/0001-93, PASSO FUNDO/RS, 235874.0009824/2019 de 17/11/2020 a 16/11/2023.

52)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JAGUARI, 92.455.377/0001-53, JAGUARI/RS, 235874.0130194/2021 de 31/10/2021 a 30/10/2026.

53)APAE DE CAXIAS DO SUL, 88.659.388/0001-88, CAXIAS DO SUL/RS, 235874.0168209/2021 de 01/01/2022 a 31/12/2024.

54)ASSOCIAÇÃO BENTOGONÇALVENSE DE CONVIVÊNCIA E APOIO À INFÂNCIA E JUVENTUDE-ABRAÇAÍ, 88.669.957/0001-76, BENTO GONÇALVES/RS, 235874.0177989/2021 de 14/09/2022 a 13/09/2027.

55)ASSOCIACAO DAS DAMAS DE CARIDADE DE SANTA ROSA, 95.823.563/0001-96, SANTA ROSA/RS, 235874.0206029/2021 de 21/12/2021 a 20/12/2024.

56)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ITAPOÁ, 02.216.998/0001-91, ITAPOÁ/SC, 235874.0002427/2019 de 17/05/2020 a 16/05/2025.

57)SOCIEDADE ESPIRITA DE RECUPERAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO, 83.886.648/0001-34, FLORIANÓPOLIS/SC, 235874.0023224/2020 de 01/01/2021 a 31/12/2023.

58)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IÇARA, 83.852.350/0001-03, IÇARA/SC, 235874.0043602/2021 de 01/04/2021 a 31/03/2024.

59)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, 82.829.284/0001-98, VIDEIRA/SC, 235874.0087937/2021 de 12/05/2022 a 11/05/2025.

60)ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS DE ITAJAÍ E REGIÃO, 00.662.103/0001-17, ITAJAÍ/SC, 235874.0166951/2021 de 28/02/2022 a 27/02/2027.

61)AMA - ASSOCIACAO DOS PAIS E AMIGOS DOS AUTISTAS DE CAMPOS NOVOS, 11.408.672/0001-57, CAMPOS NOVOS/SC, 235874.0189940/2021 de 31/10/2021 a 30/10/2024.

62)ICOM - INSTITUTO COMUNITARIO GRANDE FLORIANOPOLIS, 07.756.988/0001-62, FLORIANÓPOLIS/SC, 235874.0189974/2021 de 18/06/2022 a 17/06/2025.

63)FUNDAÇÃO PADRE LUIZ FACCHINI PRO SOLIDARIEDADE E VIDA, 00.783.143/0001-17, JOINVILLE/SC, 235874.0211277/2021 de 18/12/2021 a 17/12/2026.

64)INSTITUTO RAHAMIM, 10.419.634/0001-37, ARACAJU/SE, 235874.0062648/2021 de 27/03/2021 a 26/03/2026.

65)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ALZIRA DENISE HERTZOG DA SILVA - ABADHS, 04.399.776/0001-87, SÃO PAULO/SP, 235874.0001254/2019 de 19/07/2019 a 18/07/2022.

66)OBRAS SOCIAIS DO CENTRO ESPIRITA WANTUIL DE FREITAS - DEUS, CRISTO E CARIDADE, 71.731.459/0001-03, COTIA/SP, 235874.0001422/2019 de 22/09/2019 a 21/09/2022.

67)CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA SANTA LUZIA, 53.834.560/0001-08, SÃO PAULO/SP, 235874.0004230/2019 de 19/08/2019 a 18/08/2022.

68)UNIÃO MUNICIPAL ESPÍRITA DE PIRASSUNUNGA, 54.851.399/0001-43, PIRASSUNUNGA/SP, 235874.0004161/2019 de 30/06/2019 a 29/06/2024.

69)LAR SÃO VICENTE DE PAULO, 44.587.095/0001-67, AVARÉ/SP, 235874.0003378/2019 de 02/05/2020 a 01/05/2023.

70)COMUNIDADE DAS FAMÍLIAS SÃO PEDRO, 45.113.750/0001-08, FERNANDÓPOLIS/SP, 235874.0008262/2019 de 31/07/2020 a 30/07/2025.

71)CENTRO REGIONAL DE REGISTRO E ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA DE PIRACICABA, 55.338.842/0001-40, PIRACICABA/SP, 235874.0011094/2020 de 24/12/2020 a 23/12/2023.

72)GUARDA MIRIM DE SANTA BÁRBARA D´OESTE, 51.420.172/0001-55, SANTA BÁRBARA DOESTE/SP, 235874.0023373/2020 de 16/02/2021 a 15/02/2024.

73)FUNDACAO PADRE EUCLIDES NUNES, 06.309.939/0001-19, PAULÍNIA/SP, 235874.0024610/2020 de 31/10/2020 a 30/10/2025.

74)ASSOCIACAO BENEFICENTE ESCANDINAVA NORDLYSET, 61.634.770/0001-80, SÃO PAULO/SP, 235874.0025732/2020 de 19/12/2020 a 18/12/2023.

75)RECANTO DE CAMPOS NOVOS PAULISTA, 13.260.697/0001-81, CAMPOS NOVOS PAULISTA/SP, 235874.0026382/2020 de 11/10/2020 a 10/10/2025.

76)RECANTO VICENTINO ABRIGO PARA VELHOS, 54.703.004/0001-65, DUARTINA/SP, 235874.0028061/2020 de 13/04/2021 a 12/04/2024.

77)CASA DO BOM MENINO, 54.407.838/0001-23, PIRACICABA/SP, 235874.0032267/2021 de 06/05/2021 a 05/05/2024.

78)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARARAQUARA, 43.976.844/0001-85, ARARAQUARA/SP, 235874.0094713/2021 de 01/01/2022 a 31/12/2024.

79)ASSOCIACAO CASA DE APOIO INFANTIL MARIA AUGUSTA DO AMARAL CESARINO, 13.665.784/0001-19, JAÚ/SP, 235874.0098322/2021 de 02/12/2021 a 01/12/2024.

80)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PEDRO, 96.511.456/0001-95, SÃO PEDRO/SP, 235874.0103845/2021 de 11/06/2021 a 10/06/2026.

81)ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPINAS, 46.079.281/0001-10, CAMPINAS/SP, 235874.0118144/2021 de 01/01/2022 a 31/12/2024.

82)ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE PROTEÇÃO AOS CEGOS, 44.862.407/0001-01, PRESIDENTE PRUDENTE/SP, 235874.0119822/2021 de 11/06/2021 a 10/06/2026.

83)VILA SÃO VICENTE DE PAULO EM JAÚ, 49.902.745/0001-35, JAÚ/SP, 235874.0120447/2021 de 29/09/2021 a 28/09/2024.

84)LAR DA CRIANÇA IRMÃ JÚLIA, 54.122.098/0001-89, PINDAMONHANGABA/SP, 235874.0135755/2021 de 28/02/2022 a 27/02/2025.

85)ASSOCIAÇÃO BARBARENSE DAS DAMAS DE CARIDADE, 56.729.205/0001-67, SANTA BÁRBARA DOESTE/SP, 235874.0147086/2021 de 21/09/2021 a 20/09/2024.

86)SOCIEDADE BENEFICENTE DE AMPARO À VELHICE DE MACATUBA, 50.849.033/0001-89, MACATUBA/SP, 235874.0151616/2021 de 25/09/2021 a 24/09/2026.

87)CASA DA CRIANÇA DE BROTAS "PROFESSOR ALCINDO MÓDOLO", 45.774.924/0001-83, BROTAS/SP, 235874.0150035/2021 de 10/11/2021 a 09/11/2026.

88)ASSOCIACAO BENEFICENTE CULTURAL E ASSISTENCIAL DE OLIMPIA, 12.647.352/0001-12, OLÍMPIA/SP, 235874.0179019/2021 de 31/10/2021 a 30/10/2026.

89)CENTRO DE ORIENTAÇÃO E EDUCAÇÃO A JUVENTUDE, 02.467.531/0001-14, SÃO PAULO/SP, 235874.0185035/2021 de 06/07/2021 a 05/07/2024.

90)INSTITUIÇÃO CRISTÃ BENEFICENTE VERDADE E LUZ, 61.694.857/0001-43, POÁ/SP, 235874.0193508/2021 de 01/01/2022 a 31/12/2024.

91)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ALTINÓPOLIS, 51.815.421/0001-01, ALTINÓPOLIS/SP, 235874.0198733/2021 de 14/04/2022 a 13/04/2025.

92)ASSOCIAÇÃO DE PEREGRINAÇÃO DO ROSÁRIO DE PRESIDENTE PRUDENTE, 02.133.458/0001-44, PRESIDENTE PRUDENTE/SP, 235874.0199292/2021 de 04/08/2022 a 03/08/2027.

93)APAE ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPSIONAIS DE SALTO, 56.651.003/0001-40, SALTO/SP, 235874.0200902/2021 de 13/12/2021 a 12/12/2024.

94)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MOGI GUAÇU, 46.400.180/0001-08, MOGI GUAÇU/SP, 235874.0202829/2021 de 01/01/2022 a 31/12/2024.

95)LAR DAS CRIANÇAS DE TANABI, 59.853.762/0001-83, TANABI/SP, 235874.0207893/2021 de 10/11/2021 a 09/11/2026.

96)APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARAGUAÇU PAULISTA, 47.581.491/0001-75, PARAGUAÇU PAULISTA/SP, 235874.0196490/2021 de 29/09/2022 a 28/09/2027.

97)EDUCANDARIO SANTA MARIA, 50.800.051/0001-76, AVARÉ/SP, 235874.0209962/2021 de 31/10/2021 a 30/10/2026.

Art. 3º Novo pedido de renovação de certificação de entidade beneficente de assistência social deverá ser apresentado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem o termo final de sua validade, em conformidade com o art. 37, § 1º, da Lei Complementar nº 187/2021.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELONIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

PORTARIA Nº 62, DE 3 DE JUNHO DE 2022

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)PROJETO NOVA VIDA, CNPJ 01.487.084/0001-00, CRATO/CE, processo nº 71000.036401/2018-83, parecer técnico nº 54650/CGCEB/DRSP/SNAS/MC. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

2)ASSIAMA - ASSOCIAÇÃO INHUMENSE DE ASSISTÊNCIA À MENORES E ANCIÃOS, CNPJ 02.312.247/0001-79, INHUMAS/GO, processo nº 71000.062477/2018-64, parecer técnico nº 56078/CGCEB/DRSP/SNAS/MC. Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

3)CONSELHO CENTRAL DE BELO HORIZONTE DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ 17.492.398/0001-23, BELO HORIZONTE/MG, processo nº 71000.021963/2018-22, parecer técnico nº 53932/CGCEB/DRSP/SNAS/MC. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

4)ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA SANTO AGOSTINHO, CNPJ 23.283.468/0001-36, PASSOS/MG, processo nº 23000.000025/2020-61, parecer técnico nº 57312/CGCEB/DRSP/SNAS/MC. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

5)SEMINÁRIO ARQUIDIOCESANO DE SÃO JOSÉ, CNPJ 33.645.045/0001-72, RIO DE JANEIRO/RJ, processo nº 71000.021966/2018-66, parecer técnico nº 54009/CGCEB/DRSP/SNAS/MC. Não apresentou documento(s) obrigatório(s); Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

6)ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO MENOR, CNPJ 98.752.959/0001-88, VIAMAO/RS, processo nº 71000.029570/2018-67, parecer técnico nº 54262/CGCEB/DRSP/SNAS/MC. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

7)NÚCLEO BATUÍRA SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA FAMÍLIA, CNPJ 43.844.273/0001-25, GUARULHOS/SP, processo nº 71000.051851/2017-15, parecer técnico nº 51797/CGCEB/DRSP/SNAS/MC. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

8)ASSOCIAÇÃO CIVIL PIO LANTERI, CNPJ 76.584.259/0001-99, JUNDIAI/SP, processo nº 71000.081099/2017-37, parecer técnico nº 52918/CGCEB/DRSP/SNAS/MC. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

9)CONGREGAÇÃO DAS IRMÃZINHAS DA IMACULADA CONCEIÇÃO, CNPJ 62.286.422/0001-22, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.082035/2017-53, parecer técnico nº 53023/CGCEB/DRSP/SNAS/MC. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

10)GRUPO DE APOIO NISFRAM, CNPJ 05.036.896/0001-82, SUMARE/SP, processo nº 71000.035320/2018-66, parecer técnico nº 54539/CGCEB/DRSP/SNAS/MC. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

11)ASSOCIAÇÃO RECANTO BETEL, CNPJ 47.818.778/0001-76, TATUI/SP, processo nº 71000.040225/2018-84, parecer técnico nº 54874/CGCEB/DRSP/SNAS/MC. Não atua no âmbito da assistência social; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

12)ASSOCIAÇÃO MUTIRÃO DO POBRE, CNPJ 62.249.727/0001-64, SAO PAULO/SP, processo nº 71000.048951/2018-45, parecer técnico nº 55301/CGCEB/DRSP/SNAS/MC. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

Art. 2º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão, sem efeito suspensivo.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca dos indeferimentos relacionados no art. 2º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELONIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

PORTARIA Nº 63, DE 3 DE JUNHO DE 2020

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes nos pareceres técnicos dos processos abaixo indicados, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de concessão da certificação de entidade beneficente de assistência social, protocolada no Portal de Serviços da Cidadania Digital instituído pela Portaria nº 2.690/2018, publicada no D.O.U de 31/12/2018, das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA E BENEFICENTE VILA ANA MARIA, CNPJ 35.264.373/0001-54, PARIPUEIRA/AL, processo nº 235874.0031456/2021. Não apresentou documento(s) obrigatório(s) ; Não atua no âmbito da assistência social ; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Não demonstrou universalidade nas ofertas ; Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

2)IRES - INSTITUTO BILINGUE DE QUALIFICACAO E REFERENCIA EM SURDEZ, CNPJ 22.891.661/0001-97, MACEIÓ/AL, processo nº 235874.0020498/2020. Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

3)DESENVOLVIDA - AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO, CNPJ 20.438.501/0001-61, MANOEL VITORINO/BA, processo nº 235874.0008160/2019. Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Não apresentou documento(s) obrigatório(s) ; Não demonstrou gratuidade nas ofertas.

4)PROJETO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL ARTE E COR, CNPJ 23.719.164/0001-79, FORTALEZA/CE, processo nº 235874.0004456/2019. Não apresentou documento(s) obrigatório(s) ; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Não demonstrou continuidade nas ofertas ; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

5)VILA ESPERANÇA, CNPJ 10.744.626/0001-66, BRASÍLIA/DF, processo nº 235874.0026119/2020. Não apresentou documento(s) obrigatório(s) ; Não atua no âmbito da assistência social ; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas ; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

6)AÇÃO ENTRE AMIGOS BSB, CNPJ 25.234.425/0001-96, BRASÍLIA/DF, processo nº 235874.0002709/2019. Não apresentou documento(s) obrigatório(s) ; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Estatuto Social não compatível com a legislação ; Não demonstrou continuidade nas ofertas ; Não demonstrou planejamento nas ofertas ; Não atua no âmbito da assistência social.

7)INSTITUTO GALANTE, CNPJ 18.797.906/0001-44, MARATAÍZES/ES, processo nº 235874.0038365/2021. Não apresentou documento(s) obrigatório(s) ; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social ; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Não atua no âmbito da assistência social.

8)ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS - APAC - PIRAPORA, CNPJ 07.677.802/0001-80, PIRAPORA/MG, processo nº 235874.0028598/2021. Não atua no âmbito da assistência social ; Não apresentou documento(s) obrigatório(s) ; Não demonstrou continuidade nas ofertas ; Não demonstrou planejamento nas ofertas ; Não demonstrou universalidade nas ofertas ; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

9)ASSOCIAÇÃO TATAME DO BEM, CNPJ 18.129.747/0001-00, FORMIGA/MG, processo nº 235874.0021021/2020. Não apresentou documento(s) obrigatório(s) ; Não demonstrou continuidade nas ofertas ; Não demonstrou planejamento nas ofertas.

10)OBRA UNIDA ARGENTINO GOMES BRANQUINHO DA SSVPS, CNPJ 08.607.606/0001-00, PERDIGÃO/MG, processo nº 235874.0007477/2019. Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

11)ASSOCIAÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA E EQUOTERAPIA AMOREQUO, CNPJ 10.547.080/0001-53, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG, processo nº 235874.0163430/2021. Não atua no âmbito da assistência social ; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

12)INSTITUTO CEASAMINAS, CNPJ 07.979.270/0001-35, CONTAGEM/MG, processo nº 235874.0173569/2021. Não atua no âmbito da assistência social ; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

13)FUNDAÇÃO TERCEIRO MILENIO, CNPJ 02.357.999/0001-56, DOURADOS/MS, processo nº 235874.0026548/2020. Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Não atua no âmbito da assistência social ; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

14)COMUNIDADE ESPÍRITA ELIAS SOBREIRA (CEES), CNPJ 07.596.517/0001-34, RECIFE/PE, processo nº 235874.0070182/2021. Não atua no âmbito da assistência social ; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

15)INSTITUTO VICENTINOS DO BRASIL, CNPJ 08.560.395/0001-99, MARIALVA/PR, processo nº 235874.0028989/2021. Não atua no âmbito da assistência social ; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

16)ASSOCIACAO BRASILEIRA DE AMPARO A INFANCIA, CNPJ 78.134.137/0001-26, MANDIRITUBA/PR, processo nº 235874.0010569/2020. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

17)ASSOCIAÇÃO LITERÁRIA SÃO BOAVENTURA, CNPJ 88.625.181/0001-92, CAXIAS DO SUL/RS, processo nº 235874.0027462/2020. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

18)LAR DE SÃO JOSÉ, CNPJ 92.960.186/0001-49, PORTO ALEGRE/RS, processo nº 235874.0015266/2020. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

19)ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - ANAPPS, CNPJ 10.804.925/0001-49, PORTO ALEGRE/RS, processo nº 235874.0009697/2019. Não apresentou documento(s) obrigatório(s) ; Não atua no âmbito da assistência social ; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Não demonstrou continuidade nas ofertas ; Não demonstrou planejamento nas ofertas ; Não demonstrou universalidade nas ofertas ; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

20)CIAAG - CENTRO DE INCLUSÃO E APOIO AO AUTISTA DE GUARULHOS, CNPJ 13.122.663/0001-20, GUARULHOS/SP, processo nº 235874.0018217/2020. Não apresentou documento(s) obrigatório(s) ; Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

21)SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA, CNPJ 05.852.939/0001-06, SÃO PAULO/SP, processo nº 235874.0017836/2020. Não apresentou documento(s) obrigatório(s) ; Não atua no âmbito da assistência social ; Não demonstrou continuidade, planejamento e universalidade nas ofertas ; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

22)O.S.C. ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL MARIA DE NAZARETH, CNPJ 51.783.728/0001-78, LORENA/SP, processo nº 235874.0010676/2020. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

23)ASSOCIACAO EL SHADDAI, CNPJ 00.622.982/0001-53, BOTUCATU/SP, processo nº 235874.0009639/2019. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

24)ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A ADOLESCÊNCIA E A JUVENTUDE DE SERTÃOZINHO, CNPJ 44.871.291/0001-69, SERTÃOZINHO/SP, processo nº 235874.0007961/2019. Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

25)ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 4 DE JULHO, CNPJ 04.097.479/0001-87, SOROCABA/SP, processo nº 235874.0007539/2019. Não apresentou documento(s) obrigatório(s) ; Não atua no âmbito da assistência social ; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Não demonstrou continuidade nas ofertas ; Não demonstrou planejamento nas ofertas ; Não demonstrou atuar preponderantemente no âmbito da Assistência Social.

26)INSTITUTO C - CRIANCA, CUIDADO, CIDADAO, CNPJ 14.644.881/0001-98, SÃO PAULO/SP, processo nº 235874.0005490/2019. Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

27)FUNDAÇÃO PADRE GABRIEL CORRER, CNPJ 08.362.458/0001-00, BARRETOS/SP, processo nº 235874.0011023/2020. Não apresentou documento(s) obrigatório(s) ; Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação ; Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

28)ASSOCIAÇÃO PARAÍSO, CNPJ 02.723.572/0001-24, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, processo nº 235874.0017155/2020. Não atua no âmbito da assistência social ; Não está de acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS ; Não atua preponderantemente no âmbito da assistência social.

Art. 2º Indeferir o pedido de renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social, protocolada no Portal de Serviços da Cidadania Digital instituído pela Portaria nº 2.690/2018, publicada no D.O.U de 31/12/2018, das seguintes entidades, por contrariarem requisitos legais constantes na Lei nº 12.101/2009:

1)INSTITUTO JOINVILLENSE DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA, CNPJ 84.692.144/0001-46, JOINVILLE/SC, processo nº 235874.0005013/2019. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

2)CENTRO DE PROMOÇÃO PARA UM MUNDO MELHOR, CNPJ 71.752.745/0001-55, CAMPINAS/SP, processo nº 235874.0005210/2019. Não atendeu os requisitos de outra(s) área(s) da certificação.

Art. 3º Abrir prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, para que a entidade apresente recurso contra a decisão, sem efeito suspensivo.

Art. 4º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca dos indeferimentos relacionados no art. 2º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELONIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

PORTARIA Nº 64, DE 3 DE JUNHO DE 2022

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso, exarado nos autos do Processo nº 235874.0001361/2019, resolve:

Art. 1º- Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 235874.0001361/2019.

Art. 2º- Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 195/2019, art. 1º, item 11, de 27/09/2019, publicada no D.O.U. em 30/09/2019, que indeferiu o pedido de concessão a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º- Deferir a CONCESSÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo LAR SÃO VICENTE DE PAULO, CNPJ: 56.929.391/0001-88, com validade de três anos a partir da publicação desta portaria no D.O.U. nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELONIA DOS SANTOS ARAUJO BARBOSA

PORTARIA Nº 65, DE 3 DE JUNHO DE 2022

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Parecer de Recurso, exarado nos autos do Processo nº 001945.0000848/2019, resolve:

Art. 1º- Admitir o recurso interposto nos autos do processo nº 001945.0000848/2019.

Art. 2º- Reconsiderar a decisão proferida por meio da Portaria nº 148/2019, art. 2º, item 10, de 30/07/2019, publicada no D.O.U. em 01/08/2019, que indeferiu o pedido de renovação a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

Art. 3º- Deferir a RENOVAÇÃO de certificação de entidade beneficente de assistência social requerida pelo ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS "APAE DE BOCAINA", CNPJ: 01.978.047/0001-97, com validade de com validade de 05 (cinco) anos de 26/01/2020 a 25/01/2025 nos termos do artigo 5º do Decreto nº 8.242/2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELONIA DOS SANTOS ARAUJO BARBOSA

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.983, DE 2 DE JUNHO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.013443/2020-11, de 15 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Inova Sistemas Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 01.842.082/0001-84, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 01.842.082/0001-84, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Placa de Circuito Impresso de Controlador Lógico Programável.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.013443/2020-11, de 15 de dezembro de 2020.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUSTAVO SAMPAIO GONTIJO

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 5.631, DE 1º DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias nº 112, de 22 de abril de 2013, e nº 294, de 30 de janeiro de 2015 (vigente à época da infração), e tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 2251/2022/SEI-MCOM, que integra o Processo nº 53900.022265/2016-57, cujos fundamentos encontram-se motivados na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Aplicar à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., Fistel nº 50407409130, outorgada para executar o serviço de retransmissão de radiodifusão de sons e imagens - digital, por meio do canal 25, na localidade de São Luís, estado do Maranhão, a sanção de cassação, que por este ato fica convertida em multa, no valor de R$ 89.053,71 (oitenta e nove mil cinquenta e três reais e setenta e um centavos), e lhe atribuir 16 (dezesseis) pontos, em razão da prática da infração capitulada no parágrafo único do art. 30 do Decreto nº 5.371/2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA Nº 5.787, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 7130/2022/SEI-MCOM, que integra o Processo nº 53504.005304/2015-43, cujos fundamentos encontram-se motivados na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Conhecer e dar parcial provimento ao recurso administrativo interposto pela RÁDIO NOVA DRACENA LTDA., Fistel nº 50415111285, outorgada para executar o serviço de radiodifusão em frequência modulada, no canal 248, na localidade de Dracena, estado de São Paulo, bem como alterar o valor da multa constante da Portaria nº 1889/2019/SEI-MCTIC, de 31 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2019, para R$ 4.254,54 (quatro mil duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) e lhe atribuir 4 (quatro) pontos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DESPACHOS DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53545.000011/2017	Tv Gazeta Ltda	TV	Cuiabá	MT	Conhece e nega	57
53000.054966/2013	Empresa de Televisão João Pessoa Ltda	TV	João Pessoa	PB	Conhece e nega	70

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 1º DE JUNHO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:
Art. 1º Anular a decisão exarada pela Portaria nº 684/2019/SEI-MCTIC, de 6 de junho de 2019 do processo nº 53504.005301/2015, e arquivar sem aplicação de sanção.
Art. 2º Anular a decisão exarada pela Portaria nº 2273/2019/SEI-MCTIC, de 17 de junho de 2019 do processo nº 53000.007751/2012, e arquivar sem aplicação de sanção.
Art. 3º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Portaria
53504.005301/2015	Sociedade Rádio Clube de Bilac Ltda	OM	Bilac	SP	Arquivamento	Portaria DEIRF n° 5766 de 01/06/2022
53000.007751/2012	Rádio Capital do Araguaia Ltda	FM	Canarana	MT	Arquivamento	Portaria DEIRF n° 5791 de 01/06/2022

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

DESPACHO Nº 165, DE 1º DE JUNHO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade ao recurso da entidade abaixo relacionada:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53504.020717/2014	Associação Cultural Comunitária Dom Décio Pereira	RADCOM	Diadema	SP	Não conhece	165

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

DESPACHO Nº 169/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e no artigo 2º da Portaria nº 2.996, de 26 de maio de 2017 , e considerando o que consta no Processo nº 53115.014164/2022-15, e Nota Técnica nº 7316/2022/SEI-MCOM, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução dos canais analógicos à União, a partir da data indicada para cada localidade, listadas abaixo, concedidos à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, inscrita no CNPJ sob nº 50.016.039/0001-75, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, concedidas nos respectivos municípios.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

ANEXO

Processo	Localidade	UF	Número do FISTEL do Canal analógico	Serviço	Canal Analógico	Ato de Outorga/Autorização do Canal analógico	Canal Digital	Portaria de Consignação	Data de Homologação do Desligamento e Devolução do Canal Analógico
53115.009016/2021-90	Alto Paraíso de Goiás	GO	50009975900	RTV-P	13-	Portaria nº 1.244, de 11/07/2002, publicada no DOU em 19/07/2002.	25	Portaria nº 1.484, de 01/08/2012, publicada no DOU em 29/08/2012.	14 de abril de 2021.
53115.009025/2021-81	Caldas Novas	GO	50400811030	RTV-P	43+	Portaria nº 1.255, de 11/07/2002, publicada no DOU em 19/07/2002.	25	Portaria nº 1.033, de 04/07/2012,publicada no DOU em 23/08/2012.	16 de abril de 2021.
53115.009031/2021-38	Cavalcante	GO	50400811111	RTV-P	7-	Portaria nº 1.553, de 11/07/2002, publicada no DOU em 19/07/2002	25	Portaria MC nº 1.635, de 21/08/2012, publicada no DOU em 19/09/2012.	17 de abril de 2021.
53115.006823/2021-51	Matriz de Camaragibe	AL	50400799740	RTV-P	49-	Portaria nº 1.463, de 02/08/2002, publicada na DOU em 16/09/2002.	40	Portaria nº 1.229, de 16/07/2012, publicada no DOU em 22/08/2012.	25 de março de 2021.
53115.009140/2022-36	Coruripe	AL	50400799901	RTV-P	36-	Portaria MC nº 1.460, de 02/08/2002, de 13/09/2002.	41	Portaria MC 581, de 02/05/2012, publicada no DOU em 28/05/2012.	11 de abril de 2022.
53115.006840/2021-98	Crateús	CE	50400796996	RTV-P	21-	Portaria nº 226, de 06/04/2000, publicada no DOU em 19/04/2000.	40	Portaria nº 764, de 01/06/2012, publicada no DOU em 30/07/2012.	29 de março de 2021.
53115.006845/2021-11	Canindé	CE	50400797453	RTV-P	15-	Portaria nº 2.327, de 05/11/2002, publicada no DOU em 22/11/2002.	40	Portaria nº 502, de 23/04/2012, publicada no DOU em 23/05/2012.	29 de março de 2021.
53115.006848/2021-54	Arcoverde	PE	50004423186	RTV-P	17+	Portaria nº 2.885, de 12/12/2002, publicada no DOU em 20/12/2002.	41	Portaria nº 1.421, de 25/07/2012, publicada no DOU em 23/08/2012.	27 de março de 2021.
53115.009357/2021-65	Araguaína	TO	50011062576	RTV-P	32	Portaria nº 225, de 07/06/2001, publicada no DOU em 03/07/2001.	41	Portaria nº 424, de 03/04/2013, publicada no DOU em 08/05/2013.	14 de abril de 2021.
53115.009645/2021-10	Ilópolis	RS	50400839040	RTV-P	21	Portaria nº 2.474, de 22/11/2002, publicada no DOU em 03/12/2002.	16	Portaria nº 1.348, de 16/04/2015, publicada no DOU em 03/09/2015.	20 de abril de 2021.

DESPACHO Nº 171/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 07/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.012554/2022-42, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 7347/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 13 de maio de 2022, da frequência 570 kHz, outorgada à Bariri Rádio Clube Ltda., inscrita no CNPJ nº 46.210.340/0001-48 (Fistel nº 02008000354), para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Bariri, estado de São Paulo.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 172/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º da Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto nº 8.139, de 7/11/2013 e Portaria nº 1.273, de 31/03/2016, que foi alterada pela Portaria nº 1.460, de 23/11/2020, publicada no D.O.U. de 26/11/2020, ainda, o que consta do Processo nº 53115.012730/2022-46, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 7355/2022/SEI-MCOM, resolve homologar a devolução à União, a partir de 16 de maio de 2022, da frequência 1500 kHz, outorgada à Sociedade de Comunicação Mangueirinha Ltda., inscrita no CNPJ nº 81.666.760/0001-34 (Fistel nº 05030344950), para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Mangueirinha, estado de São Paulo.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 173/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e no artigo 2º da Portaria nº 2.996, de 26 de maio de 2017 , e considerando o que consta no Processo nº 53115.014339/2022-86, e Nota Técnica nº 7409/2022/SEI-MCOM, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução dos canais analógicos à União, a partir da data indicada para cada localidade, listadas abaixo, concedidos à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, inscrita no CNPJ sob nº 50.016.039/0001-75, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, concedidas nos respectivos municípios.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

ANEXO

Processo	Localidade	UF	Número do FISTEL do Canal analógico	Serviço	Canal Analógico	Ato de Outorga/Autorização do Canal analógico	Canal Digital	Portaria de Consignação	Data de Homologação do Desligamento e Devolução do Canal Analógico
53115.005453/2021-34	Araçuaí	MG	50400786419	RTV-P	5-	Portaria nº 2.615, de 28/11/2002, publicada no DOU em 11/12/2002.	42	Portaria nº 1.405, de 29/09/2014, publicada no DOU em 11/02/2015.	25 de março de 2021.
53115.005457/2021-12	Águas Formosas	MG	50400786923	RTV-P	27+	Portaria nº 2.892, de 12/12/2002, publicada no DOU em 20/12/2002.	42	Portaria nº 1.430, de 08/10/2014, publicada no DOU em 18/02/2015	25 de março de 2021.
53115.005468/2021-01	Jequitinhonha	MG	50400788462	RTV-P	38	Portaria nº 1158, de 03/07/2002, publicada no DOU em 10/07/2002.	42	Portaria nº 1.447, de 22/09/2014, publicada no DOU em 20/02/2015	25 de março de 2021.
53115.009023/2021-91	Buritis	MG	50400785528	RTV-P	50	Portaria nº 1.809, de 12/09/2002, publicada no DOU em 23/09/2002.	42	Portaria nº 1.438, de 05/09/2016, publicada no DOU em 03/10/2016	15 de abril de 2021.
53115.009035/2021-16	Coromandel	MG	50400791684	RTV-P	23+	Portaria nº 2.890, de 12/12/2002, publicada no DOU em 20/12/2002.	42	Portaria nº 1.404, de 08/10/2014, publicada no DOU em 18/02/2015.	18 de abril de 2021.
53115.009454/2021-58	Leopoldina	MG	50400789353	RTV-P	6	Portaria nº 2.617, de 28/11/2002, publicada no DOU em 06/12/2002.	42	Portaria nº 1.705, de 01/11/2014, publicada no DOU em 18/05/2015.	14 de abril de 2021.
53115.009496/2021-99	Conselheiro Lafaiete	MG	50400791501	RTV-P	49-	Portaria nº 748, de 08/12/1999, publicada no DOU em 10/01/2000.	42	Portaria nº 1.080, de 04/07/2012, publicada no DOU em 23/08/2012.	21 de abril de 2021.
53115.009642/2021-86	Barbacena	MG	50400786761	RTV-P	14+	Portaria nº 2.889, de 12/012/2002, publicada no DOU em 20/12/2002.	42	Portaria nº 1.301, de 22/09/2014, publicada no DOU em 26/02/2015.	15 de abril de 2021.
53115.009643/2021-21	Cambuí	MG	50400785870	RTV-P	17-	Portaria nº 1808, de 12/09/2002, publicada no DOU em 30/09/2002.	39	Portaria nº 1169, de 22/09/2014, publicada no DOU em 26/02/2015.	16 de abril de 2021.
53115.009733/2021-11	Campina Verde	MG	50400785951	RTV-P	39+	Portaria nº 618, de 26/04/2002, publicada no DOU em 03/05/2002	27	Portaria nº 1486, de 08/10/2014, publicada no DOU em 20/02/2015.	17 de abril de 2021.
53115.009755/2021-81	Carmo do Paranaíba	MG	50400791927	RTV-P	15+	Portaria nº 617, de 26/04/2002, publicada no DOU em 03/05/2002.	42	Portaria nº 1644, de 21/05/2015, publicada no DOU em 10/09/2015.	18 de abril de 2021.
53115.009766/2021-61	Carmo do Rio Claro	MG	50400791846	RTV-P	39+	Portaria nº 616, de 26/04/2002, publicada no DOU em 03/05/2002.	39	Portaria nº 1982, de 05/08/2015, publicada no DOU em 09/10/2015.	19 de abril de 2021.

DESPACHO Nº 181/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017,e considerando o que consta no Processo nº 53115.008395/2021-09, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 7570/2022/SEI-MCOM, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 14 (quatorze) à União, a partir de 14 de abril de 2021, outorgado à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, inscrita no CNPJ sob o nº 50.016.039/0001-75, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Cordeiro, estado do Rio de Janeiro. A programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 44 (quarenta e quatro), consignado por intermédio da Portaria nº 4.428, de 09/08/2017, publicada no DOU em 01/09/2017. Ressalta-se que o canal digital 44 (quarenta e quatro) foi adaptado para o caráter primário, por meio da Portaria nº 1.192/2020/SEI-MCTIC, publicada no DOU em 16/04/2020.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 187/2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e no artigo 2º da Portaria nº 2.996, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 53115.014763/2022-21, e Nota Técnica nº 7655/2022/SEI-MCOM, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução dos canais analógicos à União, a partir da data indicada para cada localidade, listadas abaixo, outorgado à Rádio e Televisão Iguaçu S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 76.600.188/0001-70, autorizatárias do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, nos respectivos municípios.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

ANEXO

Processo	Localidade	UF	Número do FISTEL do Canal analógico	Serviço	Canal Analógico	Ato de Outorga/Autorização do Canal analógico	Canal Digital	Portaria de Consignação	Data de Homologação do Desligamento e Devolução do Canal Analógico
53115.027982/2021-99	Guarapuava	PR	05023497607	RTV-P	12-	Portaria nº 698, de 23/05/1978, publicada no DOU em 13/07/1978.	30	Portaria nº 409, de 03/04/2013, publicada no DOU em 30/044/2013.	24 de setembro de 2021
53115.027980/2021-08	Irati	PR	50400437163	RTV-P	5+	Portaria nº 699, de 23/05/1978, publicada no DOU em 13/07/1978	30	Portaria nº 1.072, de 09/09/2013, publicada no DOU em 18/11/2013.	24 de setembro de 2021

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATOS DE 31 DE MAIO DE 2022

Nº7.531 - Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à EOLICA CAETITE D S.A., CNPJ nº 33.457.932/0002-06, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 7.532 - Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à) COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA, CNPJ nº 15.139.629/0001-94, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 7.533 - Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA, CNPJ nº 22.104.045/0001-49, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 7.540 - Extinguir, por renúncia, a outorga do Serviço de Interesse Restrito de forma a extinguir a autorização para exploração do serviço Rádio do Cidadão, titulada pela entidade MARIO SERGIO OLIVEIRA TEIXEIRA, CPF nº ***.800.255-**, tendo em vista a manifestação de desinteresse pela continuidade na prestação do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 6.496, DE 10 DE MAIO DE 2022

Expedir autorização a Marco Túlio Bisinoto, CPF nº ***.105.446-**, para explorar Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 2 DE JUNHO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 7.671 - Processo nº 53504.002750/2022-25. A100 Row Serviços de Dados Brasil Ltda., CNPJ nº 12.147.176/0014-74;

Nº 7.672 - Processo nº 53504.002752/2022-14. A100 Row Serviços de Dados Brasil Ltda., CNPJ nº 12.147.176/0015-55.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 7.748, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53504.003577/2022-82. Outorgar autorização de uso das radiofrequências ao Mauro Eli Zaborowsky, CPF nº ***.281.048-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 3 DE JUNHO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 7.747 - Processo nº 53504.002755/2022-58. A100 Row Serviços de Dados Brasil Ltda., CNPJ nº 12.147.176/0019-89;

Nº 7.750 - Processo nº 53504.002754/2022-11. A100 Row Serviços de Dados Brasil Ltda., CNPJ nº 12.147.176/0016-36.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 7.654, DE 2 DE JUNHO DE 2022

Expedir autorização à EDMO MAGALHAES CARNEIRO JUNIOR, CPF/CNPJ nº ***.193.903-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 7.656, DE 2 DE JUNHO DE 2022

Expedir autorização à JOAO MARCOS MARTINS BEZERRA, CPF/CNPJ nº ***.621.343-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 7.658, DE 2 DE JUNHO DE 2022

Expedir autorização à RJATAHY CONSTRUCOES E ENGENHARIA EIRELI, CPF/CNPJ nº 13.050.335/0001-66, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto(a)

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 31 DE MAIO DE 2022

Nº 7.493. Processo nº 53542.002036/2022-81. Expede autorização a GOLD MINERAÇÃO E METALURGIA S.A., CNPJ nº 14.983.418/0001-70, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.494. Processo nº 53542.002005/2022-20. Expede autorização a SUELI REGINA DA SILVA LEONCINI, CPF nº ***.923.688-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.513. Processo nº 53542.001393/2022-21. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a GLEYDSON JOSE ALCANTARA, CPF nº ***.386.461-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Nº 7.539. Processo nº 53542.001396/2022-65. Extingue, por cassação, a autorização outorgada a IRIS MARQUES, CPF nº ***.213.511-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, tendo em vista o advento do termo final da autorização de uso de radiofrequências associada ao Serviço Rádio do Cidadão, com fulcro no art. 16, § 7º, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016, c/c o art. 30, do Regulamento Geral de Outorgas - RGO, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020, e com os arts. 138 e 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 1º DE JUNHO DE 2022

Nº 7.607. Processo nº 53542.001982/2022-18. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a RENATO DE PAULA CAVALCANTE, CPF nº ***.371.121-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 7.619. Processo nº 53542.002063/2022-53. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a NILTO EVANGELISTA SANTANA, CPF nº ***.666.801-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse

para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

Nº 7.622. Processo nº 53542.001759/2022-62. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a CHAPADÃO DO CEU PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ nº 24.859.332/0001-94, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 7.623. Processo nº 53542.001819/2022-47. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a PEDRO MARCOS SPANHOL, CPF nº ***.691.399-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 2 DE JUNHO DE 2022

Nº 7.676. Processo nº 53542.002098/2022-92. Expede autorização a VIA BRASIL BR 163 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A., CNPJ nº 44.067.725/0001-72, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.678. Processo nº 53542.002103/2022-67. Expede autorização a RS AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 17.424.117/0002-86, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 7.517, DE 31 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53548.000977/2022-20. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, OSEIAS DE PAULA FIRMINO CAVALHEIRO, CPF nº ***.769.361.**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 7.602, DE 1º DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53548.000983/2022-87. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, ANTONIO PEREIRA DA SILVA, CPF nº ***.249.721.**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 7.735, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 53548.001012/2022-54. declara extinta, por renúncia, a autorização outorgada à entidade, LUCIANO NATAL GUEDES MUNIZ, CPF nº ***.333.251.**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito, declara também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 7.701, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Decretar a extinção do Serviço de Interesse Restrito, declarando, também, notificado o desinteresse para exploração do Serviço de Rádio do Cidadão, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas, da entidade OTACILIO ALVES DE BRITO NETO, CPF: XXX.477.554.XX.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 7.715, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Decretar a extinção do Serviço de Interesse Restrito, declarando, também, notificado o desinteresse para exploração do Serviço de Rádio do Cidadão, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas, da entidade FRANCISCO NASCIMENTO NETO, CPF: XXX.630.044.XX.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 7.718, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Decretar a extinção do Serviço de Interesse Restrito, declarando, também, notificado o desinteresse para exploração do Serviço de Rádio do Cidadão, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas, da entidade OLAVO CANDIDO DO NASCIMENTO, CPF: XXX.975.804.XX.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 7.722, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Decretar a extinção do Serviço de Interesse Restrito, declarando, também, notificado o desinteresse para exploração do Serviço de Rádio do Cidadão, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas, da entidade JOSE MONTEIRO FILHO, CPF: XXX.555.514.XX.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 7.731, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Decretar a extinção do Serviço de Interesse Restrito, declarando, também, notificado o desinteresse para exploração do Serviço de Rádio do Cidadão, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas, da entidade MANOEL FILGUEIRA SOBRINHO, CPF: XXX.877.994.XX.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 7.791, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Autorizar o uso de Radiofrequências à JEAN CARLOS DE LIMA LEMOS, CPF: XXX.612.924-XX, executante do serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 7.446, DE 30 DE MAIO DE 2022

Processo nº 53578.000691/2022-97: declara extinta, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito outorgada a José Carlos Neves, CPF nº ***.715.152-** e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Móvel Marítimo tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATOS DE 31 DE MAIO DE 2022

declara extinta, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Móvel Marítimo tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada às entidades a seguir relacionadas:

Nº 7.527 - Processo nº 53578.000983/2022-20: POLICARDO ROCHA CORDEIRO JUNIOR, CPF nº ***.558.962-**.

Nº 7.528 - Processo nº 53578.000982/2022-85: PAULO JOSE BATISTA ALMEIDA, CPF nº ***.560.042-**.

Nº 7.526 - Processo nº 53578.000980/2022-96: JAYME MARTINS CHAVES, CPF nº ***.230.842.**.

Nº 7.542 - Processo nº 53578.000709/2022-51: AZEMAR MIRANDA DE ALMEIDA, CPF nº ***.060.882-**.

Nº 7.541 - Processo nº 53578.000708/2022-14: LEONORA MARINHO FARIAS PESSOA, CPF nº ***.551.072-**.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATOS DE 1º DE JUNHO DE 2022

declara extinta, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Móvel Marítimo tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada às entidades a seguir relacionadas:

Nº 7.589 - Processo nº 53578.000976/2022-28: JORGE DENIS DE LIMA, CPF nº ***.173.732-**.

Nº 7.593 - Processo nº 53578.000967/2022-37: RONALDO DE BRITO LEITE, CPF nº ***.804.362-**.

Nº 7.610 - Processo nº 53578.000743/2022-25: J DO AMARAL FERREIRA, CNPJ nº 63.678.700/0003-11.

Nº 7.621 - Processo nº 53578.000785/2022-66: G P GALATE LOCACAO DE EMBARCACOES EIRELI, CNPJ nº 07.441.310/0001-90.

Nº 7.614 - Processo nº 53578.000711/2022-20: Mayk Jose Paz Monteiro, CPF nº ***.047.282-**.

Nº 7.616 - Processo nº 53578.000742/2022-81: GODOFREDO TAVARES DE ARAUJO, CPF nº ***.678.102-**.

Nº 7.617 - Processo nº 53578.000780/2022-33: SALOMAO RODRIGUES DA SILVA, CPF nº ***.611.382-**.

Nº 7.618 - Processo nº 53578.000974/2022-39: HENRIQUE DARES DA SILVA, CPF nº ***.159.502-**.

Nº 7.630 - Processo nº 53578.000783/2022-77: JOSE MARIA PEREIRA TAVARES, CPF nº ***.905.902-**.

Nº 7.621 - Processo nº 53578.000979/2022-61: FLAVIO DA C F OLIVEIRA, CNPJ nº 22.807.010/0001-76.

Nº 7.620 - Processo nº 53578.000977/2022-72: RUZIL DENIS DE LIMA, CPF nº ***.311.722-**.

Nº 7.588 - Processo nº 53578.000993/2022-65: ALBERTO OLIVEIRA DA COSTA, CPF nº ***.666.543-**.

Nº 7.577 - Processo nº 53581.000179/2022-91: declara extinta, por renúncia, a autorização do serviço de interesse restrito e do único serviço notificado, Rádio do Cidadão, outorgada a GILMAR PIRES MARTINS, CPF nº ***.940.082-**, declarando também extinta a autorização de uso de radiofrequência associada.

Nº 7.634 - Processo nº 53578.001954/2022-85: Expede autorização à IVANILDO DA SILVA PESSOA, CPF nº ***.443.842-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATOS DE 2 DE JUNHO DE 2022

Nº 7.655 - Processo nº 53578.000779/2022-17: declara extinta, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito outorgada a VANDERLEI BATISTA ALVES, CPF nº ***.462.172-** e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Móvel Marítimo tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada.

Nº 7.664 - Processo nº 53581.000180/2022-16: declara extinta, por renúncia, a autorização do serviço de interesse restrito e do único serviço notificado, Rádio do Cidadão, outorgada a FLAVIO DE LIMA FOGAÇA, CPF nº ***.679.292-**, declarando também extinta a autorização de uso de radiofrequência associada.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 27 DE MAIO DE 2022

Nº 7.352 Processo nº 53500.016300/2022-50. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à GPM - ALARME E MONITORAMENTO 24 HORAS LTDA, CNPJ 04.587.741/0001-71, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 7.364 Processo n° 53500.039345/2022-01. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal.

Nº 7.365 Processo n° 53500.040846/2022-21. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ nº 37.185.266/0001-66, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal.

Nº 7.366 Processo n° 53500.040988/2022-99. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TIM S A, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal.

Nº 7.413 Processo n° 53500.040989/2022-33. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à JONAVA RJ INFRAESTRUTURA E REDES DE TELECOMUNICACOES S.A., CNPJ nº 37.185.266/0001-66, associada à autorização para execução do Serviço Móvel Pessoal.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 3 DE JUNHO DE 2022

Nº 7.707 Processo nº 53500.047594/2022-61. Expede autorização à CLICK SERVICOS DE APPS E INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 45.927.788/0001-14, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.732 Autoriza ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A, CNPJ nº 02.359.572/0004-30, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Conceição do Mato Dentro/MG, no período de 12/06/2022 a 10/08/2022.

Nº 7.733 Autoriza FUNDACAO CANAL 20, CNPJ nº 04.083.151/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 11/06/2022 a 12/06/2022.

Nº 7.734 Autoriza FUNDACAO CANAL 20, CNPJ nº 04.083.151/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 11/06/2022 a 12/06/2022.

Nº 7.737 Processo nº 53500.043019/2022-90. Expede autorização à E L FRANCISCO, CNPJ/MF nº 43.678.593/0001-52, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.738 Processo nº 53500.038155/2022-68. Expede autorização à SILVA MOURA SOLUCOES EM REDE LTDA, CNPJ/MF nº 37.169.450/0001-12, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.739 Processo nº 53500.046538/2022-18. Expede autorização à FBR ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS LTDA, CNPJ nº 44.667.520/0001-28, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.740 Processo nº 53500.046210/2022-93. Expede autorização à JOAO PAULO FERREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº ***.865.351-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.741 Processo nº 53500.045922/2022-95. Expede autorização à JBF FIBRA LTDA, CNPJ/MF nº 32.125.377/0001-63, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.742 Processo nº 53500.045864/2022-08. Expede autorização à TEL & GLOBE COMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 84.851.369/0001-06, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.745 Processo nº 53500.046139/2022-49. Expede autorização à UNI-IT TECHNOLOGY LTDA., CNPJ/MF nº 17.887.963/0002-32, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.758 Processo nº 53500.048071/2022-32. Expede autorização à ASSOCIACAO DO PROPRIETARIOS DA AERONAVE MARCA PILATUS PC-12/47E, N DE SERIE 1066, MATRICULA BRASILEIRA PP-MVT, CNPJ nº 36.965.521/0001-20, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.759 Processo nº 53500.047994/2022-77. Expede autorização à R. G SERVICOS DE PROVEDORES DE INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 37.435.689/0001-97, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD Nº 3.146, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87, da Constituição Federal, e o art. 40, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 00190.102934/2022-17, resolve:

Art. 1º Designar o Secretário-Geral do Ministério da Defesa para, no âmbito da administração central, exercer as atribuições estabelecidas no artigo 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, cabendo-lhe exercer as seguintes atribuições:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI);

II - monitorar a implementação do disposto na LAI e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

III - recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na LAI;

IV - orientar os órgãos da administração central do Ministério da Defesa no que se refere ao cumprimento do disposto na LAI e seus regulamentos;

V - manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão de autoridade competente, observado o disposto no art. 22 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012; e

VI - assegurar, mediante o assessoramento do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DETIC e do Departamento de Organização e Legislação - DEORG, respeitadas as competências específicas de cada um desses órgãos da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional - SEORI do Ministério da Defesa, a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, na forma do § 4º do art. 5º do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, a compreender as seguintes ações:

a) orientar as unidades sobre o cumprimento das normas referentes a dados abertos;

b) assegurar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada;

c) monitorar a implementação dos planos de dados abertos; e

d) apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento do Plano de Dados Abertos, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Dados Abertos.

Art. 2º No exercício das atribuições de que trata o art. 1º, incisos I a VI, a autoridade de monitoramento designada na forma desta Portaria estabelecerá articulações com os órgãos integrantes da administração central do Ministério da Defesa, dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, da Escola Superior de Guerra - ESG, da Escola Superior de Defesa - ESD e do Hospital das Forças Armadas - HFA.

Art. 3º Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, o Comandante da Escola Superior de Guerra - ESG, o Comandante da Escola Superior de Defesa - ESD e o Comandante Logístico do Hospital das Forças Armadas - HFA deverão manter atualizadas as designações, em ato próprio, das autoridades do art. 40 da LAI no âmbito de suas respectivas áreas de atuação.

Art. 4º Ficam mantidas as competências da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional - SEORI para os assuntos referentes à LAI e ao Serviço de Informações ao Cidadão da administração central do Ministério da Defesa - SIC-MD, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2.036/GM-MD, de 13 de novembro de 2016.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA GABAER Nº 305/GC3, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre autorização de implantação de Objeto Projetado no Espaço Aéreo (OPEA), denominado "Trecho da LT Oriximiná - Juruti - Aeródromo de Óbidos".

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto n° 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta no capítulo 9 da ICA 11-3 "Processos da Área de Aeródromos (AGA) no âmbito do COMAER", aprovada pela Portaria nº 1.425/GC3, de 14 de dezembro de 2020, bem como no Processo nº 67615.011571/2021-55, procedente do Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA IV), resolve:

Art. 1º Autorizar, em grau de recurso por interesse público, declarado e ratificado pelo Prefeito do Município de Óbidos-PA, a implantação de OPEA, denominado "Trecho da LT Oriximiná - Juruti - Aeródromo de Óbidos", localizado no Plano Básico de Zona de Proteção do Aeródromo (PBZPA) de Óbidos (SNTI).

Art. 2º O CINDACTA IV implementará, no prazo estabelecido, em coordenação com a Prefeitura do Município de Óbidos-PA, as medidas mitigadoras elencadas para o empreendimento supracitado, uma vez que as mesmas caracterizaram prejuízo operacional aceitável.

Art. 3º A Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A., responsável pela implantação de que trata o art. 1º, deverá informar ao CINDACTA IV, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, a data estimada para que a implantação atinja a altura máxima permitida para a respectiva área na qual está localizada.

Parágrafo único. Deverão ser observados pela empresa supracitada os requisitos da legislação vigente quanto à sinalização do empreendimento em tela, localizada no Plano Básico de Zona de Proteção do Aeródromo (PBZPA) de Óbidos (SNTI).

Art. 4º A autorização constante desta Portaria restringe-se aos aspectos relacionados com a segurança ou a regularidade das operações aéreas, e não supre a deliberação de outras entidades da Administração Pública sobre assuntos de sua competência.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2022.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

PORTARIA GABAER Nº 306/GC3, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre classificação e qualificação de Unidades do Comando da Aeronáutica, no SIAFI, e a correlação entre apoiadas e apoiadoras.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no item 2 do Manual Eletrônico de Administração da Aeronáutica do RCA 12-1 "Regulamento de Administração da Aeronáutica, na forma eletrônica (RADA-e)", aprovado pela Portaria GABAER nº 25/GC3, de 21 de janeiro de 2021, e em consonância com a DCA 19-8 "Estrutura Organizacional do Comando da Aeronáutica", aprovada pela Portaria EMAER nº 91/1SC, de 9 de dezembro de 2021, e considerando o que consta no Processo n° 67800.000640/2022-99, procedente da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, resolve:

Art. 1º Classificar como Unidades Administrativas as Organizações e frações de Organizações do Comando da Aeronáutica constantes do ANEXO I desta Portaria.

§ 1º As Unidades Administrativas e frações de Organizações do Comando da Aeronáutica a que se refere o caput deste artigo são qualificadas como Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC), Unidades Gestoras Credoras (UG CRED) ou Unidades Gestoras Controle (UG CONT), no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

§ 2º As Unidades Gestoras Executoras podem ser classificadas em plenas ou parciais, no Comando da Aeronáutica. Serão classificadas como plenas se forem autorizadas a executar todos os registros contábeis referentes a atos e fatos orçamentários, financeiros, patrimoniais e outros inerentes à gestão administrativa. A Unidade Gestora que seja autorizada a realizar apenas os registros contábeis de alguns atos e fatos será classificada como Unidade Gestora Executora Parcial. Para efeito de SIAFI, a denominação será de Unidade Gestora Executora, independente da classificação plena ou parcial. Esta portaria indicará, no caso das Unidades Gestoras Executoras Parciais, as atividades (orçamentária, financeira, patrimonial e gestão administrativa) que estarão autorizadas a executar no SIAFI.

§ 3º As UG EXEC parciais serão apoiadas por outras UG EXEC, nas áreas de execução em que não estiverem autorizadas a atuar.

§ 4º Apenas as Unidades responsáveis pela coordenação/distribuição de créditos poderão ser classificadas como UG CRED.

§ 5º As UG CRED e UG CONT serão apoiadas por UG EXEC, no SIAFI, para o registro e execuções orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 6º As execuções orçamentária e financeira referentes à aquisição de materiais ou serviços específicos serão realizados pelo Centro de Aquisições Específicas (CAE), para todas as Unidades, salvo as aquisições definidas para realização no exterior, considerados os critérios de eficiência, eficácia e economicidade.

§ 7º As Unidades Apoiadoras serão sempre classificadas como UG EXEC Plenas.

Art. 2° As Unidades Gestoras Responsáveis (UGR) estão definidas no PCA 11-44, sendo responsáveis por recursos orçamentários definidos no Plano de Ação ou extra Plano de Ação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 237/GC3, de 8 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 16, de 9 de fevereiro de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

ANEXO I

QUALIFICAÇÃO DAS UNIDADES DO COMAER NO SIAFI

UG APOIADORA		UG APOIADA		SIGLA	FUNÇÃO SIAFI	TIPO
120060	ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	120060	ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	AFA	UG EXEC	
		120304	ESQUADRÃO DE DEMONSTRAÇÃO AÉREA	EDA	UG CONT	
		120607	ESQUADRÃO DE SAÚDE DE PIRASSUNUNGA	ES-YS	UG CONT	
		120065	FAZENDA DE AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA	FAYS	UG EXEC PARCIAL	2
		120502	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA	PAYS	UG CONT	
		120495	PRIMEIRO ESQUADRÃO DE INSTRUÇÃO AÉREA	1 EIA	UG CONT	
		120496	SEGUNDO ESQUADRÃO DE INSTRUÇÃO AÉREA	2 EIA	UG CONT	
		120330	SUBDIVISÃO DE INSTRUÇÃO DE VOO	SIV	UG CONT	
120628	GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM	120628	GRUPAMENTO DE APOIO DE BELÉM	GAP-BE	UG EXEC	
		120485	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	DTCEA-AA	UG CONT	
		120425	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - BELEM	DTCEA-BE	UG CONT	
		120486	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - MACAPA	DTCEA-MQ	UG CONT	
		120487	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - SANTAREM	DTCEA-SN	UG CONT	
		120086	PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL	I COMAR	UG CONT	
		120088	COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIAO AMAZONICA	COMARA	UG EXEC PARCIAL	3
		120255	DESTACAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA DE BELEM	DT-INFRA BELEM	UG EXEC PARCIAL	2
		120295	COLÉGIO TENENTE REGO BARROS	CTRB	UG CONT	
		120087	BASE AÉREA DE BELEM	BABE	UG EXEC PARCIAL	2
		120178	GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DE BELEM	GSD-BE	UG CONT	
		120089	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE BELEM	HABE	UG EXEC PARCIAL	2
		120168	I SERVIÇO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA I	UG CONT	
		120161	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE BELEM	PABE	UG CONT	
		120319	PRIMEIRO ESQUADRÃO DE TRANSPORTE AÉREO	1 ETA	UG CONT	
		120248	SERV DE REC E PREP PESSOAL DA AERONÁUTICA BE	SEREP-BE	UG CONT	
		120339	TERCEIRO DO SÉTIMO GRUPO DE AVIAÇÃO	3/7 GAV	UG CONT	
120073	BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS	120073	BASE AÉREA DE FLORIANOPOLIS	BAFL	UG EXEC	
		120611	GRUPO DE SAÚDE DE FLORIANOPOLIS	GSAU-FL	UG CONT	
120014	BASE AÉREA DE FORTALEZA	120014	BASE AÉREA DE FORTALEZA	BAFZ	UG EXEC	
		120600	GRUPO DE SAÚDE DE FORTALEZA	GSAU-FZ	UG CONT	
120631	BASE AÉREA DE NATAL	120631	BASE AÉREA DE NATAL	BANT	UG EXEC	
		120466	TERCEIRO DO PRIMEIRO GRUPO DE COMUNICAÇÃO E CONTROLE	3/1 GCC	UG CONT	
		120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	CLBI	UG EXEC PARCIAL	2
		120272	DESTACAMENTO DE ENGENHARIA DA COMARA EM NATAL (RN)	DECO-NT	UG CONT	
		120265	DESTACAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE AERONÁUTICA DE NATAL	DTINFRA-NT	UG EXEC PARCIAL	2
		120616	GRUPO DE SAÚDE DE NATAL	GSAU-NT	UG CONT	
		120498	GRUPO DE INSTRUÇÃO TÁTICA E ESPECIALIZADA	GITE	UG CONT	
		120149	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE NATAL	PANT	UG CONT	
		120306	PRIMEIRO DO DÉCIMO PRIMEIRO G. DE AVIAÇÃO	1/11 GAV	UG CONT	
		120311	PRIMEIRO DO OITAVO GRUPO DE AVIAÇÃO	1/8 GAV	UG CONT	
		120313	PRIMEIRO DO QUINTO GRUPO DE AVIAÇÃO	1/5 GAV	UG CONT	
		120329	SEGUNDO DO QUINTO GRUPO DE AVIAÇÃO	2/5 GAV	UG CONT	
		120334	SEGUNDO ESQUADRÃO DE TRANSPORTE AÉREO	2 ETA	UG CONT	
120632	BASE AÉREA DE RECIFE	120632	BASE AÉREA DE RECIFE	BARF	UG EXEC	
		120017	SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL	II COMAR	UG CONT	
		120479	DESTACAMENTO DE AERONÁUTICA DE FERNANDO DE NORONHA	DESTAE-FN	UG CONT	
		120423	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - ARACAJU	DTCEA-AR	UG CONT	
		120414	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - BOM JESUS DA LAPA	DTECA-LP	UG CONT	
		120482	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - FERNANDO DE NORONHA	DTCEA-FN	UG CONT	
		120415	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - FORTALEZA	DTCEA-FZ	UG CONT	
		120483	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - IMPERATRIZ	DTCEA-IZ	UG CONT	
		120442	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - MACEIO	DTCEA-MO	UG CONT	
		120444	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - NATAL	DTCEA-NT	UG CONT	
		120416	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - PETROLINA	DTCEA-PL	UG CONT	
		120413	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - PORTO SEGURO	DTCEA-PS	UG CONT	
		120449	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - RECIFE	DTCEA-RF	UG CONT	
		120451	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - SALVADOR	DTCEA-SV	UG CONT	
		120456	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - SÃO LUÍS	DTCEA-SL	UG CONT	
		120177	GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DE RECIFE	GSD-RF	UG CONT	
		120019	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE RECIFE	HARF	UG EXEC PARCIAL	2
		120169	II SERVIÇO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA II	UG CONT	
		120118	ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE RECIFE	OARF	UG CONT	
		120007	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE RECIFE	PARF	UG EXEC PARCIAL	2
		120249	SERV DE REC E PREP PESSOAL DA AERONÁUTICA RF	SEREP-RF	UG CONT	
		120021	TERCEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO (UG APOIADA PELO CAE (120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	CINDACTA III	UG EXEC PARCIAL	2
120023	BASE AÉREA DE SALVADOR	120023	BASE AÉREA DE SALVADOR	BASV	UG EXEC	
		120664	CENTRO MILITAR DE CONVENÇÕES E HOSPEDAGEM DA AER	CEMCOHA	UG CONT	
		120601	GRUPO DE SAÚDE DE SALVADOR	GSAU-SV	UG CONT	
120669	BASE AÉREA DE SANTA CRUZ	120669	BASE AÉREA DE SANTA CRUZ	BASC	UG EXEC	
		120604	GRUPO DE SAÚDE DE SANTA CRUZ	GSAU-SC	UG CONT	
		120316	PRIMEIRO ESQUADRÃO DO SÉTIMO GRUPO DE AVIAÇÃO	1/7 GAV	UG CONT	
		120320	PRIMEIRO GRUPO DE AVIAÇÃO DE CAÇA	1 GAVCA	UG CONT	
		120338	TERCEIRO ESQUADRÃO DO OITAVO GRUPO DE AVIAÇÃO	3/8 GAV	UG CONT	
120623	BASE AÉREA DOS AFONSOS	120623	BASE AÉREA DOS AFONSOS	BAAF	UG EXEC	
		120648	SUBDIRETORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO	SDAP	UG CONT	
		120126	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA	CENDOC	UG CONT	
		120137	COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA	CDA	UG CONT	
		120133	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO	DIRAD	UG CRED	
		120157	ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA	EAOAR	UG CONT	
		120158	ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA	ECEMAR	UG CONT	
		120670	GRUPAMENTO DE APOIO LOGÍSTICO DE CAMPANHA	GALC	UG CONT	
		120229	GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DOS AFONSOS	GSD-AF	UG CONT	
		120041	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DOS AFONSOS (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	HAAF	UG EXEC PARCIAL	2
		120134	INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA	IPA	UG CONT	
		120165	INSTITUTO MEDICINA AEROESPACIAL BRIGADEIRO MÉDICO ROBERTO TEIXEIRA (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	IMAE	UG CONT	
		120138	MUSEU AEROESPACIAL	MUSAL	UG CONT	
		120046	NÚCLEO DO PARQUE DE MATERIAL AER DOS AFONSOS (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	NUPAMA AF	UG CONT	
		120053	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DOS AFONSOS	PAAF	UG EXEC PARCIAL	2

		120279	RANCHO CONCEITO DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA	RANCHO-DIRAD	UG EXEC PARCIAL	3
		120250	SERV DE REC E PREP PESSOAL DA AERONAUTICA RJ	SEREP-RJ	UG CONT	
		120100	SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	SDAB	UG EXEC PARCIAL	2
		120093	SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL/EXTERIOR	SDPP/EXTERIOR	UG EXEC PARCIAL	1
		120052	SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL/PAÍS	SDPP/PAÍS	UG EXEC PARCIAL	1
		120044	BASE DE RECEPÇÃO DE VETERANOS	BREVET	UG EXEC PARCIAL	1
		120054	UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA	UNIFA	UG CONT	
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA	120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA	CLA	UG EXEC	
		120297	ESCOLA CAMINHO DAS ESTRELAS	ECE	UG CONT	
		120273	DESTACAMENTO DE ENGENHARIA DA COMARA EM ALCÂNTARA (MA)	DECO-AK	UG CONT	
		120618	ESQUADRÃO DE SAÚDE ALCÂNTARA	ES-AK	UG CONT	
120090	COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON	120551	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NA ARGENTINA	ADIAER-ARG	UG CONT	
		120552	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NA BOLIVIA	ADIAER-BOL	UG CONT	
		120553	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NA COLOMBIA	ADIAER-COL	UG CONT	
		120556	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NA VENEZUELA	ADIAER-VEN	UG CONT	
		120557	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NO CHILE	ADIAER-CHI	UG CONT	
		120558	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NO EQUADOR	ADIAER-EQU	UG CONT	
		120559	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NO PARAGUAI	ADIAER-PAR	UG CONT	
		120560	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NO PERU	ADIAER-PER	UG CONT	
		120561	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NO URUGUAI	ADIAER-URU	UG CONT	
		120562	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NOS EUA E CANADA	ADIAER-EUA	UG CONT	
		120571	ADIDÂNCIA DAS FORÇAS ARMADAS NO MEXICO	ADIFA-MEX	UG CONT	
		120090	COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON	CABW	UG EXEC	
		120204	MISSÃO TÉCNICA AERONÁUTICA EM ASSUNÇÃO	MTAB	UG CONT	
		120580	MISSAO TECNICA AERONAUTICA BRASILEIRA NA BOLIVIA	MTAB-BOLÍVIA	UG CONT	
		120577	MISSAO TECNICA AERONAUT BRASILEIRA - PARAGUAI	MTAB-PARAGUAI	UG CONT	
120091	COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA NA EUROPA	120581	ADIDANCIA DEF, EXERC E ERA REPÚBLICA TCHECA	ADIDEFEXAER-RT	UG CONT	
		120263	ADIDÂNCIA DEF, NAV, DO EXERC E AER NA ETIÓPIA	ADIDEFNAVEXAETIÓPIA	UG CONT	
		120240	ADIDÂNCIA DEF, NAV, DO EXERC E AER NA INDIA	ADIDEFNAVEXAERÍNDIA	UG CONT	
		120241	ADIDÂNCIA DEF, NAV, DO EXERC E AER NA SUECIA	ADIDEFNAVEXAESUÉCIA	UG CONT	
		120550	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NA GRA-BRETANHA,NORUEGA	ADIAER-GBR	UG CONT	
		120554	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NA FRANCA E BELGICA	ADIAER-FRA	UG CONT	
		120555	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NA ITALIA	ADIAER-ITA	UG CONT	
		120563	ADIDÂNCIA DAS FORÇAS ARMADAS EM ANGOLA	ADIFA-ANG	UG CONT	
		120564	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA EM ISRAEL	ADIFA-ISR	UG CONT	
		120565	ADIDÂNCIA DE DEFESA AERONÁUTICO DO BRASIL NA CHINA, COREIA E VIETNÃ	ADIAER-CHN	UG CONT	
		120566	ADIDÂNCIA DAS FORÇAS ARMADAS NA ESPANHA	ADIFA-ESP	UG CONT	
		120568	ADIDÂNCIA DAS FORÇAS ARMADAS NA RUSSIA	ADIFA-RUS	UG CONT	
		120569	ADIDÂNCIA DAS FORÇAS ARMADAS NO IRA	ADIFA-IRA	UG CONT	
		120570	ADIDÂNCIA DE DEFESA E AERONÁUTICA INDONESIA	ADIFA-JAP	UG CONT	
		120572	ADIDÂNCIA DO EXERCITO E AERONAUTICA EM PORTUGAL	ADIEXAER-APO	UG CONT	
		120573	ADIDÂNCIA AERONÁUTICA NA AFRICA DO SUL	ADIEXAER-AFS	UG CONT	
		120574	ADIDÂNCIA DO EXERCITO E AERONÁUTICA NA ALEMANHA	ADIEXAER-ALE	UG CONT	
		120224	ADIDÂNCIA DEFESA NAVAL, EXERC E AER - SENEGAL	ADDFSENEG	UG CONT	
		120091	COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA NA EUROPA	CABE	UG EXEC	
		120200	COMISSAO DE FISC E RECEB DE MATERIAL CASA	COMF CASA	UG CONT	
		120219	GRUPO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE - EUROCOP	GAC-EC	UG CONT	
		120206	REPRESENTACAO MIL AER BRASILEIRA NA ITALIA	REMABI	UG CONT	
120064	ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA	120064	ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA	EEAR	UG EXEC	
		120610	ESQUADRÃO DE SAÚDE DE GUARATINGUETÁ	ES-GW	UG CONT	
		120507	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE GUARATINGUETÁ	PAGW	UG CONT	
120025	ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR	120025	ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR	EPCAR	UG EXEC	
		120603	ESQUADRÃO DE SAÚDE DE BARBACENA	ES-BQ	UG CONT	
120001	GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA	120164	ASSESSORIA PARLAMENTAR DO COMAER	ASPAER	UG CRED	
		120103	CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AERONÁUTICA	CECOMSAER	UG CRED	
		120102	CONSULTORIA JURÍDICA ADJUNTA DO COMANDO DA AERONÁUTICA	COJAER	UG CONT	
		120001	GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA	GABAER	UG EXEC	
		120208	SUBDIVISÃO DE APOIO DO GABAER NO RJ	SAGAB	UG CONT	
120624	BASE AÉREA DE ANÁPOLIS	120613	GRUPO DE SAÚDE DE ANÁPOLIS	GSAU-AN	UG CONT	
		120267	GRUPAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE INFRAESTRUTURA DE ANÁPOLIS	GAC INFRA-AN	UG CONT	
		120624	BASE AÉREA DE ANÁPOLIS	BAAN	UG EXEC	
		120500	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE ANÁPOLIS	PAAN	UG CONT	
		120302	PRIMEIRO GRUPO DE DEFESA AÉREA	1 GDA	UG CONT	
		120322	PRIMEIRO GRUPO DE TRANSPORTE DE TROPA	1 GTT	UG CONT	
		120341	SEGUNDO DO SEXTO GRUPO DE AVIAÇÃO	2/6 GAV	UG CONT	
		120199	TERCEIRO GRUPO DE DEFESA ANTIAÉREA	3º GDAAE	UG CONT	
120637	BASE AÉREA DE BOA VISTA	120427	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - BOA VISTA	DTCEA-BV	UG CONT	
		120274	DESTACAMENTO DE ENGENHARIA DA COMARA EM SURUCUCU (RR)	DECO-UQ	UG CONT	
		120615	GRUPO DE SAÚDE DE BOA VISTA	GSAU-BV	UG CONT	
		120637	BASE AÉREA DE BOA VISTA	BABV	UG EXEC	
		120318	PRIMEIRO DO TERCEIRO GRUPO DE AVIAÇÃO	1/3 GAV	UG CONT	
120006	GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA	120105	CENTRO DE COMPUTAÇÃO DA AERONÁUTICA DE BRASÍLIA (UG APOIADA PELO CELOG (UG 120071) PARA AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS)	CCA BR	UG CONT	
		120192	CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA	CENCIAR	UG CONT	
		120113	CENTRO DE INTELIGENCIA DA AERONÁUTICA	CIAER	UG CRED	
		120131	COMANDO GERAL DE PESSOAL	COMGEP	UG CRED	
		120108	COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA AERONAVE DE COMBATE	COPAC	UG EXEC PARCIAL	3
		120109	COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA	CPO	UG CONT	
		120271	COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS ESPACIAIS	CCISE	UG CONT	
		120700	DIRETORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA	DIREF SEDE	UG CONT	
		121002	DIRETORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA - F. FAER	SEFA - F.AER	UG EXEC PARCIAL	4
		120701	DIRETORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA - SUCONT	DIREF/SUCONT	UG EXEC PARCIAL	5
		120702	DIRETORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA - SUCONV	DIREF/SUCONV	UG EXEC PARCIAL	1
		120002	DIRETORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA - SUFIN	DIREF	UG EXEC PARCIAL	4
		120132	DIRETORIA DE ENSINO	DIRENS	UG CRED	
		120111	ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA	EMAER	UG CRED	
		120006	GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA	GAP-BR	UG EXEC	
		120112	ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA	OABR	UG CONT	
		120647	SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA	SEFA	UG CONT	
120638	BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE	120303	ESQUADRÃO AEROTERRESTRE DE SALVAMENTO	EAS	UG CONT	
		120638	BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE	BACG	UG EXEC	
		120308	PRIMEIRO DO DÉCIMO QUINTO GRUPO DE AVIAÇÃO	1/15 GAV	UG CONT	
		120327	SEGUNDO DO DÉCIMO GRUPO DE AVIAÇÃO	2/10 GAV	UG CONT	
		120497	TERCEIRO DO TERCEIRO GRUPO DE AVIAÇÃO	3/3 GAV	UG CONT	
		120605	GRUPO DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE	GSAU-CG	UG CONT	
120629	GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS	120629	GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS	GAP-CO	UG EXEC	
		120465	SEGUNDO DO PRIMEIRO GRUPO DE COMUNICAÇÃO E CONTROLE	2/1 GCC	UG CONT	
		120074	QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL	V COMAR	UG CONT	
		120259	DESTACAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE AERONÁUTICA DE CANOAS	DT-INFRA CO	UG EXEC PARCIAL	2
		120075	BASE AÉREA DE CANOAS	BACO	UG EXEC PARCIAL	2
		120175	GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DE CANOAS	GSD-CO	UG CONT	

		120077	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE CANOAS	HACO	UG EXEC PARCIAL	2
		120513	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE CANOAS	PACO	UG CONT	
		120307	PRIMEIRO DO DÉCIMO QUARTO GRUPO DE AVIAÇÃO	1/147 GAV	UG CONT	
		120191	PRIMEIRO GRUPO DE DEFESA ANTIAÉREA	1º GDAAE	UG CONT	
		120325	QUINTO ESQUADRÃO DE TRANSPORTE AÉREO	5 ETA	UG CONT	
		120332	SEGUNDO DO SÉTIMO GRUPO DE AVIAÇÃO	2/7 GAV	UG CONT	
		120252	SERV DE REC E PREP PESSOAL DA AERONÁUTICA CO	SEREP CO	UG CONT	
		120172	V SERVIÇO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA V	UG CONT	
120636	GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA	120024	CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA	CIAAR	UG CONT	
		120602	ESQUADRÃO DE SAÚDE DE LAGOA SANTA	ES-LS	UG CONT	
		120636	GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA	GAP-LS	UG EXEC	
		120026	PARQUE MATERIAL AERONÁUTICO DE LAGOA SANTA (UG APOIADA PELO CELOG (UG 120071) PARA AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS)	PAMALS	UG EXEC PARCIAL	2
		120504	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE LAGOA SANTA	PALS	UG CONT	
120630	GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS	120630	GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS	GAP-MN	UG EXEC	
		120083	SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL	VII COMAR	UG CONT	
		120211	DESTACAMENTO DE AERONÁUTICA - SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	DESTAE-UA	UG CONT	
		120212	DESTACAMENTO DE AERONÁUTICA DE EIRUNEPE	DESTAE-EI	UG CONT	
		120213	DESTACAMENTO DE APOIO A COMARA EM MANAUS	DACO-MN	UG CONT	
		120232	DESTACAMENTO DE APOIO DA COMARA EM MOURA (AM)	DACO-OW	UG CONT	
		120209	DESTACAMENTO DE APOIO DA COMARA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM)	DACO-UA	UG CONT	
		120214	DESTACAMENTO DE APOIO DA COMARA EM TABATINGA (AM)	DACO-TT	UG CONT	
		120434	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - EDUARDO GOMES	DTCEA-EG	UG CONT	
		120493	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - EIRUNEPE	DTCEA-EI	UG CONT	
		120472	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - JACAREACANGA	DTCEA-EK	UG CONT	
		120443	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - MANAUS	DTCEA-MN	UG CONT	
		120473	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - MANICORÉ	DTCEA-MY	UG CONT	
		120445	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - OIAPOQUE	DTCEA-OI	UG CONT	
		120484	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - SÃO FELIZ DO XINGU	DTCEA-FX	UG CONT	
		120475	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	DTCEA-UA	UG CONT	
		120458	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - TABATINGA	DTCEA-TT	UG CONT	
		120491	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - TEFÉ	DTCEA-TF	UG CONT	
		120471	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - TIRIOS	DTCEA-TS	UG CONT	
		120275	DESTACAMENTO DE ENGENHARIA DA COMARA - COARI (AM)	DECO-KO	UG CONT	
		120222	DESTACAMENTO DE ENGENHARIA DA COMARA - EIRUNEPE	DECO-EI	UG CONT	
		120233	DESTACAMENTO DE ENGENHARIA DA COMARA - ESTIRAÕ DE EQUADOR (AM)	DECO-EE	UG CONT	
		120234	DESTACAMENTO DE ENGENHARIA DA COMARA - IAURETÊ (AM)	DECO-YA	UG CONT	
		120276	DESTACAMENTO DE ENGENHARIA DA COMARA - SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM)	DECO-UA	UG CONT	
		120261	DESTACAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE AERONÁUTICA DE MANAUS	DT-INFRA MN	UG EXEC PARCIAL	2
		120201	DESTACAMENTO DE SUPRIMENTOS E MANUTENÇAÕ DE MANAUS	DSM-MN	UG CONT	
		120082	BASE AÉREA DE MANAUS	BAMN	UG EXEC PARCIAL	2
		120183	GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DE MANAUS	GDS-MN	UG CONT	
		120154	HOSPITAL DA AERONÁUTICA DE MANAUS	HAMN	UG EXEC PARCIAL	2
		120519	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE MANAUS	PAMN	UG CONT	
		120310	PRIMEIRO DO NONO GRUPO DE AVIAÇÃO	1/9 GAV	UG CONT	
		120094	QUARTO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS	CINDACTA IV	UG EXEC PARCIAL	2
		120193	SEGUNDO GRUPO DE DEFESA ANTIAÉREA	2º GDAAE	UG CONT	
		120254	SERV DE REC E PREP PESSOAL DA AERONÁUTICA MN	SEREP MN	UG CONT	
		120335	SÉTIMO DO OITAVO GRUPO DE AVIAÇÃO	7/8 GAV	UG CONT	
		120336	SÉTIMO ESQUADRÃO DE TRANSPORTE AÉREO	7 ETA	UG CONT	
		120180	UNIDADE DE TELECOMUNICAÇÕES DE ALTAMIRA/PA	UT ALTAMIRA	UG CONT	
		120181	UNIDADE DE TELECOMUNICAÇÕES DE BARCELOS/AM	UT BARCELOS	UG CONT	
		120182	UNIDADE DE TELECOMUNICAÇÕES DE CARAUARI/AM	UT CARAUARI	UG CONT	
		120184	UNIDADE DE TELECOMUNICAÇÕES DE JI-PARANA/RO	UT JI-PARANA	UG CONT	
		120185	UNIDADE DE TELECOMUNICAÇÕES DE JUNDIA/RR	UT JUNDIA	UG CONT	
		120186	UNIDADE DE TELECOMUNICAÇÕES DE MARABA/PA	UT MARABA	UG CONT	
		120187	UNIDADE DE TELECOMUNICAÇÕES DE PORTO TROMBETAS/PA	UT PORTO TROMBETAS	UG CONT	
		120188	UNIDADE DE TELECOMUNICAÇÕES DE TARAUACA/AC	UT TARAUACA	UG CONT	
		120189	UNIDADE DE TELECOMUNICAÇÕES DEVISEU/PA	UT VISEU	UG CONT	
		120174	VII SERVIÇO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA VII	UG CONT	
120641	BASE AÉREA DE PORTO VELHO	120494	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - CRUZEIRO DO SUL	DTCEA-CZ	UG CONT	
		120439	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - GUAJARA MIRIM	DTCEA-GM	UG CONT	
		120448	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - PORTO VELHO	DTCEA-PV	UG CONT	
		120450	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - RIO BRANCO	DTCEA-RB	UG CONT	
		120492	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - VILHENA	DTCEA-VH	UG CONT	
		120464	QUINTO DO PRIMEIRO GRUPO DE COMUNICAÇÃO E CONTROLE	5/1 GCC	UG CONT	
		120223	DESTACAMENTO DE AERONÁUTICA DE VILHENA	DESTAE-VH	UG CONT	
		120277	DESTACAMENTO DE APOIO DA COMARA - CRUZEIRO DO SUL (AC)	DACO-CZ	UG CONT	
		120278	DESTACAMENTO DE ENGENHARIA DA COMARA - MARECHAL THAUMATURGO (AC)	DECO-MH	UG CONT	
		120614	GRUPO DE SAÚDE DE PORTO VELHO	GSAU-PV	UGCONT	
		120641	BASE AÉREA DE PORTO VELHO	BAPV	UG EXEC	
		120328	SEGUNDO DO OITAVO GRUPO DE AVIAÇÃO	2/8 GAV	UGCONT	
		120333	SEGUNDO DO TERCEIRO GRUPO DE AVIAÇÃO	2/3 GAV	UGCONT	
120643	BASE AÉREA DE SANTA MARIA	120463	QUARTO DO PRIMEIRO GRUPO DE COMUNICAÇÃO E CONTROLE	4/1 GCC	UG CONT	
		120612	GRUPO DE SAÚDE DE SANTA MARIA	GSAU-SM	UG CONT	
		120643	BASE AÉREA DE SANTA MARIA	BASM	UG EXEC	
		120305	PRIMEIRO DO DÉCIMO GRUPO DE AVIAÇÃO	1/10 GAV	UG CONT	
		120123	PRIMEIRO ESQUADRÃO DO DÉCIMO SEGUNDO GAV	1/12 GAV	UG CONT	
		120324	QUINTO DO OITAVO GRUPO DE AVIAÇÃO	5/8 GAV	UG CONT	
		120337	TERCEIRO DO DÉCIMO GRUPO DE AVIAÇÃO	3/10 GAV	UG CONT	
120016	GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	120150	CENTRO DE COMPUTAÇÃO DA AERONÁUTICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (UG APOIADA PELO CELOG (UG 120071) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	CCA SJ	UG CONT	
		120298	CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA	CPOR-SJ	UG CONT	
		120225	COMISSÃO DE OBRAS DO DCTA	CO-DCTA	UG CONT	
		120110	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL	DCTA	UG CRED	
		120609	ESQUADRÃO DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	ES-SJ	UG CONT	
		120016	GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	GAP-SJ	UG EXEC	
		120668	GRUPO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE - PROGRAMA AERONAVE COMBATE	GAC-PAC	UG CONT	
		120270	GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	GSD-SJ	UG CONT	
		120141	INSTITUTO DE AERONÁUTICA E ESPAÇO	IAE	UG CONT	
		120197	INSTITUTO DE APLICAÇÕES OPERACIONAIS	IAOP	UG CONT	
		120067	INSTITUTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	ICEA	UG CONT	
		120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	IEAV	UG CONT	
		120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENAÇÃO INDUSTRIAL	IFI	UG CONT	
		120299	INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	IPEV	UG CONT	
		120140	INSTITUTO TECNOLÓGICO DA AERONÁUTICA	ITA	UG CRED	
		120512	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PASJ	UG EXEC PARCIAL	2
120633	GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO	120061	BASE AÉREA DE SANTOS	BAST	UG EXEC PARCIAL	2
		120062	BASE AÉREA DE SÃO PAULO	BASP	UG EXEC PARCIAL	2
		120163	CENTRO DE CATALOGAÇÃO DA AERONÁUTICA (UG APOIADA PELO CELOG (UG 120071) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	CECAT	UG CONT	
		120243	CENTRO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA	CEPE	UG CONT	
		120071	CENTRO LOGISTICO DA AERONÁUTICA	CELOG	UG EXEC	
		120059	QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL	IV COMAR	UG CONT	
		120130	COMANDO GERAL DE APOIO (UG APOIADA PELO CELOG (UG 120071) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	COMGAP	UG CONT	
		120258	DESTACAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE AERONÁUTICA DE SÃO PAULO	DT-INFRA SP	UG EXEC PARCIAL	2
		120468	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESP AEREO-AFONSOS	DTCEA-AF	UG CONT	
		120440	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESP AEREO-GUARATINGUETA	DTCEA-GW	UG CONT	

		120428	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESP AEREO-MARTE	DTCEA-MT	UG CONT	
		120438	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - GALEÃO	DTCEA-GL	UG CONT	
		120452	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - SANTA CRUZ	DTCEA-SC	UG CONT	
		120454	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESP AEREO-SANTOS	DTCEA-ST	UG CONT	
		120455	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESP AEREO-SÃO JOSE DOS CAMPOS	DTCEA-SJ	UG CONT	
		120457	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESP AEREO-SAO PAULO	DTCEA-SP	UG CONT	
		120099	DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA (UG APOIADA PELO CELOG (UG 120071) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	DIRINFRA	UG EXEC PARCIAL	2
		120038	DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO (UG APOIADA PELO CELOG (UG 120071) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	DIRMAB	UG CRED	
		120032	DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA (UG APOIADA PELO CELOG (UG 120071) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	DTI	UG CRED	
		120633	GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO	GAP-SP	UG EXEC	
		120269	GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DE SÃO PAULO	GSD-SP	UG CONT	
		120066	HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DE SÃO PAULO	HASP	UG EXEC PARCIAL	2
		120153	INSTITUTO DE LOGISTICA DA AERONÁUTICA (UG APOIADA PELO CELOG (UG 120071) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	ILA	UG CONT	
		120171	IV SERVIÇO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA IV	UG CONT	
		120068	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE SÃO PAULO (UG APOIADA PELO CELOG (UG 120071) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	PAMASP	UG EXEC PARCIAL	2
		120097	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE SÃO PAULO	PASP	UG EXEC PARCIAL	2
		120579	SEÇÃO DE APOIO RECUADO DA DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA	SARDTI	UG CONT	
		120251	SERV DE REC E PREP PESSOAL DA AERONÁUTICA SP	SEREP-SP	UG CONT	
		120069	CENTRO REGIONAL DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO SUDESTE (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	CRCEA-SE	UG EXEC PARCIAL	2
120152	CAMPO DE PROVAS BRIGADEIRO VELLOSO	120152	CAMPO DE PROVAS BRIGADEIRO VELLOSO	CPBV	UG EXEC	
120625	GRUPAMENTO DE APOIO DO DISTRITO FEDERAL	120004	BASE AÉREA DE BRASÍLIA	BABR	UG EXEC PARCIAL	2
		120266	AUTORIDADE DE REGISTRO - AR DEFESA	AR DEFESA	UG CONT	
		120106	CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTE AÉREO	CENIPA	UG CRED	
		120198	CENTRO DE OPERAÇÕES ESPACIAIS PRINC (COPE-P)	COPE-P	UG CONT	
		120262	CENTRO DE OPERAÇÕES ESPACIAIS SECUNDÁRIO (COPE-S)	COPE-S	UG CONT	
		120003	SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL	VI COMAR	UG CONT	
		120115	COMANDO DE OPERAÇÕES AEROESPACIAIS (COMAE)	COMAE	UG CRED	
		120107	COMANDO DE PREPARO (COMPREP)	COMPREP	UG CRED	
		120489	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - SINOP	DTCEA-SI	UG CONT	
		120488	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - SÃO FELIX DO ARAGUAIA	DTCEA-FA	UG CONT	
		120490	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - PORTO ESPIRIDIAO	DTCEA-EP	UG CONT	
		120409	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - ANÁPOLIS	DTCEA-AN	UG CONT	
		120424	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - BARBACENA	DTCEA-BQ	UG CONT	
		120408	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - BARRA DO GARÇA	DTCEA-BW	UG CONT	
		120410	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - BRASÍLIA	DTCEA-BR	UG CONT	
		120411	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - CACHIMBO	DTCEA-CC	UG CONT	
		120407	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - CHAPADA DOS GUIMARÃES	DTCEA-GI	UG CONT	
		120431	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - CONFINS	DTCEA-CF	UG CONT	
		120412	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - CUIABA	DTCEA-CY	UG CONT	
		120406	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - GAMA	DTCEA-GA	UG CONT	
		120441	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - LAGOA SANTA	DTCEA-LS	UG CONT	
		120400	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - PICO DO COUTO	DTCEA-PCO	UG CONT	
		120467	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - PIRASSUNUNGA	DTCEA-YS	UG CONT	
		120403	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - SANTA TEREZA	DTCEA-STA	UG CONT	
		120404	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - SÃO ROQUE	DTCEA-SRO	UG CONT	
		120405	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - TANABI	DTCEA-TNB	UG CONT	
		120402	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO - TRÊS MARIAS	DTCEA-TRM	UG CONT	
		120260	DESTACAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA DE BRASÍLIA	DT-INFRA BR	UG EXEC PARCIAL	2
		120205	DESTACAMENTO DE TELECOMINICACÕES POR SATÉLITE	NUDTS BR	UG CONT	
		120625	GRUPAMENTO DE APOIO DO DISTRITO FEDERAL	GAP-DF	UG EXEC	
		120166	GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DE BRASÍLIA	GSD-BR	UG CONT	
		120300	GRUPO DE TRANSPORTE ESPECIAL	GTE	UG CONT	
		120096	HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DE BRASÍLIA	HFAB	UG EXEC PARCIAL	2
		120005	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA	PABR	UG EXEC PARCIAL	2
		120194	PRIMEIRA BRIGADA DE DEFESA ANTIAÉREA	1 BDAAE	UG CONT	
		120008	PRIMEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	CINDACTA I	UG EXEC PARCIAL	2
		120253	SERV DE REC E PREP PESSOAL DA AERONÁUTICA BR	SEREP BR	UG CONT	
		120301	SEXTO ESQUADRÃO DE TRANSPORTE AÉREO	6 ETA	UG CONT	
		120173	VI SERVIÇO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA VI	UG CONT	
120645	GRUPAMENTO DE APOIO DO GALEAO	120030	BASE AÉREA DO GALEÃO	BAGL	UG EXEC PARCIAL	2
		120057	CASA GERONTOLOGICA DA AERONÁUTICA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	CGABEG	UG CONT	
		120195	CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS	CAE	UG EXEC PARCIAL	4
		120128	CENTRO DE COMPUTAÇÃO DA AERONÁUTICA DO RJ (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) E PELO CELOG (UG 120071) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	CCA RJ	UG CONT	
		120129	CENTRO DE MEDICINA AEROESPACIAL (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	CEMAL	UG CONT	
		120035	CENTRO DE TRANSPORTE LOGISTICO DA AERONÁUTICA (UG APOIADA PELO CELOG (UG 120071) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	CTLA	UG EXEC PARCIAL	4
		120296	COLÉGIO BRIGADEIRO NEWTON BRAGA	CBNB	UG CONT	
		120136	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL	DIRAP	UG CRED	
		120058	DIRETORIA DE SAÚDE (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	DIRSA	UG CONT	
		120645	GRUPAMENTO DE APOIO DO GALEÃO	GAP-GL	UG EXEC	
		120176	GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DO GALEÃO	GSD-GL	UG CONT	
		120042	HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DO GALEÃO (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	HFAG	UG EXEC PARCIAL	2
		120170	III SERVIÇO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA III	UG CONT	
		120043	LABORATÓRIO QUÍMICO-FARMACEUTICO DA AERONÁUTICA (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	LAQFA	UG CONT	
		120049	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DO GALEÃO (UG APOIADA PELO CELOG (UG 120071) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	PAMA GL	UG EXEC PARCIAL	2
		120047	PARQUE DE MATERIAL BÉLICO DA AERONÁUTICA (UG APOIADA PELO CELOG (UG 120071) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	PAMB	UG EXEC PARCIAL	2
		120045	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DO GALEÃO	PAGL	UG EXEC PARCIAL	2
		120312	PRIMEIRO DO PRIMEIRO GRUPO DE TRANSPORTE	1/1 GT	UG CONT	
		120315	PRIMEIRO DO SEGUNDO GRUPO DE TRANSPORTE	1/2 GT	UG CONT	
		120331	SEGUNDO DO SEGUNDO GRUPO DE TRANSPORTE	2/2 GT	UG CONT	
		120050	SUBDIRETORIA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS MÉDICO HOSPITALAR (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	SARAM	UG CONT	
		120340	TERCEIRO ESQUADRÃO DE TRANSPORTE AÉREO	3 ETA	UG CONT	
		120461	PRIMEIRO DO PRIMEIRO GRUPO DE COMUNICAÇÃO E CONTROLE	1/1 GCC	UG CONT	
120039	GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO	120124	ASSESSORIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO	ASOCEA	UG CONT	
		120119	CENTRO DE GERENCIAMENTO DA NAVEGAÇÃO AÉREA	CGNA	UG CONT	
		120028	TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL	III COMAR	UG CONT	
		120244	COMISSÃO DE ESTUDOS RELATIVOS À NAVEGAÇÃO AÉREA INTERNACIONAL	CERNAI	UG CONT	
		120127	COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	CISCEA	UG EXEC PARCIAL	3

		120036	DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	DECEA	UG EXEC PARCIAL	4
		120257	DESTACAMENTO DE INFRAESTRUTURA DA AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO	DT-INFRA RJ	UG EXEC PARCIAL	2
		120039	GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO	GAP-RJ	UG EXEC	
		120460	GRUPO ESPECIAL DE INSPECAO EM VOO	GEIV	UG CONT	
		120179	GRUPO DE SEGURANÇA E DEFESA DO RIO DE JANEIRO	GSD-RJ	UG CONT	
		120040	HOSPITAL CENTRAL AERONÁUTICA (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	HCA	UG EXEC PARCIAL	2
		120055	INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONAUTICA	ICA	UG CONT	
		120121	INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONAUTICA	INCAER	UG CONT	
		120268	JUNTA DE JULGAMENTO DA AERONÁUTICA	JJAER	UG CONT	
		120667	NÚCLEO DE CENTRO INTEGRADO DE METEOROLOGIA DA AERONÁUTICA	NUCIMAER	UG CONT	
		120162	ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA SANTOS DUMONT (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	OASD	UG CONT	
		120048	PARQUE DE MATERIAL DE ELETRÔNICA DA AERONÁUTICA (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS)	PAME	UG EXEC PARCIAL	2
		120462	PRIMEIRO GRUPO DE COMUNICAÇÕES E CONTROLE	1º GCC	UG CONT	
		120469	DESTACAMENTO DE CONT.DO ESP.AER/TELEMATICA-RJ	DTCEA-RJ	UG CONT	
		120135	SERVICO GERAL DE CORRESPONDENCIA E ARQUIVO	SEGECAE	UG CONT	
120072	SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO-CINDACTA II	120480	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - BACACHERI	DTCEA-BI	UG CONT	
		120429	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - CAMPO GRANDE	DTCEA-CG	UG CONT	
		120420	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - CANGUCU	DTCEA-CGU	UG CONT	
		120430	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - CANOAS	DTCEA-CO	UG CONT	
		120422	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - CATANDUVAS	DTCEA-CDT	UG CONT	
		120433	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - CORUMBA	DTCEA-CR	UG CONT	
		120432	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - CURITIBA	DTCEA-CT	UG CONT	
		120435	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - FLORIANOPOLIS	DTCEA-FL	UG CONT	
		120437	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - FOZ DO IGUAÇU	DTCEA-FI	UG CONT	
		120418	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - JARAGUARI	DTCEA-JGI	UG CONT	
		120419	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - MORRO DA IGREJA	DTCEA- MDI	UG CONT	
		120447	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - PORTO ALEGRE	DTCEA-PA	UG CONT	
		120453	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - SANTA MARIA	DTCEA-SM	UG CONT	
		120421	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - SANTIAGO	DTCEA-STI	UG CONT	
		120459	DESTACAMENTO DE CONTROLE DE ESPAÇO AÉREO - URUGUAINA	DTCEA-UG	UG CONT	
		120617	ESQUADRÃO DE SAÚDE DE CURITIBA	ES-CT	UG CONT	
		120516	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE CURITIBA	PACT	UG CONT	
		120072	SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO (UG APOIADA PELO CAE (UG 120195) PARA AÇÕES ESPECÍFICAS	CINDACTA II	UG EXEC	

Observações:
1) UG EXEC PARCIAL:
Tipo "1" - UG CRED que executa os próprios créditos.
Tipo "2" - Executora de contas contábeis de classes patrimonial, em função da relevância da quantidade de itens estocados específicos e das movimentações de bens.
Tipo "3" - Executora de contas contábeis de classe patrimonial, em função da necessidade de controle e relevância de projeto e/ou atividade específica.
Tipo "4" - Executora de contas contábeis de classe orçamentária e financeira.
Tipo "5" - Executora de Conformidade Contábil de Órgão.
2) Em relação aos Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica (SEREP), o apoio quanto à execução orçamentária, financeira e patrimonial no SIAFI poderá ser realizado pelo mesmo GAP que apoia a Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP), bem como pelo GAP situado na localidade onde se encontra o respectivo SEREP, sob a coordenação do Ordenador de Despesas da DIRAP.
3) As Unidades Gestoras que não estiverem localizadas na mesma localidade da sua Unidade Gestora Apoiadora, conforme designada na tabela de qualificação acima, e exista outra UG Apoiadora em sua localidade, poderão ser apoiadas pela UG Apoiadora local, excetuando-se o apoio para a aquisição de bens e serviços específicos (definidas pelos Órgãos Centrais de Sistemas do COMAER e ligadas diretamente à sua atividade operacional).
4) Conceitua-se o termo bens e serviços específicos como aqueles de natureza técnica ou especializada relacionados com o controle do espaço aéreo, proteção ao voo, busca e salvamento, telecomunicações, suprimento e manutenção de aeronaves, material bélico, abastecimento, saúde, infraestrutura, sistemas coorporativos de tecnologia da informação, treinamento simulado, dentre outros, necessários ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira.

PORTARIA GABAER Nº 307/GC4, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Declarar o caráter militar das atividades e empreendimentos desenvolvidos pelo DTCEA-UA.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, nos termos da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, da alínea "f" do inciso XIV do art. 7º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, na Portaria Normativa nº 15/MD, de 23 de fevereiro de 2016, e considerando o que consta do Processo nº 67606.008082/2021-25, resolve:

Art. 1º Declarar o caráter militar das atividades e empreendimentos desenvolvidos na área pelo Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de São Gabriel da Cachoeira (DTCEA-UA), em São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, destinados ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira na extensão do Tombo AM.020-000, com área total de 1.688.675,49m², administrada pelo Comando da Aeronáutica.

Parágrafo único. O DTCEA-UA tem como missão institucional promover a cobertura do controle dos voos e das comunicações aeroterrestres na região norte do Brasil, melhorando a segurança de voo, o controle do tráfego aéreo e a defesa do espaço aéreo naquela região.

Art. 2º Os empreendimentos e atividades, presentes e futuros, não destinados ao preparo e emprego da Força, dentro do Tombo declarado no art. 1º, deverão observar as legislações específicas em vigor, conforme cada caso.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor em 1º de julho de 2022.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS

PORTARIA PACO Nº 6/FIS, DE 30 DE MAIO DE 2022

A PREFEITA DA PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE CANOAS - PACO, usando da competência regimental que lhe foi conferida através da Portaria nº 975/GC1, de 18 de setembro de 2020, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 171, de 30 de setembro de 2020, e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI) nº 67275.000571/2021-28, resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa ENGEUM GEOLOGIA E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.756.729/0001-18, na modalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, concomitantemente com a sanção de multa, no valor de R$27.330,84 (vinte e sete mil, trezentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos), a partir da publicação no Diário Oficial da União, com base no que prevê o art. 86 e art. 87, da Lei 8.666/1993, em decorrência de inexecução parcial do contrato.

Art. 2º A aplicação da penalidade se dá em razão do atraso do descumprimento de exigências constantes nos itens 9 e 18 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico 03/GAP-CO/2018 (PAG nº 67.278.000.347/2018-19) e combinado com o §1º do art. 86 da Lei 8.666/93, em razão do inadimplemento contratual, de acordo com decisão fundamentada no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade supracitado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA LITTIG GOMES DE OLIVEIRA Tenente Coronel Intendente

COMANDO DA MARINHA

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

CNPJ 27.816.487/0001-31

ATO Nº 1, DE 3 DE JUNHO DE 2022

A EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON - é uma Empresa Pública, pertencente integralmente à União, vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando da Marinha, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia financeira, nos termos do artigo 5º, item II do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regida por este estatuto, especialmente, pela Lei n° 7.000, de 9 de junho de 1982, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto nº 87.336, de 28 de junho de 1982, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis, resolve aprovar o ESTATUTO em anexo.

Vice-Almirante (RM1-IM) EDESIO TEIXEIRA LIMA JUNIOR
Presidente da Assembleia

ANEXO

ESTATUTO

CAPÍTULO I - DESCRIÇÃO DA EMGEPRON - Art. 1º A EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON - é uma Empresa Pública, pertencente integralmente à União, vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando da Marinha, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia financeira, nos termos do artigo 5º, item II do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regida por este estatuto, especialmente, pela Lei n° 7.000, de 9 de junho de 1982, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto nº 87.336, de 28 de junho de 1982, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis. Parágrafo único. A EMGEPRON estará sujeita à supervisão do Ministro de Estado da Defesa, por intermédio do Comandante da Marinha, que a exercerá através da orientação, da coordenação e do controle de suas atividades, de acordo com este estatuto e a legislação que o rege. Sede e Representação Geográfica - Art. 2º A EMGEPRON tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e atuação em todo o território nacional. Prazo de Duração - Art. 3º O prazo de duração da EMGEPRON é indeterminado. Objeto Social - Art. 4º A EMGEPRON tem por objeto social: I - promover a indústria militar naval brasileira e atividades correlatas, abrangendo, inclusive, a pesquisa e o desenvolvimento; II - gerenciar e apoiar projetos integrantes de programas aprovados pelo Comando da Marinha ou pelo Ministério da Defesa; e III - promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção do material militar naval. § 1º Para a realização de seu objeto a EMGEPRON poderá: I - captar, em fontes internas ou externas, recursos a serem aplicados, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, na execução de programas aprovados pelo Comando da Marinha; II - colaborar no planejamento e fabricação dos meios navais, pela transferência de tecnologia; III - fomentar a implantação de novas indústrias no setor e prestar-lhes assistência técnica e financeira; IV - estimular e apoiar técnica e financeiramente as atividades de pesquisa e desenvolvimento do setor; V - contratar estudos, planos, projetos, obras e serviços, visando ao fortalecimento da indústria militar naval no território nacional; VI - celebrar outros contratos ou convênios considerados necessários ou convenientes pelo Comando da Marinha ou Ministério da Defesa; VII - firmar acordos para a obtenção de meios necessários à execução de suas atividades; e VIII - executar outras atividades relacionadas com os seus objetivos. § 2º Considera-se Indústria Militar Naval, para efeito deste Estatuto, o segmento da Economia aplicado à produção e manutenção dos meios necessários ao cumprimento da missão atribuída às Forças Navais, bem como a seus sistemas, equipamentos, acessórios e demais itens correlatos. § 3º A EMGEPRON exercerá suas atividades diretamente ou através de subsidiárias e, sempre que possível, descentralizará a execução de projetos mediante contrato. § 4º A criação de subsidiária, a que se refere o § 3º, e cujo objeto social deverá ter vinculação ao da EMGEPRON, será autorizada, de forma individualizada, pelo Conselho de Administração da EMGEPRON, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. § 5º Na captação de recursos externos para atingimento de suas finalidades, a EMGEPRON observará as prescrições da legislação em vigor. Interesse Público - Art. 5º A EMGEPRON poderá ter suas atividades, sempre que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação. Art. 6º No exercício da prerrogativa de que trata o dispositivo acima, a União somente poderá orientar a EMGEPRON a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando: I - estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e II - tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil. Parágrafo único. Para fins de atendimento ao inciso II, a administração da companhia deverá: I - evidenciar as obrigações ou responsabilidades assumidas em notas explicativas específicas das demonstrações contábeis de encerramento do exercício; e II - descrevê-las em tópico específico do relatório de administração. Art. 7º O exercício das prerrogativas de que tratam os artigos acima será objeto da Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, prevista no art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Capital Social - Art. 8º O capital social da EMGEPRON, subscrito e integralizado pela União, é de R$ 1.359.352.881,80 (um bilhão, trezentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e um reais e oitenta centavos). Art. 9º O capital social poderá ser alterado nas hipóteses previstas em lei, vedada a capitalização direta do lucro sem trâmite pela conta de reservas. CAPÍTULO II - PATRIMÔNIO - Art. 10 Integrarão o patrimônio da EMGEPRON: I - bens transferidos na forma do artigo 5º da Lei nº 7.000, de 9 de junho de 1982; II - bens adquiridos e resultados de exercícios financeiros; III - dotações orçamentárias e créditos adicionais que lhe forem consignados; IV - recursos do Fundo Naval destinados à EMGEPRON pelo Comandante da Marinha; V - rendas provenientes de seus serviços e da prestação de assistência técnica e financeira; VI - produto de operações de crédito, comissões, juros e rendas patrimoniais; e VII - doações, legados e rendas eventuais. § 1º No que se refere aos terrenos de marinha, a transferência limitar-se-á ao domínio útil. § 2º A transferência dos bens imóveis far-se-á mediante termo lavrado no Serviço do Patrimônio da União. § 3º Os bens móveis desnecessários, inservíveis ou em desuso poderão ser alienados, constituindo o produto da alienação receita eventual da EMGEPRON. § 4º Os bens imóveis da EMGEPRON serão utilizados, exclusivamente, na consecução das suas finalidades, admitindo-se suas alienações ou locações, desde que os resultados sejam integralmente aplicados no atingimento dos objetivos da Empresa. CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL - Caracterização - Art. 11 As Assembleias Gerais realizar-se-ão: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, a legislação ou as disposições deste Estatuto Social exigirem. Composição - Art. 12 A Assembleia Geral é composta pela União, representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração da EMGEPRON ou pelo substituto que esse vier a designar, que escolherá o secretário da Assembleia Geral. Convocação - Art. 13 Ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo substituto que esse vier a designar, respeitados os prazos previstos na legislação. Art. 14 Nas Assembleias Gerais tratar-se-á exclusivamente do objeto previsto nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais na pauta da Assembleia. Competências - Art. 15 A Assembleia Geral, além das matérias previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no Decreto nº 1.091, de 21 de março de 1994, reunir-se-á para deliberar sobre alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social da EMGEPRON ou, quando não competir ao Conselho de Administração, de suas controladas. CAPÍTULO IV - REGRAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO DA EMGEPRON - Órgãos Sociais e Estatutários - Art. 16 A EMGEPRON terá Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários: I - Conselho de Administração; II - Diretoria Executiva; III - Conselho Fiscal; IV - Comitê de Auditoria; e V - Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. § 1º A EMGEPRON será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social. § 2º Observadas as normas legais relativas à administração pública indireta, os administradores deverão orientar a execução das atividades da EMGEPRON com observância dos princípios e das melhores práticas adotados e formulados por instituições e fóruns nacionais e internacionais que sejam referência no tema da governança corporativa. §3º A Companhia poderá prever, em seu Regimento Interno, outros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, além dos comitês estatutários indicados nos incisos IV e V, do caput, deste artigo. Art. 17 O Regimento Interno (RI) da EMGEPRON, aprovado pelo Conselho de Administração, definirá e estabelecerá: I - a estrutura da EMGEPRON e as competências específicas dos Departamentos e das Unidades de Negócios; II - as atribuições dos respectivos dirigentes; e III - as normas gerais de funcionamento. Requisitos e Vedações para Administradores - Art. 18 Os administradores da EMGEPRON, inclusive os conselheiros representantes dos empregados, deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para o exercício de suas atividades previstas nas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Art. 19 Além dos requisitos previstos no artigo 18 para investidura como membro da Diretoria Executiva, os eleitos deverão possuir experiência mínima de 30 anos em atividades técnico-administrativas diretamente ligadas às atribuições da respectiva diretoria e observar os demais requisitos estabelecidos na Política de Indicação da EMGEPRON. Parágrafo único. O Conselho de Administração fará recomendação não vinculante de novos membros desse colegiado e perfis para aprovação da assembleia, sempre relacionadas aos resultados do processo de avaliação e às diretrizes da política de indicação e do plano de sucessão. Da Verificação dos Requisitos e Vedações para Administradores - Art. 20 Os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores deverão ser respeitados por todas as eleições realizadas, inclusive em caso de recondução. § 1º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado, disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Economia. § 2º A ausência dos documentos referidos no parágrafo primeiro, importará em rejeição do formulário pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da EMGEPRON. § 3º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá verificar se os requisitos e vedações estão atendidos, por meio da análise da autodeclaração apresentada pelo indicado e sua respectiva documentação. Posse e Recondução - Art. 21 Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria e dos demais comitês estatutários serão investidos em seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do respectivo colegiado, no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir da eleição ou nomeação. § 1º O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à EMGEPRON. § 2º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição. § 3º Antes de entrar no exercício da função e ao deixar o cargo, cada membro estatutário deverá apresentar à EMGEPRON que zelará pelo sigilo legal, Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas á RFB ou autorização de acesso às informações nela contidas. § 4º No caso dos Diretores, a declaração anual de bens e rendas também deve ser apresentada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR. PERDA DO CARGO PARA ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS FISCAIS, MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA E DEMAIS COMITÊS DE ASSESSORAMENTO - Art. 22 Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando: I - o membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou do Comitê de Auditoria deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas doze reuniões, sem justificativa; e II - o membro da Diretoria Executiva se afastar do exercício do cargo por mais de 30 dias consecutivos, salvo em caso de licença, inclusive férias, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração. Parágrafo único. Os membros estatutários serão desligados mediante renúncia voluntária ou destituição ad nutum. Remuneração - Art. 23 A remuneração dos membros estatutários será fixada, anualmente, em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente. É vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral. Art. 24 Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria e demais órgãos estatutários terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião. Caso o membro resida na mesma cidade da sede da EMGEPRON, esta custeará as despesas de locomoção e alimentação. Art. 25 A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da EMGEPRON não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas, excluídos os valores relativos, eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da EMGEPRON. Art. 26 A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada pela Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos conselheiros fiscais. Treinamento - Art. 27 Os administradores e Conselheiros Fiscais, inclusive os representantes de empregados, devem participar, anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela EMGEPRON, conforme disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Parágrafo único. Os administradores e Conselheiros Fiscais, inclusive os representantes de empregados, devem participar, anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela EMGEPRON, conforme disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Código de Conduta e Integridade - Art. 28 A EMGEPRON disporá de Código de Conduta e Integridade, elaborado e divulgado na forma da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Conflito de Interesses - Art. 29 Nas reuniões dos órgãos colegiados, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião. Art. 30 Caso não o faça, qualquer outra pessoa poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o órgão colegiado deliberar sobre o conflito conforme seu Regimento e legislação aplicável. Defesa Judicial e Administrativa - Art. 31 Os Administradores e os Conselheiros Fiscais são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições. § 1º A EMGEPRON, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, deverá assegurar aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da EMGEPRON. § 2º Fica assegurado aos Administradores e Conselheiros Fiscais, bem como aos ex-administradores e ex-conselheiros, o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados da EMGEPRON, indispensáveis à defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante seu prazo de gestão ou mandato. § 3º O benefício previsto acima aplica-se, no que couber e a critério do Conselho de Administração, aos membros do Comitê de Auditoria e àqueles que figuram no polo passivo de processo judicial ou administrativo, em decorrência de atos que tenham praticado no exercício de competência delegada pelos administradores. § 4º A forma da defesa em processos judiciais e administrativos será definida pelo Conselho de Administração. § 5º Na defesa em processos judiciais e administrativos, se beneficiário da defesa for condenado, em decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto, ou decorrente de ato culposo ou doloso, ele deverá ressarcir à EMGEPRON todos os custos e despesas decorrentes da defesa feita pela Empresa, além de eventuais prejuízos causados. Seguro de Responsabilidade - Art. 32 A EMGEPRON poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores e Conselheiros Fiscais, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles relativos às suas atribuições junto à EMGEPRON. Quarentena para Diretoria - Art. 33 Os membros da

Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente. § 1º Após o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva, que estiver em situação de impedimento, poderá receber remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupava observados os §§ 2º e 3º deste artigo. § 2º Não terá direito à remuneração compensatória, o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na administração pública ou privada. § 3º A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Caracterização - Art. 34 O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada da EMGEPRON e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da Empresa, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, em alinhamento ao disposto na Lei nº 13.303/2016. Composição - Art. 35 O Conselho de Administração será integrado por 7 (sete) membros, brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral, a saber: I - Quatro membros indicados pelo Ministério da Defesa, por intermédio do Comando da Marinha; II - Um membro indicado pelo Ministro de Estado da Economia; III - O Diretor-Presidente da EMGEPRON, conforme Lei nº 7.000, de 9 de junho de 1982; e IV - Um representante dos empregados, nos moldes da Lei nº 12.353, 28 de dezembro de 2010. § 1º O Presidente do Conselho de Administração tomará posse perante o Comandante da Marinha. § 2º Os demais membros do Conselho de Administração tomarão posse perante o Presidente do Conselho. § 3º O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão escolhidos na primeira reunião do órgão que ocorrer após a eleição de seus membros, dentre os membros indicados pelo Comando da Marinha. § 4º O Presidente da EMGEPRON não pode ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, mesmo que temporariamente. Os demais membros da Diretoria Executiva da Empresa não poderão compor o Conselho de Administração, podendo, no entanto, ser convocados por esse colegiado para participarem de reuniões, sem direito a voto. § 5 Dos membros do Conselho de Administração indicados pelo Ministério da Defesa, 2 (dois) deverão ser independentes, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do art. 22, §1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do art. 36, §1º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. § 6 O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá verificar o enquadramento dos indicados a conselheiros independentes por meio da análise da autodeclaração apresentada e respectivos documentos. Prazo e Gestão - Art. 36 O Conselho de Administração terá prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. Art. 37 No prazo do artigo anterior são considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos. Art. 38 Atingido o limite a que se referem os artigos anteriores, o retorno do membro do Conselho de Administração só poderá ocorrer após decorrido equivalente a um prazo de gestão. O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros. Vacância e Substituição Eventual - Art. 39 No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até assembleia geral subsequente. Caso ocorra a vacância da maioria dos cargos, será convocada assembleia geral para proceder a nova eleição.§ 1º Para o Conselho de Administração proceder à nomeação de membros para o colegiado, na forma do caput, deverão ser verificados pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração os mesmos requisitos de elegibilidade exigidos para a eleição em assembleia geral de acionistas. § 2º A função de Conselheiro de Administração é pessoal e não admite substituto temporário ou suplente, inclusive para representante dos empregados. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho, o colegiado deliberará com os remanescentes. Reunião - Art. 40 O Conselho de Administração reunir-se-á, com a presença da maioria dos seus membros, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário. § 1º O Conselho de Administração será convocado por seu Presidente ou pela maioria dos membros do Colegiado. § 2º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela EMGEPRON e acatadas pelo Colegiado. § 3º As reuniões do Conselho de Administração devem, em regra, ser presenciais, admitindo, excepcionalmente, a reunião virtual ou a participação de membro por tele ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo colegiado. § 4º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária. § 5º Nas deliberações colegiadas do Conselho de Administração, o Presidente terá o voto de desempate, além do voto pessoal. § 6º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho de Administração. § 7º As atas do Conselho de Administração devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto. Competência - Art. 41 Compete ao Conselho de Administração: I - fixar a orientação geral dos negócios da EMGEPRON; II - avaliar, a cada 4 (quatro) anos, o alinhamento estratégico, operacional e financeiro das participações da EMGEPRON ao seu objeto social, devendo, a partir dessa avaliação, recomendar a sua manutenção, a transferência total ou parcial de suas atividades para outra estrutura da administração pública ou o desinvestimento da participação; III - eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da EMGEPRON, fixando-lhes as atribuições; IV - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da EMGEPRON, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; V - convocar Assembleia Geral; VI - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva; VII - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória; VIII - autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; IX - autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos; X - aprovar as Políticas de Conformidades e Gerenciamento de Riscos, dividendos e participações societárias, bem como outras políticas gerais da EMGEPRON; XI - aprovar e acompanhar o plano de negócios, estratégico e de investimentos, e as metas de desempenho, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva; XII - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela EMGEPRON, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal; XIII - manifestar-se previamente sobre as propostas a serem submetidas à deliberação da Assembleia; XIV - determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a EMGEPRON, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; XV - definir os assuntos e valores para alçada decisória do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; XVI - identificar a existência de ativos não de uso próprio da EMGEPRON e avaliar a necessidade de mantê-los; XVII - aprovar a inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais"; XVIII - deliberar sobre os casos omissos do Estatuto Social da EMGEPRON, em conformidade com o disposto na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976; XIX - aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINT, sem a presença do Diretor-Presidente da EMGEPRON; XX - criar comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo Conselho seja tecnicamente bem fundamentada; XXI - eleger e destituir os membros de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, bem como do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. XXII - atribuir formalmente a responsabilidade pelas áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos a Diretores Executivos; XXIII - solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra plano de previdência da EMGEPRON; XXIV - realizar a autoavaliação anual de seu desempenho; XXV - Aprovar as nomeações e destituições dos titulares da Auditoria Interna, e submetê-las à aprovação da Controladoria Geral da União; XXVI - conceder afastamento e licença ao Diretor-Presidente, inclusive a título de férias; XXVII - aprovar o Regimento Interno da EMGEPRON, do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e dos demais comitês de assessoramento; XXVIII - aprovar o Código de Conduta e Integridade; XXIX - aprovar e manter atualizado um plano de sucessão não-vinculante dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, cuja elaboração deve ser coordenada pelo Presidente do Conselho de Administração; XXX - aprovar as atribuições dos diretores executivos não previstas no Estatuto Social; XXXI - aprovar o Regulamento de Licitações; XXXII - aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral; XXXIII - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas e código de conduta dos agentes; XXXIV - aprovar e divulgar carta anual com explicações dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas, na forma prevista na Lei 13.303, de 30 de junho de 2016; XXXV - avaliar os Diretores Executivos e membros de comitês estatutários da EMGEPRON, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, podendo contar com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; XXXVI - aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva; XXXVII - promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas; XXXVIII- propor à Assembleia Geral a remuneração dos administradores e dos membros dos demais órgãos estatutários da EMGEPRON; XXXIX - executar e monitorar a remuneração de que trata o inciso XXXVIII deste artigo, inclusive a participação nos lucros e resultados, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral; XL - autorizar a constituição de subsidiárias, bem como a aquisição de participação minoritária em empresas; XLI - aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados; XLII - aprovar o patrocínio a plano de benefícios e adesão à entidade fechada de previdência complementar; XLIII - manifestar-se sobre relatório apresentado pela Diretoria Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar; e XLIV - estabelecer políticas de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da EMGEPRON. Parágrafo único. Excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o inciso XXXVII as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da EMGEPRON. Competências do Presidente do Conselho de Administração - Art. 42 Compete ao Presidente do Conselho de Administração: I - Presidir as reuniões do órgão, observando o cumprimento do Estatuto Social e do Regimento Interno; II - Interagir com o ministério supervisor, e demais representantes do acionista controlador, no sentido de esclarecer a orientação geral dos negócios, assim como questões relacionadas ao interesse público a ser perseguido pela EMGEPRON, observado o disposto no artigo 89 da Lei nº 13.303/2016; e III - Estabelecer os canais e processos para interação entre os acionistas e o Conselho de Administração, especialmente no que tange às questões de estratégia, governança, remuneração, sucessão e formação do Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 89 da Lei nº 13.303/2016. CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA - Caracterização - Art. 43 A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da EMGEPRON em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. Composição e Investidura - Art. 44 A Diretoria Executiva, eleita pelo Conselho de Administração, é composta pelo Diretor-Presidente da EMGEPRON e por 2 (dois) Diretores eleitos. § 1º A Diretoria Executiva será empossada pelo Comandante da Marinha. § 2º É condição para investidura em cargo de Diretoria da EMGEPRON a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração. Prazo e Gestão - Art. 45 O prazo de gestão da Diretoria Executiva será unificado e de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo 3 (três) reconduções consecutivas. § 1º No prazo a que se refere o caput serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria da EMGEPRON. § 2º Atingido o limite a que se refere o caput, o retorno do membro da Diretoria Executiva só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de gestão. § 3º O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva prorrogar-se-á até a efetiva investidura dos novos membros. Licença, Vacância e Substituição Eventual - Art. 46 Em caso de vacância, ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro da Diretoria-Executiva, o Diretor-Presidente designará o substituto dentre os membros da Diretoria Executiva. § 1º Em caso de vacância, ausência ou impedimentos eventuais do Presidente da EMGEPRON, o Conselho de administração designará o seu substituto. § 2º Os membros da Diretoria-Executiva farão jus, anualmente, a 30 dias de licença-remunerada, mediante prévia autorização do Conselho de Administração, que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização. Reunião - Art. 47 A Diretoria Executiva se reunirá ordinariamente uma vez por semana, e extraordinariamente sempre que necessário. § 1º A Diretoria Executiva será convocada pelo Diretor-Presidente da EMGEPRON ou pela maioria dos membros do Colegiado. § 2º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela EMGEPRON e acatadas pelo Colegiado. § 3º As reuniões da Diretoria Executiva devem, em regra, ser presenciais, admitindo, excepcionalmente, a reunião virtual ou a participação de membro por tele ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo colegiado. § 4º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária. § 5º Nas deliberações colegiadas da Diretoria Executiva, o Diretor-Presidente terá o voto de desempate, além do voto pessoal. § 6º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o diretor dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito à Diretoria Executiva. § 7º As atas da Diretoria Executiva devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto. § 8º A Diretoria Executiva reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros. Competências - Art. 48 Compete à Diretoria Executiva no exercício de suas atribuições e respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração: I - gerir os negócios da EMGEPRON e avaliar os seus resultados; II - monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão; III - elaborar os orçamentos anuais e plurianuais da EMGEPRON e acompanhar sua execução; IV - definir a estrutura organizacional da EMGEPRON e a distribuição interna das atividades administrativas; V - aprovar as normas internas de funcionamento da EMGEPRON; VI - promover a elaboração, em cada exercício, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, submetendo essas últimas à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria; VII - autorizar previamente os atos e contratos relativos à sua alçada decisória; VIII - indicar os representantes da EMGEPRON nos órgãos estatutários de suas participações societárias; IX - submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse; X - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal; XI - colocar à disposição dos outros órgãos societários pessoal qualificado para secretariá-los e prestar o apoio técnico necessário; XII - aprovar o seu Regimento Interno; XIII - deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer Diretor; XIV - apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano de negócios para o exercício anual seguinte e estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos; XV - propor a constituição de subsidiárias; XVI - aprovar, ouvido o Conselho de Administração, a alienação e a onerosidade de bens imóveis de propriedade da Empresa; XVII - aprovar a alienação de bens patrimoniais da EMGEPRON relativos à sua alçada decisória, ressalvado o disposto no inciso VIII do artigo 41; XVIII - aprovar o orçamento integrado, nos termos das instruções da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - (SEST-ME); XIX - apreciar, preliminarmente, os documentos de que trata o inciso XII do artigo 41 deste Estatuto; XX - elaborar o programa que visa à implantação dos procedimentos corretivos, relativos aos documentos citados no inciso XII do artigo 41 deste Estatuto; XXI - elaborar informações complementares destinadas à avaliação empresarial; e XXII - submeter ao Conselho de Administração matérias que dependam de sua decisão.

Parágrafo único. Os documentos de que tratam os incisos XVIII, XX e XXI deste artigo serão submetidos ao Conselho de Administração e, após sua deliberação, encaminhados ao Comandante da Marinha e à SEST-ME. Atribuições do Diretor-Presidente - Art. 49 Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria Executiva, compete especificamente ao Diretor-Presidente da EMGEPRON: I - dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades e a política administrativa da empresa; II - coordenar as atividades dos membros da Diretoria Executiva; II - representar a EMGEPRON em juízo e fora dele, podendo, para tanto, constituir procuradores "ad-negotia" e "ad-judicia", especificando os atos que poderão praticar nos respectivos instrumentos do mandato; IV - assinar, com um Diretor Executivo, os atos que constituam ou alterem deveres e obrigações da EMGEPRON, bem como aqueles que exonerem terceiros de obrigações para com ela, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim; V - expedir atos de admissão, designação, promoção, transferência e dispensa de empregados; VI - baixar as resoluções da Diretoria Executiva; VII - criar e homologar os processos de licitação, podendo delegar tais atribuições; VIII - conceder afastamento e licenças aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de férias; IX - designar os substitutos dos membros da Diretoria Executiva; X - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva; XI - manter o Comandante da Marinha, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal informados das atividades da EMGEPRON; XII - exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração; XIII - cumprir e fazer cumprir as deliberações emanadas da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; e XIV - propor ao Comando da Marinha a requisição de militares e servidores públicos, após o assunto ser submetido ao Conselho de Administração da EMGEPRON. Atribuições dos demais Diretores-Executivos - Art. 50 São atribuições dos demais Diretores-Executivos: I - gerir as atividades da sua área de atuação; II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela EMGEPRON e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação; III - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da EMGEPRON estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação; e IV - exercer, cumulativamente, uma das Diretorias da EMGEPRON, quando assim determinado. Parágrafo único. As demais atribuições e poderes de cada Diretor-Executivo serão detalhados no Regimento Interno. CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL - Caracterização - Art. 51 O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e sua regulamentação, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da EMGEPRON as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e remuneração. Composição - Art. 52 O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo: I - 2 (dois) indicados pelo Ministro de Estado da Defesa, por intermédio do Comando da Marinha; e II - 1 (um) indicado pelo Ministro de Estado da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública. Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral. Prazo de Atuação - Art. 53 O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas. § 1º Atingido o limite a que se refere o caput, o retorno do membro do Conselho Fiscal só poderá ser efetuado após decorrido prazo equivalente a um prazo de atuação. § 2º No prazo a que se refere o caput serão considerados os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de dois anos. Art. 54 Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal: I - assinarão o termo de adesão ao Código de Conduta e às Políticas da EMGEPRON; e II - escolherão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal. Requisitos - Art. 55 Os membros do Conselho Fiscal deverão atender requisitos obrigatórios e observar as vedações para o exercício das suas atividades determinados pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e por demais normas que regulamentem a matéria. Parágrafo único. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para a investidura dos membros. Vacância e Substituição Eventual - Art. 56 Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes. Parágrafo único. Na hipótese de vacância, o suplente assume até a eleição do novo titular. Reunião - Art. 57 O Conselho Fiscal reunir-se-á mensalmente em sessão ordinária e, extraordinariamente, sempre que necessário. § 1º O Conselho Fiscal será convocado pelo Presidente ou pela maioria dos membros do Colegiado. § 2º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 dias úteis, salvo quando nas hipóteses devidamente justificadas pela EMGEPRON e acatadas pelo Colegiado. § 3º As reuniões do Conselho Fiscal devem, em regra, ser presenciais, admitindo, excepcionalmente, a reunião virtual ou a participação de membro por tele ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo colegiado. § 4º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária. § 5º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrado, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro fiscal dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho Fiscal. § 6º As atas do Conselho Fiscal devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto. Competências - Art. 58 Compete ao Conselho Fiscal: I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; II - opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social; III - manifestar-se sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendo, transformação, incorporação, fusão ou cisão; IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da EMGEPRON, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências; V - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes; VI - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela EMGEPRON; VII - fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência à União; VIII - exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da EMGEPRON; IX - examinar o RAINT e PAINT; X - assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal; XI - aprovar seu Regimento Interno e seu plano de trabalho anual; XII - realizar a autoavaliação anual de seu desempenho; XIII - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; XIV - fiscalizar o cumprimento do limite de participação da EMGEPRON no custeio dos benefícios de assistência à saúde; e XV - fiscalizar a execução orçamentária, podendo examinar livros e documentos, bem como requisitar informações. CAPÍTULO VIII - COMITÊ DE AUDITORIA - Caracterização - Art. 59 O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, auxiliando este, entre outros, no monitoramento das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias internas independentes. Parágrafo Único. O Comitê de Auditoria também exercerá suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela EMGEPRON, que adotarem o regime de Comitê de Auditoria único. Art. 60 O Comitê de Auditoria possui autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites avaliados e aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação de pessoal especialista independente. Composição - Art. 61 O Comitê de Auditoria Estatutário, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será composto por 3 (três) membros. § 1º Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor da atuação da EMGEPRON, sendo que pelo menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, e ao menos 1 (um) deve ser conselheiro independente da EMGEPRON. § 2º Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, que deverá ser membro independente do Conselho de Administração, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas. § 3º São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria as estabelecidas no art. 25 da Lei nº 13.303/16 e no art. 39 do Decreto nº 8.945/16, além das demais normas aplicáveis. § 4º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para os membros. § 5º É vedado a existência de membro suplente no Comitê de Auditoria. § 6º O Conselho de Administração poderá convidar membros do Comitê de Auditoria para assistir suas reuniões. Mandato - Art. 62 O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, sendo permitida uma única reeleição. Parágrafo único. Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração. Da Vacância e Substituição Eventual - Art. 63 No caso de vacância de membro do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior. Parágrafo único. O cargo de membro do Comitê de Auditoria é pessoal e não admite substituto temporário. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do comitê, este deliberará com os remanescentes. Reunião - Art. 64 O Comitê de Auditoria deverá realizar pelo menos duas reuniões mensais. Parágrafo único. O Comitê deverá apreciar as informações contábeis antes de sua divulgação. Art. 65 A EMGEPRON deverá divulgar as atas das reuniões do Comitê de Auditoria. § 1º Na hipótese do Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata possa por em risco o interesse legítimo da Empresa, apenas o seu extrato será divulgado. § 2º A restrição prevista no parágrafo anterior não é oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas das reuniões do Comitê de Auditoria, observada a transferência de sigilo. Competência - Art. 66 Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação: I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente; II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da EMGEPRON; III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da EMGEPRON; IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela EMGEPRON; V - avaliar e monitorar exposições de risco da EMGEPRON, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a: a) remuneração da administração; b) utilização de ativos da EMGEPRON; c) gastos incorridos em nome da EMGEPRON; VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação e divulgação das transações com partes relacionadas; VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras; e VIII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão. § 1º Ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário deverá participar das reuniões do Conselho de Administração que tratem das demonstrações contábeis periódicas, da contratação do auditor independente e do PAINT. § 2º O Comitê de Auditoria possuirá meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à EMGEPRON, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades. CAPÍTULO IX - DO COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO - Caracterização - Art. 67 A EMGEPRON disporá de Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração que visará assessorar os acionistas e o Conselho de Administração nos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e de remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários. Composição - Art. 68 O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, será constituído por 3 (três) membros, sendo integrantes do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, sem remuneração adicional, observados os artigos 156 e 165 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Parágrafo único. Caso o Comitê seja constituído apenas por integrantes do Conselho de Administração, a maioria deverá ser de conselheiros independentes. Competência - Art. 69 Compete ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração: I - opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de membros do Conselho de Administração e conselheiros fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; II -. opinar, de modo a auxiliar os membros do Conselho de Administração na indicação de diretores e membros do Comitê de Auditoria; III - verificar a conformidade do processo de avaliação e dos treinamentos dos administradores e conselheiros fiscais; IV - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração e no acompanhamento do plano de sucessão de administradores; V - auxiliar o Conselho de Administração na avaliação das propostas relativas à política de pessoal dos membros dos órgãos estatutários e no seu acompanhamento; e VI - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração da proposta de remuneração dos administradores para submissão à Assembleia Geral. § 1º O comitê deverá se manifestar no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, a partir do recebimento de formulário padronizado da entidade da Administração Pública responsável pelas indicações, sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros, caso se comprove o descumprimento de algum requisito. § 2º As manifestações do Comitê, que serão deliberadas por maioria de votos com registro em ata, deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas. § 3º A manifestação do Comitê será encaminhada ao Conselho de Administração, que deverá incluir, na proposta da administração para a realização da assembleia geral que tenha na ordem do dia a eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, sua manifestação acerca do enquadramento dos indicados aos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários à luz da autodeclaração e documentos apresentados pelo indicado e da manifestação do Comitê. § 4º O mesmo procedimento descrito no §3º acima deverá ser observado na eleição de diretores e membros do Comitê de Auditoria, sendo que a manifestação do Conselho de Administração deverá constar da ata da reunião que tiver como ordem do dia a eleição dos membros desses órgãos. § 5º As atas das reuniões do Conselho de Administração que deliberarem sobre os assuntos acima mencionados deverão ser divulgadas. § 6º Na hipótese de o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da EMGEPRON, apenas o seu extrato será divulgado. § 7º A restrição de que trata o parágrafo anterior não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, observada a transferência de sigilo. CAPÍTULO X - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Exercício Social - Art. 70 O exercício social corresponderá ao ano civil e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos deste Estatuto e da legislação pertinente. Art. 71 A EMGEPRON deverá elaborar demonstrações financeiras trimestrais e divulgá-las em sítio eletrônico, observando as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive quanto à obrigatoriedade de auditoria independente por Auditor registrado naquela Autarquia. Parágrafo único. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base na legislação vigente e na escrituração contábil, as demonstrações financeiras aplicáveis às empresas de capital aberto, discriminando com clareza a situação do patrimônio da EMGEPRON e as mutações ocorridas no exercício. Destinação do Lucro - Art. 72 Observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: I - absorção de prejuízos acumulados; II - cinco por cento para a constituição da reserva legal, que não poderá exceder vinte por cento do capital social; e III - no mínimo, vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela EMGEPRON. § 1º A proposta de destinação do lucro líquido do exercício será submetida pela Diretoria aos Conselhos Fiscal e de Administração. § 2º O saldo remanescente será destinado para dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da lei. A constituição de reserva de retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Pagamento de Dividendo - Art.73 O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da assembleia geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. § 1º A EMGEPRON poderá levantar balanços trimestrais ou em períodos menores para declarar e distribuir,

por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a serem convalidados pela Assembleia Geral Ordinária. § 2º Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou assembleia geral, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação. § 3º Poderá ser imputado ao valor destinado a dividendos, apurados na forma prevista neste artigo, integrado a respectiva importância, para todos os efeitos legais, o valor da remuneração, paga ou creditada, a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação pertinente. CAPÍTULO XI - UNIDADES INTERNAS DE GOVERNANÇA - Descrição - Art. 74 A EMGEPRON terá auditoria interna, área de conformidade e gestão de riscos e ouvidoria. Parágrafo único. O Conselho de Administração estabelecerá Política de Seleção para os titulares dessas unidades, com assessoramento do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. Auditoria Interna - Art. 75 A Auditoria Interna deverá ser vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutária. Art. 76 Compete à Auditoria Interna: I - executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da EMGEPRON; II - propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados; III - verificar o cumprimento e a implementação pela empresa de recomendações ou determinações efetuadas pela Controladoria-Geral da União - CGU, pelo Tribunal de Contas da União - TCU e Conselho Fiscal; IV - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração; e V - aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento de riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando à elaboração de demonstrações financeiras. Parágrafo único. Serão enviados relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela área de auditoria interna. Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos - Art. 77 As Áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos se vinculam: I - diretamente ao Diretor-Presidente da EMGEPRON e conduzida por ele; ou II - ao Diretor-Presidente da EMGEPRON, por intermédio do Diretor Administrativo-Financeiro que irá conduzi-la, podendo este ter outras competências. Parágrafo único. A Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada. Art. 78 Às áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos compete: I - propor políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos para a EMGEPRON, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização; II - verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da EMGEPRON às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis; III - comunicar à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à empresa; IV - verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes; V - verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, conforme art. 18 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da EMGEPRON sobre o tema; VI - coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a EMGEPRON; VII - coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos; VIII - estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização; IX - elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria-Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria; X - disseminar a importância da Conformidade e do Gerenciamento de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da EMGEPRON nestes aspectos; e XI - outras atividades correlatas definidas pelo Diretor ao qual se vincula. Ouvidoria - Art. 79 A Ouvidoria se vincula ao Conselho de Administração, ao qual deverá se reportar diretamente. Art. 80 À Ouvidoria, compete: I - receber e examinar sugestões e reclamações visando melhorar o atendimento da EMGEPRON em relação a demandas de investidores, empregados, fornecedores, clientes, usuários e sociedade em geral; II - receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da EMGEPRON; e III - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração. Parágrafo Único. A Ouvidoria deverá dar encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas suscitados, e fornecer meios suficientes para os interessados acompanharem as providências adotadas. CAPÍTULO XII - ASSESSORIA DE GOVERNANÇA, CONFORMIDADE E INTEGRIDADE CORPORATIVA - Art. 81 A EMGEPRON disporá de uma Assessoria de Governança, Conformidade e Integridade Corporativa visando estabelecer instâncias de segunda linha de defesa, para supervisão e monitoramento dos controles internos, integridade e compliance. Art. 82 Compete à Assessoria de Governança, Conformidade e Integridade Corporativa: I - coordenar as áreas de Conformidade e Gerenciamento de Risco; e II - apoiar a alta direção no que concerne aos assuntos de sua supervisão. Parágrafo único. Esta assessoria poderá dispor de assessorias adjuntas para o desempenho de suas atribuições. CAPÍTULO XIII - PESSOAL - Art. 83 O regime legal do pessoal da EMGEPRON será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a legislação complementar e os regulamentos internos da EMGEPRON. § 1º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores públicos que forem colocados à disposição da EMGEPRON. § 2º Ao servidor público, que for colocado à disposição da EMGEPRON, são assegurados o vencimento, o salário e a remuneração do cargo ou emprego, bem como todas as vantagens e direitos a que faça jus, como se estivesse no órgão de origem. § 3º O período em que o servidor ou empregado público permanecer à disposição da EMGEPRON será considerado para todos os efeitos da vida funcional, como de efetivo exercício do cargo ou emprego que ocupa no órgão ou entidade de origem. § 4º As requisições de servidores públicos civis, para servir na EMGEPRON, serão efetuadas pelo Comandante da Marinha, quando autorizadas pelo Presidente da República. § 5º Os militares da Marinha nomeados para a Diretoria da EMGEPRON ou postos a sua disposição serão considerados em exercício de cargo de natureza militar, conforme o artigo 10, da Lei nº 7.000, de 9 de junho de 1982, que autorizou a constituição da Empresa. § 6º O Diretor nomeado, denominado como dirigente estatutário, não será abrangido ao regime de trabalho contido no caput deste artigo. § 7º A admissão de empregados dar-se-á mediante à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para emprego comissionado de livre provimento e exoneração. § 8º Os requisitos para o provimento de cargos, exercício de funções e respectivos salários, serão fixados em Plano de Cargos e Salários e Plano de Funções. § 9º Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, aprovados pelo Conselho de Administração, serão submetidos, nos termos da lei, à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, que fixará, também, o limite de seu quantitativo. CAPÍTULO XIV - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS - Art. 84 Em caso de extinção da EMGEPRON, seus bens e direitos, atendidos os encargos e responsabilidades assumidos e respeitados os direitos de terceiros, reverterão ao patrimônio da União, mediante proposta do Comandante da Marinha. Art. 85 Para a realização de suas finalidades, a EMGEPRON poderá criar segmentos departamentais e Unidades de Negócios, mediante apreciação e autorização do Conselho de Administração. Art. 86 A União intervirá, obrigatoriamente, em todas as causas em que for parte a EMGEPRON, inclusive em matéria trabalhista, de acordo com o artigo 12 da Lei nº 7.000, de 9 de junho de 1982. Art. 87 Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro-RJ, 29 de abril de 2022.
Vice-Almirante (RM1-IM) EDESIO TEIXEIRA LIMA JUNIOR
Presidente da Assembleia

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.781, DE 2 DE JUNHO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 428, de 11 de março de 2021, constante no processo administrativo nº 59053.002651/2019-80, que autorizou a transferência de recursos ao Estado de Santa Catarina, para ações de Defesa Civil até 17/11/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.782, DE 2 DE JUNHO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Renovar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 1.061, de 01 de junho de 2021, constante no processo administrativo nº 59053.003636/2020-92, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Candeias - MG, para ações de Defesa Civil até 28/11/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.823, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Jesuítas- PR, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Jesuítas - PR, no valor de R$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009718/2022-12.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.824, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Charqueadas- RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Charqueadas - RS, no valor de R$ 63.648,00 (sessenta e três mil seiscentos e quarenta e oito reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009616/2022-05.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.825, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Laranjal- MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Laranjal - MG, no valor de R$ 614.775,97 (seiscentos e quatorze mil setecentos e setenta e cinco reais e noventa e sete centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009560/2022-81.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.833, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AL	Belém	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	008	26/05/2022	59051.015996/2022-19
AM	Parintins	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	35	05/04/2022	59051.015702/2022-59
BA	Itiúba	Estiagem - 1.4.1.1.0	077	04/05/2022	59051.015764/2022-61
BA	Sento Sé	Estiagem - 1.4.1.1.0	170	03/05/2022	59051.015769/2022-93
CE	Aiuaba	Estiagem - 1.4.1.1.0	002	16/05/2022	59051.015771/2022-62
PA	Juruti	Inundações - 1.2.1.0.0	5.190	04/05/2022	59051.015756/2022-14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.840, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Timbaúba - PE, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Timbaúba - PE, no valor de R$ 1.836.400,00 (um milhão, oitocentos e trinta e seis mil e quatrocentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009863/2022-01.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.841, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Jequiá da Praia - AL, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Jequiá da Praia - AL, no valor de R$ 1.142.224,00 (um milhão, cento e quarenta e dois mil duzentos e vinte e quatro reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.009890/2022-76.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

ATOS DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 1º da Resolução ANA nº 123, de 16/12/2019, considerando o disposto no art. 7º, da Lei nº 12.334, de 20/09/2010, na Resolução CNRH nº 143, de 10/07/2012, e na Resolução ANA nº 132, de 22/02/2016, resolveu aprovar os atos de classificação de barragens quanto ao Dano Potencial Associado, à Categoria de Risco e ao Volume :

Nº 15 - DANILO JULIO GATTO, Barragem em operação Fazenda Por do Sol, código SNISB 19538, córrego Morais, Município de Cristalina/GO.

Nº 16 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, Barragem em operação Estreito, código SNISB 18037, riacho do Poço da Pedra, Município de Carnaubeira da Penha/PE.

Nº 17 - GEORGE SUETÔNIO RAMALHO, Barragem em operação São Domingos, código SNISB 037, riacho do Cordeiro, Município de Santa Luzia/PB.

Nº 18 - SECRETARIA DE ESTADO DOS RECURSOS HÍDRICOS, DO MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DA PARAÍBA - SERHMACT/PB, Barragem em operação São Gonçalo, código SNISB 038, rio Seridó, Município de Pedra Lavada/PB.

Nº 19 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SDEC/PE, Barragem em operação Ingazeira, código SNISB 052, rio Ipanema, Município de Venturosa/PE.

Nº 20 - ARNAUD BEZERRA DA SILVA, Barragem em operação Lagoa Formosa, código SNISB 070, rio Maranhão, Município de Planaltina/GO.

Nº 21 - COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, Barragem em operação Pipiripau, código SNISB 1341, ribeirão Pipiripau, Brasília/DF.

Nº 22 - ESPÓLIO LINO MARTINS PINTO, Barragem em operação nº 05 - Fazenda Manga, código SNISB 467, ribeirão São Bernardo, Brasília/DF.

Nº 23 - WILFRIDO AUGUSTO MARQUES, Barragem em operação Fazenda Vale do Sossego, código SNISB 471, córrego Pontinha, Brasília/DF.

Nº 24 - NOVA SUÍÇA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E HOTELEIROS LTDA, Barragem em operação Lago Hotel Bocaina, código SNISB 082, rio Paca Grande, Município de Bananal/SP.

O inteiro teor dos Atos de Classificação de Barragens, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

PATRICK THOMAS

ATOS DE 2 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26 de 08/05/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu:

Nº 876 - Revogar a outorga emitida a MARIO EDUARDO BAHIA SABACK de Oliveira, por meio da Resolução de Outorga nº 15, de 4 de janeiro de 2017, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos).

Nº 877 - Revogar a outorga emitida a MAIRA DE ANDRADE PINTO, por meio da Outorga nº 1741, de 9 de novembro de 2018, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos).

Nº 892 - Revogar a outorga emitida a EVANDRO GONTIJO PEREIRA, por meio da Resolução nº 353, de 20 de março de 2014, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos), bem como do prazo previsto na Lei nº 9984, de 17 de julho de 2000, artigo 5, inciso II (seis anos para conclusão do empreendimento projetado).

Nº 893 - Revogar a outorga emitida a HERMES ZANETI, por meio da Resolução nº 365, de 14 de março de 2013, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos), bem como do prazo previsto na Lei nº 9984, de 17 de julho de 2000, artigo 5, inciso II (seis anos para conclusão do empreendimento projetado).

Nº 894 - Revogar a outorga emitida a GESIEL BARRETO LUZ, por meio da Outorga nº 1110, de 30 de maio de 2019, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos).

Nº 895 - Revogar a outorga emitida a GESIEL BARRETO LUZ, por meio da Outorga nº 1111, de 30 de maio de 2019, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos).

O inteiro teor da Revogação de Outorga, bem como as demais informações pertinentes estão disponíveis no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 2 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 878 - JOSE ANTONIO CARDOSO, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/MG, irrigação.

Nº 879 - BIOSEV S.A, rio São Francisco, Município de Luz/MG, irrigação.

Nº 880 - AGROPECUARIA SANTANA DE ANGATUBA LTDA, rio Paranapanema, Município de Angatuba/SP, irrigação.

Nº 881 - AGROPECUARIA SANTANA DE ANGATUBA LTDA, rio Paranapanema, Município de Angatuba/SP, irrigação.

Nº 882 - MARCIO MENDONCA MARCELINO, UHE Porto Colômbia, Município de Miguelópolis/SP, irrigação.

Nº 884 - IDERVAL APARECIDO DE OLIVEIRA, UHE Água Vermelha, Município de Riolândia/SP, irrigação.

Nº 885 - ELCIO IVAN RAMOS DE ALMEIDA, rio São Francisco, Município de São Francisco/MG, irrigação.

Nº 886 - GERALDO OTACILIO CORDEIRO, rio São Francisco, Município de Pompéu/MG, irrigação.

Nº 887 - LUIZ ANTONIO JUNQUEIRA FILHO, UHE Marimbondo, Município de Frutal/MG, irrigação.

Nº 888 - DL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, UHE Ilha Solteira, Município de Pereira Barreto/SP, irrigação.

Nº 889 - BIOSEV S.A, rio São Francisco, Município de Luz/MG, irrigação.

Nº 890 - J&F FLORESTA AGROPECUARIA ARAGUAIA LTDA, rio Araguaia, Município de Aruanã/GO, irrigação.

Nº 891 - WESTROCK, CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS LTDA, rio Negro, Município de Três Barras/SC, indústria.

Nº 896 - ZEFERINO FERNANDES JUNIOR, Açude Anagé, Município de Anagé/BA, irrigação.

Nº 897 - DEDILSON DE DEU MARINHO, Açude Anagé, Município de Anagé/BA, irrigação.

Nº 898 - CLUBE DA CONSTRUCAO DISTRIBUIDORA LTDA, rio Sapucaí, Município de Itajubá/MG, mineração.

Nº 899 - EXTRATORA E COMERCIAL DE AREIA SALTO LTDA, UHE Paranapanema, Município de Piraju/SP, mineração.

Nº 900 - CLUBE DA CONSTRUCAO DISTRIBUIDORA LTDA, rio Sapucaí, Município de Itajubá/MG, mineração.

Nº 901 - GILMAR JUREMA DA SILVA - ME, UHE Rosana, Município de Euclides da Cunha Paulista/SP, indústria.

Nº 902 - COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, UHE Ilha Solteira, Município de Carneirinho/MG, esgotamento sanitário.

Nº 903 - SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE, rio São Francisco, Município de Porto Real do Colégio/AL, abastecimento público.

Nº 904 - SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE, rio São Francisco, Município de Porto Real do Colégio/AL, abastecimento público.

Nº 905 - MOCOCA S/APRODUTOS ALIMENTICIOS - EM RECUPERACAO JUDICIAL, rio Canoas, Município de Arceburgo/MG, indústria.

Nº 906 - APARECIDO SAMARTINO JUNIOR e APARECIDO SAMARTINO, UHE Ilha Solteira, Município de Carneirinho/MG, irrigação.

Nº 907 - JOSE EDUARDO DETONI, UHE Volta Grande, Município de Água Comprida/MG, irrigação.

Nº 908 - P.M. NATIVIDADE DA SERRA, UHE Paraibuna, Município de Natividade da Serra/SP, abastecimento público.

Nº 909 - Governo do Estado da Paraíba por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DOS RECURSOS HIDRICOS E DO MEIO AMBIENTE, rio Japi, Município de Cuité/PB, abastecimento público.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 883, DE 2 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/05/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu indeferir o pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos de:

SUINCO - COOPERATIVA DE SUINOCULTORES LTDA, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/MG, indústria.

O inteiro teor do Indeferimento de Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 de 30/10/2017, resolveu indeferir os pedidos de outorga de direito de uso de recursos hídricos de:

Nº 910 - MUNICIPIO DE IGUARACI, açude Rosário, Município de Iguaracy/PE, abastecimento público.

Nº 911 - ASSOCIACAO DOS PISCICULTORES E AGROEXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE DE ANA- APAA - RIO ARAPIUNS - SANTAREM PARÁ, rio Arapiuns, Município de Neópolis/SE, aquicultura.

Nº 912 - ENERBIOS CONSULTORIA EM ENERGIAS RENOVAVEIS E MEIO AMBIENTE LTDA, rio Itaguari, Município de Cocos/BA, Aproveitamento Hidroelétrico.

Nº 913 - ENERBIOS CONSULTORIA EM ENERGIAS RENOVAVEIS E MEIO AMBIENTE LTDA, rio Itaguari, Município de Cocos/BA, Aproveitamento Hidroelétrico.

O inteiro teor dos Indeferimentos de Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 914, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 8/5/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/7/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938 de 30/10/2017, resolveu:

Revogar a outorga emitida a JOVECI NEVES BALIZA, por meio da Outorga ANA nº 1134, de 15 de agosto de 2018, por motivo de descumprimento do prazo previsto na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, artigo 15, Inciso II (ausência de uso por três anos consecutivos).

O inteiro teor da Revogação de Outorga, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Interministerial ME/CGU nº 4.481, de 3 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2022, Seção 1, página 12, na epígrafe.

Onde se lê: "PORTARIA INTERMINISTERIAL ME/CGU Nº 4.481, DE 3 DE JUNHO DE 2022",
Leia-se: "PORTARIA INTERMINISTERIAL ME/CGU Nº 4.481, DE 23 DE MAIO DE 2022"

CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

RESOLUÇÃO CPPI Nº 240, DE 2 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a qualificação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, com objetivo de coordenar estudos e ações necessários para a avaliação da desestatização da empresa.

O CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, caput, e § 1º, III, e o art. 7º, I, da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Opinar favoravelmente e submeter à deliberação do Presidente da República a qualificação, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com objetivo de coordenar estudos e ações necessários para a avaliação da desestatização da empresa.

Art. 2º Opinar pela instituição de Comitê Interministerial ao qual caberá coordenar estudos e ações necessários para avaliação da desestatização da Petrobras.

Art. 3º O Comitê Interministerial será composto por três representantes de cada um dos seguintes órgãos:

I - Ministério da Economia, que o coordenará; e

II - Ministério de Minas e Energia.

§ 1º O Coordenador do Comitê Interministerial poderá convidar a Petrobras a participar de suas reuniões, sem direito a voto.

§ 2º A Petrobras deverá prestar todas as informações solicitadas pelo Comitê Interministerial.

§ 3º O Comitê Interministerial poderá solicitar apoio técnico de outros órgãos e entidades, públicos ou privados.

§ 4º Os membros do Comitê Interministerial, inclusive o Coordenador, serão indicados pelo Secretário-Executivo do órgão que representam e designados em ato do Ministro de Estado da Economia.

§ 5º O Comitê Interministerial se reunirá, em caráter ordinário, preferencialmente, a cada quinze dias, e em caráter extraordinário, com convocatória com, no mínimo, cinco dias de antecedência, mediante convocação prévia do Coordenador, que encaminhará, quando da convocação, a pauta dos assuntos a serem discutidos.

§ 6º As reuniões do Comitê Interministerial terão início com a presença da maioria de seus membros ou, em segunda convocação, dez minutos após a hora estabelecida, com a presença mínima de dois membros.

§ 7º O quórum de aprovação é de maioria simples e, na hipótese de empate, o Coordenador terá o voto de qualidade.

§ 8º É vedada a criação de subcolegiados.

§ 9º Os membros do Comitê Interministerial que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão, preferencialmente, da reunião por meio de videoconferência.

§ 10. O Comitê Interministerial terá prazo de duração de sessenta dias, contado da data de sua instituição, prorrogável por iguais períodos por ato do Presidente do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos.

§ 11. A participação no Comitê Interministerial será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

BRUNO WESTIN PRADO SOARES LEAL
Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 24, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR SUBSTITUTO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, no art. 1º do Decreto nº 9.107, de 26 de julho de 2017, e na Portaria SECEX nº 162, de 6 de janeiro de 2022, tendo em vista a revisão da medida antidumping aplicada sobre as importações brasileiras de malhas de viscose, comumente classificadas nos subitens 6004.10.41, 6004.10.42, 6004.10.43, 6004.10.44, 6004.90.40, 6006.41.00, 6006.42.00, 6006.43.00, 6006.44.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China, objeto dos processos SEI/ME nos 19972.102018/2021-19 (confidencial) e 19972.102019/2021-63 (restrito), bem como a habilitação da produção nacional de malhas de viscose, objeto dos Processos SEI nº 19972.101372/2021-26 (restrito) e 19972.101371/2021-81 (confidencial), conforme Circular SECEX nº 9 de 16 de fevereiro

de 2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 17 de fevereiro de 2022, decide:

1. Ratificar a decisão a respeito da habilitação da produção nacional de malhas de viscose como indústria fragmentada, considerando que, após o início da revisão da medida antidumping, não foi apresentado recurso dentro do prazo previsto na legislação, nos termos do caput c/c § 3º do art. 49 da Portaria SECEX nº 162, de 6 de janeiro de 2022, conforme indicado no item 8 da Circular SECEX nº 9 de 16 de fevereiro de 2022.

2. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo telefone +55 61 2027-7357 ou pelo endereço eletrônico malhasdeviscoserev@economia.gov.br.

HERLON ALVES BRANDÃO

PORTARIA SECEX Nº 195, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR SUBSTITUTO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I, V e XXV do art. 91, do Anexo I, do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, pela Portaria SECEX nº 87, de 31 de março de 2021 e complementada pela Portaria SECEX nº 94, de 10 de junho de 2021, e tendo em vista a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 e o disposto no Acordo sobre Regras de Origem da Organização Mundial de Comércio - OMC, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, resolve:

Art. 1º Encerrar o procedimento especial de verificação de origem não preferencial com a desqualificação da origem Hong Kong para o produto objetos de vidro para mesa, comumente classificado nos subitens 7013.28.00, 7013.37.00 e 7013.49.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), declarado como produzido pela empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED.

Art. 2º Determinar que as importações referentes ao produto e produtor mencionados no art. 1º sejam consideradas como originárias da República Popular da China.

HERLON ALVES BRANDÃO

ANEXO I

1. DO PROCESSO

1.1. Dos antecedentes

1. Em 27 de abril de 2009, foi protocolada, no então Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, petição da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidros - ABIVIDRO, doravante também denominada peticionária, por meio da qual, em nome de suas associadas Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A., Owens-Illinois do Brasil Indústria e Comércio S.A. e Saint-Gobain Vidros S.A., foi solicitado início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de objetos de vidro para mesa da China, Indonésia e Argentina, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. A investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 58, de 28 de outubro de 2009, publicada em 29 de outubro de 2009.

2. Tendo sido verificada a existência de dumping nas exportações de objetos de vidro para mesa para o Brasil, originárias da Argentina, China e Indonésia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, a investigação foi encerrada, por meio da Resolução CAMEX nº 8, de 28 de fevereiro de 2011, publicada em 1º de março de 2011, com a aplicação do direito antidumping definitivo.

1.2. Da primeira revisão de final de período

3. Em 29 de outubro de 2015, a ABIVIDRO, em nome de sua associada Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. (Nadir Figueiredo), protocolou petição para início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de objeto de vidro para mesa, quando originárias da Argentina, China e Indonésia, consoante o disposto no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

4. Tendo sido apresentados elementos suficientes que indicavam que a extinção do direito antidumping aplicado às importações mencionadas levaria muito provavelmente à continuação/retomada do dumping e à retomada do dano dele decorrente, foi elaborado o Parecer DECOM nº 11, de 26 de fevereiro de 2016, propondo o início da revisão do direito antidumping em vigor. Com base no parecer supramencionado, por meio da Circular SECEX nº 13, de 26 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 29 de fevereiro de 2016, foi iniciada a revisão em tela. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão, o direito antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 8, de 28 de fevereiro de 2011, publicada no D.O.U. de 1º de março de 2011, permanece em vigor.

5. Como resultado da revisão, por intermédio da publicação no D.O.U, em de 23 de dezembro de 2016, da Resolução CAMEX nº 126, de 22 de dezembro de 2016, foi prorrogada a aplicação, por até 5 anos, do direito antidumping sobre as importações brasileiras do produto objetos de vidro para mesa, comumente classificadas nos subitens 7013.28.00, 7013.37.00 e 7013.49.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China, Indonésia e Argentina.

1.3. Da Segunda revisão de final de período

6. Em 4 de dezembro de 2020, foi publicada a Circular SECEX nº 80, de 3 de dezembro de 2020, retificada pela publicação no Diário Oficial da União no dia 14 de outubro de 2021, dando conhecimento público de que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de objeto de vidro para mesa, comumente classificadas nos itens 7013.49.00, 7013.28.00 e 7013.37.00 da NCM, originárias da Argentina, China e Indonésia, encerrar-se-ia no dia 23 de dezembro de 2021.

7. Em 30 de julho de 2021, a ABIVIDRO, em nome de sua associada Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A. (Nadir Figueiredo), protocolou, por meio do SDD, petição para início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de objeto de vidro para mesa, quando originárias da Argentina, China e Indonésia, consoante o disposto no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013.

8. Constatou-se a existência de indícios de continuação de dumping para a China e Indonésia e de retomada de dumping para a Argentina, bem como de probabilidade de retomada do dano à indústria doméstica em decorrência dessas importações.

9. Dessa forma, no dia 23 de dezembro de 2021, a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Economia publicou, no Diário Oficial da União, a Circular nº 84, de 2021, que deu início à revisão de medida antidumping aplicada sobre as importações brasileiras de objetos de vidro para mesa, comumente classificadas subitens 7013.49.00, 7013.28.00 e 7013.37.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da Argentina, China e Indonésia.

10. O direito antidumping permanecerá em vigor, nos termos do § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão.

1.4. Do monitoramento das importações de objetos de vidro para mesa

11. Em razão da existência de tal medida de defesa comercial, as importações de objetos de vidro para mesa estão sujeitas à acompanhamento e poderão ser objeto de verificação de origem, de acordo com o previsto na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e na Portaria SECEX nº 38, de 18 de maio de 2015 (posteriormente revogada pela Portaria SECEX nº 87, de 31 de março de 2021).

12. Deste modo, esta Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, por meio do Departamento de Negociações Internacionais (atual Subsecretaria de Negociações Internacionais - SEINT), passou a fazer monitoramento das importações desse produto e constatou que havia indícios suficientes e riscos relevantes de descumprimento das regras de origem não preferenciais nas importações de objetos de vidro para mesa, usualmente classificados nos subitens 7013.28.00, 7013.37.00 e 7013.49.00 da NCM, com origem declarada Malásia e Hong Kong, conforme disposições da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

13. Assim, conforme previsto na legislação, a SECEX passou a fazer análise de risco das importações de objetos de vidro para mesa, com origem declarada Malásia e Hong Kong.

2. DA INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE VERIFICAÇÃO DE ORIGEM NÃO PREFERENCIAL

14. Por meio do monitoramento das importações brasileiras de objetos de vidro para mesa e de análise de fatores de risco, constatou-se que a empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED, com origem declarada Hong Kong, apresentou indícios de não observância das regras de origem não preferenciais nas exportações de objetos de vidro para mesa para o Brasil.

15. Dessa forma, com base na Lei nº 12.546, de dezembro de 2011, e na Portaria SECEX nº 87, de 31 de março de 2021, a SECEX instaurou, em 31 de janeiro de 2022, procedimento especial de verificação de origem não preferencial para o produto objetos de vidro para mesa, declarado como produzido pela LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED.

16. O produto objeto do procedimento especial de verificação de origem não preferencial consiste em objetos de vidro para mesa, classificados nos subitens 7013.49.00, 7013.28.00 e 7013.37.00 da NCM.

17. Segundo a Resolução CAMEX nº 126, de dezembro de 2016, os objetos de vidro para mesa são produtos, de vidro sodo-cálcico, utilizados para receber e servir alimentos, seja para uso doméstico ou comercial. Esses objetos podem se apresentar de diversas formas: conjuntos de mesa não temperados; conjuntos de mesa temperados; pratos (rasos, fundos, para sobremesa, sopa, bolo, torta, de micro-ondas giratórios), xícaras (café e chá) e pires; taças de sobremesa; potes do tipo bombonière, baleiro (porta balas), condimenteira (porta-condimento ou porta-tempero), açucareiro (porta-açúcar), meleira, molheira, compoteira, porta-geleia; vasilha; tigelas, morangueira, fruteiras; saladeiras; sopeiras e terrinas; canecas com capacidade até 300 ml, inclusive.

18. Ainda segundo a Resolução CAMEX nº 126, de 23 de dezembro de 2016, os objetos de vidro objeto da medida antidumping constituem variedades de utensílios de mesa vítreos. Seus diversos tipos são fabricados pelo mesmo processo produtivo, com a utilização dos mesmos equipamentos, ou seja, com a utilização de prensas, dependendo apenas da mudança de moldes para a produção de cada um desses tipos. O produto objeto do direito antidumping abrange também os objetos com suportes em vidro, metálicos ou com acabamentos distintos do vidro, e com tampa, os quais, embora incluam aparatos adicionais de adorno, têm a mesma funcionalidade que aqueles comercializados sem suportes, acabamento e/ou tampa. Não são objeto do direito antidumping os seguintes produtos: copos, decânters, licoreiras, garrafas, moringas, travessas, jarras e vidros (potes, frascos, garrafas, copos) utilizados exclusivamente pela indústria alimentícia para armazenar conservas em geral, (compotas, doces, patês, requeijão, etc.). Igualmente estão excluídas as canecas com capacidade superior a 301 ml, comumente utilizadas para acondicionar cerveja. Ainda, estão excluídos os objetos de vidro para mesa produzidos com borosilicatos (vidros refratários) e os descansos giratórios de travessas e centros de mesa giratórios de vidro, de acordo com o determinado na Resolução CAMEX nº 8, de 2011.

3. DAS REGRAS DE ORIGEM NÃO PREFERENCIAIS APLICADAS AO CASO

19. As regras de origem não preferenciais utilizadas como base para a verificação são aquelas estabelecidas na Lei nº 12.546, de 2011, que dispõe:

Art. 31. Respeitados os critérios decorrentes de ato internacional de que o Brasil seja parte, tem-se por país de origem da mercadoria aquele onde houver sido produzida ou, no caso de mercadoria resultante de material ou de mão de obra de mais de um país, aquele onde houver recebido transformação substancial.

§ 1º Considera-se mercadoria produzida, para fins do disposto nos arts. 28 a 45 desta Lei:

I - os produtos totalmente obtidos, assim entendidos:

a) produtos do reino vegetal colhidos no território do país;

b) animais vivos, nascidos e criados no território do país;

c) produtos obtidos de animais vivos no território do país;

d) mercadorias obtidas de caça, captura com armadilhas ou pesca realizada no território do país;

e) minerais e outros recursos naturais não incluídos nas alíneas "a" a "d", extraídos ou obtidos no território do país;

f) peixes, crustáceos e outras espécies marinhas obtidos do mar fora de suas zonas econômicas exclusivas por barcos registrados ou matriculados no país e autorizados para arvorar a bandeira desse país, ou por barcos arrendados ou fretados a empresas estabelecidas no território do país;

g) mercadorias produzidas a bordo de barcos-fábrica a partir dos produtos identificados nas alíneas "d" e "f" deste inciso, sempre que esses barcos-fábrica estejam registrados, matriculados em um país e estejam autorizados a arvorar a bandeira desse país, ou por barcos-fábrica arrendados ou fretados por empresas estabelecidas no território do país;

h) mercadorias obtidas por pessoa jurídica de país do leito do mar ou do subsolo marinho, sempre que o país tenha direitos para explorar esse fundo do mar ou subsolo marinho;

i) bens obtidos do espaço extraterrestre, sempre que sejam obtidos por pessoa jurídica ou por pessoa natural do país; e

j) mercadorias produzidas exclusivamente com materiais listados nas alíneas a a i deste inciso;

II - os produtos elaborados integralmente no território do país, quando em sua elaboração forem utilizados, única e exclusivamente, materiais dele originários.

§ 2º Entende-se ter passado por transformação substancial, para fins do disposto nos arts. 28 a 45 desta Lei:

I - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando resultante de processo de transformação que lhe confira uma nova individualidade, caracterizada pelo fato de estar classificado em posição tarifária identificada pelos primeiros quatro dígitos do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, diferente da posição dos mencionados materiais, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo; ou

II - o produto em cuja elaboração tenham sido utilizados materiais não originários do país, quando o valor aduaneiro desses materiais não exceder 50% (cinquenta por cento) do valor Free on Board (FOB) do produto, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º Não será considerado originário do país exportador o produto resultante de operação ou processo efetuado no seu território pelo qual adquira a forma final em que será comercializado quando, na operação ou no processo, for utilizado material não originário do país e consista apenas em montagem, embalagem, fracionamento em lotes ou volumes, seleção, classificação, marcação, composição de sortimentos de mercadorias ou simples diluições em água ou outra substância que não altere as características do produto como originário ou outras operações ou processos equivalentes, ainda que esses resultem no cumprimento do disposto no § 2º deste artigo ou em outros critérios estabelecidos pelo Poder Executivo federal na forma do disposto no art. 32 desta Lei.

§ 4º Caso não sejam atendidos os requisitos referidos no § 2º deste artigo, o produto será considerado originário do país de origem dos materiais que representem a maior participação no valor FOB.

4. DA NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA

20. De acordo com o art. 7º da Portaria SECEX nº 87, de 2021, as partes interessadas devem ser notificadas da abertura do procedimento especial de verificação de origem pela SECEX. Neste sentido, em 31 de janeiro de 2022 foram encaminhadas notificações para:

i) o representante do Governo de Hong Kong;

ii) a empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED, identificada como produtora e exportadora;

iii) as empresas declaradas como importadoras; e

iv) o representante da indústria doméstica.

21. Adicionalmente, em cumprimento ao art. 44 da Lei nº 12.546, de 2011, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB foi notificada sobre a abertura da presente investigação.

5. DO ENVIO DO QUESTIONÁRIO

22. Conjuntamente com a notificação de abertura do procedimento especial de verificação de origem, foi enviado ao endereço eletrônico da empresa identificada como produtora e exportadora, questionário solicitando informações destinadas a comprovar o

cumprimento das regras de origem para o produto objeto do procedimento especial de verificação de origem. Determinou-se como prazo máximo para resposta o dia 3 de março de 2022.

23. O questionário, enviado à empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED, continha instruções detalhadas (em português e em inglês) para o envio das seguintes informações, referentes ao período de outubro de 2018 a setembro de 2021, separados em três períodos:

P1 - 1º de outubro de 2018 a 30 de setembro de 2019

P2 - 1º de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020

P3 - 1º de outubro de 2020 a 30 de setembro de 2021

I - Informações preliminares

a) descrição detalhada do produto;

b) classificação tarifária sob o Sistema Harmonizado de Classificação e Designação de Mercadorias (SH);

c) nome do fabricante (nome comercial e razão social) e dados de contato (endereço, telefone, correio eletrônico institucional);

d) nome, cargo e dados de contato do responsável pelo preenchimento do questionário; e

e) critério de origem utilizado para considerar a mercadoria como originária do país produtor, de acordo com a Lei nº 12.546, de 2011.

II - Sobre os insumos utilizados e sobre o processo produtivo

a) descrição completa dos insumos (classificação no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH), coeficiente técnico e estoque), conforme Anexo A;

b) dados sobre as aquisições dos insumos, conforme Anexo B;

c) descrição detalhada do processo produtivo, incluindo indicação de quando os insumos foram usados durante o processo;

d) leiaute da fábrica, incluindo a disposição das máquinas dentro da fábrica; e

e) capacidade de produção da empresa produtora e sua produção efetiva, conforme Anexo C.

III - Sobre as transações comerciais da empresa

a) importação do produto objeto do procedimento especial, conforme Anexo D;

b) aquisição do produto no mercado doméstico, conforme Anexo E;

c) exportação total do produto, por destino, conforme Anexo F;

d) vendas nacionais do produto, conforme Anexo G; e

e) estoques do produto, conforme Anexo H.

6. DA RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO

24. No dia 2 de março de 2022, portanto dentro do prazo estipulado, a SEINT recebeu resposta da empresa declarada como produtora e exportadora.

25. Em sua resposta ao questionário a empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED informou que não é produtora dos objetos de vidro, que importa os objetos de vidro da China e os exporta para o Brasil. A empresa informou que exportou para o Brasil objetos de vidro boro-silicatos classificados na posição SH 70134200 e apresentou a descrição dos produtos que teria exportado para o Brasil. A empresa apresentou no questionário resposta apenas para os anexos referentes à importação e à exportação do produto, tendo informado também que não possui estoque porque trabalha sob demanda.

26. A empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED informou também que o atual produtor dos objetos de vidro que ela exporta para o Brasil é a empresa chinesa Shandong Xingnuo Industry and Trade Co., Ltd, com endereço No.1, Second Street Induatrial Park of Yangdian Town,Wenshang County, Jining City, Shandong Province.

7. DA ANÁLISE

27. Considerando que a empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED informou não ser produtora de objetos de vidro, que compra da empresa da China Shandong Xingnuo Industry and Trade Co., e os exporta para o Brasil, buscou-se informações sobre a citada produtora.

28. Em pesquisa realizada em 15 de março de 2022 na internet, foi encontrado o endereço eletrônico https://xingnuosuperior.en.alibaba.com/?spm=a2700.shop_pl.88.19, no qual a empresa Shandong Xingnuo Industry and Trade Co., Ltd se apresenta como produtora especializada em vidro boro-silicatos e que exporta produtos para mais de 50 países, tais como Estados Unidos, França, Taiwan.

29. Recorda-se que a Resolução CAMEX nº 126, de 22 de dezembro de 2016, que prorrogou o direito antidumping definitivo às importações brasileiras de objetos de vidro para mesa originárias da República Popular da China, Indonésia e Argentina, estabelece no item III do art. 2º que os objetos de vidro para mesa produzidos com boro-silicatos (vidros refratários) e os descansos giratórios de travessas e centros de mesa giratórios de vidro, de acordo com o determinado na Resolução CAMEX nº 8, de 2011, não são objeto do direito antidumping.

30. Registre-se que, embora a empresa tenha informado no questionário que exportou para o Brasil objetos de vidro boro-silicatos classificados na posição SH 70134200, a descrição apresentada pela própria empresa na resposta ao questionário e a descrição do produto importado, declarada pelo importador no Sistema da Receita Federal do Brasil, não fazem menção a vidro boro-silicatos, constam apenas como objetos de vidro para mesa.

31. Dessa forma, as informações apresentadas pela empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED em sua resposta ao questionário confirmaram os indícios de não observância das regras de origem não preferenciais que levaram à abertura desta investigação, tendo em vista que a empresa informou não ser produtora de objetos de vidro e que compra de uma empresa localizada na República Popular da China e os exporta para o Brasil.

32. Diante do exposto, considerando os fatos disponíveis e as informações apresentadas na fase de instrução processo, conclui-se que os objetos de vidro para mesa exportados pela empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED para o Brasil, durante o período investigado, fazem parte do escopo do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 126, de 22 de dezembro de 2016.

8. DO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO E DA CONCLUSÃO PRELIMINAR

33. Com base no art. 13 da Portaria SECEX nº 87, de 2021, e tendo em conta a resposta da empresa declarada produtora e exportadora aos questionamentos realizados pela SEINT, fica evidenciado o não cumprimento das regras de origem conforme estabelecidas na Lei nº 12.546, de 2011.

34. Em descumprimento ao art. 34 da Lei nº 12.546, de 2011, a empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED não comprovou o cumprimento dos critérios de origem previstos na referida Lei, seja pelo critério de mercadoria produzida (§1º do art. 31 da Lei nº 12.546, de 2011), seja pelo critério de processo produtivo, caracterizado como uma transformação substancial (§2º do art. 31 da Lei nº 12.546, de 2011).

35. Ademais, a empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED declarou, em sua resposta ao questionário, que é uma empresa que atua como exportadora e não produtora de objetos de vidros para mesa. Registre-se também que a empresa declarou que os objetos de vidro para mesa exportados para o Brasil são produzidos por empresa localizada na República Popular da China.

36. Dessa forma, conforme expresso nos artigos 28 e 29 da Portaria SECEX nº 87, de 2021, considerou-se encerrada a fase de instrução do Processo SEI 19972.100023/2022-78, e, concluiu-se, preliminarmente, com base no art. 31 da Lei nº 12.546, de 2011, que o produto objetos de vidro para mesa, classificados nos subitens 7013.49.00, 7013.28.00 e 7013.37.00 da NCM, e informado como produzido pela empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED, não é originário de Hong Kong, tendo como origem determinada a República Popular da China.

9. DA NOTIFICAÇÃO DA CONCLUSÃO PRELIMINAR

37. Cumprindo com o disposto no artigo 29 da Portaria SECEX nº 87, de 2021, em 6 de abril de 2022, as partes interessadas foram notificadas a respeito da conclusão preliminar do procedimento especial de verificação de origem não preferencial, contida no Relatório nº 3, de 29 de março de 2022, tendo sido concedido, para manifestação acerca dos fatos e fundamentos essenciais sob julgamento o prazo de dez dias, contados da ciência da notificação, que se encerrou no dia 20 de abril de 2022 para as partes interessadas nacionais e estrangeiras.

10. DAS MANIFESTAÇÕES DAS PARTES INTERESSADAS ACERCA DA CONCLUSÃO PRELIMINAR

38. A SEINT recebeu em 20 de abril de 2022, portanto, dentro do prazo estipulado, manifestação da empresa Electrolux do Brasil S/A acerca da conclusão preliminar. A empresa apresentou as argumentações apresentadas a seguir.

(...) "esta Subsecretaria teria verificado que os produtos exportados pela empresa Linkfair Household (Hk) Limited, com origem declarada Hong Kong, na realidade seriam originários da China.

Por sua vez, a empresa exportadora confirmou este fato. A Linkfair esclareceu que adquire o produto da empresa chinesa Shandong Xingnuo Industry and Trade Co., Ltd, que funcionaria como uma trading company e, mais, salientou que os itens exportados são objetos de vidro boro-silicatos classificados na posição SH 70134200 cuja descrição é style A18848101: 4pcs Glass containers set with stainless steel lid; style A21392801, 4pcs Glass containers set with bamboo lid.

Apesar de objetos de vidro para mesa produzidos com boro-silicatos terem sido explicitamente excluídos da aplicação do direito antidumping, bem como a NCM que corretamente abarca tais produtos não estar presente no rol de NCMs que vem sendo sobretaxadas, por força da Resolução CAMEX nº 126, de 22 de dezembro de 2016, a SEINT entendeu que os objetos de vidro para mesa exportados pela empresa Linkfair para o Brasil, fariam parte do escopo do direito antidumping aplicado pela mencionada Resolução.

Por entender que os objetos importados pela Electrolux estão explicitamente fora do escopo desta investigação antidumping, bem como constatar que este procedimento de verificação de origem, por conseguinte, perdeu seu objeto (...)"

(...)

"Conforme indicado no relatório preliminar, o produto objeto da investigação antidumping, bem como desta verificação de origem são objetos de vidro para mesa, classificados nos subitens 7013.49.00, 7013.28.00 e 7013.37.00 da NCM. Ademais, importa ressaltar que foram excluídos do objeto da investigação AD algumas especificidades de tais objetos, tais como os vidros de borosilicatos.

Ainda que a Linkfair não tenha, em um primeiro momento, se atentado para detalhar que se tratava de um vidro de boro-silicato, assim como não tenha verificado que haveria um código tarifário mais adequado para classificar seus produtos, não é lógico incluir os itens exportados pela Linkfair no objeto de aplicação do direito antidumping. O mesmo se estende ao objeto deste procedimento para verificação de origem, (...).

(...) se o procedimento de verificação de origem serve para fazer cumprir o processo antidumping e o processo em questão explicitamente excluiu os vidros de boro-silicato da aplicação do direito, não é racional, nem juridicamente cabível, apenas incluí-lo numa determinação preliminar de processo administrativo diverso daquele adequado para se verificar um produto objeto de uma investigação antidumping, sob pena de ferir até mesmo o princípio do devido processo legal."

39. Após apresentar seus argumentos, empresa concluiu com os seguintes pedidos:

"Diante do exposto, a Electrolux requer:

a) Seja reconhecida a perda do objeto da presente investigação com o seu consequente arquivamento, tendo como fundamento a finalidade prática da verificação de origem não preferencial e a não inclusão do produto exportado pela Linkfair no rol de produtos objeto da investigação antidumping que embasou o presente procedimento.

b) Alternativamente, seja ampliada a análise deste procedimento para fazer constar a correta descrição e NCM, qual seja, 70134200, uma vez que os vidros de mesa produzidos com boro-silicato foram explicitamente excluídos da aplicação do direito antidumping."

11. DA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES DAS PARTES INTERESSADAS ACERCA DA CONCLUSÃO PRELIMINAR

40. Inicialmente, esclarece-se que o supracitado Relatório nº 3, de 2022, que apresentou a conclusão preliminar deste procedimento em questão, não concluiu pela inclusão dos objetos de vidro para mesa produzidos com boro-silicatos no escopo dos produtos o objeto do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 126, de 2016.

41. Segundo, não houve perda de objeto no presente procedimento de investigação de origem não preferencial, tendo em vista que o produto investigado são os objetos de vidro para mesa, comumente classificadas nos subitens 7013.28.00, 7013.37.00 e 7013.49.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, conforme definido na Resolução CAMEX nº 126, de 2016.

42. A conclusão para as operações da empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED, que deram início ao presente procedimento, como produtos objeto do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 126, de 2016, como já explicitado anteriormente, decorreu da descrição dos produtos apresentada pela empresa importadora nas declarações de importações do Sistema da RFB, que informaram tratar-se de objetos de vidro para mesa classificados no código 7013.49.00.

43. Ademais, registre-se que a Resolução CAMEX nº 126, de 2016, que prorrogou a aplicação do direito antidumping aplicado, define, em seu tópico 6.1 (Das Importações) a metodologia utilizada para depuração dos dados de importação, sendo informado que para fins de determinação final, foram consideradas como importações de produto objeto do direito antidumping os volumes e os valores das importações de canecas e jogos de canecas, genericamente descritas; sem especificação da capacidade em mililitros, bem como de outros produtos cuja descrição impossibilitava concluir se tratar de produto alheio ao escopo desta investigação." (Grifo nosso)

44. Assim, considerando que as descrições disponíveis nas Declarações de Importação, que embasaram a abertura deste procedimento de origem não preferencial para a empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED, não demonstraram cabalmente a não inclusão do produto importado no escopo do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 126, de 2016, essa SEINT agiu de forma análoga a citada na Resolução em epígrafe, isto é, considerou o produto como parte do escopo para fins de abertura.

45. Quando da investigação, em sua resposta ao questionário, a empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED declarou que não é produtora de objetos de vidro, que importa os objetos de vidro da China e os exporta para o Brasil, atuando, portanto, como uma trading company. A essa informação, esta SEINT se ateve para concluir que o produto objetos de vidro exportado para o Brasil pela citada empresa é originário da China.

46. Ora, nesse sentido, a conclusão preliminar do presente procedimento especial de verificação de origem não preferencial não pretendeu ampliar o escopo do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 126, de 2016, mas simplesmente ratificar o que a própria empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED afirmou, que ela não é produtora e que os objetos de vidro que exporta para o Brasil são originários da China.

47. Nesse sentido, em que pese a investigação de origem não preferencial almejar combater fraudes aos pagamentos das medidas de defesa comercial devidas, o objeto é claro e semântico, qual seja conhecer a origem dos produtos exportados para o Brasil, sendo que no presente caso não há dúvidas sobre a origem, pois os produtos exportados para o Brasil pela LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED são chineses, como declarado pela própria empresa.

48. Registre-se que, como já mencionado, não se questionou, no presente procedimento, o escopo do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 126, de 2016, aos objetos de vidro para mesa. Ademais, caso a empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED venha a exportar produtos que não sejam parte do escopo do direito antidumping aplicado pela citada Resolução CAMEX nº 126, a consequência a respeito do tema seria a não cobrança, ou seja, para efeitos de pagamento de direito antidumping, as conclusões dessa SEINT não afetam os negócios da empresa ou de seus importadores, considerando-se como corretas as alegações que o produto exportado para o Brasil não compõe o escopo do citado direito antidumping.

49. Por fim, esclarece-se que as matérias cobrança de pagamento de medida de defesa comercial e classificação tarifária de mercadorias não competem a esta SEINT, mas à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

12. DA CONCLUSÃO FINAL

50. De acordo com os fatos disponíveis e considerando que a empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED declarou que não é produtora e que os objetos de vidro para mesa exportados para o Brasil são produzidos por empresa localizada na República Popular da China, origem com direito antidumping aplicado, conclui-se, com base no art. 31 da Lei nº 12.546, de 2011, que o produto objetos de vidro para mesa, classificados nos subitens 7013.49.00, 7013.28.00 e 7013.37.00 da NCM, e informado como produzido pela empresa LINKFAIR HOUSEHOLD (HK) LIMITED, não é originário de Hong Kong, tendo como origem determinada a República Popular da China.

PORTARIA SECEX Nº 193, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a certificação de pessoa jurídica específica no Programa OEA-Integrado Secex, no âmbito do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado - Programa OEA.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR SUBSTITUTO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos IV e XX, do art. 91, do Anexo I, ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e considerando o disposto na Portaria Conjunta RFB/SECINT/ME nº 85, de 19 de agosto de 2021 e na Portaria Secex nº 107, de 19 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Tendo em vista o atendimento aos critérios estabelecidos no Programa de Certificação da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) no âmbito do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA), denominado OEA-Integrado Secex, certifico como membro do referido Programa, em caráter precário e com prazo de validade indeterminado, a empresa TRBR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 04.530.816/0001-88.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HERLON ALVES BRANDÃO

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA SEST/SEDDM/ME Nº 5.096, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Divulga a classificação quanto ao porte das empresas estatais federais com sede no Brasil, referente ao exercício de 2021.

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 98 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2018,

Considerando o disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; e

Considerando o disposto no art. 51 do Decreto nº 8.845, de 27 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Divulgar a classificação quanto ao porte das empresas estatais federais com sede no Brasil, referente ao exercício de 2021, na forma dos anexos.

Art. 2º A presente classificação é baseada na apuração da Receita Operacional Bruta de que trata o art. 51 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, para fins de tratamento diferenciado às empresas estatais de menor porte.

Art. 3º A apuração da Receita Operacional Bruta dos diversos segmentos das empresas estatais foi realizada a partir dos seguintes critérios:

I - empresas dependentes do Tesouro Nacional - a Receita Operacional Bruta é igual ao valor total das vendas de bens ou da prestação de serviços antes de qualquer dedução. Não foram considerados os valores recebidos a título de subvenção do Tesouro Nacional;

II - empresas do setor financeiro - a Receita Operacional Bruta é igual à soma das Receitas da Intermediação Financeira, de Prestação de Serviços e de Tarifas Bancárias;

III - empresas de participação - a Receita Operacional Bruta é igual à Receita de Equivalência Patrimonial; e

IV - demais empresas estatais federais - a Receita Operacional Bruta é igual ao valor total das vendas de bens ou da prestação de serviços antes de qualquer dedução.

Art. 4º Em conformidade com o § 3º do art. 51 do Decreto nº 8.945/2016, as empresas anteriormente classificadas como de menor porte e que apresentaram Receita Operacional Bruta igual ou superior a R$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) no exercício de 2021 deverão providenciar, no prazo de até um ano contado do primeiro dia útil de 2022, as adequações necessárias para o cumprimento das exigências legais decorrentes dessa reclassificação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO LONGO MENEZES

ANEXO I

EMPRESAS COM SEDE NO PAÍS CLASSIFICADAS COMO DE MENOR PORTE:

Empresas com Receita Operacional Bruta menor que R$ 90 milhões - Exercício de 2021		
ABGF	CPRM	MUCURIPE
AMAZUL	EBC	NUCLEP
ARAUCÁRIA	EDV IX	PARANÁ XISTO
ATIVOS GESTÃO	EDV V	PBEN-P
BB CARTÕES	EDV VI	PPSA
BRASIL VENTOS	EDV VII	REFINARIA DE MANAUS
BSE	EDV VIII	TERMOBAHIA
CAIXA LOTERIAS	ELETROPAR	TERMOMACAÉ
CDC	EMBRAPA	TGO
CEASAMINAS	ENBPar	TRANSBEL
CODERN	EPE	VALEC
CODEVASF	EPL	VDMG
CONCEIÇÃO	IBER	VENTOS DE ANGELIM

ANEXO II

EMPRESAS COM SEDE NO PAÍS QUE, POR APRESENTAREM RECEITA OPERACIONAL BRUTA IGUAL OU SUPERIOR A R$ 90.000.000,00 (NOVENTA MILHÕES DE REAIS), NÃO SE ENQUADRAM COMO DE MENOR PORTE:

Empresas com Receita Operacional Bruta igual ou superior a R$ 90 milhões - Exercício de 2021			
ATIVOS S.A.	CAIXA	DATAPREV	IMBEL
BASA	CAIXA CARTÕES	EBSERH	INB
BB	CAIXA CORRETORA	ECT	INFRAERO
BB CONSÓRCIOS	CAIXA DTVM	ELETROBRAS	NAV Brasil
BB CORRETORA	CAIXA SEGURIDADE	ELETRONORTE	PBEN
BB DTVM	CBTU	ELETRONUCLEAR	PBIO
BB ELO CARTÕES	CDP	EMGEA	PB-LOG
BB INVESTIMENTOS	CDRJ	EMGEPRON	PETROBRAS
BB LAM	CEAGESP	FINAME	SERPRO
BB SEGURIDADE	CGT ELETROSUL	FINEP	SPA
BB SEGUROS	CHESF	FURNAS	TBG
BBTS	CMB	GASBRASILIANO	TELEBRAS
BNB	CODEBA	GASPETRO	TRANSPETRO
BNDES	CODESA	HCPA	TRENSURB
BNDESPAR	CONAB	HEMOBRÁS	

Obs.: Para as empresas CEASAMINAS, CODERN e TRENSURB, foi mantido o porte anterior, haja vista a não realização da assembleia geral para aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2021 até a presente data.

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 5.101, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria SEDDM/ME nº 12.485, de 20 de outubro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 30 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 8º da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e considerando a deliberação do Grupo Especial de Destinação Supervisionada - 2, instituído pela Portaria SEDDM/ME nº 8.370, de 9 de julho de 2021, constante da ata (SEI 25395448) da reunião realizada em 03 de junho de 2022, conforme consta do Processo Administrativo SEI nº 10154.139377/2021-91, resolve:

Art. 1º Autorizar a Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul a realizar os procedimentos para alienação onerosa dos bens a seguir discriminados, mediante permuta, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 9.636, de 15 de maio de 1998, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e nas demais normas aplicáveis.

Item	UF	Município	Logradouro	Matrícula	Cartório	Descrição	Área
01	MS	Ponta Porã	Rua Antônio João, Lote A da Quadra 44, Centro	33.675	Registro de Imóveis de Ponta Porã	Terreno	28.640,80 m²
02	MS	Ponta Porã	Rua Antônio João, Lote B da Quadra 44, Centro	33.676	Registro de Imóveis de Ponta Porã	Terreno	3.759,20 m²

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA RODOPOULOS

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA SPU-AL/ME N°4732, DE 24 DE MAIO DE 2022, publicada no Diário Oficial da União n° 99, de 26 de maio de 2022, seção 1, pág. 24, Processo nº 19739.148185/2021-79:

Onde se lê: "Art. 9º - A Superintendência do Patrimônio da União em Alagoas fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo"

"Art. 10° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação".

Leia-se: "Art. 8º - A Superintendência do Patrimônio da União em Alagoas fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo"

"Art. 9° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação".

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA SPU-RN-NUDEP /ME Nº 4.999, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE SUBSTITITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, nomeado por meio da Portaria nº 7.803, de 18 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 19 de março de 2020, seção 2, página 20, mediante competência atribuída pela Portaria SPU/ME nº 14.094, de 30 de Novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União na Edição 225-B, Seção 1 - Extra B, Página 1, de 01/12/2021, e tendo em vista o disposto no art. 18, II, § 8º e 9º da Lei 9636/98, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 19739.103102/2022-01, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, cadastrada sob o CNPJ nº **.334.385/0001-**, a realizar a obra de instalação do Emissário Final da Estação de Tratamento de Efluentes - ETE Jaguaribe, em área de propriedade da União, caracterizada como Terreno de Marinha, área de APP(Mangue), medindo 874,42 m², situada na Travessa Construtor Severino Bezerra, S/N, Bairro Redinha, Natal/RN, conforme disposto do Memorial Descritivo SPU-RN-NUCIP(22302100).

Art. 2º - A execução da obra aqui autorizada está vinculada à emissão da Licença de Instalação por parte do órgão ambiental competente e fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais, sanitárias e urbanísticas, conforme legislação vigente.

Art. 3º - Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, em especial, deverá ser dada atenção aos artigos 7º, 8º e 9º da Lei 12.651 de 2012 que trata do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente nas áreas protegidas por essa legislação;

Art. 4º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias;

Art. 5º - Responderá a CAERN, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta Portaria;

Art. 6º - O descumprimento de quaisquer das cláusulas contidas no presente instrumento, ensejará a revogação da presente autorização, sem necessidade de prévio aviso ou outro qualquer procedimento.

Art. 7º - A responsabilidade pela demolição/remoção da obra também é do interessado quando: representar risco à segurança das pessoas e do meio ambiente; não cumprir mais a sua finalidade urbanística, nos termos da Portaria autorizativa, ou, na hipótese de retomada do imóvel em decorrência de obrigação legal imposta à União.

Art. 8º- Durante o período de execução das obras a que se refere o artigo 1°, é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em local visível ao público, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, disponível na Internet, no endereço: http://www.secom.gov.br/atuacao/publicidade/orientacoes-para-o-uso-da-marca-dogoverno-federal-arquivos/manual-de-uso-da-marca-do-governo-federal-obras-2019.pdf, com os seguintes dizeres: "ÁREA JURISDICIONADA AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, COM OBRAS E SERVIÇOS AUTORIZADOS PELA SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU, NA FORMA DA PORTARIA SPU-RN/ME Nº 4999, DE 03/06/2022".

Art. 9º - Esta Portaria terá prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada a critério da Administração.

Art. 10º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PLATINY TORQUATO DO RÊGO

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PORTARIA SDIC/SEPEC/ME Nº 5.126, DE 6 DE JUNHO DE 202

A SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo § 1º do art. 9º da Portaria nº 13.873, de 16 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Credenciar a firma de auditoria DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. (CNPJ 49.928.567/0001-11), conforme processo nº 19687.105328/2022-91, de 03 de junho de 2022, para fins de verificação do atendimento dos compromissos e requisitos exigidos pela Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018.

Art. 2º A firma de auditoria credenciada está sujeita à verificação do cumprimento do disposto na Portaria nº 13.873, de 16 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLENDA BEZERRA LUSTOSA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.042, DE 12 DE MAIO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM 3808.69.90

Mercadoria: Inseticida constituído pela combinação dos ingredientes ativos acefato (85% m/m) e bifentrina (3% m/m), na forma de grânulos, próprio para uso na agricultura, acondicionado para venda a retalho em sacos de 10 kg.

Dispositivos Legais: RGI 1 (texto da posição 38.08), RGI 6 (textos da Nota de subposições 2 do Capítulo 38 e das subposições de primeiro nível 3808.6 e de segundo nível 3808.69) e na RGC 1 (texto do item 3808.69.90) da NCM constante na TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e na Tipi aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.043, DE 13 DE MAIO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 3811.90.90

Mercadoria: Aditivo antiespumante preparado à base de silicone modificado, para fluidos metalúrgicos semissintéticos e sintéticos solúveis em água, constituído por polidimetilsiloxano modificado, polissiloxano modificado, polidimetilsiloxano, sílica hidrofóbica, agentes auxiliares e agente preservante, acondicionado em tambores de 214kg de peso bruto.

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsi¿dios extrai¿dos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 2.052, de 2021, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.054, DE 26 DE MAIO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 3002.49.92

Mercadoria: Cultura probiótica liofilizada em pó, composta por 100% de Bifidobacterium bifidum Bb-06, aplicada na fabricação de suplementos alimentares e nutricionais, acondicionada em sacos de 1kg.

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e na RGC 1 da NCM constante na TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.055, DE 26 DE MAIO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código NCM: 3002.49.92

Mercadoria: Cultura probiótica liofilizada em pó, composta por 100% de Bifidobacterium lactis HN019, aplicada na fabricação de suplementos alimentares e nutricionais, acondicionada em sacos de 1kg.

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e na RGC 1 da NCM constante na TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e alterações posteriores.

DANIELLE CARVALHO DE LACERDA
Presidente da 3ª Turma

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BEL Nº 23, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE BELÉM, no uso das atribuições previstas no art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284 de 27 de julho de 2020, considerando a inexistência de perito credenciado para a área MECÂNICA nesta Unidade, resolve:

Art. 1º Designar, AD HOC, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.800. de 21/03/2018, o Sr. CLÁUDIO ORMINDO SILVA DOS SANTOS, CPF 257.012.402-82, para a prestação de serviço de perícia na área de Mecânica, a título precário e sem vínculo empregatício, no Porto de Vila do Conde/Barcarena/PA, referente ao produto ESCAVADEIRA, objeto da Declaração de Importação 22/0840408-3.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO DA ROCHA LEITE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BEL Nº 24, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE BELÉM, no uso das atribuições previstas no art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284 de 27 de julho de 2020, considerando a inexistência de perito credenciado para a área MECÂNICA nesta Unidade, resolve:

Art. 1º Designar, AD HOC, nos termos da Instrução Normativa RFB Nº 1.800. de 21/03/2018, o Sr. CLÁUDIO ORMINDO SILVA DOS SANTOS, CPF 257.012.402-82, para a prestação de serviço de perícia na área de Mecânica, a título precário e sem vínculo empregatício, no Porto de Vila do Conde/Barcarena/PA, referente ao produto PNEU, objeto da Declaração de Importação 22/0911912-9.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO DA ROCHA LEITE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 13083.079114/2022-75, resolve:

Autorizar o fornecimento de 8.640 (oito mil, seiscentos e quarenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa DM INTERNACIONAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS EM GERAL EIRELLI LTDA., CNPJ nº. 28.104.405/0001-99, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/090, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Grand Macnish 8 anos	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL	8.640

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VAR/MG Nº 60, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013; e considerando ainda as informações constantes do dossiê de atendimento nº 13031.039608/2022-22, declara:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06106/209 a empresa Bacardi Martini do Brasil Indústria e Comércio Ltda, CNPJ nº 59.104.737/0023-02, estabelecida na Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, nº 21, Galpaoc Módulo 7 parte A, bairro dos Tenentes, município de Extrema/MG, CEP: 37.640-000, para a atividade de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º - O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 sob pena de suspensão de sua inscrição no Registro Especial ou de cancelamento, se ocorrer qualquer das hipóteses do artigo 8º da referida norma.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no diário Oficial da União.

HENRIQUE VIEGAS CUNHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 168, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Concede renovação para o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13032.404733/2022-16, declara:

Art. 1º Renovado, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição GP-08190/00575, para atividade de GRÁFICA, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 07.046.094/0001-89

Razão Social: ELYON SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA

Endereço: Rua Mário Regallo Pereira, 242 - Jardim Gilda Maria

CEP: 05550-060 - São Paulo - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 169, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Concede Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 19614.746121/2022-25, declara:

Art. 1º Concedido, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição IP-08190/01717, para atividade de IMPORTADOR, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 07.046.094/0001-89

Razão Social: ELYON SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA

Endereço: Rua Mário Regallo Pereira, 242 - Jardim Gilda Maria

CEP: 05550-060 - São Paulo - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 170, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Concede Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 53, de 17 de maio de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 19614.746121/2022-25, declara:

Art. 1º Concedido, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de publicação deste ADE, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o número de inscrição UP-08190/01718, para atividade de USUÁRIO, ao seguinte estabelecimento:

Estabelecimento: 07.046.094/0001-89

Razão Social: ELYON SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA

Endereço: Rua Mário Regallo Pereira, 242 - Jardim Gilda Maria

CEP: 05550-060 - São Paulo - SP

Art. 2º A pessoa jurídica detentora do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JOA Nº 5, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Declara a inidoneidade de profissional de contabilidade.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360, inciso II, da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, declara:

Art. 1º - Sem idoneidade, o profissional de contabilidade SILVANA TEREZINHA FARIAS MANSKE, inscrito no CPF sob nº 642.288.199-15, e no CRC/SC sob nº 020682/0, para assinar quaisquer peças ou documentos contábeis sujeitos à apreciação dos órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 1.049 do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 2018, em face da verificação de falsidade de documentos contábeis constatada nos autos da representação constante do processo administrativo nº 10340.720367/2021-89.

Art. 2º - Deste Ato Declaratório Executivo caberá recurso, no prazo de vinte dias, para o Superintendente Regional da Receita Federal do Brasil na 9ª Região Fiscal.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO BATISTA NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/LON Nº 19, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Concede a inscrição no Registro Especial de Bebidas para estabelecimento engarrafador de bebidas alcoólicas do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA/PR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e considerando o que consta do processo nº 10906.180970/2022-53, declara:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de que trata a IN RFB nº 1.432, de 2013, na atividade de ENGARRAFADOR, sob o nº 09102/0034, ao estabelecimento da empresa D. TOZETTI DOS SANTOS LTDA., CNPJ nº 40.669.469/0001-32, domiciliada no Sitio Água da Glória, Gleba do Rio da Bulha, S/Nº, Zona Rural, São João do Ivaí, PR, CEP: 86930-000.

Art. 2º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no art. 8º da IN RFB nº 1.432, de 2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REGINALDO CEZAR CARDOSO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 3 DE JUNHO DE 2022

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA (ALF/URA), no uso da competência conferida pelo artigo 810, §3º, do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º. INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa física:

Nº PROCESSO	NOME	CPF
11060.722.468/2022-84	LUIS GUSTAVO CARDOSO GOMES	032.755.060-05

Art. 2º. O Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá, mediante utilização de certificado digital, incluir seus dados cadastrais no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior (sistema CAD-ADUANA), para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012, e ADE Coana nº 16, de 08 de junho de 2012.

Art. 3º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WILSIMAR GARCIA JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 14, DE 3 DE JUNHO DE 2022

INSCRIÇÃO NO REGISTRO DE AJUDANTES DE DESPACHANTE ADUANEIRO.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 336 e 340 do Regime Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil(RFB), aprovadas pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, bem como o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759/2009, publicado no DOU em 06/02/2009, com redação dada pelo Decreto nº 7.213/2010, publicado no DOU em 16/06/2010, declara:

Art. 1° INCLUIR no registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro a seguinte inscrição:

CPF Nº REGISTRO	NOME	Nº do Processo
371.918.098-09	RAFAEL JOSÉ MAIA	13033.109725/2022-41

Art. 2° O Ajudante de Despachante Aduaneiro, retromencionada, deverá realizar os procedimentos de inclusão no sistema informatizado de que trata o art. 9° da Instrução Normativa RFB nº 1.273/2012, publicada no DOU de 08/06/2012, e o ADE COANA nº 16/2012, publicado no DOU de 11/06/2012.

Art. 3° Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEANDRO TESSARO RAMOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 15, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Renova o Registro Especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL lotado na Equipe de Fiscalização EF1 em Caxias do Sul/RS, matrícula n° 1291938, em face do disposto no art. 1° da Lei n° 11.945, de 4 de junho de 2009 e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, considerando o que consta no processo nº 11020.000792/2003-51 e 13033.104699/2022-64, declara:

Art. 1º Está renovado o Registro Especial de Estabelecimentos que realizam operações com papel imune, sob o nº GP-10106/00100 e UP-10106/00101, pelo prazo de 3 (três) anos, na atividade de GRÁFICA e USUÁRIO, concedido através do ADE 0100/2010 e 0101/2010 de 11 de maio de 2010, da pessoa jurídica RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 92.821.701/0021-53

Art. 2° A pessoa jurídica fica obrigada à apresentação da DIF-Papel Imune, mesmo quando não houver movimentação de estoques e/ou produção no semestre-calendário.

Art. 3º A omissão de informações ou a prestação de informações falsas na DIF-Papel Imune configura hipótese de crime contra a ordem tributária prevista no art. 2° da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 4° O registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.

Art. 5° Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROGERIO WILSON ANSELMO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADO EM SANTO ÂNGELO/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "b" do inciso I do artigo 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o §7º, art. 640 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, considerando o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, considerando o art. 4º da Portaria RFB nº 114/2022, de 27 de janeiro de 2022, e o que consta no processo administrativo nº 13033.090500/2022-11, declara:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva ao "Programa Mais Leite Saudável" à pessoa jurídica Cooperativa Tritícola de Espumoso Ltda, CNPJ nº 89.677.595/0001-28, vinculada ao Edital de Aprovação de Projeto de Investimento emitido pela Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento do Rio Grande do Sul, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 67, de 7 de abril de 2022, seção 3, página 2, com período de execução de 01/04/2022 a 31/05/2023.

Art. 2° A empresa habilitada fica obrigada a cumprir todos os requisitos estabelecidos na legislação que rege a matéria, sob pena de cancelamento da habilitação.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MATHEUS CERETTA DAMIÃO

EQUIPE REGIONAL DE BENEFÍCIOS FISCAIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Declara cancelada a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), de que tratam os artigos 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, da pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, integrante da Equipe Regional de Benefícios Fiscais (EBEN), em face do disposto nos artigos 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, 4º, inciso II, da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e 588, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo nº 13033.115227/2022-37, declara:

Art. 1º Cancelada, a pedido, a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), de que tratam os artigos 577 a 595 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 2019, em nome de Boa Vista do Cadeado Energia Ltda., CNPJ nº 27.361.901/0001-65, realizada por intermédio do Ato Declaratório Executivo DRF/SAO nº 1, de 19 de março de 2019, DOU de 22/03/2019, o qual estava vinculado ao projeto na área de energia, aprovado pela Portaria nº 39, de 20 de fevereiro de 2019, do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALDIR PEDRO LAZZARI

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 5.104, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Divulga a metodologia de cálculo para pagamento de cupom de juros dos títulos da Dívida Pública Federal.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições, com base no Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018, no art. 35, I e II, "b" e "c", do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 e no art. 32 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, tendo em vista os artigos 1º, 3º e 7º da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, resolve:

Art. 1º Divulgar a metodologia de cálculo para pagamento de cupom de juros dos títulos da Dívida Pública Federal custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e na [B]^3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta portaria:

I - Valor nominal atualizado (VNA) é o valor nominal do título atualizado pela variação de seu indexador, calculado com seis casas decimais sem arredondamento; e

II - Data de aniversário é a data do mês cujo dia corresponda ao dia de vencimento do título.

CAPÍTULO I

TÍTULOS CUSTODIADOS NO SELIC (EXCETO TÍTULOS CORRIGIDOS PELA VARIAÇÃO CAMBIAL)

Art. 2º Os juros dos títulos custodiados no Selic serão calculados pelo Regime de Capitalização Composta, conforme a seguinte fórmula:

$$M_1 = \left[\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{\frac{n_s}{12}}\right] - 1$$

onde:

M1 = multiplicador de juros para o período de meses completos, calculado com oito casas decimais com arredondamento;

i = taxa de juros do título em porcentagem ao ano; e

n_s = prazo decorrido, em meses, desde a emissão ou desde o último pagamento de juros. Para o caso específico do primeiro cupom de juros das NTN-B, NTN-C e NTN-F, n_s = 6.

§1º Caso haja necessidade de ajuste pro rata die, os juros totais, incluindo os relativos aos dias que extrapolarem a série de meses completos, serão calculados utilizando o fator final de juros obtido pela fórmula:

$M_F = [(1 + M_1) \times (1 + M_2)] - 1$

onde:

M_F = Fator final de juros, calculado com oito casas decimais com arredondamento;

M_2 = multiplicador de juros para o cálculo pro rata dia, calculado com oito casas decimais com arredondamento, utilizando a seguinte fórmula:

$$M_2 = \left[\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{\left[\left(\frac{1}{12}\right) \times \left(\frac{d_s}{dct_s}\right)\right]}\right] - 1$$

onde:

i = taxa de juros do título em porcentagem ao ano;

d_S = nº de dias efetivamente decorridos desde a emissão ou desde a última data de aniversário mensal até a data do cálculo; e

dct_S = nº de dias corridos entre a última data de aniversário mensal e a próxima data de aniversário mensal. No caso do dia da emissão ser diferente do dia do vencimento, utiliza-se a data de aniversário mensal imediatamente anterior à data de emissão até a próxima data de aniversário.

§2º Para o caso específico de ajuste pro rata die antes do pagamento do primeiro cupom de juros das NTN-B, NTN-C e NTN-F, os juros relativos ao período serão calculados utilizando as seguintes fórmulas:

$$M_F = [(1 + M_1) \times (1 + M_2)] - 1$$

$$M_1 = \left[\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{\left(\frac{6}{12}\right)}\right]^{\left(\frac{n_s}{N^*}\right)}$$

$$M_2 = \left[\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{\left(\frac{6}{12}\right)}\right]^{\left(\frac{1}{N^*} \times \frac{d_s}{dct_s}\right)}$$

onde:

M_F = Fator final de juros, calculado com oito casas decimais com arredondamento;

M_1 = multiplicador de juros para o período de meses completos, calculado com oito casas decimais com arredondamento;

M_2 = multiplicador de juros para o cálculo pro rata die, calculado com oito casas decimais com arredondamento;

i = taxa de juros do título em porcentagem ao ano;

n_S = prazo decorrido, em meses, desde a emissão até a data do cálculo;

N*= prazo decorrido, em meses, desde a emissão até a data do primeiro pagamento de cupom de juros;

d_S = nº de dias efetivamente decorridos desde a emissão ou desde a última data de aniversário mensal até a data do cálculo; e

dct_S = nº de dias corridos entre a última data de aniversário mensal e a próxima data de aniversário mensal. No caso do dia da emissão ser diferente do dia do vencimento, utiliza-se a data de aniversário imediatamente anterior à data de emissão até a próxima data de aniversário.

§3º Para contagem de dias dos títulos custodiados no SELIC corrigidos por variação cambial utiliza-se o critério de 30/360.

§4º Excetuam-se das determinações descritas neste artigo as NTN-A3. Estas devem seguir a metodologia de cálculo dos títulos externos aos quais se referem.

CAPÍTULO II

TÍTULOS CUSTODIADOS NO SELIC CORRIGIDOS PELA VARIAÇÃO CAMBIAL

Art. 3º Os juros dos títulos corrigidos pela variação cambial serão calculados pelo Regime de Capitalização Simples, conforme a seguinte fórmula:

$$M_1 = \frac{i}{100} \times \frac{n_s}{12}$$

onde:

M_1 = multiplicador de juros para o período de meses completos, calculado com oito casas decimais com arredondamento;

i = taxa de juros do título em porcentagem ao ano; e

n_S = prazo decorrido, em meses, desde a emissão ou desde o último pagamento de juros ou, no caso das NTN-I, a partir de 15/04/2001 até a data de cálculo. Para o caso específico do primeiro cupom de juros das NTN-D, n_S = 6.

§1º Caso haja necessidade de ajuste pro rata die, os juros totais, incluindo os relativos aos dias que extrapolarem a série de meses completos, serão calculados pelo Regime de Capitalização Simples, utilizando o fator final de juros obtido pela fórmula:

$M_F = M_1 + M_2$

onde:

M_F = Fator final de juros, calculado com oito casas decimais com arredondamento;

M_2 = multiplicador de juros para o cálculo pro rata die, calculado com oito casas decimais com arredondamento, utilizando a seguinte fórmula:

$$M_2 = \frac{i}{100} \times \frac{1}{12} \times \frac{d_s}{dct_s}$$

onde:

i = taxa de juros do título em porcentagem ao ano;

d_S = nº de dias efetivamente decorridos desde a emissão ou desde a última data de aniversário mensal ou, no caso das NTN-I, a partir de 15/04/2001 até a data do cálculo; e

dct_S = nº de dias corridos entre a última data de aniversário mensal e a próxima data de aniversário mensal. No caso do dia da emissão ser diferente do dia do vencimento, utiliza-se a data de aniversário imediatamente anterior à data de emissão até a próxima data de aniversário.

§2º Para o caso específico de ajuste pro rata die antes do pagamento do primeiro cupom de juros das NTN-D, os juros relativos ao período serão calculados utilizando as seguintes fórmulas:

$$M_F = M_1 + M_2$$

$$M_1 = \frac{i}{100} \times \frac{6}{12} \times \frac{n_s}{N^*}$$

$$M_2 = \frac{i}{100} \times \frac{6}{12} \times \frac{1}{N^*} \times \frac{d_s}{dct_s}$$

onde:

M_F = Fator final de juros, calculado com oito casas decimais com arredondamento;

M_1 = multiplicador de juros para o período de meses completos, calculado com oito casas decimais com arredondamento;

M_2 = multiplicador de juros para o cálculo pro rata die, calculado com oito casas decimais com arredondamento;

i = taxa de juros do título em porcentagem ao ano;

n_S = prazo decorrido, em meses, desde a emissão até a data do cálculo;

N*= prazo decorrido, em meses, desde a emissão até a data do primeiro pagamento de cupom de juros;

d_S = nº de dias efetivamente decorridos desde a emissão ou desde a última data de aniversário mensal até a data do cálculo; e

dct_S = nº de dias corridos entre a última data de aniversário mensal e a próxima data de aniversário mensal. No caso do dia da emissão ser diferente do dia do vencimento, utiliza-se a data de aniversário imediatamente anterior à data de emissão até a próxima data de aniversário.

§3º Para contagem de dias dos títulos custodiados no SELIC corrigidos por variação cambial utiliza-se o critério de 30/360.

§4º Excetuam-se das determinações descritas neste artigo as NTN-A3. Estas devem seguir a metodologia de cálculo dos títulos externos aos quais se referem.

CAPÍTULO III

TÍTULOS CUSTODIADOS NA B^3 (EXCETO TÍTULOS CORRIGIDOS PELA VARIAÇÃO CAMBIAL)

Art. 4º Os juros dos títulos custodiados na B^3 denominados em reais serão calculados pelo Regime de Capitalização Composta, conforme a seguinte fórmula:

$$M_F = \left[\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{\left(\frac{n_c}{12}\right)}\right] - 1$$

onde:

M_F = fator final de juros, calculado com nove casas decimais com arredondamento;

i = taxa de juros do título em porcentagem ao ano; e

n_C = número de meses referente ao período de pagamento de juros (para juros mensais, n_C = 1; para juros semestrais, n_C = 6; para juros anuais, n_C = 12).

§1º Caso haja necessidade de ajuste pro rata die, os juros totais, incluindo os relativos aos dias que extrapolarem a série de meses completos, serão calculados pelo Regime de Capitalização Composta utilizando o fator final de juros obtido pela fórmula:

$$MF = \left[\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{\left[\left(\frac{n_c}{12}\right) \times \left(\frac{d_c}{dct_c}\right)\right]}\right] - 1$$

onde:

M_F = fator final de juros, calculado com nove casas decimais com arredondamento;

i = taxa de juros do título em porcentagem ao ano;

n_C = número de meses referente ao período de pagamento de juros (para juros mensais, n_C = 1; para juros semestrais, n_C = 6; para juros anuais n_C = 12);

d_C = número de dias efetivamente decorridos desde a emissão, no caso do primeiro pagamento, ou desde o pagamento anterior, no caso dos demais, até a data de cálculo; e

dct_C = número total de dias corridos entre a emissão e o primeiro pagamento, ou entre o pagamento anterior e o seguinte, conforme o caso.

CAPÍTULO IV

TÍTULOS CUSTODIADOS NA B^3 CORRIGIDOS PELA VARIAÇÃO CAMBIAL

Art. 5º Os juros dos títulos corrigidos pela variação cambial serão calculados pelo Regime de Capitalização Simples, conforme a seguinte fórmula:

$$M_F = \frac{i}{100} \times \frac{n_c}{12}$$

onde:

M_F = fator final de juros, calculado com nove casas decimais com arredondamento;

i = taxa de juros do título em porcentagem ao ano; e

n_C = número de meses referente ao período de pagamento de juros (para juros mensais, n_C = 1; para juros semestrais, n_C = 6; para juros anuais n_C = 12).

Parágrafo único. Caso haja necessidade de ajuste pro rata die, os juros totais, incluindo os relativos aos dias que extrapolarem a série de meses completos, serão calculados pelo Regime de Capitalização Composta, utilizando a seguinte fórmula:

$$M_F = \frac{i}{100} \times \frac{n_c}{12} \times \frac{d_c}{dct_c}$$

onde:

M_F = fator final de juros, calculado com nove casas decimais com arredondamento;

i = taxa de juros do título em porcentagem ao ano;

n_C = número de meses referente ao período de pagamento de juros (para juros mensais, n_C = 1; para juros semestrais, n_C = 6; para juros anuais n_C = 12);

d_C = número de dias efetivamente decorridos desde a emissão, no caso do primeiro pagamento, ou desde o pagamento anterior no caso dos demais até a data de cálculo; e

dct_C = número total de dias corridos entre a emissão e o primeiro pagamento, ou entre o pagamento anterior e o seguinte, conforme o caso.

§1º Para contagem de dias dos títulos custodiados na B^3 corrigidos por variação cambial utiliza-se o critério de 30/360.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 6º Para os casos específicos de títulos custodiados na B^3 em que o primeiro pagamento de cupom tenha prazo diferente da periodicidade do fluxo do título, o valor das variáveis "n_c" e "dct_c" no primeiro período de apuração será determinado no ato de emissão do título.

Art. 7º Excetuam-se das determinações desta portaria os Certificados da Dívida Pública (CDP), os Certificados do Tesouro Nacional (CTN) e os Títulos da Dívida Agrária (TDA).

Art. 8º Ficam revogadas a Portaria nº 506, de 15 de dezembro de 1994, e a Portaria nº 442, de 5 de setembro de 2000.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2022.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

PORTARIA SETO/ME Nº 5.145, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso V, do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022; e

Considerando a publicação da Portaria SETO/ME nº 4.921, de 31 de maio de 2022, que, entre outros, remanejou dotações do Ministério da Cidadania para o Ministério da Economia, e a necessidade de compatibilização entre os limites de movimentação e empenho estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 10.961, de 2022, e alterações posteriores, e a dotação atualizada (LOA + Créditos), resolve:

Art. 1º Adequar os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, na forma dos Anexos desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022)
R$ 1,00

Órgãos/Unidades Orçamentárias		Despesas Primárias Discricionárias			
		Emendas Impositivas		Demais	TOTAL
		Individuais	Bancada		
55000	Ministério da Cidadania	0	0	113.000.000	113.000.000
TOTAL		0	0	113.000.000	113.000.000

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022)
R$ 1,00

Órgãos/Unidades Orçamentárias		Despesas Primárias Discricionárias			
		Emendas Impositivas		Demais	TOTAL
		Individuais	Bancada		
25000	Ministério da Economia	0	0	113.000.000	113.000.000
TOTAL		0	0	113.000.000	113.000.000

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 30, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Publica Laudo de Análise Funcional - PAF-ECF.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS nº 15, de 4 de abril de 2008, comunica que a Secretaria-Executiva do CONFAZ recebeu do órgão técnico credenciado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS - o seguinte laudo de análise funcional da empresa desenvolvedora de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificada:

I - Não constatada "não conformidade":

a) Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste - UNOCHAPECÓ

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Desbravador Software Ltda Rua Marechal José B Bormann, 1001-E, Jardim Itália Chapecó/SC CEP: 89.802-121	82.176.983/0001-86	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNO3952022 Nome: DESBRAVADOR GAS STATION Versão: DSL 1.9 Código MD5: 675CDC2073A99C9CD8DAF8638E1B53A1 Data do término da análise: 01/06/2022

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA SOF/ME Nº 5.097, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Altera a Portaria SOF/ME nº 2.929, de 04 de abril de 2022, a Portaria SOF/ME nº 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, e a Portaria SOF/ME nº 14.790, de 17 de dezembro de 2021.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 57, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º. O art. 8º da Portaria SOF/ME nº 2.929, de 04 de abril de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

§ 1º Para despesas não contempladas com recursos das fontes referidas no caput, deverá ser utilizada a fonte 1499 - Recursos a Definir.

.....

§ 3º No âmbito do Poder Executivo, compete a cada órgão a distribuição das fontes de recursos próprias e vinculadas, a partir do referencial monetário informado.

§ 4º Eventual saldo não apropriado na distribuição de que trata o § 3º será alocado pela SOF, observadas as vinculações legais, ou constituirá reserva de contingência das unidades orçamentárias correspondentes.

§ 5º Nos casos específicos de doações de entidades estrangeiras ou operações de créditos contratuais, com ou sem contrapartida de recursos da União, a proposta deverá incluir os respectivos identificadores de doações e de operação de crédito - IDOC." (NR)

Art. 2º. O art. 16 da Portaria SOF/ME nº 2.929, de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 16 .....

.....

§ 3º Somente poderão ser incluídas no Projeto de Lei Orçamentária as dotações relativas às operações de crédito externas contratadas ou cujas cartas-consulta tenham sido autorizadas pela Comissão de Financiamentos Externos - Cofiex, no âmbito do Ministério da Economia, até o prazo estabelecido na LDO-2023." (NR)

Art. 3º. O art. 19 da Portaria SOF/ME nº 2.929, de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 19. O envio da proposta orçamentária setorial deverá ser realizado pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, ou autoridade equivalente, ou a quem foi delegada a competência para tal ato de gestão orçamentária do Órgão, por meio do SIOP, devendo ser atribuído à referida autoridade, para esse fim, o papel de "Tramitador - Órgão Setorial - 65 (Papel)", pelo cadastrador local do órgão setorial." (NR)

Art. 4º. O Anexo da Portaria SOF/ME nº 2.929, de 2022, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo I desta Portaria.

Art. 5º. O art. 4º da Portaria SOF/ME nº 14.790, de 17 de dezembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º.....

.....

VI - a CGARP/SOF/SETO/ME avaliará as solicitações das unidades, submeterá a estimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a previsão consolidada no dia 1º de julho de 2022;

....." (NR)

Art. 6º. O art. 6º da Portaria SOF/ME nº 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 6º .....

I - conter suplementação, aplicação ou acréscimo de recursos na modalidade de aplicação "99 - A Definir", exceto quando for anulada essa mesma modalidade ou os tipos de alteração orçamentária, constantes do Anexo I desta Portaria, forem "184 ", "420", "421", "600", "601", "602", "620", "621", "700a", "710", "910", "911", "913", "920", sem prejuízo ao disposto § 8º do art. 7º da LDO-2022; e

....." (NR)

Art. 7º. O art. 13 da Portaria SOF/ME nº 1.110, de 2022, passa a vigorar com

a seguinte alteração

"Art. 13. .....

§ 5º Para fins do disposto no inciso II do caput, a solicitação ou concordância do autor sobre alteração orçamentária em emenda de sua autoria:

I - no caso de emendas classificadas com "RP 6", deverá ser expressa mediante manifestação do próprio parlamentar, no SIOP, na forma dos atos de que tratam o art. 72 da LDO-2022;

II - no caso de emendas classificadas com "RP 7", "RP 8" e "RP9", deverá ser realizada por meio de ofício entre órgão setorial e autor da emenda e possibilitar a identificação:

a) da origem e destinação de recursos, no mínimo por emenda, programação orçamentária e "GND", bem como dos respectivos valores; e

b) quando o remanejamento for proposto ao autor, da concordância expressa do autor à movimentação proposta.

....." (NR)

Art. 8º. Fica revogado o inciso II do art. 24 da Portaria SOF/ME nº 1.110, de 2022.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARIOSTO ANTUNES CULAU

ANEXO I

Ajuste no Cronograma de Elaboração do PLOA-2023, constante da Tabela do Anexo da Portaria SOF/ME nº 2.929, de 04 de abril de 2022.

.....

.....

De 11/4 a 7/7	Todos os Poderes e órgãos	Qualitativo	Captação no SIOP das propostas setoriais para a programação qualitativa do PLOA-2023.

.....

.....

1º/7	Órgãos do Poder Executivo	Quantitativo	Divulgação pela SOF/SETO/ME dos referenciais monetários para a Fase I da proposta do PLOA-2023 aos órgãos setoriais do Poder Executivo.
1º/7 a 15/7	Órgãos do Poder Executivo	Quantitativo	Captação no SIOP da Fase I da proposta dos órgãos setoriais do Poder Executivo para o PLOA-2023.
13/5 a 16/5	Todos os Poderes e Órgãos	Quantitativo: despesas com pessoal, encargos e benefícios	Divulgação pela SEAFI/SOF/SETO/ME dos pré-limites da proposta do PLOA-2023, referentes às despesas obrigatórias com pessoal e encargos sociais, benefícios obrigatórios aos servidores e seus dependentes, indenização e benefícios e pensões especiais de caráter indenizatório, assim como o envio das planilhas que detalham essas despesas.
13/5 a 27/5	Órgãos do Poder Executivo	Quantitativo: despesas com pessoal, encargos e benefícios	Encaminhamento à SOF/SETO/ME pelos órgãos setoriais das planilhas relativas aos detalhamentos das despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios obrigatórios aos servidores e seus dependentes, indenização e benefícios e pensões especiais de caráter continuado, com os ajustes necessários.

.....

1º/7	Todos os Poderes e órgãos	Receita	Divulgação da 2ª previsão consolidada para elaboração do PLOA-2023.

.....

De 15/7 a 12/8	Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU	Quantitativo	Apresentação pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU à SOF/SETO/ME do detalhamento da programação pretendida relativa aos limites distribuídos para despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, para fins de elaboração do anexo específico do PLOA-2023.

.....

.....

8/8	Órgãos do Poder Executivo	Quantitativo	Divulgação dos referenciais monetários dos órgãos setoriais do Poder Executivo para a Fase II da proposta do PLOA-2023, conforme § 3º e item 2 da alínea "a" do inciso II do caput do art. 2º desta Portaria.
De 8/8 a 9/8	Órgãos do Poder Executivo	Quantitativo despesas com pessoal, encargos e benefícios	Divulgação pela SEAFI/SOF/SETO/ME dos referenciais monetários referentes à Fase II da proposta do PLOA-2023, referentes às despesas obrigatórias com pessoal e encargos sociais, benefícios obrigatórios aos servidores e seus dependentes, indenização e benefícios e pensões especiais de caráter indenizatório, assim como o envio das planilhas relativas aos detalhamentos dessas despesas.
De 8/8 a 12/8	Órgãos do Poder Executivo	Quantitativo	Captação no SIOP do detalhamento da Fase II da proposta orçamentária dos órgãos setoriais do Poder Executivo para o PLOA-2023, conforme § 3º e item 2 da alínea "a" do inciso II do caput do art. 2º desta Portaria.
De 8/8 a 12/8	Órgãos do Poder Executivo	Projetos Orçamentários	Captação das informações referentes a projetos orçamentários em módulo específico no SIOP.
De 8/8 a 31/8	Todos os Poderes e órgãos	Informações Complementares	Captação no SIOP das Informações Complementares ao PLOA-2023.

.....

.....

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 6 DE JUNHO DE 2022

Nº 19.875 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a CIFI AM BRAZIL LTDA., CNPJ: 41.231.189, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.876 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a ROBERTO ISAMU ONO, CPF nº 659.281.728-34, para prestar os serviços de Administrador de Carteiras de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA DIMEL Nº 163, DE 1] DE JUNHO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.001908/2022-99, resolve:

Dar nova redação aos itens 4 CARACTERÍSTICAS METROLÓGICAS e 10 ANEXOS, da Portaria Inmetro/Dimel nº 54, de 15 de março de 2013, publicada no D.O.U. em 25/03/2013, página 93, seção 1, que aprova os modelos BCF 510, BCF 10010 e BCF 18020 de instrumentos de pesagem não automáticos, classe de exatidão III, marca CAPITAL, de acordo com as condições especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/(Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 54/2013)

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 164, DE 1º DE JUNHO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pela Presidência do Inmetro, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4, alínea "e" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

Considerando as informações e documentos constantes no processo Inmetro nº 0052600.002703/2022-21, resolve:

Autorizar a empresa CBEMED Indústria e Comércio de Equipamentos Médicos Ltda. a declarar a conformidade de esfigmomanômetros aneróides em substituição à verificação inicial, sob o código nº EA072, conforme condições especificadas, disponíveis no sítio do Inmetro: https://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP Nº 7.965, DE 20 DE MAIO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.603612/2022-88, resolve:

Art.1º Homologar a expansão da participação qualificada direta de XL INSURANCE COMPANY SE, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da República da Irlanda, em AXA XL SEGUROS S.A., CNPJ nº 33.822.131/0001-03, com sede na cidade de São Paulo - SP, nos termos do Contrato de Venda de Ações e outras Avenças celebrado em 21 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 768, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.601644/2022-49, resolve:

Art. 1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de AVLA SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ nº 41.182.665/0001-40, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 769, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.604867/2022-68, resolve:

Art. 1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de FATOR SEGURADORA S.A., CNPJ nº 33.061.862/0001-83, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 4 de março de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 770, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.609767/2022-28, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administrador de CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 03.546.261/0001-08, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 31 de março de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 771, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605664/2022-99, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administrador de ASSURANT SEGURADORA S.A., CNPJ nº 03.823.704/0001-52, com sede na cidade de Barueri - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 18 de fevereiro de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 772, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.601451/2022-98, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 58.768.284/0001-40, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2021:

I - aumento do capital social em R$ 30.000.000,00, elevando-o para R$ 334.577.787,69, dividido em 13.308.729 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

SECRETARIA GERAL

CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04 - NIRE: 53.5.0000038-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2022

I - Data, horário e local: no dia 11 de fevereiro de 2022, às 11h00 (onze horas), por videoconferência. II Presença: (i) Procurador da Fazenda Nacional Luiz Frederico de Bessa Fleury, Representante da União, designado pela Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 01 de julho de 2019; (ii) Senhor Rogério Rodrigues Bimbi, Presidente do Conselho de Administração da CAIXA; e (iii) Senhora Bruna Carneiro Tavares Groba, Diretora Jurídica da CAIXA, em exercício, conforme Portaria PRESI nº 0085/22, de 07 de janeiro de 2022. III Mesa: Rogério Rodrigues Bimbi, Presidente da Assembleia; Luiz Frederico de Bessa Fleury, Representante da União; e Karla Cristina Gadelha Apolinário, Secretária designada. IV Convocação: dispensada face à presença do acionista representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 124, 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das S.A.). V - Ordem do Dia: 1. Alteração da remuneração global dos administradores da CAIXA, da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê Independente de Riscos; 2. Eleição de membro do Conselho de Administração; e 3. Eleição de membro do Conselho Fiscal. VI - Deliberação: com base no despacho do Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Senhor Esteves Pedro Colnago Junior (Processo nº 10951.107512/2021-43), a Assembleia Geral Extraordinária decidiu sobre as matérias apresentadas, conforme a seguir: (i) alterar a remuneração global dos administradores da CAIXA, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria e do Comitê Independente de Riscos, conforme a orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), constante da Nota Técnica SEI nº 52761/2021/ME (SEI 19974284), de 25 de janeiro de 2022, nos seguintes termos: a) fixar em até R$ 72.630.529,45 (setenta e dois milhões seiscentos e trinta mil quinhentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos), o montante global a ser pago aos administradores desta empresa, no período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022; b) fixar em até R$ 588.659,39 (quinhentos e oitenta e oito mil seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos) a remuneração total a ser paga aos Conselheiros Fiscais, em até R$ 2.946.647,32 (dois milhões novecentos e quarenta e seis mil seiscentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos) a remuneração total a ser paga ao Comitê de Auditoria e em até R$ 2.253.318,54 (dois milhões duzentos e cinquenta e três mil trezentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) a remuneração total a ser paga ao Comitê Independente de Riscos, no período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022; c) fixar os honorários mensais dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios; d) fixar a remuneração mensal do presidente do Comitê de Auditoria em 100% (cem por cento) da remuneração mensal do Diretor Executivo e dos demais membros do Comitê em 80% (oitenta por cento) da remuneração do Diretor Executivo; e) fixar a remuneração mensal do presidente do Comitê Independente de Riscos em 100% (cem por cento) da remuneração mensal do Diretor Executivo e dos demais membros do Comitê em 80% (oitenta por cento) da remuneração do Diretor Executivo; f) recomendar a observância dos limites individuais definidos pela SEST, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses, por rubrica e por cargo, conforme Anexo, atendo-se aos limites definidos nas alíneas a e "b"; g) vedar expressamente o repasse aos administradores de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) na sua respectiva data-base; h) vedar o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta Assembleia para os administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/76; i) caso haja algum Diretor na situação de cedido (servidor público ou empregado de outra estatal), deverão ser observadas as disposições do Decreto nº 10.835/2021, devendo o reembolso ao cedente limitar-se ao montante individual aprovado para esse membro em Assembleia Geral; j) esclarecer que a responsabilidade sobre a regularidade do pagamento de INSS e FGTS é das empresas estatais, por tratar-se de matéria que requer análise jurídica de cada empresa; k) caso algum Diretor seja empregado da empresa, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso, nos termos da Súmula nº 269 do Tribunal Superior do Trabalho (TST); l) condicionar o pagamento da quarentena à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR), nos termos da legislação vigente; m) esclarecer que é competência do Conselho de Administração, com apoio da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria Estatutário, garantir o cumprimento dos limites global e individual de remuneração dos membros estatutários definidos na presente Assembleia Geral; n) condicionar o pagamento da Remuneração Variável Anual (RVA) dos diretores à rigorosa observância dos termos e condições constantes dos Programas de RVA aprovados previamente pela SEST; o) aplicar, se for em caso, reversão sobre parcelas diferidas ainda não pagas de Programas de RVA de exercícios anteriores em que, considerando o lucro líquido recorrente do exercício de 2020, houver queda superior a 20% (vinte por cento) quando comparado aos anos-base dos Programas, nos termos da legislação vigente; e p) condicionar o pagamento da "previdência complementar" ao disposto no art. 202 3º da Constituição Federal de 1988 e no art. 16 da Lei Complementar nº 109/2001. (ii) eleger o Senhor RICARDO MAGALHÃES GOMES, brasileiro, solteiro, engenheiro, nascido em São Paulo/SP, data de nascimento 27/08/1970, CPF 014.729.747-86, Identidade 08014522-7 IFP/RJ, residente e domiciliado na avenida Lúcio Costa 3600, bloco 1, apartamento 1801, Barra da Tijuca, CEP 22630-010, Rio de Janeiro/RJ, para exercer o cargo de Conselheiro de Administração da Caixa Econômica Federal, como membro independente, indicado pelo Ministro de Estado da Economia, a partir da data da posse, com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar no ano de 2022, em virtude da vacância do cargo, nomeado pelo Conselho em sua reunião extraordinária do dia 27 de janeiro de 2022, Ata n 734, nos termos do art. 36 do Estatuto Social da CAIXA, conforme Ofício SEI nº 20506/2022/ME, de 25 de janeiro de 2022, da SEST (SEI 21917093) e despacho de 13 de janeiro de 2022, do Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, no Processo nº 10113.101225/2021-0002; (iii) eleger o Senhor WALDEIR MACHADO DA SILVA, brasileiro, solteiro em união estável, contador, nascido em Brasília/DF, data de nascimento 24/02/1980, CPF 703.145.351-87, Identidade 1851856 SSP/DF, residente e domiciliado na SQSW 102, bloco L, apartamento 304, Edifício Costa Bella, Cruzeiro, CEP 70670-212, Brasília/DF, para exercer o cargo de Conselheiro Fiscal da Caixa Econômica Federal, como membro titular, representante do Ministério da Economia, com prazo de atuação até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar no ano de 2022, em substituição ao Senhor Fernando de Holanda Barbosa Filho, CPF 042.979.017-14, conforme Ofício SEI nº 17496/2022/ME, de 21 de janeiro de 2022, que faz referência ao Ofício SEI nº 17476/2022/ME, da mesma data, e despacho de 26 de novembro de 2021, do Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, no processo SEI n 10113.100874/2021-85. VII - Encerramento: não havendo qualquer outra matéria a ser discutida, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente Ata, em forma de sumários, conforme facultado pelo artigo 130 1º da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. ROGÉRIO RODRIGUES BIMBI Presidente da Mesa KARLA CRISTINA GADELHA APOLINÁRIO Secretária LUIZ FREDERICO DE BESSA FLEURY Procurador da Fazenda Nacional Representante da União. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 1843733 em 31/05/2022.

LUIZ FREDERICO DE BESSA FLEURY
Procurador da Fazenda Nacional

ANEXO

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS FISCAIS, E MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA E DO COMITÊ INDEPENDENTE DE RISCOS PERÍODO DE ABRIL/2021 A MARÇO/2022	
Rubrica	Valor
Honorário Fixo	20.469.254,28
Gratificação Natalina	1.705.771,19
Gratificação de Férias	568.590,40
Auxílio Alimentação	432.356,40
Seguro de Vida	-
Vantagem de Remoção	-
Auxílio Moradia	820.800,00
Plano de Saúde	573.857,76
Previdência Complementar	2.178.763,44
Quarentena	10.234.627,14
RVA - adiantamento da parcela à vista	10.234.627,14
RVA - parcela à vista	6.823.084,76
RVA - 1º parcela diferida	2.218.981,72
RVA - 2º parcela diferida	998.342,11
RVA - 3º parcela diferida	998.342,11
INSS	10.112.370,67
FGTS	3.595.509,57
I - TOTAL DA DIRETORIA	71.965.278,68
Honorário CA	466.842,64
INSS CA	105.039,59
Previdência CA	56.021,12
FGTS CA	37.347,41
Plano de Saúde CA	-
II - TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	665.250,76
III - TOTAL GERAL DOS ADMINISTRADORES (I+II)	72.630.529,45
Honorário CF - Titular	291.776,65
INSS CF - Titular	65.649,75
Previdência CF - Titular	35.013,20
Plano de Saúde - Titular	-
Honorário CF - Suplente	145.888,33
INSS CF - Suplente	32.824,87
Previdência CF - Suplente	17.506,60
Plano de Saúde - Suplente	-
IV - TOTAL DO CONSELHO FISCAL	588.659,39
Honorário COAUD - Presidente	502.412,16
INSS COAUD - Presidente	113.042,74
Quarentena COAUD - Presidente	251.206,08
Plano de Saúde - Presidente	-
Honorário COAUD - Titular	1.205.789,18
INSS COAUD -Titular	271.302,57
Quarentena COAUD - Titular	602.894,59
Plano de Saúde - Titular	-
V - TOTAL DO COMITÊ DE AUDITORIA	2.946.647,32
Honorário CORIS - Presidente	502.412,16
INSS CORIS - Presidente	113.042,74
Quarentena CORIS - Presidente	251.206,08
Plano de Saúde CORIS - Presidente	-
Honorário Comitê de Riscos - Titular	803.859,46
INSS CORIS -Titular	180.868,38
Quarentena CORIS - Titular	401.929,73
Plano de Saúde CORIS - Titular	-
V - TOTAL DO COMITÊ DE RISCOS	2.253.318,54

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 406, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Altera a Portaria MEC nº 852, de 28 de outubro de 2021, que regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 852, de 28 de outubro de 2021, do Ministério da Educação - MEC, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º-A. A certificação será realizada nas escolas que implantarem o modelo das Ecim e aderirem ao Pecim. As escolas autofomentadas passarão pelo processo de certificação de acordo com a deliberação da Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares." (NR)

"Art. 6º O modelo cívico-militar das Ecim é um conjunto de ações promovidas com vistas à gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, com a participação de militares das Forças Armadas, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, visando a oportunizar ações destinadas ao desenvolvimento de comportamentos, valores, atitudes e civismo, intentando a formação plena do aluno e seu preparo à cidadania." (NR)

"Art. 7º A certificação das Ecim se dará por intermédio da aplicação do modelo de gestão, considerando os Objetivos, as Iniciativas Estratégicas e as sete dimensões de qualidade da educação propostas nas Diretrizes das Escolas Cívico-Militares." (NR)

"Art. 8º O processo da certificação será imparcial e identificará cada escola conforme seu grau de avanço na aplicação do modelo e dos resultados obtidos.

.....

§ 2º A certificação de Nível Intermediário será aplicada às Ecim no segundo ano de implementação do Programa.

§ 3º As Ecim que não conseguirem atingir a certificação em anos anteriores poderão passar pelo processo de certificação de Nível Básico e certificação de Nível Intermediário concomitantemente." (NR)

"Art. 11. A certificação será realizada por intermédio do Ipecim, indicador que traduz os resultados alcançados por cada escola participante do Pecim e que se propõe a mensurar os resultados alcançados pelas Ecim, utilizando-se, para isso, dos Objetivos Estratégicos e, dentre eles, as Iniciativas Estratégicas mensuradas pelos indicadores de Gestão Escolar - GE; Ambiente Escolar - AE; Práticas Pedagógicas - PP; Aprendizado e Desempenho Escolar dos Alunos - ADEA." (NR)

"Art. 15. .....

.....

§ 3º Serão consideradas aptas para a certificação no Nível Intermediário as Ecim de que trata esta Portaria que atingirem o Ipecim de 0,600.

§ 4º Os resultados relativos ao processo de certificação de Nível Básico e de Nível Intermediário serão relacionados no observatório social do Pecim para acesso exclusivo de cada Ecim.

§ 5º A certificação de Nível Avançado será regulada por instrumentos posteriores." (NR)

"Art. 16. .....

§ 1º As Ecim classificadas nos Níveis Básico e Intermediário poderão interpor recurso em caso de discordância da avaliação apresentada, no prazo de 10 (dez) dias contínuos após a divulgação dos resultados da certificação.

§ 2º .....

§ 3º Para avaliação dos recursos, será realizada análise documental dos instrumentos utilizados na avaliação dos itens que compõe a média aritmética do Ipecim." (NR)

Art. 2º Revogar o art. 9º da Portaria MEC nº 852, de 28 de outubro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

DESPACHO DE 6 DE JUNHO DE 2022

Processo nº: 23000.000208/2021-67
Interessada: Fundação Presidente Antônio Carlos (e-MEC nº 221).
Assunto: Recurso hierárquico com suporte no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Desvinculação do Programa Universidade para Todos - Prouni, em razão de não comprovação de regularidade fiscal ao final do ano-calendário de 2020 (art. 1º da Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005).

DECISÃO: Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência, com fulcro no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e nos termos do Parecer nº 00364/2022/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 13 de maio de 2022, da Consultoria Jurídica, bem como no Despacho nº 236/2022/DP3/GAB/SE/SE-MEC, de 25 de maio de 2022, da Secretaria-Executiva, ambas unidades do Ministério da Educação, cujos fundamentos adoto, conforme o disposto no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 1999, conheço do recurso interposto pela Fundação Presidente Antônio Carlos (e-MEC nº 221) e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo os efeitos da Decisão de 14 de abril de 2022, da Secretaria de Educação Superior - Sesu, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 19 de abril de 2020, que desvinculou a mantenedora do Programa Universidade para Todos - Prouni, em razão do descumprimento do disposto no art. 1º da Lei nº 11.128, de 28 de junho de 2005.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA CONJUNTA Nº 75, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica credenciada, pelo período de 5 (cinco) anos, a Fundação de Apoio à Ciência, Cultura, Estudos e Pesquisas (FACEP), CNPJ nº 37.869.010/0001-78, para atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Ceará (UFC), conforme o Processo nº 23000.005972/2022-18.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 76, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espacial (FUNCATE), CNPJ nº 51.619.104/0001-10, atuar como fundação de apoio ao Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV), conforme o Processo nº 23000.008916/2022-27.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 77, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espacial (FUNCATE), CNPJ nº 51.619.104/0001-10, atuar como fundação de apoio ao Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), conforme o Processo nº 23000.009899/2022-45.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 78, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), CNPJ nº 00.799.205/0001-89, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF-GOIANO) conforme o Processo nº 23000.012487/2022-92.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 81, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Escola Politécnica da Bahia (FEP), CNPJ nº 15.255.367/0001-23, atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), conforme o Processo nº 23000.008631/2022-96.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 82, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Apoio à Pesquisa (FUNAPE), CNPJ nº 00.799.205/0001-89, atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de Catalão (UFCAT), conforme o Processo nº 23000.011541/2022-82.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 83, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal de Mato Grosso (UNISELVA), CNPJ nº 04.845.150/0001-57, atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação Ciência, Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), conforme o Processo nº 23000.008970/2022-72.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 84, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Luiz Englert (FLE), CNPJ nº 92.971.845/0001-42, atuar como fundação de apoio à Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), conforme o Processo nº 23000.003792/2022-93.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 85, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação Espírito-Santense de Tecnologia (FEST), CNPJ nº 02.980.103/0001-90, a atuar como fundação de apoio ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), conforme o Processo nº 23000.008674/2022-71.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 86, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Casimiro Montenegro Filho (FCMF), CNPJ nº 64.037.492/0001-72, atuar como fundação de apoio ao Instituto de Medicina Aeroespacial (IMAE), conforme o Processo nº 23000.010323/2022-21.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 87, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica autorizada, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Casimiro Montenegro Filho (FCMF), CNPJ nº 64.037.492/0001-72, atuar como fundação de apoio ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), conforme o Processo nº 23000.010320/2022-97.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 88, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), CNPJ nº 20.320.503/0001-51, atuar como fundação de apoio ao Observatório Nacional (ON), conforme o Processo nº 23000.008906/2022-91.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 89, DE 26 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º Fica renovada a autorização, pelo período de 1 (um) ano, para a Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), CNPJ nº 20.320.503/0001-51, atuar como fundação de apoio ao Observatório Nacional (ON), conforme o Processo nº 23000.008906/2022-91.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 90, DE 27 DE MAIO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

Art. 1º. Fica autorizada, pelo período de 01 (um) ano, a Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento - FAPED, CNPJ nº 00.849.774/0001-91, a atuar como fundação de apoio à Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, conforme o processo nº 23000.014078/2022-21.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA CONJUNTA Nº 36, DE 21 DE MARÇO DE 2022

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CIENTÍFICA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; e da Portaria Interministerial nº 191, de 13 de março de 2012, resolvem:

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Conjunta nº 36, de 29/04/2022, publicada no DOU de 02/05/2022, Seção 1, página 81, onde se lê: "Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (RTU)", leia-se: "Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia (RTU)", conforme o processo nº 23000.001287/2022-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GOMES SALGADO
Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação
Substituto

MARCELO MARCOS MORALES
Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 182 - OS-CONSUP/IFBAIANO, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, no uso das suas atribuições legais previstas no inciso §1º, do art. 4º e art. 5º, do Regimento do Conselho Superior, considerando:

- O Processo Eletrônico SUAP nº 23327.250376.2021-19; e

- As deliberações do Conselho Superior na 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 09 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Gestão do Teletrabalho no âmbito do IF Baiano, conforme documento anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 08 de fevereiro de 2022.

AÉCIO JOSÉ ARAÚJO PASSOS DUARTE

ANEXO

REGULAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO NO IFBAIANO

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos servidores em exercício no IFBAIANO relativos à implementação do programa de gestão na Instituição, na forma da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, expedida pelo Ministério da Economia.

Art. 2º Para os fins deste Regulamento, considera-se:

I. programa de gestão: ferramenta de gestão autorizada em ato normativo de Ministro de Estado e respaldada por norma de procedimentos gerais, que disciplina o exercício de atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados, cuja execução possa ser realizada pelos participantes;

II.atividade: conjunto de ações específicas a serem realizadas de forma individual pelo participante e supervisionada pelos chefes imediatos, visando entregas no âmbito de projetos e processos de trabalho institucionais;

III.entrega: resultado do esforço realizado pelo (a) servidor(a), em consonância com indicadores e metas do IF Baiano, empreendido na execução de uma atividade sendo definida no planejamento e com data prevista de conclusão;

IV.unidade: a Reitoria do IFBAIANO e cada um de seus campi;

V.dirigente da unidade: autoridade máxima da unidade, ou seja, o Reitor, no caso da Reitoria e os Diretores-Gerais, no caso dos campi;

VI.chefe imediato: autoridade imediatamente superior ao participante;

VII.chefias: todas as autoridades superiores ao participante;

VIII.teletrabalho: modalidade de trabalho em que o cumprimento da jornada regular pelo participante pode ser realizado fora das dependências físicas do órgão, em regime de execução parcial ou integral, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos, para a execução de atividades que sejam passíveis de controle e que possuam metas, prazos e entregas previamente definidos e, ainda, que não configurem trabalho externo, dispensado do controle de frequência, nos termos deste Regulamento;

IX.regime de execução parcial: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante restringe-se a um cronograma específico, dispensado o controle de frequência exclusivamente nos dias em que a atividade laboral seja executada remotamente, nos termos deste Regulamento;

X.regime de execução integral: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante compreende a totalidade da sua jornada de trabalho, dispensado do controle de frequência, nos termos deste Regulamento;

XI.trabalho externo: atividades que, em razão da sua natureza, da natureza do cargo ou das atribuições da unidade que as desempenha, são desenvolvidas externamente às dependências do órgão ou entidade e cujo local de realização é definido em função do seu objeto;

XII.área de gestão de pessoas: unidade administrativa integrante da estrutura organizacional da Instituição competente para implementação da política de pessoal, sendo, no caso do IFBAIANO, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP); e

XIII.área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais: unidade administrativa integrante da estrutura organizacional da Instituição que tenha competência relativa à gestão estratégica e à avaliação de resultados, sendo, no caso do IFBAIANO, a PRODIN

XIV.comissão local: comissão composta por servidores das unidades, nomeados via portaria, para elaboração e acompanhamento dos editais de seleção; e

XV.comissão central: comissão geral do IF Baiano, nomeada via portaria do Reitor, composta pelos presidentes das comissões locais.

DO PROGRAMA DE GESTÃO

Art. 3º O programa de gestão do IFBAIANO abrangerá as atividades cujas características permitam a mensuração da produtividade, dos resultados e do desempenho do participante em suas entregas.

Art. 4º As atividades que possam ser adequadamente executadas de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos serão realizadas preferencialmente na modalidade de teletrabalho parcial ou integral.

§ 1º Enquadram-se nas disposições do caput, mas não se limitando a elas, atividades com os seguintes atributos:

I.cuja natureza demande maior esforço individual e menor interação com outros agentes públicos;

II.cuja natureza de complexidade exija elevado grau de concentração; ou

III.cuja natureza seja de baixa a média complexidade com elevado grau de previsibilidade e/ou padronização nas entregas.

§ 2º O teletrabalho não poderá ser implementado quando:

I.abranger atividades cuja natureza exija a presença física do participante na unidade ou que sejam desenvolvidas por meio de trabalho externo; e

II.reduzir a capacidade de atendimento de setores que atendam ao público interno e externo.

Art. 5º São objetivos do programa de gestão do IFBAIANO:

I.promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes;

II.contribuir com a redução de custos no poder público;

III.estimular a sustentabilidade;

IV.atrair e manter novos talentos;

V.contribuir para a motivação e o comprometimento dos participantes com os objetivos da Instituição;

VI.estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VII.proporcionar mais qualidade de vida aos servidores, principalmente por meio da otimização do tempo com mobilidade, escolha do ambiente de trabalho, flexibilidade de horários, redução de custos com transporte, entre outros;

VIII.gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos; e

IX.promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

Art. 6º A participação dos servidores no programa de gestão do IFBAIANO ocorrerá em função da conveniência e do interesse do serviço, não se constituindo direito do participante.

§ 1° O teletrabalho possui adesão facultativa, não constituindo, portanto, dever do servidor.

Art. 7º A implementação do programa de gestão observará:

I.o atendimento às orientações, critérios e procedimentos gerais estabelecidos neste Regulamento;

II.a execução do programa de gestão; e

III.o acompanhamento do programa de gestão.

Art. 8º Para instituir a adoção do Programa de Gestão no nível da unidade, o dirigente deverá editar ato normativo, nos termos do Anexo I - Minuta de Portaria para Instituição do Programa de Gestão no Campus/Reitoria, deste Regulamento, para estabelecer os procedimentos gerais de instituição do programa, e com o percentual mínimo ou máximo de participantes do Programa de gestão em cada campus/reitoria.

§ 1º O normativo de que trata o caput deverá conter a tabela de atividades.

Art. 9º A tabela de atividades deverá conter as seguintes informações:

I.grupo de Atividades

II.indicadores estratégicos prioritários

III.atividade;

IV.faixa de complexidade da atividade;

V.parâmetros adotados para definição da faixa de complexidade;

VI.tempo de execução da atividade em regime presencial;

VII.tempo de execução da atividade em teletrabalho;

VIII.ganho percentual de produtividade estabelecido; e

IX.entregas esperadas.

§1º O grupo de atividades abrangido pelo Programa de Gestão estão listadas no Modelo de Tabela de Atividades (Anexo III).

§ 2º Os Indicadores estratégicos prioritários estão listados no Anexo V - Mensuração

§ 3º As atividades cujos resultados não possam ser efetivamente mensurados não deverão ser incluídas na tabela.

§ 4º A tabela de que trata o caput deverá ser elaborada pelo Diretor geral, ou delegada para unidades subordinadas em nível não inferior ao de Coordenação-Geral ou equivalente, com apoio da área de gestão de pessoas, quando for o caso, e aprovado pela dirigente máximo do Instituto.

§ 5º Na hipótese de delegação de que trata o § 4º, o Diretor Geral deverá validar as tabelas de atividades elaboradas pelas autoridades delegadas e encaminhá-las ao dirigente máximo do Instituto para aprovação.

§ 6º As informações constantes nos incisos I e II não são obrigatórias na composição da Tabela de Atividades.

Art. 10 O programa de gestão do IFBAIANO adotará os regimes de execução parcial e integral, que serão definidos após a avaliação da natureza das atividades de cada servidor e setor participante.

Art. 11. Para o regime de execução parcial, o percentual de jornada de trabalho para o desempenho das ati vidades na unidade, de maneira presencial, será definido pela chefia imediata na ocasião de pactuação do Plano de Trabalho Individual, respeitando-se o mínimo de 20% da carga horária semanal do servidor.

Art. 12. O servidor participante do programa de gestão e seu chefe imediato deverão assinar um termo de ciência e responsabilidade (Anexo II), contendo, no mínimo:

I.a declaração de que o servidor atende às condições para participação no programa de gestão;

II.o prazo de antecedência mínima de que trata o art. 13 para comparecimento pessoal do servidor à unidade;

III.as atribuições e responsabilidades do servidor;

IV.o dever do servidor de manter a infraestrutura necessária para o exercício de suas atribuições, na forma do inciso II, art. 16;

V.a declaração de que está ciente que sua participação no programa de gestão não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas no art. 23 deste Regulamento;

VI.a declaração de que está ciente quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 33 a 40;

VII.a declaração de que está ciente quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas; e

VIII.a declaração de que está ciente quanto ao dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que couber; e

IX.a declaração de que está ciente das orientações da Portaria nº 15.543, de 2 de julho de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal

Art. 13. O prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do servidor participante do programa de gestão à unidade, seja no regime de execução parcial ou integral, quando houver interesse fundamentado da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados, será de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º Em casos excepcionais, em que haja risco iminente ao patrimônio público, à imagem e demais ativos da Instituição ou às pessoas de uma forma geral, o prazo referido no caput do art. 13 será reduzido para 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º A convocação poderá ser realizada pelo e-mail institucional, por telefone, pelo SUAP, e/ou outros meios de comunicação acordados no plano de trabalho, sendo necessária a devida justificativa da chefia imediata.

Art. 14. A tabela de atividades, prevista no art. 9º e o termo de ciência e responsabilidade, previsto no art. 12 deverão ser registrados em sistema informatizado apropriado, nos termos do art. 30.

DO EDITAL

Art. 15. As unidades do IFBAIANO divulgarão aos seus servidores, por meio de edital de

seleção com periodicidade mínima de 01(um) ano, salvo inexistência de vagas, os critérios técnicos necessários para adesão dos interessados ao programa de gestão podendo conter, entre outras especificidades:

I.total de vagas da unidade, discriminado por setor;

II.regimes de execução;

III.vedações à participação;

IV.prazo de permanência no programa de gestão, quando aplicável;

V.conhecimento técnico requerido para desenvolvimento da atividade; e

VI.infraestrutura mínima necessária ao interessado na participação, conforme art. 16, inciso II.

§ 1º Os editais deverão ser elaborados pela Comissão Local, com apoio da Comissão Central do Programa de Gestão, conforme modelo constate no Anexo IV.

§ 2º A abertura, o acompanhamento, as tramitações, os registros e o arquivamento do edital e de toda a documentação processual referente a ele deverão ocorrer por meio de processo eletrônico no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

Art. 16. O edital deverá considerar os seguintes critérios objetivos na distribuição da pontuação, atendendo aos incisos V e VI do Art. 15:

I.Para avaliar a compatibilidade entre as atividades a serem desempenhadas e o conhecimento técnico dos interessados:

a)Possuir experiência profissional em atividades correlatas ou em área afim a que está concorrendo;

b)Possuir curso de capacitação em área correlata às atividades a que está concorrendo.

c)Participação em comissões relacionadas em áreas correlatas às atividades a que está concorrendo.

II.Para avaliar a disponibilidade de infraestrutura mínima necessária ao interessado na participação:

a)Acesso a internet;

b)mobiliário

c)equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades.

Art. 17. Em caso de empate, no processo seletivo, deverão ser priorizados os participantes, nesta ordem:

I.com horário especial, nos termos dos §§ 1º a 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11

de dezembro de 1990;

II.gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;

III.com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

IV.com melhor resultado no último processo de avaliação de desempenho individual;

V.com maior tempo de exercício na unidade, ainda que descontínuo; ou

VI.com vínculo efetivo.

PLANO DE TRABALHO

Art. 18. O candidato selecionado para participar do programa de gestão deverá assinar o plano de trabalho, que conterá:

I.as atividades a serem desenvolvidas com as respectivas metas a serem alcançadas expressas em horas equivalentes;

II.o regime de execução em que participará do programa de gestão, indicando o cronograma em que cumprirá sua jornada em regime presencial, quando for o caso;

III.o termo de ciência e responsabilidade, nos moldes do art.12.

§ 1º O plano de trabalho de que trata o caput deverá ser registrado em sistema informatizado apropriado, nos termos do art. 30.

§ 2º A chefia imediata poderá redefinir as metas do participante por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária, cujas atividades não tenham sido previamente acordadas.

§ 3º As metas serão calculadas em horas para cada atividade, em cada faixa de complexidade e apresentadas na tabela de atividades conforme previsto no art. 9º.

§ 4º As metas semanais não poderão superar o quantitativo de horas da jornada semanal de trabalho do participante no programa de gestão.

Art. 19. O plano de trabalho deverá prever a aferição das entregas realizadas, mediante análise fundamentada da chefia imediata, em até 40 (quarenta) dias, quanto ao atingimento ou não das metas estipuladas.

§ 1º A aferição que trata o caput deve ser registrada em um valor que varia de 0 (zero) a 10 (dez), onde 0 (zero) é a menor nota e 10 (dez) a maior nota.

§ 2º Somente serão consideradas aceitas as entregas cuja nota atribuída pela chefia imediata seja igual ou superior a 5 (cinco).

DO ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO

Art. 20. Decorridos 6 (seis) meses da efetiva implantação, com o objetivo de adequar e melhorar o programa de gestão na unidade, o dirigente máximo ou a autoridade a quem por ele for delegada essa atribuição:

I.Elaborará um relatório contendo:

a.o grau de comprometimento dos participantes;

b.a efetividade no alcance de metas e resultados;

c.os benefícios e prejuízos para a unidade;

d.as facilidades e dificuldades verificadas na implantação e utilização do sistema de que trata o art. 30;

e. a conveniência e a oportunidade na manutenção do programa de gestão, fundamentada em critérios técnicos e considerando o interesse da Administração;

II.Revisará a parametrização do sistema de que trata o art. 30;

III.Enviará os dados a que se refere o art. 32, revisando, se necessário, o mecanismo de coleta das informações requeridas pelo órgão central do SIPEC;

IV.Se necessário, poderá:

a.realizar eventuais ajustes nas normas internas; e

b.revisar a tabela de atividades de que trata o art. 9º.

§ 1º O relatório a que se refere o inciso I será submetido à manifestação técnica da área de gestão de pessoas e da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais do IFBAIANO.

§ 2º As manifestações técnicas de que tratam o § 1º poderão indicar a necessidade de reformulação deste Regulamento para corrigir eventuais falhas ou disfunções identificadas no programa de gestão.

§ 3º Na hipótese do § 2º, a reformulação do Regulamento observará as considerações da área de gestão de pessoas e da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais.

§ 4º Os documentos produzidos nas ações de melhoria mencionadas neste artigo não poderão conter informações sigilosas ou pessoais, bem como aquelas que tenham seu acesso restrito por determinação legal.

Art. 21. Com a finalidade de conhecer os benefícios e resultados advindos da implementação do programa de gestão, as unidades deverão elaborar relatório gerencial contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I- De natureza quantitativa, para análise estatística dos resultados alcançados:

a.total de participantes e percentual em relação ao quadro de pessoal;

b.variação de gastos, quando houver, em valores absolutos e percentuais;

c.variação de produtividade, quando houver, em valores absolutos e percentuais;

d.variação de agentes públicos por unidade após adesão ao programa de gestão;

e.variação no absenteísmo, em valores absolutos e percentuais; e

f.variação na rotatividade da força de trabalho, em valores absolutos e percentuais.

II - De natureza qualitativa, para análise gerencial dos resultados alcançados:

a.melhoria na qualidade dos produtos entregues;

b.dificuldades enfrentadas;

c.boas práticas implementadas; e

d.sugestões de aperfeiçoamento da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, quando houver.

Parágrafo único. O IFBAIANO providenciará, por meio de ofício do Reitor, o encaminhamento dos relatórios de que tratam o caput ao órgão central do SIPEC, para fins de informações gerenciais, na forma do art. 32, anualmente, até 30 de novembro.

DAS VEDAÇÕES E DO DESLIGAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO

Art. 22. O dirigente da unidade poderá, por razões técnicas devidamente fundamentadas, estabelecer critérios de vedação à participação no programa de gestão.

Art. 23. O dirigente da unidade deverá desligar o participante do programa de gestão:

I.por solicitação do participante, observada antecedência mínima de 10 (dez) dias;

II.no interesse da Administração, por razão de conveniência, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho, devidamente justificada, observada antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

III.pelo descumprimento das metas e obrigações previstas no plano de trabalho a que se refere o art. 18 e do termo de ciência e responsabilidade a que se refere art. 12;

IV.pelo decurso de prazo de participação no programa de gestão;

V.em virtude de remoção, com alteração da unidade de exercício;

VI.em virtude de aprovação do participante para a execução de outra atividade não abrangida pelo programa de gestão, salvo nas acumulações lícitas de cargos quando comprovada a compatibilidade de horários;

VII.pela superveniência das hipóteses de vedação previstas neste Regulamento; e

VIII.pelo descumprimento das atribuições e responsabilidades previstas no art. 26 deste Regulamento.

Art. 24. O Ministro de Estado poderá, excepcionalmente, suspender o programa de gestão, bem como alterar ou revogar a respectiva Normativa, por razões técnicas ou de conveniência e oportunidade, devidamente fundamentadas.

Parágrafo único. O participante deverá atender às novas regras da Normativa e do programa de gestão, alterados, conforme os prazos mencionados no ato que as modificarem.

Art. 25. Nas hipóteses de que tratam os arts. 23 e 24, o participante continuará em regular exercício das atividades no programa de gestão até que seja notificado do ato de desligamento, suspensão ou revogação do Regulamento e do programa de gestão.

Parágrafo único. A notificação de que trata o caput definirá prazo, que não poderá ser inferior a (10) dez dias, para que o participante do programa de gestão volte a se submeter ao controle de frequência.

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 26. Constituem atribuições e responsabilidades do participante do programa de gestão do IFBAIANO:

I.assinar termo de ciência e responsabilidade ;

II.cumprir o estabelecido no plano de trabalho;

III.atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, na forma do art. 13, deste Regulamento;

IV.manter dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados, ativos e disponíveis aos demais servidores da unidade, respeitadas as regras de transparência de informações e dados previstas em legislação;

V.consultar diariamente o seu e-mail institucional e demais formas de comunicação da unidade e do setor de exercício;

VI.permanecer em disponibilidade constante para contato pelo período acordado com as chefias, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da unidade;

VII.manter as chefias informadas, de forma periódica e sempre que demandado, cerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VIII.comunicar às chefias a ocorrência de quaisquer afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

IX.zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação;

X.retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade; e

XI.providenciar as estruturas físicas e tecnológicas necessárias, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação, mediante a utilização de equipamentos

e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à instalação de softwares, conexão à internet, energia elétrica e telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições, de maneira que seja possível realizar o atendimento satisfatório de todas as demandas e metas estipuladas.

Art. 27. Compete ao dirigente da unidade:

I.dar ampla divulgação das regras para participação no programa de gestão, nos termos deste Regulamento;

II.divulgar nominalmente os participantes do programa de gestão de sua unidade, mantendo a relação atualizada e disponível no sítio eletrônico da Instituição;

III.controlar os resultados obtidos em face das metas fixadas para sua unidade;

IV.analisar os resultados do programa de gestão em sua unidade;

V.supervisionar a aplicação e a disseminação do processo de acompanhamento de metas e resultados;

VI.colaborar com a área de gestão de pessoas e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais para melhor execução do programa de gestão;

VII.sugerir ao Reitor, com base nos relatórios, a suspensão, alteração ou revogação deste Regulamento e do programa de gestão;

VIII.enviar, de forma eletrônica, para arquivamento da área de gestão de pessoas, os relatórios de que tratam os arts. 20 e 21; e

IX.manter contato permanente com a área de gestão de pessoas e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais, a fim de assegurar o regular cumprimento das regras do programa de gestão.

Art. 28. Compete ao chefe imediato e demais chefias:

I.acompanhar a qualidade e a adaptação dos participantes do programa de gestão;

II.manter contato permanente com os participantes do programa de gestão para repassar instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação;

III.aferir o cumprimento das metas estabelecidas bem como avaliar a qualidade das entregas;

IV.dar ciência ao dirigente da unidade sobre a evolução do programa de gestão, dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas, para fins de consolidação dos relatórios; e

V.registrar a evolução das atividades do programa de gestão nos relatórios

periodicamente.

Art. 29. Compete à área de gestão de pessoas e à área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais:

I.zelar pelo bom e correto funcionamento do programa de gestão na Instituição; e

II.cuidar para que toda a documentação referente ao programa de gestão se mantenha organizada e arquivada no SUAP.

DO SISTEMA DE MONITORAMENTO

Art. 30. O IFBAIANO utilizará sistema informatizado adequado, próprio ou disponibilizado pelo órgão central do SIPEC, como ferramenta de apoio tecnológico para acompanhamento e controle do cumprimento de metas e alcance de resultados.

§ 1º O sistema de que trata o caput permitirá:

I.- a tabela de atividades conforme art. 9°;

II.o plano de trabalho conforme definido no art. 18;

III.o acompanhamento do cumprimento de metas;

IV. o registro das alterações no plano de trabalho prevista no § 2º do art.18;

V. a avaliação qualitativa das entregas; e

VI.a designação dos executores e avaliadores das entregas acordadas.

Art. 31. No caso do sistema informatizado de que trata o art. 30 ser disponibilizado pelo órgão central do SIPEC, os custos de implementação e sustentação serão de responsabilidade do IFBAIANO.

Art. 32. O IFBAIANO disponibilizará Interface de Programação de Aplicativos para o órgão central do SIPEC com o objetivo de fornecer informações atualizadas no mínimo semanalmente, registradas no sistema informatizado de que trata o art. 30, bem como os relatórios de que trata o art. 21.

§ 1º As informações de que trata o caput deverão ser divulgadas pelo IFBAIANO, em seu sítio eletrônico com, pelo menos, mas não se restringindo, as seguintes informações:

I.plano de trabalho;

II.relação dos participantes do programa de gestão, discriminados por unidade;

III.entregas acordadas; e

IV.acompanhamento das entregas de cada unidade.

§ 2º Apenas serão divulgadas informações não sigilosas, com base nas regras de transparência de informações e dados previstas em legislação.

§ 3º O órgão central do SIPEC emitirá documento com as especificações detalhadas dos dados a serem enviados e da interface de programação de aplicativos previstos no caput.

DAS INDENIZAÇÕES E VANTAGENS

Art. 33. Fica vedada a autorização da prestação de serviços extraordinários e horas excedentes aos participantes do programa de gestão.

Parágrafo único. O cumprimento, pelo participante, de metas superiores às metas previamente estabelecidas, não configura a realização de serviços extraordinários e horas excedentes.

Art. 34.Fica vedada aos participantes do programa de gestão a adesão ao banco de horas de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018.

Parágrafo único. Verificada a existência de banco de horas, o servidor deverá usufruir as horas computadas como excedentes ou compensar as horas negativas, antes do início da participação no programa de gestão.

Art. 35. Não será concedida ajuda de custo ao participante do programa de gestão quando não houver mudança de domicílio em caráter permanente, no interesse da Administração.

Parágrafo único. Será restituída a ajuda de custo paga nos termos do Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001, quando antes de decorridos 3 (três) meses do deslocamento, o servidor regressar ao seu domicílio de origem em decorrência de teletrabalho em regime de execução integral.

Art. 36. O participante do programa de gestão que se afastar da sede do órgão em caráter eventual ou transitório, no interesse da Administração, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias, destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, utilizando como ponto de referência a localidade da unidade de exercício.

Art. 37. O participante do programa de gestão somente fará jus ao pagamento do auxílio- transporte nos casos em que houver deslocamentos de sua residência para o local de trabalho e vice-versa, nos termos da Instrução Normativa nº 207, de 21 de outubro de 2019, expedida pelo Ministério da Economia.

Art. 38. Não será concedido o auxílio-moradia ao participante em teletrabalho quando em regime de execução integral.

Art. 39. Fica vedado o pagamento de adicional noturno aos participantes do programa de gestão em regime de teletrabalho.

§1º Não se aplica o disposto no caput aos casos em que for possível a comprovação da atividade, ainda que remota, prestada em horário compreendido entre 22h (vinte e duas horas) de um dia e 5h (cinco horas) do dia seguinte, desde que autorizada pela chefia imediata e validada pelo dirigente da unidade.

§2º A autorização de que trata o §1º somente poderá ser deferida mediante justificativa quanto à necessidade da medida, considerando-se a natureza da atividade exercida.

Art. 40. Fica vedado o pagamento de adicionais ocupacionais de insalubridade e periculosidade, ou quaisquer outros relacionados à atividade presencial, para os participantes do programa de gestão em regime de teletrabalho.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. Todas as chefias são responsáveis por avaliar e utilizar com razoabilidade os instrumentos previstos neste Regulamento, a fim de assegurar a preservação, funcionamento, continuidade e melhoria da prestação dos serviços do IFBAIANO, prezando para que o programa de gestão não implique em prejuízos à Instituição.

Art. 42. Os casos específicos, não tratados neste Regulamento, deverão ser avaliados pelo Colégio de Dirigentes, com o suporte da CIS, CPPD Institucional, conforme o caso, da área de gestão de pessoas e da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais do IFBAIANO, e encaminhados ao Reitor para decisão.

Art. 43. Esta Resolução, após aprovada pelo Conselho Superior, será publicada no Diário Oficial da União e divulgada no sítio eletrônico da Instituição.

Anexo I

MINUTA DE PORTARIA PARA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO NO CAMPUS/REITORIA

O Diretor Geral no uso das atribuições que lhe confere o XXXXXXX, e, tendo em vista a Resolução CONSUP XXXXXX que autoriza a implementação de Programa de Gestão, em especial na modalidade teletrabalho, no âmbito do IFBaiano, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos gerais de instituição do Programa de Gestão no [nome do Campus/Reitoria].

Art. 2º Serão adotados os seguintes regimes de execução do Programa de Gestão nesta unidade:

I-regime de execução parcial: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante restringe-se a um cronograma específico, dispensado do controle de frequência exclusivamente nos dias em que a atividade laboral seja executada remotamente, nos termos desta Portaria;

II-regime de execução integral: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante compreende a totalidade da sua jornada de trabalho, dispensado do controle de frequência, nos termos desta Portaria;

Art. 3º Os resultados e benefícios esperados para o IF Baiano, a partir da instituição do Programa de Gestão no âmbito deste Campus, são os seguintes:

I - ; II - (...)

Art. 4º O Programa de Gestão desta unidade abrange as atividades descritas na tabela constante do Anexo Único desta Portaria.

Art. 5º Para participar do programa de gestão do campus/Reitoria, o candidato selecionado na forma a ser divulgada pela [nome do Campus/Reitoria] deverá assinar, em conjunto com a chefia imediata, o Plano de Trabalho, bem como o Termo de Ciência e Responsabilidade.

Art. 6º A Tabela de Atividades, o Plano de Trabalho e o Termo de Ciência e Responsabilidade deverão ser registrados em sistema informatizado apropriado.

Art. 7º Poderão participar do programa de gestão em cada unidade deste campus no máximo [ ] por cento do total da força de trabalho da unidade, desconsiderado o regime de execução parcial.

Art. 8º O participante do programa de gestão poderá ser convocado, com antecedência mínima de 48 horas, para comparecimento pessoal à unidade, quando houver interesse fundamentado da Administração ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo II

MODELO DADOS PARA PARAMETRIZAÇÃO DO SISTEMA PARA PREENCHIMENTO DO TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE GESTÃO, TERMO DE CIÊNCIA E PLANO DE TRABALHO DO SERVIDOR

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR

Declaro que:

I - atendo às condições para participação no programa de gestão, conforme Portaria nº de .

II - estou ciente:

a)do prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do participante à unidade;

b)das atribuições e responsabilidades do participante;

c)da minha responsabilidade por manter a infraestrutura necessária para o exercício de suas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação, quando executar o programa de gestão na modalidade teletrabalho;

d)que minha participação no programa de gestão não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa nº 65, de 2020;

e)da vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 29 a 36 da Instrução Normativa nº 65, de 2020;

f)da vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;

g)do dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber; e

h)das orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.

i)que o plano de trabalho será registrado em sistema informatizado.

Local e data:

Nome, cargo e assinatura do servidor:

Nome, cargo e assinatura da chefia responsável:

PLANO DE TRABALHO - ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS REGIME DE EXECUÇÃO E PREVISÃO DE JORNADA PRESENCIAL (Íntegra no link: https://suap.ifbaiano.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/323117/).

Anexo III

TABELA DE ATIVIDADES (Íntegra no link: https://suap.ifbaiano.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/323117/).

Anexo IV

MINUTA DO EDITAL DE INSCRIÇÃO PARA ADESÃO AO PROGRAMA DE TELETRABALHO. (Íntegra no link: https://suap.ifbaiano.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/323117/).

Anexo V

Mensuração (Íntegra no link: https://suap.ifbaiano.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/323117/).

Vinculação das atividades funcionais aos Indicadores Estratégicos para o Programa de Gestão do IF Baiano

Para efeito das exigências de mensuração do trabalho remoto, previstas no Programa de Gestão do IF Baiano, e em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 30 DE JULHO DE 2020 do Ministério da Economia, cada servidor participante do programa de gestão, junto a sua chefia imediata, deverá preencher Tabela de Atividades padronizada da instituição, contendo, no mínimo e obrigatoriamente as seguintes informações: atividade a ser desenvolvida, tempo de execução da atividade, entregas esperadas com essa atividade e indicadores referentes. As áreas funcionais deverão realizar a vinculação temática entre suas atividades funcionais contempladas nas Tabelas de Atividades e os temas institucionais referentes aos Indicadores Estratégicos do PDI, levando em conta a sugestão da tabela de vinculação "Grupo de Atividades-Indicador" apresentada abaixo.

As áreas podem escolher a vinculação das suas atividades com todos os indicadores sugeridos na tabela, com parte dos indicadores sugeridos, ou com o acréscimo de outros indicadores que façam parte do rol de 28 Indicadores Estratégicos apresentados neste documento. Para os efeitos das exigências de mensuração do trabalho remoto, previstas no Programa de Gestão do IF Baiano, não poderão ser propostos outros indicadores diferentes dos 28 Indicadores Estratégicos constantes neste documento.

Tabela de vinculação "Grupo de Atividades-Indicador"

Grupo de Atividades	Indicadores Prioritários a utilizar (de acordo com a numeração do indicador)
Ensino	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14, 18.
Pesquisa	1,7, 11, 13, 15, 16, 18
Extensão	1,7, 11, 13, 16, 17, 18
Desenvolvimento Institucional	1,7, 13, 18, 19,
Tecnologia da Informação	1, 7, 13
Gestão de Pessoas	18, 20, 22, 23, 26
Comunicação	1, 13, 18
Administrativo-Financeiro	20, 21, 24, 25, 27, 28
Assistência Estudantil	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14, 18.
Auditoria	1, 7, 13
Ouvidoria	1, 13, 18

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS NOVA VENÉCIA

PORTARIA DG Nº 184, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS NOVA VENÉCIA, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO nomeado pela Portaria nº 1991, de 22.11.2021, publicada no DOU de 23.11.2021, Seção 2, página 21, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no processo 23159.000364/2022-13, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação de professor substituto de que trata o Edital DG nº 06/2022, conforme relação anexa.

ANDERSON ROZENO BOZETTI BATISTA

ANEXO I

CURSO/DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO - 40 HORAS

Nº. INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
07	JAQUELINE GUIMARÃES	75,20	1º
05	MARILENE APARECIDA PEREIRA	62,19	2º

PORTARIA DG Nº 185, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS NOVA VENÉCIA, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO nomeado pela Portaria nº 1991, de 22.11.2021, publicada no DOU de 23.11.2021, seção 2, página 21, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no processo 23159.000320/2022-85, resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação de professor substituto de que trata o Edital DG nº 07/2022, conforme relação anexa.

ANEXO I

CURSO/DISCIPLINA: GEOLOGIA - 40 HORAS

Nº. INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
19	AILTON DA SILVA BRITO	88,34	1º
03	RHANDER TAUFNER ALTOE	74,00	2º
21	DEISE MARLI DA SILVEIRA	62,27	3º
14	GRAZIELE ARANTES REIS	52,20	4º

ANDERSON ROZENO BOZETTI BATISTA

CAMPUS SÃO MATEUS

PORTARIA Nº 241, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Substituto IFES - CAMPUS SÃO MATEUS - Edital 15/2022

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SÃO MATEUS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado pela Portaria nº 1.975, de 22.11.2021, publicada no DOU de 23.11.2021, seção 2, página 21, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria nº 1.070, de 05.06.2014 da Reitoria - Ifes, resolve:

Homologar o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado destinado à Contratação de Professor Substituto, de que trata o Edital n.º 15/2022, conforme relação anexa.

ANEXO

Área de Estudo/Disciplina: INFORMÁTICA - 40 HORAS

Nº de Inscrição	Candidato	Nota Final	Classificação
14	Allan Costa Jardim	80,20	1°
5	Haron Calegari Fanticelli	77,20	2°
8	Pedro Alexandre Aparecido da Silva	75,60	3º

Área de Estudo/Disciplina: MECÂNICA - 40 HORAS

Nº de Inscrição	Candidato	Nota Final	Classificação
16	Heitor Mendes Vieira da Silva	63,30	1°
3	Luana Miranda de Souza	62,80	2º
11	Victor Magalhães Cosme	57,70	3º
7	Maysa Santos Pacheco de Oliveira	57,60	4º

EROS SILVA SPALLA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

PORTARIA IFSUL Nº 68, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Estabelece o ato de reconhecimento do Curso Superior de Engenharia de Controle de Automação, câmpus Charqueadas, exclusivamente para fins de expedição e registro de diplomas, no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o Art. 11, § 1º, do Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, a Portaria Normativa Nº 23, de 21 de dezembro 2017, a Portaria Normativa Nº 742, de 3 de agosto de 2018, o Art. 26, § 1º, da Portaria MEC Nº 1095, de 25 de outubro de 2018 e o Processo 23163.001827.2022-97, resolve:

Art. 1º Emitir ato de reconhecimento de curso exclusivamente para fins de expedição e registro de diplomas para os/as estudantes concluintes relacionados/as a seguir do Curso Superior de Engenharia de Controle e Automação, câmpus Charqueadas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense:

Nome da/o Estudante Concluinte	Título do Diploma de Graduação
Ana Beatriz Luiz da Silva	Engenheira de Controle e Automação
Gabriel Azevedo Pires	Engenheiro de Controle e Automação
César Rafael Rezende	Engenheiro de Controle e Automação
Wellington dos Santos Leote	Engenheiro de Controle e Automação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO LUIS BARBOSA NUNES

PORTARIA IFSUL Nº 71, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Aprova, ad referendum do Conselho Superior, a alteração da estrutura organizacional do Câmpus Pelotas.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE, no uso das atribuições legais, resolve:

Art. 1º Aprovar, ad referendum do Conselho Superior, a alteração da estrutura organizacional do Câmpus Pelotas - cargos e funções, conforme segue:

I - A Coordenadoria de Eventos passa da função FG-2 para a função FG-4;

II - A Coordenadoria de Apoio à Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico passa da função FG-4 para a função FG-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO LUIS BARBOSA NUNES

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 209, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2021, estabelece os aspectos gerais de cálculo e os procedimentos de manifestação das Instituições de Educação Superior sobre os insumos de cálculo e divulgação de resultados.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - Inep, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e considerando os termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, do Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017, da Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018 e da Portaria Normativa nº 494, de 8 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam definidos os seguintes Indicadores de Qualidade da Educação Superior, referentes ao ano de 2021:

I - Conceito Enade;

II - Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado - IDD;

III - Conceito Preliminar de Curso - CPC; e

IV - Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição - IGC.

Art. 2º Os Indicadores de Qualidade da Educação Superior serão calculados de forma interdependente e em conformidade com as metodologias descritas em suas respectivas Notas Técnicas elaboradas pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Daes do Inep, aprovadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - Conaes, e tornadas públicas no Portal do Inep.

Parágrafo único. Os indicadores referidos no caput serão calculados a partir de insumos oriundos das seguintes fontes:

I - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade: desempenho dos estudantes e respostas ao Questionário do Estudante (percepção dos discentes sobre as condições oferta do processo formativo), aplicados no ano de 2021;

II - Exame Nacional do Ensino Médio - Enem: desempenho dos estudantes;

III - Censo da Educação Superior: informações sobre o corpo docente e número de matrículas na graduação, constantes no Censo de 2021; e

IV - Avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes: conceitos vigentes e número de matrículas (matriculados e titulados) dos programas de mestrado e doutorado, com referência ao ano de 2021, conforme base de dados oficial encaminhada pela Capes ao Inep, nos termos previstos na Portaria Capes nº 55, de 17 de março de 2022 e no Manual de Coleta de Dados: conceitos e Orientações da Capes.

Art. 3º Os insumos que sustentam o cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior serão divulgados às IES, em caráter restrito no Sistema e-MEC, em duas etapas:

I - A partir de 21 de junho de 2022 serão divulgados os insumos subsidiários ao cálculo do Conceito Enade e do IDD, mais os insumos relativos ao Questionário do Estudante utilizadas no cálculo do CPC, por curso de graduação, referentes a:

a) área de enquadramento do curso no Enade 2021;

b) quantidade de estudantes concluintes inscritos e participantes com resultados válidos no Enade 2021 para fins de avaliação;

c) desempenho médio obtido por estudantes concluintes no Enade 2021 nas questões de Formação Geral e nas questões do Componente Específico da prova;

d) quantidade de estudantes concluintes participantes do Enade 2021 com nota do Enem considerada no cálculo do IDD;

e) quantidade de estudantes que responderam ao Questionário do Estudante do Enade 2021; e

f) média da respostas obtidas do Questionário do Estudante do Enade 2021 sobre infraestrutura, organização didático-pedagógica e oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional, consideradas no cálculo do CPC.

II - A partir do dia 01 de outubro de 2022 serão divulgados os demais insumos subsidiários do cálculo do CPC e do IGC, por curso de graduação e por IES, referentes a:

a) corpo docente e número de matrículas na graduação, considerando o ano do ciclo avaliativo do Enade em 2021;

b) conceito da Capes para os programas de pós-graduação stricto sensu em funcionamento em 2021; e

c) quantidade de matriculados e titulados dos programas de pós-graduação stricto sensu em 2021.

Art. 4º As IES poderão manifestar-se sobre os insumos de cálculo dos indicadores de que trata o art. 3º desta Portaria dentro do período de 10 (dez) dias corridos, contados a partir de cada data de divulgação no Sistema Eletrônico Institucional determinado pelo Inep.

§ 1º As manifestações referidas no caput deste artigo deverão ser apresentadas pelas IES exclusivamente por meio do Sistema e-MEC.

§ 2º Os períodos específicos para as manifestações das IES de que trata o caput deste artigo serão estabelecidos pelo Inep a partir das datas previstas no art. 3º desta Portaria.

§ 3º O Inep comunicará as IES sobre a abertura de cada período de manifestações por meio do Sistema e-MEC.

§4º A ausência de manifestação das IES nos termos estabelecidos neste artigo presumirá aceitação plena dos insumos subsidiários ao cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior.

Art. 5º Os insumos divulgados no Sistema e-MEC para ciência e manifestações das IES poderão ser alterados para fins de cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação da Educação Superior, em decorrência dos resultados das análises das manifestações das IES de que trata o art. 4º desta Portaria.

Art. 6º O Inep divulgará o resultado final do Conceito Enade e do IDD a partir do dia 31 de agosto de 2022, e do CPC e do IGC a partir de 13 de dezembro de 2022.

§ 1º Os resultados dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior serão divulgados pelo Inep, associados aos respectivos códigos de curso e de instituição utilizados no processo de inscrição dos estudantes no Enade, para todos os cursos e instituições com resultados válidos para fins de avaliação, obedecidas as restrições descritas nas respectivas Notas Técnicas.

§ 2º Após a divulgação oficial dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, seus resultados passam a ser considerados estatísticas oficiais da educação superior, não sendo possível realizar qualquer alteração nos dados em decorrência de solicitação da instituição de educação superior.

Art. 7º Os casos omissos serão tratados pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior do Inep.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

DANILO DUPAS RIBEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA NORMATIVA Nº 6, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta no Processo de seleção de docente nº 23068.015818/2021-81, resolve:

Prorrogar, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 11/06/2022, a validade do Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professor Substituto, de que trata o Edital nº 56/2021-PROGEP, publicado no DOU de 19/04/2021, homologado conforme Edital nº 97/2021-PROGEP, publicado no DOU em 11/06/2021, na parte referente à Área/subárea ou Disciplinas: Pediatria.

JOSIANA BINDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 596/DDP, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.040826/2021-05, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (LLE), objeto do Edital nº 087/2021/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2021, seção 3, página 119.

Campo de Conhecimento: Letras/Literaturas Estrangeiras Modernas (Inglês)
Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Vagas: 1 (uma)
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	RENATA LUCENA DALMASO	9,58
2º	MELINA PEREIRA SAVI	8,63
3º	ANDRÉ FERREIRA GOMES DE CARVALHO	8,61
4º	DAYANE EVELLIN DE SOUZA FRANCISCO	7,97
5º	PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS GROPPO	7,79

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ 87.020.517/0001-20
NIRE 43500317785

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 474
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2022

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, em sua sede na rua Ramiro Barcelos, nº 2350, por videoconferência (meet.google.com/auj-wfws-ium), na forma da Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020 e da Instrução Normativa da Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, realizou-se a quadringentésima septuagésima quarta reunião ordinária do Conselho de Administração do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, sob a Presidência da Professora Lúcia Maria Kliemann. Presentes os Conselheiros: Lúcia Maria Kliemann, representante da Faculdade de Medicina da UFRGS; Waldeir Machado da Silva, representante do Ministério da Economia; Rodrigo Otavio Moreira da Cruz, representante do Ministério da Saúde; José de Castro Barreto Junior, representante do Ministério da Educação; Hélio Henkin, representante da Reitoria da UFRGS; Patricia Helena Lucas Pranke, representante da Reitoria da UFRGS; Ana Maria Müller de Magalhães, representante da Escola de Enfermagem da UFRGS; Nadine Oliveira Clausell, Diretora-Presidente do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e Evandro Luís Fagundes, representante dos empregados, conforme Relação de Presença do Conselho de Administração, documento nº 0704007, assinada eletronicamente no Sistema Eletrônico de Informações do HCPA - SEI-HCPA. Justificada a ausência dos Conselheiros: Adriana Denise Acker, representante do Ministério da Economia e Djaci Vieira de Sousa, representante do Ministério da Educação. Presentes, como participantes, sem direito a voto: Brasil Silva Neto, Diretor Médico; Jorge Luis Bajerski, Diretor Administrativo; Ninon Girardon da Rosa, Diretora de Enfermagem; Luciana Paula Cadore Stefani, Diretora de Ensino e Patrícia Ashton Prolla, Diretora de Pesquisa. Convidados presentes: Ana Paula Coutinho, Ana Luiza Silva Maia, André Mena Avila, Betina Frizzo Pasquotto Bria, Caroline Ziani Dalla Pozza, Celso Dall Igna, Guilherme Leal Camara, Gustavo Salomão Pinto, Jairo Henrique Gonçalves, Luciana Raupp Rios Wohlgemuth, Marisol Silveira de Oliveira, Neiva Teresinha Finato, Roberto Scalco Isquierdo, Roseli Fatima Armiliatto Bortoluzzi e Valter Ferreira da Silva. Na secretaria dos trabalhos: Vanessa de Oliveira Pierozan, com o apoio de Jéssica Minuscoli Correa e Simone de Lima Souza. Ressalta-se que a participação dos conselheiros nesta reunião deu-se à distância, devido ao estado de emergência decorrente do Coronavírus, responsável pelo surto de 2020. O Conselho de Administração deliberou conforme segue: Item 1 - Aprovado, por unanimidade, da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração nº 473, de 25/04/2022- documento nº 0704008. Item 2 - Nomeado, por unanimidade, o Sr. JOSÉ DE CASTRO BARRETO JUNIOR, como Conselheiro de Administração, representante do Ministério da Educação, para a primeira condução, com prazo de gestão unificado em 31/08/2020, em substituição ao Sr. Victor Godoy Veiga - documento nº 0734408 - Processo SEI-HCPA nº 23092.005839/2022-71 - Termo de Posse nº 17/2022 (0734990). Item 3 - Aprovada, por unanimidade, a inclusão do item 2 no instrumento de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária (Art. 56, inciso V do Estatuto Social do HCPA). Item 4 - Apresentada, para conhecimento, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária nº 24, de 25/04/2022 - documento nº 0722881. Item 5 - Apresentada, para conhecimento, a Ata da Assembleia Geral Ordinária nº 25, de 25/04/2022 - documento nº 0722890. Item 6 - Apresentada, para conhecimento, a Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº 59, de 20/04/2022 - documento nº 0704009. Item 7 - Apresentada, para conhecimento, a Ata da Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria nº 83, de 18/04/2022 - documento nº 0704010. Item 8 - Eleito, por unanimidade, como membro do Comitê de Auditoria, conforme o §3 e o §4º do art. 96 do Estatuto Social do HCPA, Sr. FERNANDO NASCIMENTO ZATTA - documento nº 0731132, Termo de Posse nº 9/2022 (0729852) - Processos SEI-HCPA nº 23092.004100/2022-42 e nº 23092.010746/2021-88 - Mandato de trinta e seis meses, a partir de 17/06/2022, em substituição ao Sr. Aquiles de Mattos. Item 9 - Aprovado, por unanimidade, o Relatório de Avaliação do Nível de Maturidade da Ouvidoria do HCPA - processo SEI-HCPA nº 23092.004710/2022-46. Item 10 - Aprovada, por unanimidade, a ratificação do Relatório de Gestão da Fundação Médica do Rio Grande do Sul 2021 - FUNDMED - Processo SEI-HCPA nº 23092.004646/2022-01. Item 11 - Aprovado, por unanimidade, o Relatório da Execução Orçamentária do mês e até o mês de março de 2022 - documento nº 0722746 - apresentação nº 0722749. Item 12 - Aprovada, por unanimidade, a Proposta Orçamentária 2023 - documentos nºs 0730105, 0730107, 0730108 e 0730110 - apresentação nº 0730112. Item 13 - Aprovado, por unanimidade, o Plano de Investimentos Plurianual para 2023-2025 - documento nº 0730121 - apresentação nº 0730112. Item 14 - Aprovada, por unanimidade, a renovação da Política de Transações com Partes Relacionadas, bem como os saldos contábeis e as transações relativas a operações com partes relacionadas em 31/03/2022 - documentos nºs 0730273 e 0730382. Item 15 - Aprovado, por unanimidade, o Desfazimento de Bens - Equipamentos com Valores Significativos - Processo SEI-HCPA nº 23092.004402/2022-11. Item 16 - Aprovado, por unanimidade, o Desfazimento de Bens - Equipamentos Permanentes - Processo SEI-HCPA nº 23092.004453/2022-42. Item 17 - Aprovado, por unanimidade, o Desfazimento de Bens de Controle Físico - Irrecuperáveis e antieconômicos - Processo SEI-HCPA nº 23092.004469/2022-55. Item 18 - Aprovado, por unanimidade, o Desfazimento de Bens - Sobras Físicas - Antieconômicos e Irrecuperáveis - Processo SEI-HCPA nº 23092.004473/2022-13. Item 19 - Aprovado, por unanimidade, o Desfazimento de Bens - Mobiliários Irrecuperáveis - Processo SEI-HCPA nº 23092.004477/2022-00. Item 20 - Aprovado, por unanimidade, o Desfazimento de Bens Permanentes, Controle Físico e Sobras Físicas - Irrecuperáveis e Descaracterizados - Processo SEI-HCPA nº 23092.004479/2022-91. Item 21 - Aprovado, por unanimidade, o Desfazimento de Bem - Equipamento Antieconômico - Processo SEI-HCPA nº 23092.004522/2022-18. Item 22 - Aprovado, por unanimidade, o Desfazimento de Bens - Irrecuperáveis - Calandra e Dobradeira - Processo SEI-HCPA nº 23092.004594/2022-65. Item 23 - Apresentado, para conhecimento, o Relatório das Atividades de Auditoria Interna - Data-base 30/04/2022 - documento nº 0722755 e Nota Técnica nº 0709873/2022/CGAUDI - documento nº 0722760 - apresentação nº 0722351. Item 24 - Apresentado, para conhecimento, o Relatório de Auditoria nº 0670049/2022 - Controles de Segurança Física de Pessoas e Patrimonial - documento nº 0722814. Item 25 - Apresentado, para conhecimento, o Relatório de Auditoria nº 0646733/2022 - Cálculos e Recolhimentos de Tributos - documento nº 0722820. Item 26 - Aprovada, por unanimidade, sem a presença da Diretora-Presidente, a proposta de ajuste de horas do Plano de Auditoria Interna (PAINT) 2022 - apresentação nº 0730444. Item 27 - Aprovada, por unanimidade, a revisão da Política de Conformidade e Gerenciamento de Riscos - documento nº 0730137. Item 28 - Aprovada, por unanimidade, a proposta de alteração do Código de Conduta e Integridade - documento nº 0730168. Item 29 - Assuntos Gerais: 29.1 Apresentado, para conhecimento, o teor do conteúdo disposto no Ofício-Circular SEI nº 1690/2022/ME - Publicação das Resoluções CGPAR nº 27, 28 e 29, de 05 de abril de 2022 - documento nº 0724335 - Processo SEI-HCPA nº 23092.004679/2022-43; 29.2 Apresentado, para conhecimento, o teor do conteúdo disposto no Ofício-Circular SEI nº 1731/2022/ME - Publicação do Decreto nº 11.048, de 18 de abril de 2022 - documento nº 0716511 - Processo SEI-HCPA nº 23092.004670/2022-32; 29.3 Apresentado, para conhecimento, o teor do conteúdo disposto no Ofício SEI nº 96140/2022/ME - Consulta sobre encaminhamento de alterações pontuais no Plano de Cargos e Salários - documento nº 0724317 - Processo SEI-HCPA nº 23092.004685/2022-09. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho de Administração agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Vanessa de Oliveira Pierozan, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelos conselheiros presentes e por mim. Porto Alegre, 30 de maio de 2022.

LUCIA MARIA KLIEMANN
Presidente do Conselho

VANESSA DE OLIVEIRA PIEROZAN
Secretária do Conselho

CNPJ 87.020.517/0001-20
NIRE 43500317785

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 475
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2022

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, às 17 horas, em sua sede na rua Ramiro Barcelos, nº 2350, por videoconferência (meet.google.com/auj-wfws-ium), na forma da Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020 e da Instrução Normativa da Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, realizou-se a quadringentésima septuagésima quinta reunião extraordinária do Conselho de Administração do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, sob a Presidência da Professora Lúcia Maria Kliemann. Presentes os Conselheiros: Lúcia Maria Kliemann, representante da Faculdade de Medicina da UFRGS; Waldeir Machado da Silva, representante do Ministério da Economia; Rodrigo Otavio Moreira da Cruz, representante do Ministério da Saúde; Hélio Henkin, representante da Reitoria da UFRGS; Patricia Helena Lucas Pranke, representante da Reitoria da UFRGS; Ana Maria Müller de Magalhães, representante da Escola de Enfermagem da UFRGS e Nadine Oliveira Clausell, Diretora-Presidente do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, conforme Relação de Presença do Conselho de Administração, documento nº 0724833, assinada eletronicamente no Sistema Eletrônico de Informações do HCPA - SEI-HCPA. Justificada a ausência dos Conselheiros: Adriana Denise Acker, representante do Ministério da Economia; Djaci Vieira de Sousa, representante do Ministério da Educação e José de Castro Barreto Junior, representante do Ministério da Educação. De acordo com o art. 50, §5º, do Estatuto Social do HCPA, o representante dos empregados, Sr Evandro Luís Fagundes, não participa das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive assistenciais ou de previdência complementar, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse, sendo tais assuntos deliberados em reunião separada e exclusiva para tal fim. Presentes, como participantes, sem direito a voto: Brasil Silva Neto, Diretor Médico do HCPA; Jorge Luis Bajerski, Diretor Administrativo do HCPA; Ninon Girardon da Rosa, Diretora de Enfermagem e Luciana Paula Cadore Stefani, Diretora de Ensino. Convidados presentes: Ana Paula Coutinho, Caroline Ziani Dalla Pozza, Guilherme Leal Camara, Gustavo Salomão Pinto, Jairo Henrique Gonçalves, Luciana Raupp Rios Wohlgemuth, Marisol Silveira de Oliveira, Neiva Teresinha Finato, Roberto Scalco Isquierdo, Roseli Fatima Armiliatto Bortoluzzi e Valter Ferreira da Silva. Na secretaria dos trabalhos: Vanessa de Oliveira Pierozan, com o apoio de Jéssica Minuscoli Correa e Simone de Lima Souza. Ressalta-se que a participação dos conselheiros nesta reunião deu-se à distância, devido ao estado de emergência decorrente do Coronavírus, responsável pelo surto de 2020. O Conselho de Administração deliberou conforme segue: Item 1 - Manifestar-se sobre a proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral (Art. 56, inciso IV do Estatuto Social do HCPA) - documentos nºs 0733080, 0734168, 0734180, 0734184, 0735884 e 0735885 - Processo SEI HCPA nº 23092.001501/2022-41: item 1.1 Aprovado, com duas abstenções, o encaminhamento à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), da proposta de remuneração dos membros estatutários para o período de junho/2022 a março/2023, considerando a inflação ocorrida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de abril/2017 a março/2022, conforme ata e parecer do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, documentos nºs 0735884 e 0735885 e documentos da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) nº 0737356 e 0737357 - apresentação nº 0735709. Item 2 - Aprovada, com uma abstenção, a inclusão da proposta do item 1.1 no instrumento de convocação da Assembleia Geral Extraordinária (Art. 56, inciso V do Estatuto Social do HCPA). Item 3 - Aprovada, por unanimidade, a convocação da Assembleia Geral Extraordinária (Art. 56, inciso V do Estatuto Social do HCPA). Item 4 - Aprovado, com duas abstenções, o Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2021-2023 - Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) - documentos nºs 0731144, 0731141, 0731140, 0731143 e 0731139 - Processo SEI-HCPA nº 23092.003639/2022-84. Item 5 - Aprovado, com uma abstenção, o Acordo Coletivo de Trabalho 2022-2023 - Auxílio Alimentação - documentos nºs 0734804, 0734817, 0734822, 0734811, 0734812, 0734836 e 0734823 - Processo SEI HCPA nº 23092.005889/2022-59. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho de Administração agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Vanessa de Oliveira Pierozan, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelos conselheiros presentes e por mim. Porto Alegre, 30 de maio de 2022.

LUCIA MARIA KLIEMANN
Presidente do Conselho

VANESSA DE OLIVEIRA PIEROZAN
Secretária do Conselho

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

PORTARIA Nº 953, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no exercício da Reitoria, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO o disposto no item III, do artigo 37 da Constituição Federal; resolve:

PRORROGAR, por igual período, a contar da data de término do período anterior, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, de Edital de Homologação nº 210/2021 de 02/06/2021, publicado no DOU de 07/06/2021, referente ao Edital de Abertura nº 107/2021 de 31/03/2021, publicado no DOU de 06/04/2021, para provimento do cargo de Professor Substituto do Magistério Superior.

MARCUS VINICIUS MORINI QUEROL

Ministério da Infraestrutura

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RETIFICAÇÃO

Na alínea "a" do inciso I do art. 5º da Resolução CONTRAN nº 949, de 28 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 63, de 1º de abril de 2022, Seção 1, página 137,

onde se lê:

"a partir de 22 de janeiro de 2018"

Leia-se:

"a partir de 1º de janeiro de 2020"

Na alínea "a" do inciso II do art. 5º da Resolução CONTRAN nº 949, de 28 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 63, de 1º de abril de 2022, Seção 1, página 137,

onde se lê:

"a partir de 31 de dezembro de 2018"

Leia-se:

"a partir de 1º de janeiro de 2026"

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 532, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Aprova revisão do Fluxo de Caixa Marginal aprovado pela Decisão nº 496/2021 do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Porto Alegre, localizado no Município de Porto Alegre (RS).

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, incisos IV e V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e tendo em vista o art. 18 do Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011,

Considerando o estabelecido na Seção III - Da Revisão Extraordinária do Capítulo VI - Do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2017 - SBPA, referente à concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Porto Alegre, localizado no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul (RS), e

Considerando o que consta do processo nº 00058.029735/2021-92, deliberado e aprovado na 9ª Reunião Deliberativa, realizada em 31 de maio de 2022, decide:

Art. 1º Aprovar a revisão do Fluxo de Caixa Marginal constante da Decisão nº 496, de 17 de dezembro de 2021, conforme previsto no art. 4º, parágrafo único, da referida Decisão.

Art. 2º O valor referente ao desequilíbrio verificado em 2021, após revisão do Fluxo de Caixa Marginal, corresponde a R$ 118.107.344,90 (cento e dezoito milhões, cento e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos), a valores de 31 de dezembro de 2021.

Art. 3º A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizada por meio da revisão das contribuições variáveis e fixas devidas pela Concessionária, conforme anuência do Ministério da Infraestrutura, constante nos autos do processo nº 00058.029735/2021-92.

§ 1º O saldo remanescente a ser deduzido nas parcelas das contribuições variáveis e fixas deve ser atualizado pelo IPCA, calculado pelo IBGE, acumulado entre 31 de dezembro de 2021 e o mês anterior ao do pagamento das contribuições variáveis e fixas devidas pela Concessionária, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento), estabelecida pela Resolução nº 528, de 28 de agosto de 2019, proporcional ao número de meses correspondente.

§ 2º O abatimento das contribuições variáveis e fixas serão efetuados de forma a concluir a recomposição no menor prazo praticável.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 8.250, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Altera o quantitativo de cargos comissionados da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 16 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e 35, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, tendo em vista o disposto nos arts. 8º, inciso XLII, da mencionada Lei e 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e considerando o que consta do processo nº 00058.018788/2022-69, deliberado e aprovado na 20ª Reunião Administrativa Eletrônica da Diretoria Colegiada, realizada nos dias 30 de maio a 3 de junho de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do quantitativo de cargos comissionados da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 5.109, de 31 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 2 de junho de 2021, Seção 1, página 62.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 8 de agosto de 2022.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN

ANEXO

QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC

DISTRIBUIÇÃO CONFORME DECRETO Nº 5.731, DE 20 DE MARÇO DE 2006.				DISTRIBUIÇÃO ATUAL		DISTRIBUIÇÃO PROPOSTA	
CARGO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR TOTAL	QUANT.	VALOR TOTAL
CD I	1	17.432,15	17.432,15	1	17.432,15	1	17.432,15
CD II	4	16.560,54	66.242,16	4	66.242,16	4	66.242,16
CGE I	10	15.688,92	156.889,20	11	172.578,12	11	172.578,12
CGE II	6	13.945,71	83.674,26	5	69.728,55	5	69.728,55
CGE III	38	13.074,10	496.815,80	33	431.445,30	33	431.445,30
CGE IV	63	8.716,06	549.111,78	68	592.692,08	68	592.692,08
CA I	1	13.945,71	13.945,71	0	0,00	0	0,00
CA II	8	13.074,10	104.592,80	9	117.666,90	9	117.666,90
CA III	14	3.639,84	50.957,76	9	32.758,56	9	32.758,56
CAS I	21	2.753,42	57.821,82	19	52.314,98	18	49.561,56
CAS II	42	2.386,29	100.224,18	30	71.588,70	30	71.588,70
SUBTOTAL I	208		1.697.707,62	191	1.624.447,50	190	1.621.694,08
CCT V	90	3.314,30	298.287,00	79	261.829,70	79	261.829,70
CCT IV	81	2.421,96	196.187,76	110	266.415,60	111	268.837,56
CCT III	68	1.228,94	83.567,92	100	122.894,00	100	122.894,00
CCT II	10	1.083,38	10.833,80	9	9.750,42	9	9.750,42
CCT I	0	959,29	0,00	1	959,29	1	959,29
SUBTOTAL II	249		588.876,48	299	661.849,01	300	664.270,97
TOTAL (I+II)	457		2.286.584,10	488	2.286.296,51	488	2.285.965,05

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 8. 115, DE 24 DE MAIO DE 2022

OS SUPERINTENDENTES DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA E DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhes conferem os art. 31, incisos IV e X, e 42 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Resolução nº 623, de 7 de junho de 2021, e considerando o que consta do processo nº 00058.024315/2021-10, resolvem:

Art. 1º Aprovar o modelo para Termo de Responsabilidade de que trata o art. 3º da Resolução nº 623, de 7 de junho de 2021, que passa a vigorar conforme o Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O modelo de Termo de Responsabilidade de que trata esta Portaria encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA
Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA
Superintendente de Padrões Operacionais

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 8.212, DE 1º DE JUNHO DE 2022

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º e 25 da Portaria nº 6880/SIA, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº 14/2022/GFIC/SIA, de 1º de junho de 2022, e o que consta do processo nº 00065.034221/2019-45, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação da medida cautelar de proibição de operações de pouso, aplicada por meio da Decisão sobre Medida Cautelar nº 23/2021/GFIC/SIA, de 12 de julho de 2021, ao aeródromo público Janaúba, CIAD MG0021, código OACI SNAP, localizado em Janaúba/MG.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 5.430/SIA, de 12 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2021, Seção 1, página 59.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 8.127, DE 24 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.013533/2022-11, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Pansera;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: TO0110;

III - município (UF): Campos Lindos (TO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 08° 00' 59'' S / 046° 38' 14'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8. 130, DE 25 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.017527/2022-32, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Alegria;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: TO0108;

III - município (UF): Crixás do Tocantins (TO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 11°07'30" S / 049°07'07" W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.136, DE 25 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.017714/2022-16, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Cachoeira;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0088;

III - município (UF): Anastácio (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 20° 45' 36'' S / 055° 34' 20'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1.226/SIA de 14 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2013, Seção 1, página 29.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.141, DE 25 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.017672/2022-13, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Merlin Agro;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: TO0111;

III - município (UF): Mateiros (TO);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 10° 13' 27'' S / 046° 06' 43'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.154, DE 27 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.013473/2022-36, resolve:

Art. 1º Inscrever o Heliponto privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Tívoli Ecoresort Praia do Forte;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0406;

III - município (UF): Mata de São João (BA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 12° 34' 43'' S / 038° 00' 48'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.194, DE 30 DE MAIO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.014139/2022-08, resolve:

Art. 1º Excluir o Aeródromo Privado abaixo do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo:

I - denominação: Fazenda São Sebastião;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0140;

III - município (UF): Rifaina (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 19° 59' 45'' S / 047° 31' 26'' W.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1.498/SIA de 25 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 26 de julho de 2012, Seção 1, página 5.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.228, DE 2 DE JUNHO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.022254/2022-48, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: Artemis Athene;

II - Indicador de localidade: 9PKF;

III - Indicativo de chamada da EPTA: Artemis Athene;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Móvel;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VI - Altitude em relação ao nível do mar: 12,7 metros;

VII - Resistência do pavimento: 9,3 toneladas;

VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 21 metros;

IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

X - Classe: 2;

XI - Categoria: H2; e

XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 26 de maio de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 8.223, DE 2 DE JUNHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 41-A do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta do processo 00065.015265/2022-71, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 65-001, Revisão E (IS nº 61-005E), intitulada "Procedimentos para concessão de licença e de habilitação e para recadastramento de mecânicos de manutenção aeronáutica".

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 5.313/SPL, de 29 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 2 de junho de 2021, Seção 1, página 63, que aprovou a IS nº 65-001D.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2022.

MARIANA OLIVIERI CAIXETA ALTOÉ

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 85, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007865/2022-12 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de autorização especial e de caráter emergencial à empresa Superpesa Marítima Ltda, situada na Av. Brasil, 42.301, prédio nº 7, Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 23.078-002, inscrita no CNPJ sob o nº 00.202.759/0001-57, para operar as cargas da empresa FMC Technologies do Brasil Ltda, situada na Av. Coronel Phidias Tavora, 321, Pavuna, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.534-510, pelo período máximo de 180 (cento e oitenta) dias, com fulcro no artigo 49 da Lei nº 10.233, de 2001, e no art. 31, inciso IV da Resolução Normativa nº 20-ANTAQ, de 2018.

Art. 2º Declarar que a autorização de que trata o item anterior fica condicionada à apresentação a esta Agência Reguladora da declaração de adequação do empreendimento às diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário emitida pelo Poder Concedente, ficando impedida de iniciar as operações até o cumprimento desta condicionante.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DELIBERAÇÃO Nº 43, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 50300.007028/2021-02. Fiscalizada: COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - ANGRA DOS REIS, CNPJ nº 42.266.890/0007-13. Objeto e Fundamento Legal: O Gerente de Fiscalização de Portos e Instalações Portuárias, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 58 do Regimento Interno, decide por conhecer o recurso interposto, visto que tempestivo, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo, integralmente, a decisão proferida, em primeira instância, que aplicou a penalidade de advertência, pela prática da infração prevista art. 33, inciso VI, da norma aprovada pela Resolução nº 3274-ANTAQ.

RAFAEL MOISÉS SILVEIRA DA SILVA
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 65, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria-DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o que consta do Processo nº 50300.008841/2022-72, resolve:

Art. 1° Expedir Termo de Autorização em favor do empresário individual DAVID OLIVEIRA FERNANDES, CNPJ nº 05.949.653/0001-35, para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na prestação de serviços de transporte misto, na navegação interior de percurso longitudinal em município de fronteira, na Região Hidrográfica Amazônica, entre os municípios de Manaus/AM e Tabatinga/AM.

Art. 2º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 66, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria-DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o que consta do Processo nº 50300.007756/2022-97, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.945-ANTAQ, de 18 de abril de 2022, de titularidade do microempreendedor individual ANTHONY EDUARDO FEITOSA MENDES 08843172506, inscrito no CNPJ sob nº 44.553.333/0001-13, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de alteração da propriedade da embarcação constante na frota operacional.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

RENILDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 195, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 062, de 3 de junho de 2022, e no que consta dos Processos nº 50500.021115/2022-99 e nº 50500.110946/2021-53, delibera:

Art. 1º Aprovar a 7ª Revisão Ordinária, a 11ª Revisão Extraordinária e o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP aplicável ao trecho concedido da BR-050/GO/MG - Entroncamento com a BR-040 (Cristalina/GO) - Divisa MG/SP, explorado pela Eco050 - Concessionária de Rodovias S/A, com base nas seguintes alterações:

I - alteração da Tarifa Básica de Pedágio quilométrica contratual de R$ 0,04917 para R$ 0,04951;

II - alteração da Tarifa Básica de Pedágio quilométrica acumulada nos diversos Fluxos de Caixa Marginais de R$ 0,00433 para R$ 0,00410;

III - aplicação do Índice de Reajustamento Tarifário (IRT), de 1,80392 sobre a Tarifa Básica de Pedágio, que representa o percentual positivo de 10,54% (dez inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período;

IV - aplicação do desconto de reequilíbrio de 5,28271%, sobre a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica contratual, correspondente ao Fator D;

V - aplicação do Fator Q de 0,00%;

VI - aplicação do Fator X de 0,00%; e

VII - aplicação do Fator C positivo de R$ 0,31450 na Tarifa de Pedágio reajustada.

Art. 2º Alterar, em consequência, com efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 12 de abril de 2021, a Tarifa de Pedágio, após o arredondamento, nas praças de pedágio P1, em Ipameri/GO; P2, em Campo Alegre de Goiás/GO; P3, em Araguari/MG; P4, em Araguari/MG; P5, em Uberaba/MG; e P6, em Delta/MG, na forma da tabela anexa.

Art. 3º Ficam prejudicados ou indeferidos os pedidos formulados pela Eco050 - Concessionária de Rodovias S/A não contemplados na revisão de que trata esta Deliberação, na forma das manifestações técnicas e jurídicas constantes dos autos.

Art. 4º Determinar à Superintendência de Infraestrutura Rodoviária que autue processo específico para formalização de Termo Aditivo para formalizar as obrigações contratuais de execução de retornos em nível, aprovadas na 1ª Revisão Extraordinária do Contrato, e de inclusão e, posterior, exclusão da disponibilização de link de dados (Sistema de Informações Rodoviárias - SIR).

Art. 5º Esta Deliberação entrará em vigor a partir de zero hora do dia 9 de junho de 2022.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)					
					Praça 1	Praça 2	Praça 3	Praça 4	Praça 5	Praça 6
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	8,30	8,90	6,80	5,30	7,40	5,40
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	16,60	17,80	13,60	10,60	14,80	10,80
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	12,45	13,35	10,20	7,95	11,10	8,10
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	24,90	26,70	20,40	15,90	22,20	16,20
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	16,60	17,80	13,60	10,60	14,80	10,80
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semireboque	4	Dupla	4,0	33,20	35,60	27,20	21,20	29,60	21,60
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semireboque	5	Dupla	5,0	41,50	44,50	34,00	26,50	37,00	27,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semireboque	6	Dupla	6,0	49,80	53,40	40,80	31,80	44,40	32,40
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	Simples	0,5	4,15	4,45	3,40	2,65	3,70	2,70
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	Dupla	-	-	-	-	-	-	-

DELIBERAÇÃO Nº 196, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no Contrato de Concessão da Rodovia BR-101/RJ, trecho Div. RJ/ES - Ponte Pres. Costa e Silva, relativo ao Edital nº 004/2007, explorado pela concessionária Autopista Fluminense S/A, fundamentada no Voto DDB - 063, de 3 de junho de 2022, e no que consta dos Processos nº 50500.019536/2022-50 e nº 50500.043350/2021-31, delibera:

Art. 1º Aprovar a 14ª Revisão Ordinária, alterando a Tarifa Básica de Pedágio - TBP de R$ 2,90510 para R$ 2,85010.

Art. 2º Aprovar a 14ª Revisão Extraordinária, alterando a Tarifa Básica de Pedágio - TBP de R$ 2,85010 para R$ 2,85220.

Art. 3º Aprovar o reajuste que indicou o percentual positivo de 10,38% (dez inteiros e trinta e oito centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária.

Art. 4º Alterar, em consequência, com efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 2 de fevereiro de 2022, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R$ 6,06674 para R$ 6,57450.

Art. 5º Atualizar, na forma da tabela anexa, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada após arredondamento, para a categoria de veículo 1, em R$ 6,60 (seis reais e sessenta centavos), nas praças de pedágio P1, em Campos dos Goytacazes/RJ; P2, em Conceição de Macabu/RJ; P3, em Casimiro de Abreu/RJ; P4, em Rio Bonito/RJ; e P5, em São Gonçalo/RJ.

Art. 6º Esta Deliberação entrará em vigor a partir de zero hora do dia 20 de junho de 2022.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS
Praças de Pedágio P1, P2, P3, P4 e P5

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1	6,60
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2	13,20
3	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simples	1,5	9,90
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	3	19,80
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2	13,20
6	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	Dupla	4	26,40
7	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	Dupla	5	33,00
8	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	Dupla	6	39,60
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas	2	Simples	0,5	3,30

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 473, DE 3 DE JUNHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do artigo 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 92; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.061413/2022-11, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da AUTO VIACAO CATARINENSE LTDA., CNPJ nº 82.647.884/0001-35, para a supressão da linha FLORIANÓPOLIS (SC) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 16-0200-30.

Art. 2º Deferir o pedido da AUTO VIACAO CATARINENSE LTDA., CNPJ nº 82.647.884/0001-35, para a implantação da linha FLORIANÓPOLIS (SC) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 16-0200-40.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 479, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de implantação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 36; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.069080/2022-79, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 16.624.611/0098-73, para a implantação da linha SALVADOR (BA) - FOZ DO IGUAÇU (PR), prefixo nº 05-0316-00, com os mercados a seguir como seções:

I - De: SALVADOR (BA) Para: FOZ DO IGUAÇU (PR), CASCAVEL (PR), CAMPO MOURAO (PR), MARINGA (PR), LONDRINA (PR) e UBERABA (MG);

II - De: FEIRA DE SANTANA (BA), VITORIA DA CONQUISTA (BA) e JEQUIE (BA) Para: FOZ DO IGUAÇU (PR), CASCAVEL (PR), CAMPO MOURAO (PR), MARINGA (PR), LONDRINA (PR), SAO JOSE DO RIO PRETO (SP), UBERABA (MG), UBERLANDIA (MG), PATROCINIO (MG), PATOS DE MINAS (MG), PIRAPORA (MG), MONTES CLAROS (MG) e SALINAS (MG);

III - De: MILAGRES (BA) Para: SAO JOSE DO RIO PRETO (SP), UBERABA (MG), UBERLANDIA (MG), PATROCINIO (MG), PATOS DE MINAS (MG), PIRAPORA (MG), MONTES CLAROS (MG) e SALINAS (MG);

IV - De: SALINAS (MG), MONTES CLAROS (MG), PIRAPORA (MG), PATOS DE MINAS (MG) e PATROCINIO (MG) Para: SAO JOSE DO RIO PRETO (SP);

V - De: UBERLANDIA (MG) Para: FOZ DO IGUAÇU (PR);

VI - De: UBERABA (MG) Para: FOZ DO IGUAÇU (PR), CASCAVEL (PR), MARINGA (PR) e SAO JOSE DO RIO PRETO (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA

PORTARIA Nº 2.933, DE 31 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 101, incisos I, XII, XIII e o art. 113, inciso XII do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 39, de 17 de novembro de 2020, do Conselho de Administração do DNIT e considerando a Ata da 21ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada de 2022 (11506811), realizada em 30 de maio de 2022, constante nos autos do processo nº 50600.026836/2019-61, resolve:

Art. 1º Incluir na divisão em trechos do Sistema Nacional de Viação - SNV o segmento acessório do tipo CONTORNO, como parte integrante da BR-316/PE, conforme:

CÓDIGO: 316CPE1005.
LOCAL DE INÍCIO: Divisa PI/PE.
LOCAL DE FIM: Entr.BR-316.
KM INICIAL: 0,0.
KM FINAL: 4,05.
EXTENSÃO: 4,05 km.
SUPERFÍCIE: PLA.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 2022

Em 06 de junho de 2022, reuniram-se a Presidente do CONSAD, Natália Marcassa de Souza, e os Conselheiros, Marcello da Costa Vieira, Fábio Hideki Ono, e Marcelo Augusto Quadros de Souza, membro independente e foi deliberado: Destituição e Eleição de Diretor-Presidente da EPL. Tendo sido destituído o Sr. Arthur Luis Pinho de Lima e eleito o Sr. Mateus Szwarcwing.

NATALIA MARCASSA
Presidente do Conselho

MARCELLO DA COSTA VIEIRA
Conselheiro

FÁBIO HIDEKI ONO
Conselheiro

MARCELO AUGUSTO QUADROS DE SOUZA
Membro Independente

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 23565796, DE 2 DE JUNHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83 e, em razão da incorporação da empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ: 02.817.114/0002-35 pela empresa RUDDER SEGURANÇA LTDA., CNPJ 87.060.331/0001-03, conforme consta do Processo nº 08430.001851/2022-35 - DELESP/DREX/SR/PF/RS resolve: Conceder autorização à empresa RUDDER SEGURANÇA LTDA., CNPJ 87.060.331/0001-03, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir:

Da empresa cedente GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ: 02.817.114/0002-35:

89 (oitenta e nove) Revólveres calibre 38;
2 (duas) Espingardas calibre 12;
1249 (mil duzentos e quarenta e nove) Munições calibre 38;
32 (trinta e duas) Munições calibre 12.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.472, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/5246 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0003-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 1196/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 3.473, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/18952 - DPF/STS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JCR SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 37.441.784/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 847/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

PORTARIA Nº 23545775, DE 1º DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08430.001851/2022-35 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF nº 02.817.114/0001-54, localizada no Estado do RIO DE JANEIRO.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

PORTARIA Nº 23545808, DE 1º DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08430.001851/2022-35 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF nº 02.817.114/0002-35, localizada no Estado do RIO GRANDE DO SUL.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

PORTARIA SPRF-MT/PRF Nº 213, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre o horário de expediente administrativo, atendimento ao público externo e a jornada de trabalho dos servidores que desempenham atividades administrativas no âmbito da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso e dá outras providências.

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL EM MATO GROSSO, designado por meio da Portaria nº 615, de 22 de fevereiro de 2019, do Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União, Seção nº 2, de 27 de fevereiro de 2019, no exercício de suas competências legais, em especial as relacionadas no art. 118, incisos XI e XXI, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 224, de 5 de dezembro de 2018, do Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União, Seção nº 1, de 6 de dezembro de 2018, considerando a necessidade de normatizar o horário de expediente administrativo e de atendimento ao público externo no âmbito da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso, resolve:

Art. 1º Fixar o horário de funcionamento das unidades administrativas da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso - SPRF-MT no período de segunda a sexta-feira, dias úteis, das 7h:00 às 18h:00.

§ 1º São consideradas unidades administrativas da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso:

I - a Sede da Superintendência; e

II - as Sedes das Delegacias da PRF em Mato Grosso.

§ 2º Excetuam-se do disposto no caput os servidores que trabalham em regime de escala de plantão, nos termos do art. 1º da Instrução Normativa PRF nº 99, de 19 de julho de 2017.

§ 3º Fica vedada a execução de trabalho nas unidades administrativas fora do horário previsto no caput, salvo em caso de autorização expressa e prévia por parte da chefia imediata do servidor.

Art. 2º Fixar o horário de atendimento ao público externo nas unidades administrativas de que trata o artigo 1º, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 7h:00 às 16h:00.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos serviços operacionais, os quais são prestados em regime de escala de plantão.

Art. 3º A jornada de trabalho do servidor público que exerce atividade administrativa no âmbito da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso é de 8 (oito) horas diárias, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, devendo ser cumprida no horário especificado no art. 1º desta Portaria, ressalvados os casos disciplinados em legislação específica.

§ 1º A jornada de oito horas será intercalada por intervalo de, no mínimo, uma hora e, no máximo, três horas, para repouso e alimentação.

§ 2º Caberá à chefia imediata do servidor aprovar a proposta de horário de trabalho dos servidores imediatamente subordinados.

§ 3º A chefia imediata deverá adotar os mecanismos de controle necessários, a fim de que os servidores subordinados não ultrapassem os limites impostos pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC e também na Instrução Normativa PRF nº 99, de 19 de julho de 2017.

§ 4º A eventual necessidade de compensação de horas deverá observar o disposto no Capítulo III da Instrução Normativa PRF nº 99, de 19 de julho de 2017.

Art. 4º Os chefes das unidades administrativas ficarão responsáveis por promover a distribuição adequada da força de trabalho, de forma a garantir o funcionamento de todas os Serviços, Delegacias, Seções, Setores e Núcleos, observando um maior contingente de servidores no horário de atendimento ao público externo, especificado no art. 2º desta Portaria.

Parágrafo único. É obrigatória, em todas as unidades administrativas da SPRF-MT, a presença de pelo menos um servidor durante o horário de atendimento ao público externo.

Art. 5º Ficam revogadas:

I - a Instrução de Serviço nº 4/2017/SRPRF-MT; e

II - a Instrução de Serviço nº 5/2019/SRPRF-MT.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor a partir de 13 de junho de 2022.

FRANCISCO ÉLCIO LIMA LUCENA

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

ATA DA 250ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CFDD REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2022

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2022, às 09h40, reuniu-se, virtualmente, o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES, sob a Presidência do Sr. PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA, os Conselheiros: Sra. LENISA RODRIGUES PRADO, representante titular do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE; Sra. BIANCA OLIVEIRA MEDEIROS, representante suplente do Ministério do Meio Ambiente - MMA; Sr. ALEX SANDER DUARTE DA MATTA, representante suplente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde - MS; Sr. LIVIA MARIA PINHEIRO DE ANDRADE, representante suplente do Ministério da Economia - ME; Sr. ANTONIO MORIMOTO JÚNIOR, representante titular do Ministério Público Federal - MPF; Sr. PEDRO MACHADO MASTROBUONO, representante suplente do Ministério do Turismo - MTur; Sra. MÁRCIA DIEGUEZ LEUZINGER, representante suplente do Instituto "O Direito por Um Planeta Verde" - IDPV; Sra. SUZANA DE TOLEDO BARROS, representante suplente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - Brasilcon; e Sr. CLÁUDIO PIRES FERREIRA, representante titular do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor - FNECDC. O Secretário-Executivo do CFDD, Sr. GRACIVALDO JOSÉ VENTURA DE SOUSA; o Diretor do Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos - DPPDD, Sr. FRANCISVAL DIAS MENDES; a Coordenadora-Geral de Projetos, Formalização e Fiscalização do DPPDD, Sra. ANDREA KARENINA ISACKSSON D'ALBUQUERQUE; o Coordenador de Políticas de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico do DPPDD, Sr. EUGENIO DA COSTA ARSKY; o Coordenador de Políticas e Outros Direitos Difusos do DPPDD, Sr. ANDERSON ALVES GARCIA; o Coordenador de Análise do DPPDD, Sr. FÁBIO EDUARDO ARRUDA; e o Chefe de Divisão de Patrimônio Histórico e Meio Ambiente do DPPDD, Sr. RAUL DA SILVA SALES. Antes da apreciação dos itens da pauta, o Presidente do CFDD, saudando a todos os Conselheiros, deu ciência da publicação no Diário Oficial da União de 03 de maio de 2022, da Portaria nº 112, de 02 de maio de 2022, com a designação da nova Conselheira titular representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Sra. Lenisa Rodrigues Prado; e da publicação no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2022, da Portaria nº 126, de 11 de maio de 2022, com a designação dos Conselheiros representantes do Ministério do Meio Ambiente, Sr. João Paulo Sotero de Vasconcelos e Sra. Bianca Oliveira Medeiros, titular e suplente, respectivamente. Item 1º - Cientificação da Ata: Foi dada ciência aos Conselheiros da publicação no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2022, Seção 1, Página 67, da Ata da 249ª Reunião Ordinária do CFDD, já aprovada, por unanimidade, por meio de troca de mensagens eletrônicas. Item 2º - Priorização relativa aos Editais 1/2020 e 2/2020 (1ª Safra/2020): Inicialmente, o Presidente agradeceu, nominando o Dr. Francisval Dias Mendes e equipe técnica do DPPDD, pelo trabalho que culminou com as recomendações de critérios para priorização de projetos pelo Colegiado, nos termos da Nota Técnica nº 10/2022/CFDD/GAB-SENACON/SENACON/MJ, que trata do mapeamento de projetos recebidos no bojo dos Editais nº 1/2020 e nº 2/2020, com início da 2ª rodada de priorização de projetos. O Presidente salientou que o CFDD realizou a 1ª rodada de priorização em novembro de 2021 para Convênios, com valor até 3 milhões, e que, no presente exercício, foi solicitada suplementação orçamentária para atender à carteira ativa de projetos e fomento a novos projetos. A partir desse cenário, a área técnica do DPPDD propôs a divisão dos projetos ainda não avaliados pelo CFDD por instrumentos de repasse, quais sejam: 1) Termos de Execução Descentralizada com obras de engenharia; 2) Termos de Execução Descentralizada sem obras de engenharia; 3) Convênios acima de R$ 3 milhões; e 4) Contratos de Repasse. Os seguintes filtros foram sugeridos por instrumento: 1) Termos de Execução Descentralizada com obras de engenharia: i) para Unidade da Federação - UF, a atribuição de pontuação conforme o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que é uma escala de 1 a 26, atribuindo 1 ponto para UF com maior IDH e 26 para àquelas com menor IDH; ii) para UFs ainda não contempladas com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD, repassados por meio deste tipo de instrumento de repasse (desde 2019) atribuição de 24 pontos e 0 pontos para UFs já contempladas; iii) utilização da nota da fase de classificação igual ou superior a 70 pontos, na qual a nota atribuída na classificação a partir de 70 pontos foi dividida por dois, para que seu total corresponda, no máximo, à metade da maior pontuação final possível; e iv) existência de projeto básico de engenharia; 2) Termos de Execução Descentralizada sem obras de engenharia: i) para UF a atribuição de pontuação conforme o IDH, que é uma escala de 1 a 26, atribuindo 1 ponto para UF com maior IDH e 26 para àquelas com menor IDH; ii) para UFs ainda não contempladas com recursos do FDD, repassados por meio deste tipo de instrumento de repasse (desde 2019) atribuição de 24 pontos e 0 pontos para UFs já contempladas; e iii) utilização da nota da fase de classificação igual ou superior a 70 pontos, na qual a nota atribuída na classificação a partir de 70 pontos foi dividida por dois para que seu total corresponda, no máximo, à metade da maior pontuação final possível; 3) Convênios acima de R$ 3 milhões: i) para UF a atribuição de pontuação conforme o IDH, que é uma escala de 1 a 26, atribuindo 1 ponto para UF com maior IDH e 26 para àquelas com menor IDH; ii) para UFs ainda não contempladas com recursos do FDD, repassados por meio deste tipo de instrumento de repasse (desde 2019) atribuição de 24 pontos e 0 pontos para UFs já contempladas; e iii) utilização da nota da fase de classificação igual ou superior a 70 pontos, na qual a nota atribuída na classificação a partir de 70 pontos foi dividida por dois para que seu total corresponda, no máximo, à metade da maior pontuação final possível; 4) Contratos de Repasse: i) envio de projeto básico de engenharia; e ii) projetos com valor abaixo de 10 milhões. Decisão: Critérios aprovados, por unanimidade, nos termos da Nota Técnica nº 10/2022/CFDD/GAB-SENACON/SENACON/MJ. Item 3º - Panorama preliminar das propostas em habilitação pela SE/CFDD (2ª Safra/2022): O Presidente informou ao Colegiado sobre os trabalhos desenvolvidos pela SE/CFDD, relativos à 2ª rodada de projetos, recebidos em razão da prorrogação dos Editais nº 1/2020 e 2/2020. Os projetos recebidos foram mapeados pela SE/CFDD, cujos dados gerais até o momento podem ser sintetizados da seguinte forma: 30 propostas recebidas de entes estaduais/DF e 3 de entes federais, das quais foram consideradas habilitadas 19 propostas (Estados/DF) e 3 propostas (Órgãos Federais). Item 4º - Assuntos Gerais: O Presidente informou que havia pedido de vista do Conselheiro Pedro Machado Mastrobuono relacionado ao Projeto para restauração do Forte Príncipe da Beira/RO e passou a palavra ao referido Conselheiro. Iniciando a sua fala, o Conselheiro Pedro Machado Mastrobuono registrou a sua convicção no sentido de que FDD pode se tornar um importante agente para proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Com relação especificamente ao projeto do Forte Príncipe da Beira/RO, o Conselheiro ressaltou a importância histórica, bem como a possibilidade de serem revelados achados arqueológicos relativos à civilização Inca nas cercanias do Forte. Solicitou avaliação dos Conselheiros para possível fomento ao projeto, nos próximos exercícios, e para uma atuação mais proativa do FDD na proteção do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Retomando a palavra, o Presidente ressaltou a importância e a oportunidade de reflexões como as trazidas nesta reunião pelo Conselheiro Pedro Machado Mastrobuono para evolução do FDD e do CFDD, a partir do desenvolvimento de planejamento estratégico que estabeleça diretrizes para o futuro. Informou que, a exemplo do projeto trazido à pauta pelo Conselheiro Pedro Machado Mastrobuono, cujo mérito parece inquestionável, mas que não foi priorizado por fragilidades na instrução processual, há necessidade de o CFDD procurar, na medida e nos limites da sua competência, interagir com atores estratégicos para produção crescente de maiores e melhores projetos. Acrescentou que a agenda de planejamento estratégico é essencial, bem como a reflexão sobre a forma de seleção de projetos, pois Conselhos como o CFDD que detêm expertise multidisciplinar podem obter sinergias importantes na construção de algoritmos inteligentes para definição de pautas prioritárias para o Governo Federal e para todos os interessados na boa aplicação dos recursos do FDD. O Conselheiro Antônio Morimoto Júnior entrou no debate, ressaltando a importância de repensar as premissas para seleção dos projetos, de modo a se estabelecer prioridades e se otimizar os patrocínios do FDD. O Conselheiro, inclusive, colocou-se à disposição para participar das discussões relacionadas ao projeto Forte Príncipe da Beira/RO. Por fim, o Conselheiro Cláudio Pires Ferreira parabenizou o Conselheiro Pedro Machado Mastrobuono pela manifestação em defesa do patrimônio histórico brasileiro e se colocou à disposição para auxiliar nos temas trazidos ao Colegiado. Item 5º - Data da próxima reunião: Conforme definido na 245ª Reunião Ordinária, a próxima reunião está prevista para 30 de junho de 2022. A reunião foi encerrada às 11h; sendo, por mim, Gracivaldo José Ventura de Sousa, Secretário-Executivo do CFDD, lavrada a presente Ata, que será encaminhada aos Conselheiros para apreciação e aprovação eletronicamente.

PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DECISÕES DE 6 DE JUNHO DE 2022

Decisão nº 34/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 06/2017
Processos: 47039.022360/2021-21 - 08018.010741/2022-35
Interessado(s): FRANCIS NEAL SOLATORIO MADERO - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

A Diretora do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, não conhecer do presente recurso em razão da ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 35/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 06/2017
Processos: 47039.022784/2021-96 - 08018.020617/2022-88
Interessado(s): EUGENIO JR CAMEROS SAYCON - PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. - PETROBRAS

A Diretora do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, não conhecer do presente recurso em razão da ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 36/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 06/2017
Processos: 47039.000518/2022-93 - 08018.022592/2022-57
Interessado(s): RHAZIAN MARK SABLADA ESTANCIA - PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. - PETROBRAS

A Diretora do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, não conhecer do presente recurso em razão da ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 37/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 06/2017
Processos: 47039.000064/2022-51 - 08018.027535/2022-64
Interessado(s): ROBERTO CONSTANTINO MATURINGAN - PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. - PETROBRAS

A Diretora do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, não conhecer do presente recurso em razão da ausência dos requisitos de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 38/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência prévia a imigrante, Resolução Normativa 36/2017
Processos: 47039.022087/2021-35 - 08018.022589/2022-33
Interessado(s): FRANÇOIS PIERRE PATRICK PHILIPPE N MARIE DE PELLEPORT BURETE

A Diretora do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, não conhecer do presente recurso em razão de o recorrente não trazer fatos ou documentos que já não tenham sido objeto de análise anterior feita pela Administração ou que conduzam à alteração da decisão recorrida, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

Decisão nº 39/2022/DINF/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS

Assunto: Recurso contra decisão denegatória de autorização de residência laboral a imigrante, Resolução Normativa 02/2017
Processos: 47039.003487/2022-22 - 08018.030350/2022-37
Interessado(s): ABDLRAHMAN HAESAM ALHALBE - TJB INTERMODAL LOGISTICS LTDA

A Diretora do Departamento de Migrações, no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 01, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, não conhecer do presente recurso em razão de ausência de requisito de sua admissibilidade, mantendo a decisão recorrida que denegou pedido de autorização de residência ao imigrante acima citado.

LIGIA NEVES AZIZ LUCINDO

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHO Nº 5.714/2022

Despacho nº 5714/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0005815/2020
Interessada: MARIA GUADALUPE BAUTA VALDIVIA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto nos incisos III e IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão da recorrente não ter apresentado certidão de antecedentes criminais do país de origem, da Justiça Federal e Estadual, e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa em conformidade com a Portaria Interministerial nº 623, de 2020.

FLÁVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 583, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.004370/2018-55, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ROSA ELVIRA GONZALES GARCIA, de nacionalidade colombiana, filha de Marcos Gonzalez e de Ana Garcia, nascida na República da Colômbia, em 25 de março de 1953, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 584, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.001791/2015-81, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JOSE GERMAN PAZ PILCO, de nacionalidade peruana, filho de Carlos Paz Campos e de Helena Pilco Tipacti, nascido na República do Peru, em 20 de março de 1974, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 585, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.008873/2020-43, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, EMEKA EMMANUEL EZIMORA, de nacionalidade nigeriana, filho de Ulga Ezimora, nascido na República Federal da Nigéria, em 25 de maio de 1986, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 586, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela PORTARIA Nº nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANDRE SOMMERVIL - G192610-X, natural do Haiti, nascido em 21 de janeiro de 1982, filho de Gilbert sommervil e de saintelia ramolien, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0012907/2020);

AURIEL CONFORT BAYUNA LUSUNSI - V722461-F, natural do Congo, nascido em 10 de abril de 1991, filho de Germaine Makengo Makiela e de Adrien Makengo Bayuna, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0015118/2020);

BEATRIZ BETTY ACAPANA TAPIA - V865898-4, natural do Peru, nascida em 02 de julho de 1982, filha de Eduardo Jorge Acapana Contreras e de Nelly Betty Tapia Allpas, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0087917/2021).

BILKA AMARILES GOMES LOPES - V361392-H, natural da Guiné-Bissau, nascida em 22 de novembro de 1981, filha de João José Lopes e de Domingas Gomes Có, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0114876/2021);

CAROLINA LLANES GUARDIOLA - V727201-G, natural da Colômbia, nascida em 11 de abril de 1982, filhoa de Leonet Dario Llanes Rico e de Mildred Guardiola Hernandez, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0106210/2021);

CHEIKH MOUHAMADOU B MBACKE - V619503-3, natural do Senegal, nascido em 1 de janeiro de 1979, filho de Mame Balla Mbacke e de Sokhna Oumy Toure, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0101012/2021);

CONSTANZA ANDREA OLIVERA REYES - V785368-S, natural do Chile, nascida em 21 de setembro de 1995, filha de Charles Luis Olivera Monardes e de Gabriela Soledad Reyes Ramos, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0112391/2021);

DENIS LUC LOUIS JULIEN - V813347-7, natural da França, nascido em 04 de junho de 1958, filho de Charles Louis Etienne Pierre Julien e de Marie Therese Phalip, residente no Estado da Bahia (Processo nº 235881.0093312/2021);

ENAS ADEL RAGAB MARKOUS - G251455-4, natural da Líbia, nascida em 28 de julho de 1994, filho de Adel Ragab Markous e de Ganedla Ado Zaid Abousahmen, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0177226/2022);

FADIA SARKIS - G486142-5, natural da Síria, nascida em 19 de maio de 1970, filha de Meriam Jarjor, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0135871/2021);

GLORIA PATRAS - V835366-I, natural do Paquistão, nascida em 06 de junho de 1977, filha de Sharif Peter e de Nargis Peter, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0008355/2020);

GUSTAVO ANTEZANA FAJARDO - G001326-M, natural da Bolívia, nascido 12 de junho de 1990, filho de Gustavo Rodolfo Antezana Rocabado e de Miriam Daisy Fajardo Zelaya, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0026325/2021);

HARVEY ALEXANDER VILLA VÉLEZ - V574476-D, natural da Colômbia, nascido em 08 de março de 1984, filho de Gustavo Alfonso Villa e filho de Rubiela Vélez Diaz, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 235881.0075919/2021);

HECSIRE DEL VALLE ROMERO SALAZAR - G389955-U, natural da Venezuela, nascida em 27 de outubro de 1991, filha de Hector Jose Romero Gonzalez e de Seiren Trinidad Salazar, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0002544/2020);

IFZAL AHMED CHOWDHURY - G162594-N, natural de Bangladesh, nascido em 19 de julho de 1989, filho de Helal Uddin Chowdhury e de Aysha Begum Chowdhury, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0175719/2022);

JALAL FARAJ - G310959-Z, natural da Síria, nascido em 02 de janeiro de 1985, filho de Michael Faraj e de Najah Abdullah, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0082052/2021);

JEAN MARC ALTEUS - G339857-N, natural de Haiti, nascido em 04 de novembro de 1990, filho de Vaneus Alteus e de Ghanalise Joassaint, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0128056/2021);

JOEL ALEXIS SANCHEZ SILVANO - V734681-M, natural do Peru, nascido em 19 de março de 1986, filho de Roger Augusto Sánchez Baquero e de Lucia Ernestina Silvano Tamani, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0153043/2021);

JOSE MANUEL AGUIRRE - V480221-U, natural da Argentina, nascido em 15 de junho de 1975, filho de Juan Carlos Aguirre e de Alicia Beatriz Benedi, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0004662/2020);

LOURDELINE ETIENNE JOSEPH - G200798-9, natural do Haiti, nascida em 30 de abril de 1994, filha de Lormil Etienne e de Venette Etienne, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0119109/2021);

LOVENTA UNABOR - G110321-0, natural da Nigéria, nascida em 25 de setembro de 1984, filha de Owobu Sylvester e de Owobu Mary, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0006243/2020);

MAMADOU WAKHOU - G162571-Z, natural do Senegal, nascido 13 de outubro de 1990, filho de Khady Mbaye e de Tahibou Wakhou, residente no Estado do Ceará (Processo nº 235881.0014841/2020);

MOHAMED ALI MOHAMED SALEH - V599313-4, natural do Egito, nascido em 24 de novembro de 1983, filho de Ali Mohamed Saleh e de Fadie Tah Abd El Fatah, residente no Estado do Pará (Processo nº 235881.0081994/2021);

MOHAMAD NEDAL HAKMI - F162116-U, natural da Síria, nascido em 22 de março de 1980, filho de Ghassan Hakmi e de Jl Alkhalek Al Masddi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0193656/2022);

MONICA FERNANDEZ SALCINES - V895692-6, natural da Espanha, nascido em 05 de novembro de 1981, filho de Rafael Fernandez San Martin e de Aurora Salcines Izquierdo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0016283/2020);

MOUSTAPHA BADIANE - G163700-8, natural do Senegal, nascido em 21 de agosto de 1992, filho de Awa Gueye e de Serigne Badiane, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0016643/2020);

NABIL YAHIA - G353827-D, natural da Síria, nascido em 15 de abril de 1966, filho de Shafika e de Ali, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0014916/2020);

NANDINHO LUIS GOMES - V551819-0, natural da Guiné-Bissau, nascido em 06 de fevereiro de 1985, filho de Luis Gomes e de Clara Francisco Mantanque, residente no Estado de Pernambuco (Processo nº 235881.0089474/2021);

NICOLAS ABOU JRAB - G482040-X, natural da Síria, nascido em 24 de junho de 1986, filho de May Dehen e de Issa Abou Jrab, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 235881.0003388/2020);

NICOLÁS MENASSÉ - V563355-0, natural da Argentina, nascido em 27 de julho de 1985, filho de Maria Silvia Sanchez Zeballos e de Daniel Armando Menassé, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0014861/2020);

OLUWASIJIBOMI OMOTAYO OSHIBANJO - G320003-I, natural da Nigéria, nascido em 23 de março de 1993, filho de Omolara Kudirat e de Omotayo Sarafa Oshibanjo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0018662/2020);

PATRICIA JULIA LEWIS CARPIO - V921840-Z, natural do Peru, nascida em 20 de julho de 1987, filha de Federico Miguel Lewis tejada e de Julia Nelda Carpio de Lewis, residente no Estado da Bahia (Processo nº 235881.0086388/2021);

PIERO VALENTINO QUARTARA LA CRUZ - V870451-S, natural do Peru, nascido em 06 de dezembro de 2002, filho de Alfonso Humberto Quartara Gonzales e de Karen Alicia La Cruz Medeiros, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0091728/2021);

ROSE NOFAL - G456295-Z, natural da Síria, nascida em 16 de janeiro de 1988, filha de Riad Nofal e de Nof Nofal, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0118204/2021);

SETH BOATENG - G229413-Z, natural de Gana, nascido em 02 de janeiro de 1994, filho de Peter Boateng e de Esther Achiaa, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0099216/2021);

VALDIMIR ANAXE - V976827-9, natural do Haiti, nascido em 05 de novembro de 1989, filho de Alony Anaxe e de Agnes Napoleon, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0145033/2021);

VIRGÍLIO MORAIS PEREIRA SANCA - V796092-W, natural da Guiné-Bissau, nascido em 04 de maio de 1987, filho de Esquiliofa Jose Pereira Sanca e de Alfredo Pereira, residente no Estado da Bahia (Processo nº 235881.0006110/2020);

YANNICK FREDERIC SCHWEIZER - G106111-B, natural da Suíça, nascido em 24 de setembro de 1982, filho de Michele Schweizer e de Roland Frederic Schweizer, residente no Estado de Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0014240/2020);

YARA ABDOUCH - F012115-W, natural da Síria, nascida em 05 de maio de 1984, filha de Rasem Abdouch e de Mariam Samaan, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0077585/2021) e

YINERA REYES PEREZ - G012519-0, natural de Cuba, nascida em 12 de setembro de 1969, filha de Romulo Reyes Suarez e de Celedonia Perez Gonzalez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0002213/2020).

As pessoas referidas nesta PORTARIA Nº deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 587, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela PORTARIA Nº nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

MILIA KHALIL IBRAHIM - W232554-T, natural da Síria, nascida em 14 de maio de 1948, filha de Khalil Ibrahim e de Hanne Ibrahim, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0090068/2021).

A pessoa referida nesta PORTARIA Nº deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 588, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela PORTARIA Nº nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ALI ABDULLAH FOUAD ELSAID ALI ELAWADY, F330375 - K, natural do Egito, nascido em 12 de novembro de 2016, filho de Abdullah Fouad Elsaid Ali Elawady e Shrouq Jamalabdenaser Rizk Dardasawi, residente no Estado de São Paulo (Processo n°235881.0056111/2021);

MOHAMAD SHKEIR - G373499-T, natural da Síria, nascido em 07 de julho de 2011, filho de Ahed Alshikeir e de Hussam Shkeir, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0036739/2021);

RONILDA ABDULLAH FOUAD ELSAYED ALI ELAWADY - F330370 - U, natural do Egito, nascida em 25 de novembro de 2014, filha de Abdullah Fouad Elsayed Ali Elawady e de Sheouq Jamalabdenaser Rizk Dardasawi, residente no Estado de São Paulo (processo n°235881.0047160/2021);

SAMA SALEM ABDULSALAM RAMADAN - F506126-F, natural da Líbia, nascida em 19 de fevereiro de 2020, filha de Salem Abdulsalam Elarabi Ramadan e de Noha Ahmed Alhadi Alzawi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0175624/2022) e

SAMA SHKEIR - G373514-M, natural da Síria, nascida em 20 de junho de 2008, filha de Ahed Alshikho e de Hussam Shkeir, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0036728/2021).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHO Nº 5711/2022

Despacho nº 5711/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Tornar sem efeito despacho de indeferimento
Interessado: MARIE YOLENE THOMAS
Processo: 235881.0083489/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, publicada no Diário Oficial da União em 17 de novembro de 2020, em cumprimento à determinação judicial do MM. ANA LÚCIA PETRI BETTO, Juíza Federal Substituta da 24ª Vara Cível Federal de São Paulo, datada de 10 de maio de 2022, desarquiva o processo nº 235881.0083489/2021, torna sem efeito o Despacho nº 4583/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS, publicado no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2022 e determina a reanálise do processo.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 5715/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo nº: 235881.0015331/2020
Interessado: ALI HUSSEIN ALI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado por duas vezes e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017 e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5716/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0015001/2020
Interessado: SANTIAGO ELIAS SALAZAR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 15 (quinze) anos, não apresentou a certidão da Justiça Estadual, bem como não houve a coleta de dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 5717/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0158603/2022
Interessado: CHRISTOPHIR ALLAN CONNOLY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre o prazo mínio exigido de um ano na situação de residente por prazo indeterminado por reunião familiar., bem como por não ter apresentado cópia completa do passaporte.

Despacho nº 5718/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0091208/2021
Interessado: MOHAMAD SULAIMAN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente apresentou a certidão de casamento desatualizada (2019), para comprovar o prazo de residência mínima, reduzida de um ano, imediatamente anterior à data do pedido, como também não apresentou o documento comprobatório da proficiência em língua portuguesa, em conformidade com o previsto nos §§ 4° e 5°, inciso I, letra "d", do art. 5º da portaria acima citada , portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II e III do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de novembro de 2017.

Despacho nº 5719/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0013462/2020
Interessado: MOUAIAD ALCHARFAOUI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas no art. 65, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 5720/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0039350/2021
Interessada: CLAUDIA JUSTINIANO CANDIA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação do apostilamento do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 5721/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0031628/2021
Interessado: YUDISLEIDIS DIAZ VALDES DA SILVA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem fora do prazo de validade, e portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5722/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0015708/2020
Interessado: FERNANDO PABLO BOLIVAR PEDRAZAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado, apresentou a Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual desatualizada, como também o Atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, sem a devida legalização, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5723/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016562/2020
Interessado: JOSE MBOMBO LELO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou por 121 dias do Brasil e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 5724/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0014234/2020
Interessado: LUCNER FILS AIME

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5725/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0014637/2020
Interessado: LARRY OKECHUKWU UFONDU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de Antecedentes Criminais do país de origem legalizada e traduzida no Brasil, comprovante de residência e passaporte completo. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5726/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0015152/2020
Interessado: JOCENAL LOUIS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como certidão de antecedentes criminais do país de origem, certidão da Justiça Estadual/Federal e comprovante de residência, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5727/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016052/2020
Interessada: EDNA CECILIA DA SILVA SANTOS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente se ausentou por 237 dias do país, no ano imediatamente anterior ao pedido de naturalização e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 5728/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0014559/2020
Interessado: MIGUEL ANGEL GARCIA BARONA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem legalizada e traduzida no Brasil, Carteira de Registro Migratório, passaporte completo, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Federal, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5729/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0015460/2020
Interessado: CESAR AUGUSTO GONZALES LOPEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários para a formulação do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 5730/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0015568/2020
Interessada: CESALTINA SA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente se ausentou por 229 dias do Brasil e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

Despacho nº 5731/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0039117/2021
Interessado: CARLA BRISEIDA CHOQUE VILLARROEL SILVA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5732/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016467/2020
Interessado: MBONGO MASHALA IVON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente apresentou o documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, certificado de curso à distância (EAD), sem histórico escolar e sem avaliação presencial, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5733/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016054/2020
Interessado: JOSEPH METELLUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente apresentou o comprovante de residência em nome de terceiros, e o Atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem desatualizado (ano -2015), sem a tradução e sem legalização, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5734/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016723/2020
Interessado: NELSON EMANUEL SAMPAIO HIAMUCA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5736/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0031918/2021
Interessado: FRAKENS NICOLAS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que, devidamente notificado, o requerente não apresentou o atestado de antecedentes criminais do país de origem legalizado pela Embaixada do Brasil no país de origem e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5737/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0008257/2020
Interessado: BRUNEL ERILIEN

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5738/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0014663/2020
Interessado: ELIASU ABDULLAI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que verificou-se a existência de processo de perda e cancelamento de registro em nome do requerente e que a manutenção de sua autorização de residência é requisito essencial para concessão da naturalização, e portanto não atende à exigência contida no inciso II, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017 c/c inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 2017.

Despacho nº 5739/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0015320/2020
Interessado: ADOSINDRO JOAQUIM DE ALMEIDA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como o atestado de antecedentes criminais do país de origem e a certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 5740/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0005558/2020
Interessado: ABOUD KOUDOUSSE A ISMAINOU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5741/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0004177/2020
Interessado: PIERRE FRITZNEL HYPPOLITE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando, assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5742/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0025203/2021
Interessado: IBRAHIMA KHALIL DIALLO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que verificou-se a existência de processo de perda e cancelamento de registro em nome do requerente e que a manutenção de sua autorização de residência é requisito essencial para concessão da naturalização, e portanto não atende à exigência contida no inciso II, do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017 c/c inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 2017.

Despacho nº 5743/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0015032/2020
Interessado: MARIE JONISE JOSEPH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou nenhum dos documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Despacho nº 5744/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0009736/2020
Interessado: JUAN CARLOS NETO ALMEIDA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou do Brasil por tempo superior ao limite estipulado por legislação, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 5745/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0009947/2020
Interessado: WILCARME TERVIL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como: RNE completo (frente e verso), Certidão de Antecedentes Criminais do país de origem legalizada e traduzida no Brasil, comprovante de residência dos 4 (quatros) anos anteriores a solicitação e comprovante de comunicação em português. Diante disso, não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5746/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0008751/2020
Interessado: LUCKNER JEAN PIERRE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como: Certidão de Antecedentes Criminais do país de origem legalizada e traduzida no Brasil, Certidão de Antecedentes Criminais Federal atualizada, Certidão de Antecedentes Criminais atualizada do Estado onde residiu, comprovante de residência de 2019, passaporte completo. Diante disso, não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5747/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0033561/2021
Interessado: ABBAS FAHS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente apresentou documento sobre língua portuguesa que não está previsto na Portaria retromencionada, e que foi solicitada apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem atualizada, e que o requerente apresentou documento fora do prazo de validade, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso III e IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Despacho nº 5748/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0015410/2020
Interessado: MERCILIEN NELCY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de residência pelo período de 4 (quatro) anos, comprovante de proficiência em língua portuguesa em conformidade com a Portaria mencionada, atestado de antecedentes criminais do país de origem, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, incisos II, III e IV da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Despacho nº 5749/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0016974/2020
Interessado: OMAR ANDREZ ARIAS HIGUITA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, bem como, o requerente não apresentou a certidão da Justiça Estadual e Federal e não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, e portanto não atende à exigência contida no incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5750/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0005223/2020
Interessado: ABRAM JOHN NEUFELD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não cumpre o requisito temporal, uma vez que no ano imediatamente anterior ao pedido, entre sua última saída (09/06/2019) e a data de solicitação da naturalização (16/09/2020) decorreram 465 dias, não completando a contagem mínima 1 ano de residência fixa em caso de comprovação de redutor de prazo e tempo no Brasil e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Despacho nº 5751/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0008906/2020
Interessado: BABACAR MARONE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como: Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, legalizada e traduzida no país, por tradutor público juramentado; Certidão de Antecedes Criminais dos estados onde residiu, Certidão de Antecedentes Criminais Federal; comprovante de residência dos últimos 4 (quatro) anos, comprovante que sabe comunicar-se em língua portuguesa e passaporte completo. Diante disso, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5752/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0008676/2020
Interessado: DIEUBON DELCHAM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como: Certidão de Antecedentes Criminais expedida pelo país de origem legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado; Certidão de Antecedentes Criminais dos Estados onde residiu; Comprovante de residência dos últimos 4 (quatro) anos anteriores a solicitação; comprovante de realização de prova presencial no curso de português. Diante disso, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5753/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0001804/2020
Interessado: CARLOS DAVID SANTIAGO TRAMA ALCANTARA SANTOS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido (RG (possui direito de igualdade, motivo pelo qual o RNM encontra-se cancelado), a coleta da Biometria não foi efetuada, antecedentes emitidos pela Justiça Estadual e Federal dos Estados onde residiu, antecedente criminal do país de origem (não possui legalização) e o passaporte completo com todas às páginas, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 5754/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0008849/2020
Interessado: BLANDECIE PAULISSAINT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e a requerente apresentou documento emitido por instituição que não está prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

DESPACHO

A CHEFE SUBSTITUTA DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que, por sentença do MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana, São Paulo - SP, datada de 06 de março de 2022, nos autos do processo 1035074-66.2021.8.26.0001, com trânsito em julgado em 29 de abril de 2022, o nome de ANJIERIKAHARUKA KAKAZU, incluída na Portaria nº 632, 02 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 03 de março de 2020, foi retificado para ALICE HARUKA KAKAZU, em cumprimento ao Mandado de Retificação de Assento expedido pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana, conforme decisão proferida em 24 de maio de 2022. Processo nº 08505.020273/2018-39

ELISA MARIA LEANDRO DE SOUSA REIS

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 6 DE JUNHO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016 e na Portaria nº 537, de 4 de julho de 2017, resolve:

Nº 1.106 - Tornar público o CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a pedido da entidade social INSTITUTO MILLENIUM , com sede no RIO DE JANEIRO - RJ , inscrita no CNPJ sob o nº 07.779.071/0001-83, conforme Nota Técnica nº 409/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ(18186919) .Processo SEI/MJ nº 08026.000303/2022-60.

Nº 1.107 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social UNIÃO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE ALAGOAS - UNICAFES/AL, com sede em ARAPIRACA - AL, inscrita no CNPJ sob o nº 17.218.808/0001-42, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 e enquadramento nas vedações do art.2º da mesma Lei, consoante exame promovido no âmbito do Despacho nº 986/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (18177649). Processo SEI nº (08026.000352/2022-01).

BRUNO ANDRADE COSTA

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 771, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: LIVRO PARA COLORIR PARA CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES (Emirados Árabes - 2021)
Produtor(es): ABUZZ
Distribuidor(es): GOOGLE PLAY
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000752/2022-17
Requerente: 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 772, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: KIDS PRESCHOOL PUZZLES (Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): INTELLIJOY EDUCATIONAL GAMES FOR KIDS
Distribuidor(es): GOOGLE PLAY
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000762/2022-52
Requerente: 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 773, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: CHILDREN PUZZLE FOR KIDS PETS PRO: BOX 2D & SLICES (Polônia - 2019)
Produtor(es): LITTLE APPLE
Distribuidor(es): GOOGLE PLAY
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000763/2022-05
Requerente: 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 774, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: BOYS COLORING BOOK: CARS (Polônia - 2015)
Produtor(es): COLL & FUN GAMES
Distribuidor(es): GOOGLE PLAY
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000767/2022-85
Requerente: 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 775, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: QUEBRA-CABEÇAS TRENS EDUCAÇÃO (Reino Unido - 2021)
Produtor(es): PIXEL ENVISION LTD.
Distribuidor(es): GOOGLE PLAY
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000769/2022-74
Requerente: 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 776, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: PEPPA PIG: BOTAS DE OURO (Reino Unido - 2020)
Produtor(es): ENTERTAINMENT ONE
Distribuidor(es): GOOGLE PLAY
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Android
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000771/2022-43
Requerente: 18 GIGAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 777, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: DUNGEONS OF DREADROCK (Alemanha - 2022)
Produtor(es): CHRISTOPH MINNAMEIER
Distribuidor(es): CHRISTOPH MINNAMEIER
Classificação Pretendida: livre
Categoria: RPG
Plataforma: Computador PC/Android/iOS/Nintendo Switch
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.000898/2022-62

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 778, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: MORDENKAINEN APRESENTA: MONSTROS DO MULTIVERSO (MORDENKAINEN PRESENTS: MONSTERS OF THE MULTIVERSE, Estados Unidos da América)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Fantasia/Tabletop Roleplaying Game Book
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000913/2022-72
Requerente: HASBRO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS E JOGOS LTDA.

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 779, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Título: FITNESS BOXING (Japão - 2019)
Produtor(es): IMAGINEER
Distribuidor(es): Nintendo
Classificação Pretendida: livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Nintendo Switch
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.000965/2022-49

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 760, de 03 de junho de 2022, Processo MJ nº 08017.000907/2022-15, publicada no Diário Oficial da União nº 106, de 06 de junho de 2022, Seção 1, página 162, na linha em que se lê:

"Filme: MINIONS - A ORIGEM DE GRU (MINIONS - THE RISE OF GRU, Estados Unidos da América - 2022)"

leia-se:

"Filme: MINIONS 2 - A ORIGEM DE GRU (MINIONS 2 - THE RISE OF GRU, Estados Unidos da América - 2022)"

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 3 DE JUNHO DE 2022

DESPACHO SG Nº 738/2022 - Ato de Concentração nº 08700.002985/2022-46. Requerentes: CM Hospitalar S.A. e Azimute Med Consultoria e Assessoria S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto e Julia Krein. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 739/2022 - Ato de Concentração nº 08700.003113/2022-03. Requerentes: JR Atacadista de Produtos de Higiene Ltda., Samaúma Holding Ltda., Marques & Melo Ltda., Prime Distribuidor de Produtos de Higiene Ltda., WM Log Transporte e Logística Ltda. e Bodegamix Comércio de Mercadoria em Geral Ltda. Advogados: Ana Paula Paschoalini, Vitor Jardim Barbosa, Gustavo H. Kastrup e Luisa Marcelino Bono. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 740/2022 - Ato de Concentração nº 08700.002986/2022-91. Requerentes: CEPSA Química S.A., Deten Química S.A. e Petróleo Brasileiro S.A. Advogados: Marcio Dias Soares, Paula Camara Baptista de Oliveira e Raul Cabral. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 741/2022 - Ato de Concentração nº 08700.002984/2022-00. Requerentes: RPO Latam Estratégia em Compras Ltda. e Transportes Imediato Ltda. Advogados: Daniel Douek, Felipe Zolezi Pelussi, Mydyã do Nascimento Lira. Decido pela aprovação sem restrições.

DESPACHO SG Nº 742/2022 Ato de Concentração nº 08700.003070/2022-58. Requerentes: Rech Agrícola S.A. e Tractor Parts Distribuidora de Auto Peças Ltda., Tractor Parts Mineiros Distribuidora de Auto Peças Ltda., Tractor Parts Mirassol Distribuidora de Auto Peças Ltda., Tractor Parts Pontes e Lacerda Distribuidora de Auto Peças Ltda. e Tractor Parts Tangará Distribuidora de Auto Peças Ltda. Advogados: Renata Fonseca Zuccolo Giannella, Paula Camara e Matheus Martins. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 743, DE 6 DE JUNHO DE 2022

DESPACHO SG Nº 743/2022 - Ato de Concentração nº 08700.001387/2022-50. Requerentes: Viasat Inc. e Connect Topco Limited. Advogados: Eduardo Frade, Mariana Fontoura da Rosa e outros. Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as razões do Parecer nº 236/2022/CGAA5/SGA1/SG (1072225) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529/11, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 749, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Despacho SG Nº 749/2022 - Ato de Concentração 08700.002963/2022-86. Requerentes: Master Sistemas Automotivos Ltda. e Castertech Schroeder Ltda. Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Luiz Felipe Rosa Ramos e Mariana de Azevedo Castro Cesar. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA ICMBIO Nº 435, DE 1º DE JUNHO DE 2022

Retifica a Portaria ICMBio nº 287, de 26 de abril de 2017, que aprova o 2º ciclo de implementação do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas - PAN Tartarugas Marinhas, publicada no Diário Oficial da União edição Nº 83, de 03 de maio de 2017.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, designado pela Portaria nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01;, resolve:

Art. 1º O Art. 2º da Portaria ICMBio nº 287, de 26 de abril de 2017, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º O PAN Tartarugas Marinhas tem como objetivo geral "Manter a tendência de recuperação das populações de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil, por meio do aprimoramento das ações de conservação, pesquisa, fortalecimento institucional e envolvimento da sociedade, em seis anos".

.....

§2º Para atingir o objetivo previsto no caput, o PAN Tartarugas Marinhas, com prazo de vigência até maio de 2023, possui os seguintes objetivos específicos:"

.....

Art. 2º Os demais dispositivos da Portaria nº 287, de 26 de abril de 2017, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.439/SPE/MME, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001799/2022-41. Interessada: Ventos de Santo Antão Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 36.281.946/0001-10. Objeto: Aprovar como Prioritários, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, os projetos das Centrais Geradoras Eólicas denominadas Ventos de Santo Antão 01, 02, 03 e 04, cadastradas com o Código Único de Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.049591-3.01, EOL.CV.RN.049592-1.01, EOL.CV.RN.049593-0.01 e EOL.CV.RN.049594-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.057, de 1º de fevereiro de 2022; da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.058, de 1º de fevereiro de 2022; da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.059, de 1º de fevereiro de 2022; e da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.060, de 1º de fevereiro de 2022, respectivamente, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 17 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 11.914. Processo nº 48500.005336/2005-88. Interessados: Pecém Energia S.A. e CH4 Energia Ltda. Objeto: Transfere para a empresa CH4 Energia Ltda., a outorga da UTE Pecém II - CEG UTE.PE.BA.031303-3.02, localizada no município de Dias D'Ávila, estado da Bahia.

Nº 11.915. Processo nº 48500.005374/2005-77. Interessados: Energética Camaçari Muricy II S.A. e CH4 energia Ltda. Objeto: Transfere para a empresa CH4 Energia Ltda., a outorga da UTE Camaçari Muricy II - CEG UTE.PE.BA.031304-1.01, localizada no município de Dias D'Ávila, estado da Bahia.

As íntegras destas Resoluções constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico http:biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.976, DE 31 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.004795/2018-58. Interessado: Inpasa Agroindustrial S.A. Objeto: alterar a potência instalada e o sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Inpasa, CEG UTE.FL.MT.040821-2.01. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico http:biblioteca.aneel.gov.br .

CAMILA FIGUEIREDO BONFIM LOPES

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 31 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 11.977 Processo nº: 48500.004023/2019-05. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar II S.A. Objeto: Transfere para Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar II S.A. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Monte Verde Solar II, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.045154-1.01, localizada no município de Jandaíra, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 11..978. Processo nº: 48500.004024/2019-41. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar III S.A. Objeto: Transfere para Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar III S.A. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Monte Verde Solar III, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.045155-0.01, localizada no município de Jandaíra, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 11..979. Processo nº: 48500.004025/2019-96. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar IV S.A. Objeto: Transfere para Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar IV S.A. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Monte Verde Solar IV, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.045156-8.01, localizada no município de Jandaíra, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 11..980. Processo nº: 48500.004026/2019-31. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar V S.A. Objeto: Transfere para Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar V S.A. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Monte Verde Solar V, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.045020-0.01, localizada no município de Pedro Avelino, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 11..981. Processo nº: 48500.004028/2019-20. Interessado: Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar VII S.A. Objeto: Transfere para Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar VII S.A. a autorização da Central Geradora Fotovoltaica - UFV Monte Verde Solar VII, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.RN.045021-9.01, localizada no município de Jandaíra, estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destas Resoluções constam dos autos e encontram-se disponíveis no endereço eletrônico http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.987, DE 31 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005179/2022-09. Interessado: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, outorgada conforme o Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 014/1997-DNAEE, de 20 de novembro de 1997, a área de terra necessária à ampliação da Subestação 138/69 kV Pioneiros, localizada no município de São Joaquim da Barra, estado de São Paulo. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.989, DE 31 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005277/2022-38. Interessada: RGE Sul Distribuidora de Energia. Objeto: Declarar de Utilidade Pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE, as áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Distribuição Ramal Riozinho, localizada nos municípios de Rolante e Riozinho, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.994, DE 31 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005022/2022-75. Interessada: da Elektro Redes S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Elektro Redes S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Ramal Brasilândia 2, localizada no estado de Mato Grosso do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.077, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.007246/2006-49. Interessado: Hidrelétrica Morro Grande Ltda. Objeto: alterar, em cumprimento à Decisão proferida nos autos do processo judicial nº 5044708- 77.2019.4.04.7100/RS, o término da vigência da outorga e o cronograma de implantação da PCH Morro Grande, CEG PCH.PH.RS.030950-8.01, com 9.800 kW de Potência Instalada, localizada no município de Muitos Capões, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.425, DE 31 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000375/2021-06 decide: i) conhecer dos Pedidos de Reconsideração apresentados tempestivamente contra o resultado da Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, retificada pela Resolução Homologatória nº 2.959, de 5 de outubro de 2021 e, no mérito, i.a) negar provimento aos pleitos da CELG-GT, IE Biguaçu, IE Itaunas, PBTE, GSTE; i.b) dar provimento parcial aos pleitos do Grupo ARGO, Arteon Z2, CEEE, CEMIG-GT, CGT Eletrosul, COPEL-GT, Concessionárias TBE, Furnas, Grupo TAESA (pleito das transmissoras TAESA, NTE e São Pedro), Grupo Neoenergia, CTEEP, Eletronorte, Chesf, Evrecy, IE Itapura, IE Itaquere, IE Japi, IE MG, IE Pinheiros, IE Sul, IE Tibagi, ONTE, TME, IE Aguapeí, IENNE; i.c) dar provimento aos pleitos da ABRATE, Arteon Z1, Grupo EDP, ETVG, Ie Garanhuns, Ie Madeira, Mantiqueira, MGE, Grupo Quantum, Grupo CELEO, ETAP, ETB, ETC, ETEM, ETES, Macapá, MEZ 5, TPE, LTTE, Grupo Equatorial; ii) aprovar a variação da Receita Anual Permitida - RAP das concessionárias de transmissão, decorrente da análise dos Pedidos de Reconsideração e das correções efetuadas pela Superintendência de Gestão Tarifária - SGT, listadas na Nota Técnica nº 082/2022-SGT/ANEEL; iii) aprovar os anexos à Nota Técnica nº 082/2022-SGT/ANEEL; iv) determinar que as alterações ocorram no reajuste anual das receitas do ciclo 2022-2023, com o correspondente reajuste nos valores.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.426, DE 31 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.000970/2007-78, decide: (i) reconhecer, como excludente de responsabilidade, o período de 215 (duzentos e quinze) dias de atraso na implantação da PCH Poço Fundo, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG PCH.PH.RJ.030600-2.01, de propriedade da Poço Fundo Energia S.A., deslocando as datas de início e final de suprimento dos Contratos de Comercialização de Energia de Reserva da usina por igual período; e (ii) alterar o término da vigência da outorga da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Poço Fundo, outorgada à Poço Fundo Energia S.A. por meio da Resolução Autorizativa nº 3.004, de 12 de julho de 2011, ao qual serão acrescidos 215 (duzentos e quinze) dias, passando a viger até 27 de junho de 2044.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.428, DE 31 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022 no uso de suas de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000213/2021-60, decide por conhecer o recurso interposto pela J.P. Mesquita e Cia Ltda., cadastrada sob o CNPJ 05.037.950/0001-04 em face do Despacho nº 3.280, de 15 de outubro de 2021, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo a decisão consubstanciada no Despacho nº 3.280, de 2021.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.430, DE 31 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e considerando o que consta do Processo nº 48500.005148/2022-40, decide indeferir o requerimento administrativo interposto pelo município de Paraibuna, com pedido de cautelar, pleiteando a manutenção dos serviços de travessia por ferry boat e balsas, no reservatório da UHE Paraibuna, pela Companhia de Eletricidade de São Paulo - CESP, cadastrado sob o CNPJ 60.933.603/0001-78.

CAMILA FIGUEIREDO BONFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.500, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, e em cumprimento à Decisão proferida nos autos do processo judicial nº 5044708-77.2019.4.04.7100/RS, decide deslocar, para 15 de outubro de 2020, a data para início de suprimento dos Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) da PCH Morro Grande, cadastrada sob o Código Único de Empreendimento de Geração (CEG) PCH.PH.RS.030950-8.01, localizada no município de Muitos Capões, estado do Rio Grande do Sul, decorrentes da comercialização de energia no Leilão de Energia Nova nº 010/2013.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

DESPACHO Nº 1.434, DE 31 DE MAIO DE 2022

A DIRETORA-GERAL SUBSTITUTA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme a Portaria nº 139, de 18 de maio de 2022, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, decide:

Processos números: 48500.001601/2019-43, 48500.001602/2019-98, 48500.001603/2019-32, 48500.001604/2019-87, 48500.001605/2019-21, 48500.001606/2019-76, 48500.001607/2019-11, 48500.001608/2019-65, 48500.001609/2019-18, 48500.001610/2019-34, 48500.001611/2019-89, 48500.001612/2019-23, 48500.001613/2019-78. Interessado: Brenergy Brasil Energia Sustentável Ambiental Ltda. Decisão: Indeferir pedido de alteração de cronograma das UFV BRX Janaúba 1 a 13. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em http:biblioteca.aneel.gov.br.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa nº 11.917, de 17 de maio de 2022, constante no Processo n° 48500.005623/2021-05, publicada no DOU nº 97, de 24 de maio de 2022, Seção 1, página 165, onde se lê: "48500.005623/2021-03", leia-se: "48500.005623/2021-05".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.503, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Processos: 48500.004431/2021-73 e nº 48500.004432/2021-18. Interessado: Santa Rita Energia Renovável Ltda. Decisão: Indeferir a solicitação de emissão de Despacho de Registro de Requerimento de Outorga das EOL Sento Sé 1 e Sento Sé 2. A íntegra deste despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca .

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 6 DE JUNHO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 7 de junho de 2022.

Nº 1.504 Processo nº: 48500.000660/2020-38. Interessados: Oitis 22 Energia Renovável S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Oitis 22. Unidades Geradoras: UG1 a UG9, de 5.500,00 kW cada. Localização: Município de Casa Nova, no estado da Bahia.

Nº 1.505 Processo nº: 48500.000655/2020-25. Interessados: Oitis 6 Energia Renovável S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Oitis 6. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 5.500,00 kW cada. Localização: Município de Dom Inocêncio, no estado do Piauí.

Nº 1.506 Processo nº: 48500.004000/2020-26. Interessados: Jandaíra IV Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Jandaíra IV. Unidades Geradoras: UG7, de 3.465,00 kW. Localização: Município de Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br/.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 1.507, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000475/2017-48, decide restabelecer, a partir de 7 de junho de 2022, a operação comercial de 36 unidades geradoras da Usina Fotovoltaica - UFV Sol Maior 2, constituída de 40 unidades geradoras que totalizam 5.000,00 kW de capacidade instalada, cadastrada sob o Código Único dos Empreendimentos de Geração - CEG UFV.RS.TO.033608- 4.01, localizada no município de Miracema do Tocantins, estado do Tocantins, outorgada à Sol Maior Geradora de Energia S.A.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 86/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
870.635/2001-MINERACAO SAO JORGE LTDA-OF. N°26246/2022/DIFAM-BA/ANM
871.212/2014-MINERACAO SANTA INES LTDA-OF. N°26172/2022/DIFAM-BA/ANM
871.960/1992-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-OF. N°26342/2022/DIFAM-BA/ANM
871.097/2012-MINERACAO QUARTZO DO MIMOSO LTDA-OF. N°26634/2022/DIFAM-BA/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
870.134/2022-S.A. PAULISTA DE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
871.214/2016-CERAMICA S.O.S LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
870.372/2022-TANIA MARA MOREIRA PAES LANDIM-OF. N°26475/2022/DIFAM-BA/ANM
870.600/2022-IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA-OF. N°26664/2022/DIFAM-BA/ANM
870.091/2022-MILTON MARTINS DE JESUS-OF. N°26404/2022/DIFAM-BA/ANM
870.502/2022-EDUARDO BATISTA CRUZ-OF. N°26403/2022/DIFAM-BA/ANM
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
871.070/2021-ARIORLANDO MELGAÇO REIS-Registro de Licença N° 38/2022 - Vencimento em Indeterminado

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA
Gerente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 87/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
871.511/2020-RINALDO MEDEIROS LEITE - PLG N°159/2022 - Prazo Um anos

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA
Gerente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 90/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
871.214/2016-CERAMICA S.O.S LTDA ME- DOU de 26/11/2021

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

RELAÇÃO 37/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
821.044/2010-ANA VALÉRIA DE OLIVEIRA - AI N°824/2019-ANM/GER/SP
821.066/2010-RAFAEL PEGOLARO SALIONE - AI N°826/2019-ANM/GER/SP
821.069/2010-INFIBRA S A - AI N°827/2019-ANM/GER/SP
820.013/2011-ITAFONTE COMÉRCIO E EXPLORAÇÃO DE ÁGUA MINERAL LTDA - AI N°815/2019-ANM/GER/SP
820.157/2011-OSVALDO APARECIDO BELLAN - AI N°817/2019-ANM/GER/SP
820.911/2011-LEROY TEIXEIRA DE MOURA - AI N°820/2019-ANM/GER/SP
820.032/2012-OLARIA JBM LTDA - AI N°800/2019-ANM/GER/SP
820.064/2012-BENITO BENATTI - AI N°801/2019-ANM/GER/SP
820.111/2012-VALENTIM ALERSO DE CARLI - AI N°802/2019-ANM/GER/SP
820.064/2013-NELSON CALIL JORGE - AI N°808/2019-ANM/GER/SP
820.068/2013-GABRIEL SILVA ZORZI - AI N°809/2019-ANM/GER/SP
820.205/2014-MINERAÇÃO COLOZZO & VALENTIM LTDA ME - AI N°811/2019-ANM/GER/SP
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.244/2018-CELIO CARLOS CIPRIANI- Cessionário:Cipriani Águas do Brasil Importação e Exportação Ltda- CPF ou CNPJ 05.796.525/0001-07- Alvará n°7124/2019
820.010/2016-COMÉRCIO DE AREIA CAMPO NOVO LTDA.- Cessionário:PORTO DE AREIA TUBARAO LTDA.- CPF ou CNPJ 66.966.359/0001-26- Alvará n°5481/2020
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
820.684/2018-INCARGEL INDÚSTRIA DE CERÂMICA EIRELI EPP-AREIA (construção civil)-Itu/SP
820.045/1996-PEDREIRA NOGUEIRENSE LTDA-BASALTO (brita-construção civil)-Mogi Guaçu/SP
820.603/2016-AMANDA DOS SANTOS PORTO FELIZ ME-SAIBRO (construção civil)-Porto Feliz/SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.126/2015-MINERAÇÃO AOKI TAUBATÉ LTDA.-OF. N°26482/2022/DIREM-SP/ANM
820.126/2015-MINERAÇÃO AOKI TAUBATÉ LTDA.-OF. N°26490/2022/DIREM-SP/ANM
820.349/2013-JOSÉ FRANCISCO VEIGA RODRIGUES-OF. N°26492/2022/DIREM-SP/ANM
820.614/2013-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°26496/2022/DIREM-SP/ANM
820.612/2013-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°26497/2022/DIREM-SP/ANM
820.611/2013-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°26498/2022/DIREM-SP/ANM
820.625/2006-BRASPLAN COMERCIAL - CONSULTORIA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA.-OF. N°26499/2022/DIREM-SP/ANM
820.357/2017-JOAO CAETANO COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°26500/2022/DIREM-SP/ANM
820.356/2017-SUCUPIRA INVESTIMENTOS LTDA-OF. N°26501/2022/DIREM-SP/ANM
820.353/2018-TIJOFRAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TIJOLOS LTDA. ME-OF. N°26505/2022/DIREM-SP/ANM
820.188/2017-MINERAÇÃO PORTO BRANCO LTDA-OF. N°26488/2022/DIREM-SP/ANM
820.187/2017-MINERAÇÃO PORTO BRANCO LTDA-OF. N°26493/2022/DIREM-SP/ANM
820.610/2014-AGUA MINERAL HYLEM PRODUÇÃO COMERCIALIZAÇÃO LTDA-OF. N°26858/2022/DIREM-SP/ANM
820.832/2016-TOULOUSE INCORPORACAO SPE LTDA-OF. N°26864/2022/DIREM-SP/ANM
820.010/2008-GUILHERME DOS REIS-OF. N°27044/2022/DIREM-SP/ANM
820.326/2016-JOAQUIM HIDEHARO TAKATA-OF. N°27045/2022/DIREM-SP/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
820.309/2012-ESTRUTURAL BLOCOS E TELHAS LTDA.-OF. N°26495/2022/DIREM-SP/ANM
820.072/1992-VITERBO MACHADO LUZ MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°26503/2022/DIREM-SP/ANM
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
820.219/2017-VOTORANTIM CIMENTOS S.A.- Área de 756,22 para 665,48-ARGILA (industrial) e CALCÁRIO (industrial)-Votorantim/SP
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
807.125/1975-SANCIM SANTOS COMERCIO INDUSTRIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°25935/2022/DIFAM-SP/ANM
820.020/2008-MINERACAO ALMEIDA LTDA-OF. N°26316/2022/DIFAM-SP/ANM
821.220/1986-AGUA MINERAL SANTA CANDIDA LTDA-OF. N°27050/2022/DIFAM-SP/ANM
009.238/1957-EMPRESA DE MINERACAO E AGUAS MINERAIS DI BELLO EIRELI-OF. N°27051/2022/DIFAM-SP/ANM
820.452/2001-MINERAÇÃO MONTEIRO LOBATO LTDA-OF. N°27053/2022/DIFAM-SP/ANM
Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias(2019)
Fazenda Santa Fé-TECH ROCK MINERACAO LTDA-820.254/1988-OF. N°26301/2022/DIFAM-SP/ANM
Tanque de Lama-CONCRESAND MINERACAO LTDA-821.185/1998-OF. N°27048/2022/DIFAM-SP/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
820.081/2002-MONTE LÍBANO MINERADORA E DISTRIBUIDORA DE ÁGUA MINERAL LTDA-OF. N°26308/2022/DIFAM-SP/ANM
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
820.020/2008-MINERACAO ALMEIDA LTDA- "Fonte Maristela" (Poço) - Marca "Casa de Mãe": Garrafas descartáveis de 510 mL, com e sem gás.- ANALÂNDIA/SP

802.584/1975-SOCORRO INDÚSTRIA DE BEBIDAS LTDA.- "Fonte Santa Inês" (poço) - Marca "Acquíssima Personnalité": latas de 350 mL, sem gás; "Fonte Santo Expedito" (poço) - Marca "Acquíssima Passion": latas de 350 mL, com gás; Marca "Acquíssima Personnalité": latas de 350 mL, sem gás; Marca "Quartie": latas de 350 mL, sem gás e gaseificada artificialmente.- ÁGUAS DE LINDÓIA/SP

000.432/1956-BOTUQUARA ADMINISTRAÇÃO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA- "Fonte Jaraguá" (surgência) - Marca "Cristal Jaraguá": garrafões retornáveis de 10 e 20 L, sem gás; Marca "Crystal UP": garrafões retornáveis de 20 L, sem gás; Marca "Crystal + Life": garrafões retornáveis de 20 L, sem gás; Marca "Crystal Essencial": garrafões retornáveis de 20 L, sem gás.- SÃO PAULO/SP

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

820.133/1987-EXTRATORA DE AREIA RECANTO BOY MARINO LTDA-OF. N°27080/2022/DIFAM-SP/ANM

821.281/2014-F. DE A. BRAGANTE-OF. N°27085/2022/DIFAM-SP/ANM

821.415/2012-JOSE ANTONIO BUSCARIOLI TRANSPORTADORA EPP-OF. N°27088/2022/DIFAM-SP/ANM

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

820.062/2014-MINERAÇÃO RIO CLARO SP LTDA ME-OF. N°26304/2022/DIFAM-SP/ANM

821.497/2013-ATIVANTE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°26313/2022/DIFAM-SP/ANM

821.022/2008-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA BOFETE LTDA-OF. N°26314/2022/DIFAM-SP/ANM

820.039/2015-MINERADORA AREIA NOVA LTDA-OF. N°26315/2022/DIFAM-SP/ANM

821.212/2011-DANIEL YUKITO AKABANE-OF. N°27323/2022/DIFAM-SP/ANM

820.525/2004-MINERAÇÃO BEIRA RIO LTDA ME-OF. N°27535/2022/DIFAM-SP/ANM

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

820.081/2022-CERAMICA IRMAOS FORCIN LTDA-OF. N°27034/2022/DIFAM-SP/ANM

820.698/2021-CERMACOL INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA EPP-OF. N°27081/2022/DIFAM-SP/ANM

820.009/2022-MINERADORA SAO PAULO DE JUQUIA LTDA-OF. N°27084/2022/DIFAM-SP/ANM

820.536/2021-NOVA AMÉRICA TERRAS LTDA.-OF. N°27314/2022/DIFAM-SP/ANM

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 255/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)

851.103/2020-COOGAMIBRA COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DO BRASIL - PLG N°157/2022 - Prazo 5 anos

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 256/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento

Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)

850.300/2022-ELIAQUIM DE CARVALHO FONSECA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

850.280/2022-IVALDO ANGELO CINTRA JUNIOR-OF. N°26992/2022/DIFAM-PA/ANM

850.320/2022-L. MACIEL DOS SANTOS COMERCIO EIRELI-OF. N°27068/2022/DIFAM-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 257/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)

850.015/2015-CRA CONSTRUTORA RIBEIRO AZAMBUJA EIRELI- Alvará n°3697/2016 - Cessionario:850.231/2022-EDIVAN CASTRO SOUSA- CPF ou CNPJ 560.067.052-49

850.015/2015-CRA CONSTRUTORA RIBEIRO AZAMBUJA EIRELI- Alvará n°3697/2016 - Cessionario:850232/2022-LINDAIANY DA SILVA HOLANDA- CPF ou CNPJ 785.681.022-04

850.015/2015-CRA CONSTRUTORA RIBEIRO AZAMBUJA EIRELI- Alvará n°3697/2016 - Cessionario:850.233/2022-JAIRO PEREIRA DA PAZ- CPF ou CNPJ 937.425.092-68

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 258/2022

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração lavrado - BARRAGENS - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(2394)

Barragem I-CELESTA MINERACAO S.A-850.421/2009-AI. N°19/2021/GER-PA/SESBM-PA - PROC. ADM. 48059.950024/2021-03

Determina cumprimento de exigência - BARRAGENS/ Prazo 60 dias(2019)

BARRAGEM RP1, BARRAGEM B1, BARRAGEM B5, BARRAGEM B6-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-950.038/2009-OF. N°12162/2021/SESBM-PA/ANM

BARRAGEM RP1 E BARRAGEM B1-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-950.038/2009-OF. N°32746/2021/SESBM-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 259/2022

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)

BARRAGEM DE REJEITOS, DIQUE DE FINOS I,BARRAGEM DE FINOS II, DIQUE DE FINOS II, DIQUE DE FINOS III E BARRAGEM DE CAPTAÇÃO-SALOBO METAIS SA.-807.426/1974-OF. N°27077/2022/SESBM-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 260/2022

Fase de Lavra Garimpeira

Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1695)

850.602/2005-NIVALDO MONTEIRO- AI N°3892/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950575/2022-40)

850.602/2005-NIVALDO MONTEIRO- AI N°3893/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950576/2022-94)

850.603/2005-NIVALDO MONTEIRO- AI N°3912/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950577/2022-39)

850.603/2005-NIVALDO MONTEIRO- AI N°3913/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950578/2022-83)

850.604/2005-NIVALDO MONTEIRO- AI N°3931/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950579/2022-28)

850.604/2005-NIVALDO MONTEIRO- AI N°3932/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950580/2022-52)

Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)

850.602/2005-Nivaldo Monteiro- AI N°3888/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950532/2022-64)

850.602/2005-Nivaldo Monteiro- AI N°3889/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950533/2022-17)

850.602/2005-Nivaldo Monteiro- AI N°3894/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950582/2022-41)

850.603/2005-Nivaldo Monteiro- AI N°3910/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950537/2022-97)

850.603/2005-Nivaldo Monteiro- AI N°3911/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950538/2022-31)

850.603/2005-Nivaldo Monteiro- AI N°3914/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950583/2022-96)

850.604/2005-Nivaldo Monteiro- AI N°3928/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950541/2022-55)

850.604/2005-Nivaldo Monteiro- AI N°3929/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950542/2022-08)

850.604/2005-Nivaldo Monteiro- AI N°3933/2022/DIFAM-PA/ANM (PROCESSO SEI 48059.950584/2022-31)

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 261/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)

850.216/2022-COOMARU COOPERATIVA DE PRODUTORES DE OURO DO CUMA - PLG N°158/2022 - Prazo 5 (cinco) anos. anos

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RELAÇÃO 61/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

848.239/2016-MINERAÇÃO MILLENIUM LTDA

848.244/2018-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA

848.225/2018-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA

848.230/2018-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA

848.227/2018-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA

848.228/2018-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA

848.253/2013-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

848.026/2018-NORDESTE MINERAÇÃO DE ROCHAS LTDA-OF. N°26483/2022/SEREM-RN/ANM

848.250/2017-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-OF. N°26494/2022/SEFAM-RN/ANM

848.122/2018-MINERAÇÃO MILLENIUM LTDA-OF. N°26531/2022/SEREM-RN/ANM

848.283/2017-MINERAÇÃO MILLENIUM LTDA-OF. N°26565/2022/SEREM-RN/ANM

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

848.168/2021-JOSE EMERSON DIMAS LINO- Cessionário:P J DE CARVALHO POLI & CIA LTDA.- CPF ou CNPJ 06.352.286/0001- 50- Alvará n°10.712/2021

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

848.299/2015-MARCUS MINERACOES LTDA - AI N°3233/2022/SEREM-RN/ANM

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

848.309/2013-ANTONIO MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI -Alvará N°3.907/2021

Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)

848.202/2015-MINERACAO NORDESTE BRASIL LTDA-ALVARÁ N°8852/2015

Fase de Licenciamento

Instaura processo administrativo de nulidade do Registro de licença/Prazo para defesa 30 dias(1286)

.848.041/2021-JOAO CARLOS DE ARAUJO GALVAO- NOT Nº22585/2022/GER-RN/ANM

Fase de Requerimento de Lavra

Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)

848.052/2010- INTERCEMENT BRASIL S.A.

848.056/2010- INTERCEMENT BRASIL S.A.

848.055/2010- INTERCEMENT BRASIL S.A.

848.058/2010- INTERCEMENT BRASIL S.A.

848.059/2010- INTERCEMENT BRASIL S.A.

848.060/2010- INTERCEMENT BRASIL S.A.

848.061/2010- INTERCEMENT BRASIL S.A.

848.062/2010- INTERCEMENT BRASIL S.A.

848.063/2010- INTERCEMENT BRASIL S.A.

848.064/2010- INTERCEMENT BRASIL S.A.

848.065/2010- INTERCEMENT BRASIL S.A.

848.066/2010- INTERCEMENT BRASIL S.A.

848.057/2010- INTERCEMENT BRASIL S.A.

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

848.222/2017-O S DE ARAUJO-OF. N°26988/2022/SEFAM-RN/ANM

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente Regional

RELAÇÃO 62/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
848.056/2022-ERLI SOARES DE MELO-Registro de Licença N° 26/2022 - Vencimento em 14/03/2027
848.043/2022-RODRIGO ALLAN RODRIGUES DE ALMEIDA-Registro de Licença N° 27/2022 - Vencimento em Indeterminado

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS

RELAÇÃO 27/2022

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
844.073/2016-ANTONIO FEITOSA DE ARAUJO-OF. N°27114/2022/NPFAM-AL/ANM
844.051/2017-J3 INCORPORAÇÃO, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO-OF. N°27532/2022/NPFAM-AL/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
844.016/2022-S A USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL-OF. N°27083/2022/NPFAM-AL/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
844.021/2022-CRISTIANO JOSE DOS SANTOS

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente Regional

RELAÇÃO 28/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
844.006/2022-S A USINA CORURIPE ACUCAR E ALCOOL-Registro de Licença N° 010/2022 - Vencimento em 11/01/2042

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente Regional

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

RELAÇÃO 286/2022

Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
815.189/2021-CERÂMICA MONTEIRO LTDA EPP-AI N°2319/2022
815.188/2021-CERÂMICA MONTEIRO LTDA EPP-AI N°2293/2022

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente DE ARRECADAÇÃO

RELAÇÃO 306/2022

Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
815.314/2018-PRIMO EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA E MATERIAIS CONSTRUCAO LTDA-AI N°5640/2021
815.314/2018-PRIMO EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA E MATERIAIS CONSTRUCAO LTDA-AI N°5640/2022

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente DE ARRECADAÇÃO

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 3 (MT, MS, GO, TO)

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO
DIRAR 3

RELAÇÃO 218/22

DETERMINA ARQUIVAMENTO AUTO INFRAÇÃO-TAH - (6.37)
861.289/2021 - Frederico Goncalves Vidigal - A. I. nº 3073/2022
861.292/2021 - Frederico Goncalves Vidigal - A. I. nº 3074/2022

JANDUCI DUTRA FERNANDES
CHEFE DE DIVISÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO E GOVERNANÇA REGULATÓRIA

RELAÇÃO 38/2022

Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)
848.001/2011-BERENA MINERAÇÃO LTDA ME- Portaria de Lavra nº 284/2017
Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 815.706/2004 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Portaria de Lavra nº 57/2005 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 001.663/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 71.201/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.301/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 71.201/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.302/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 71.201/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.303/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 71.201/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.304/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 71.201/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.305/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 71.201/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.306/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 71.201/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.307/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 71.201/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.308/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 71.201/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.309/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 71.201/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.310/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 7101/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.311/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 71.201/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.312/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 71.201/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 166.313/1937 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Manifesto de Mina nº 71.201/1937 Nº /
Exequente: Mega Volts Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CPF ou CNPJ - Processo nº 815.166/2008 - COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA - Direito de Requerer a Lavra Nº /
Autoriza a averbação dos atos de penhor de direitos minerários(1926)
Credor: TMF BRASIL ADMNISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA - Processo nº 850.421/2004 - ARAGUAIA NÍQUEL METAIS LTDA. - Portaria de Lavra nº 43/2020 Nº /
Credor: TMF BRASIL ADMNISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA - Processo nº 850.514/2004 - ARAGUAIA NÍQUEL METAIS LTDA. - Portaria de Lavra nº 47/2020 Nº /
Credor: TMF BRASIL ADMNISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA - Processo nº 850.516/2004 - ARAGUAIA NÍQUEL METAIS LTDA. - Portaria de Lavra nº 44 Nº /
Credor: TMF BRASIL ADMNISTRAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS LTDA - Processo nº 850.517/2004 - ARAGUAIA NÍQUEL METAIS LTDA. - Portaria de Concessão de Lavra nº 46 Nº /

YURI FARIA PONTUAL DE MORAES
Superintendente DE REGULAÇÃO E GOVERNANÇA REGULATÓRIA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 4.647, DE 5 DE JUNHO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48053.820251/2022-38-JOAO MARIANO BATISTA NETO (Documento SEI: 4227887)

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48062.870755/2022-90-AMAZONIA METAIS E MINERAIS LTDA (Documento SEI: 4228208)

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 770, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777/2019, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 18, parágrafo 1º inciso III, e o que consta do processo nº 48610.213587/2022-87, torna público o cancelamento da autorização ANP nº 364, de 3/06/2019, por requerimento do agente autorizado MIDAS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ nº 10.468.322/0001-13 e 10.468.322/0002-02

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 771, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/BA0226021	AMARALINA POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA	43.372.646/0001-02	48610.213506/2022-49
PR/MS0226097	AUTO POSTO AMP LTDA	27.401.974/0001-33	48610.213129/2022-48
PR/MT0226157	AUTO POSTO CAMPO LIMPO EIRELI	05.354.309/0001-01	48610.208228/2022-16
PR/PR0226198	AUTO POSTO FORMULA FOZ LTDA	86.806.148/0003-03	48610.226306/2021-75
PR/SP0226076	AUTO POSTO KASAI LTDA.	36.297.231/0001-56	48610.213226/2022-31
PR/SP0226096	AUTO POSTO MARECHAL DEODORO LTDA	43.946.876/0001-38	48610.200645/2022-11
PR/PA0226116	AUTO POSTO XAVIER EIRELI	38.297.371/0001-50	48610.207456/2022-61
PR/SP0226020	CENTRO AUTOMOTIVO ESCOCIA LTDA.	42.353.067/0001-50	48610.213483/2022-72
PR/GO0226159	GARAVELO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	41.558.574/0001-67	48610.212412/2022-52
PR/MG0226197	JRAF DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	41.878.244/0001-59	48610.213072/2022-87
PR/CE0226177	M S COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	36.111.661/0001-31	48610.213407/2022-67
PR/RN0226161	PIUM COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS DOMINGOS LTDA	45.577.548/0001-37	48610.208533/2022-08
PR/MT0226019	POSTO ALIANCA COMERCIO DE PETROLEO LTDA	46.025.116/0001-86	48610.213440/2022-97
PR/MG0226098	POSTO DAS ROSAS LTDA	45.395.791/0001-34	48610.212246/2022-94
PR/PE0226158	POSTO DE COMBUSTIVEIS N2 LTDA	26.961.105/0001-09	48610.213252/2022-69
PR/RJ0226024	POSTO DE COMBUSTIVEL NADISA LTDA	43.935.327/0001-68	48610.213274/2022-29
PR/MG0226160	POSTO FORMULA LTDA	42.216.636/0001-15	48610.213464/2022-46
PR/MT0226025	POSTO GRID FEB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	42.478.118/0001-70	48610.209437/2022-79
PR/MG0226196	POSTO OURO PRETO LTDA	45.845.018/0001-22	48610.213181/2022-02
PR/SC0226023	POSTO RIO CAVEIRAS LTDA	30.135.185/0001-02	48610.213182/2022-49
PR/MA0226136	POSTO RK LTDA	42.118.799/0001-65	48610.206477/2022-69
PR/PA0226018	POSTO 25 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	05.477.023/0001-05	48610.211475/2022-91
PR/BA0226156	SM CINTRA POSTO DE COMBUSTIVEL EIRELI	34.922.871/0001-84	48610.213323/2022-23
PR/RJ0226022	VP AUTO POSTO EIRELI	37.838.520/0001-88	48610.213527/2022-64

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 772, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPDF0400960	A C DE AZAVEDO COMERCIAL DE GAS LTDA	45.241.746/0001-25	48610.213426/2022-93
GLPRS0401022	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS RCR LTDA	03.323.519/0003-60	48610.213415/2022-11
GLPDF0401010	AMARO & SILVA COMERCIAL DE GAS LTDA	03.214.816/0001-06	48610.207698/2022-54
GLPPR0400987	AUTO POSTO BOQUEIRAO LTDA	37.576.841/0001-51	48610.213455/2022-55
GLPMA0401020	B. L. R. DE SOUSA EIRELI	42.097.158/0001-71	48610.213602/2022-97
GLPMG0401000	BETEL DISTRIBUIDORA LTDA	45.724.657/0001-30	48610.213548/2022-80
GLPSP0401026	BOLA GAS LTDA	45.617.606/0001-09	48610.213645/2022-72
GLPGO0400989	C A DUARTE LTDA	35.341.495/0001-05	48610.213494/2022-52
GLPPA0400956	C. B. REBELO TORRES COMERCIO LTDA	43.210.693/0001-50	48610.213418/2022-47
GLPPR0400983	COMERCIO DE GAS ARAUCARIA 2016 LTDA	78.906.948/0002-89	48610.213454/2022-19
GLPMT0401006	D. PEREIRA TOSSI SANTANA LTDA	43.369.528/0001-45	48610.206260/2022-59
GLPSE0400969	DANILO SANTOS DE MATOS	45.699.522/0001-61	48610.212467/2022-62
GLPES0400967	DISTRIBUIDORA DE GAS N E F LTDA	45.845.847/0001-05	48610.212678/2022-03
GLPMA0400954	F. A. SOUSA & CIA LTDA	44.212.049/0001-83	48610.212981/2022-06
GLPRS0400952	FABRICIO SARTORI FERRARI	37.361.202/0001-79	48610.212191/2022-12
GLPSP0401034	FERRAGAS DISTRIBUIDORA DE GLP LTDA	44.860.434/0001-37	48610.213690/2022-27
GLPMA0400964	GAS DO BOM LTDA	44.658.690/0001-46	48610.213428/2022-82
GLPMT0401028	IZABEL DE LIRA E SILVA	25.076.146/0001-41	48610.213661/2022-65
GLPGO0401012	JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA	33.169.280/0001-15	48610.213584/2022-43
GLPMA0401018	L. DOS S. SOUSA & CIA. LTDA.	16.885.557/0001-97	48610.211490/2022-30
GLPMT0400971	LEIA DE PAULA CUNHA	22.849.119/0002-57	48610.213248/2022-09
GLPMS0400976	LUANA DOS SANTOS OLIVEIRA LTDA	45.569.257/0001-05	48610.213364/2022-10
GLPES0400962	M DA SILVA OPPENHEIMER GAS LTDA	46.052.062/0001-48	48610.212909/2022-71
GLPRS0401015	MAKRO CHUI SUPERMERCADO EIRELI	18.201.694/0003-52	48610.203699/2022-20
GLPCE0401002	MARBIA GOMES D RODRIGUES	46.351.121/0001-89	48610.213549/2022-24
GLPPR0400958	NIVALDO FERREIRA DE MORAES	40.355.959/0001-64	48610.213425/2022-49
GLPRJ0400985	PAGE DE SAQUAREMA REVENDA DE GAS LTDA	31.988.828/0001-23	48610.208939/2022-82
GLPMT0400992	SANT ANA GAS DISTRIBUIDORA LTDA	45.618.331/0001-28	48610.213523/2022-86
GLPPR0400994	SANTO GAS LTDA	46.212.285/0001-25	48610.213528/2022-17
GLPMG0400973	SILVANA DOS SANTOS RODRIGUES LTDA	45.744.715/0001-97	48610.213441/2022-31
GLPAM0400996	SIMONE GERARDI LEAL COMERCIO	30.782.102/0001-77	48610.213178/2022-81
GLPGO0401008	SUPERMERCADO COLINA PARK LTDA	35.235.413/0001-30	48610.227031/2021-97
GLPRS0400998	TEUTONIA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	05.455.835/0016-36	48610.211991/2022-16
GLPMG0401024	VALDECI RIBEIRO	40.984.010/0001-23	48610.213615/2022-66
GLPRJ0401004	VELOZ DISTRIBUIDORA DO GAS LTDA	14.730.087/0001-67	48610.213551/2022-01
GLPRO0401032	W C MENDONCA COMERCIO DE GAS	34.199.164/0001-01	48610.213666/2022-98

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 1.080, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2010.01.66568, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 227, de 6 de junho de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por EDISON DIAS DE ASSIS, inscrito no CPF sob o nº 008.618.818-69.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.081, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2006.01.54236, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 228, de 6 de junho de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de LUIZ CARLOS NUNES DE AZEVEDO, filho de MARIA NUNES DE AZEVEDO.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.082, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.61046, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 229, de 6 de junho de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia post mortem de ANTONIO JUVÊNCIO DA SILVA, filho de MARIA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.083, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2003.01.17759, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 230, de 6 de junho de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por MARIA CRISTINA VASCONCELOS AGUIAR, inscrita no CPF sob o nº 728.896.247-49.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.084, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2007.01.60013, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 231, de 6 de junho de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por JOSÉ REIS DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 134.857.337-68.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.085, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.01.62721, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 233, de 6 de junho de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por ITAMAR MAZOCHI, inscrito no CPF sob o nº 073.583.856-91.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

PORTARIA Nº 1.086, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 14 de novembro de 2002, e considerando os pedidos e documentos apresentados até a presente data nos autos do Requerimento de Anistia nº 2008.17.63178, utilizando como razões de decidir os fundamentos exarados no Despacho do Ministro nº 232, de 6 de junho de 2022, resolve:

Indeferir o Pedido de Anistia formulado por OLYMPIO JOSÉ TRINDADE SERRA, inscrito no CPF sob o nº 004.876.511-20.

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 225, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021

Dispõe sobre diretrizes para o atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA no uso das atribuições legais estabelecidas na Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991 e no Decreto n° 9579 de 22 de novembro de 2018.

CONSIDERANDO que a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas de 1989, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, estabelece o direito a não ser objeto de interferências arbitrárias ou ilegais em sua vida particular, família, domicílio e correspondência, nem de atentados ilegais a sua honra e a sua reputação (art. 16), proteção contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, inclusive abuso sexual (art. 19), proteção contra a tortura, garantia de privação de liberdade somente em conformidade com a lei, apenas como último recurso e durante o mais breve período, tendo assistência jurídica, além do direito a manter contato com sua família por meio de correspondência ou de visitas (art. 37);

CONSIDERANDO que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas, ratificada por meio do Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002, preconiza que o Brasil se empenhe em acabar com a discriminação contra a mulher (art. 2º), adotar ações afirmativas destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher (art. 4º e 10), tomar medidas para modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas consuetudinárias e de qualquer outra índole que estejam baseados na ideia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas (art. 5º);

CONSIDERANDO que a Declaração dos Direitos da Criança e Adolescentes das Nações Unidas de 1959, da qual o Brasil membro signatário, garante o direito das crianças e adolescentes de não sofrerem discriminação por motivo de gênero;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa de 1988 determina a proibição absoluta de tortura e outros tratamentos desumanos e degradantes (art. 5º, III), garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica (art. 227, §3º, IV) e os princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade (art. 227, §3º, V);

CONSIDERANDO a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (art. 5º) e assegura a "inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente" (art. 17);

CONSIDERANDO a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde menta, vedando a internação de saúde mental em instituições com características asilares;

CONSIDERANDO a Lei n° 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude, especialmente seu art. 17, que determina que "o jovem tem direito à diversidade e à igualdade de oportunidades e não será discriminado por motivo de: I - etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo; II - orientação sexual, idioma ou religião; III - opinião, deficiência e condição social ou econômica";

CONSIDERANDO a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em especial o princípio da legalidade segundo o qual adolescentes não podem "receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto" (art. 35, I); "individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente" (art. 35, VI), "não discriminação do adolescente" (art. 35, VIII);

CONSIDERANDO a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2018, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, e trata a violência sexual como "como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não" e violência institucional como "a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização";

CONSIDERANDO a Resolução nº 119, 11 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE;

CONSIDERANDO a Resolução nº 159, 4 de setembro de 2013, que estabelece o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovado pelo CONANDA, cujas diretrizes indicam o respeito à diversidade de gênero e orientação sexual;

CONSIDERANDO a Resolução nº 160, 18 de novembro de 2013, do CONANDA, que institui o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE;

CONSIDERANDO as disposições dos chamados "Princípios e boas práticas para a proteção de pessoas privadas de liberdade nas Américas", adotados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que, dentre outros pontos, versam sobre a proteção de meninas privadas de liberdade no continente;

CONSIDERANDO a Resolução nº 159, 4 de setembro de 2013, que estabelece o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovado pelo CONANDA, cujas diretrizes indicam o respeito à diversidade de gênero e orientação sexual;

CONSIDERANDO a Resolução nº 160, 18 de novembro de 2013, do CONANDA, que institui o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE;

CONSIDERANDO a Resolução nº 210, 5 de junho de 2018, do CONANDA, que dispõe sobre os direitos de crianças cujas mães, adultas ou adolescentes, estejam em situação de privação de liberdade;

CONSIDERANDO a Portaria de Consolidação nº 02, de 28 de setembro de 2017 que redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI);

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, em julgamento, de 20 de fevereiro de 2018, do Habeas Corpus coletivo nº 143.641, decidiu que mulheres, adultas presas preventivamente e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, que estejam grávidas, amamentando ou tenham filhos com até 12 anos ou com deficiência, devem cumprir prioritariamente medidas não restritivas de liberdade;

CONSIDERANDO as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, conhecidas como "Regras de Bangkok", aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução nº 65/229, de 16 de março de 2011, estabelecendo diretrizes aplicáveis às adolescentes privadas de liberdade;

CONSIDERANDO a Recomendação emitida pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - MNPCT, no dia 19 de dezembro de 2018, ao CONANDA e CNPCT, para elaboração de regulamentação de parâmetros a prevenção à tortura e diretrizes e o atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade;

CONSIDERANDO a especificidade das adolescentes privadas de liberdade, garantindo sua existência, livre manifestação de sua identidade e adaptações necessárias à sua condição, assim como reconhecendo as situações de vulnerabilidade e riscos aos quais frequentemente as mesmas são submetidas à luz de questões interseccionais como cor/raça, etnia, classe social, território, deficiência, práticas religiosas, entre outras.

resolveM:

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Resolução estabelece recomendações no atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade nas instituições do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), conforme a competência de cada um desses órgãos.

Art. 2º Para os fins desta Resolução considera-se:

adolescente privada de liberdade: a pessoa com identidade de gênero feminina que tenha entre 12 (doze) e 17 (dezessete) anos de idade, assim como excepcionalmente entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos, conforme o art. 2º, parágrafo único da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que estejam cumprindo medidas socioeducativas de meio fechado;

unidade: a base física necessária para o funcionamento do programa de cumprimento das medidas socioeducativas de meio fechado, nos termos da Resolução nº 119, 11 de dezembro de 2006, do CONANDA;

medidas de meio fechado: medidas socioeducativas de internação, em decorrência de sentença, querem aplicada em virtude do descumprimento reiterado de outra medida, e de semiliberdade, previstas no art. 112, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e no art. 1º, §3º e 4º, da Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012

medidas de meio aberto: medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, previstas no art. 112, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

órgão gestor socioeducativo: o órgão da administração pública responsável, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, pela execução das medidas socioeducativas de meio fechado;

violência sexual: entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não;

abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros;

exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação;

educação não formal em direitos humanos: entendida como a aquisição e produção de conhecimento que ocorre fora da instituição escolar, e sim nas organizações não-governamentais, movimentos sociais e outras áreas de convivência e aprendizado, estruturada e orientada pelos princípios da autonomia e da emancipação, com vistas à formação crítica integral, nos termos do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)e Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3);

racismo institucional: conjunto de práticas das instituições e organizações que falham em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou etnia, manifestando-se cotidianamente em normas, práticas e comportamentos discriminatórios que combinam estereótipos racistas, colocando pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem frente ao acesso a políticas públicas.

Título II - Da Execução das Medidas de Meio Fechado

Capítulo I - Do Princípio da Excepcionalidade e da Brevidade

Art. 3º A medida socioeducativa de internação, provisória ou após sentença, reger-se-á pelos princípios constitucionais da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 4º A internação não deverá ser aplicada em relação às adolescentes gestantes, lactantes, mães e titulares de guarda ou tutela de crianças e adolescentes.

§ 1º Nos casos do caput, deverá haver prioridade absoluta para a remissão, medidas de meio aberto e semiliberdade.

§ 2º. Aplicar-se-á o disposto neste artigo, independentemente da idade de seus filhos.

Art. 5º Na aplicação da medida socioeducativa de semiliberdade também deverão ser observados os princípios citados no art. 3º, de modo a assegurar a primazia de medidas em liberdade e com permanência junto à família.

Capítulo II - Do Ingresso na Unidade

Art. 6º Nos casos excepcionais em que seja determinado cumprimento de medidas de meio fechado às adolescentes, tais medidas deverão ser cumpridas em unidade exclusiva para o público feminino.

Parágrafo único. O órgão gestor socioeducativo deve abolir quaisquer unidades mistas, que se destinem a ambos os sexos e, no caso de unidades próximas à unidades masculinas, deverá ser garantida a separação física e visual de acessos, bem como a distinção entre o corpo diretivo e equipe funcional das unidades.

Art. 7º Nas unidades femininas, quando atenderem a diferentes modalidades de medidas socioeducativas, como internação e semiliberdade, deverá haver separação de espaço na infraestrutura física para cada uma destas medidas, assim como a garantia de projetos políticos pedagógicos e propostas socioeducativas próprias, considerando as especificidades das adolescentes, bem como da preferência pela composição feminina nos corpos diretivo e técnico de referência e exclusividade de agentes femininas em número adequado à rotina e população da unidade.

Capítulo III - Dos Insumos Básicos

Art. 8º Além dos insumos básicos de higiene, devem ser garantidos às adolescentes itens específicos às suas necessidades:

I- fornecimento de absorventes íntimos em quantidade suficiente, sempre que solicitado, respeitando as diferenças de fluxo menstrual;

II- suprimento regular de água disponível para cuidados pessoais das adolescentes, em particular as gestantes, lactantes ou durante o período da menstruação;

III- fornecimento de papel higiênico em quantidade necessária, considerando as diferenças; e

IV- Outros que se fizerem necessários.

Título III - Da Prevenção e Combate à Violência

Capítulo I - Da Violência Sexual

Art. 9º As adolescentes privadas de liberdade serão acompanhadas, obrigatoriamente, por agentes socioeducativas mulheres, na custódia nos alojamentos, na permanência em refeitórios e em quaisquer atividades, assim como no deslocamento interno para atividades e atendimentos técnicos.

§ 1º Em nenhuma hipótese, agentes socioeducativos homens poderão compor a equipe de unidade, no que tange à execução das rotinas internas regulares.

§ 2º O transporte externo para audiências judiciais, atendimentos de saúde ou de outra natureza fora da unidade poderá ser realizado por agente socioeducativo homem, desde que a adolescente esteja também acompanhada, em todos os momentos, por, pelo menos, uma agente socioeducativa.

§ 3º As ações de resposta a situações-limite dentro das unidades deverão estar, preferencialmente, a cargo de agentes socioeducativas mulheres, devendo ser à elas oferecidos treinamentos e capacitações adequadas, com vistas a garantia da integridade física e psicológica das adolescentes privadas de liberdade, bem como de todos os profissionais da unidade.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos profissionais das equipes técnicas, de educação, saúde ou outras atividades pedagógicas, profissionalizantes e de cultura, esporte e lazer, entre outros.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO BEZERRA ALVES

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ASSUNTOS CONSULARES, COOPERAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E COOPERAÇÃO JURÍDICA
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DA TÜRKIYE SOBRE COOPERAÇÃO PARA AS CELEBRAÇÕES DO 200º ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, EM 2022, E DO 100º ANIVERSÁRIO DA REPÚBLICA DA TÜRKIYE, EM 2023, E DO 170º ANIVERSÁRIO DO ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS, EM 2028

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

e

o Ministério das Relações Exteriores da República da Türkiye,
doravante designados simplesmente como "Participantes",

Inspirados por seu desejo mútuo de fortalecer e aprofundar os laços de amizade e entendimento mútuo entre os dois países;

Atentos às oportunidades apresentadas pelos 200 anos da Independência do Brasil, em 2022, bem como pelos 100 anos da República da Türkiye, em 2023, e pelos 170 anos do Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre os dois países, em 2028;

Desejando melhorar as relações na esfera da cultura, história, pensamento diplomático e outras disciplinas, em um espírito de respeito mútuo pelo patrimônio cultural de cada um;

Decidiram implementar o seguinte Memorando de Entendimento:

Parágrafo 1

Cada Participante apoiará os esforços empreendidos em seu território pelo outro Participante com vistas a celebrar as efemérides referidas no Preâmbulo.

Parágrafo 2

Os Participantes poderão incentivar iniciativas em seus países, tais como:

1. Concertos musicais, eventos literários, exposições de arte e fotografia, exibições de filmes relacionados com os aniversários acima referidos, em coordenação com as autoridades competentes de ambos os países.

2. Cooperação entre instituições nacionais competentes para o intercâmbio de pesquisas, documentos e trabalhos acadêmicos nas áreas de ciências, artes, literatura, relacionados com as efemérides acima referidas.

3. Eventos de cooperação acadêmica nas áreas de relações internacionais, política externa, história diplomática de Türkiye e Brasil.

4. Intercâmbio entre instituições nacionais competentes, como museus, bibliotecas e arquivos em diversas áreas, incluindo patrimônio cultural e informação cultural digital, a fim de divulgar o conhecimento sobre o patrimônio de ambos os países e de facilitar o acesso a diferentes tipos de documentos originais e seu uso para fins científicos e culturais, como fotos antigas, documentos raros e manuscritos, e fazer cópias desse material.

5. Intercâmbio cultural relacionado aos saberes, ofícios e modos de fazer típicos de seus países e às práticas culturais tradicionais coletivas, promovendo também a cooperação de especialistas no âmbito da proteção do patrimônio cultural imaterial.

6. Eventos culturais promovidos por organizações da sociedade civil relacionados com o 200º Aniversário da Independência do Brasil, em 2022, com o 100º Aniversário da República de Türkiye em 2023, bem como com os 170 anos do Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre os dois países, em 2028.

7. Nomeação recíproca de ruas/parques nas cidades uns dos outros e inauguração de bustos ou estátuas de importantes figuras históricas ou culturais dos Participantes.

Parágrafo 3

Os Participantes concordam em organizar no corrente ano uma exposição de documentos e peças históricas sobre as relações entre o Império Otomano, a República de Türkiye e os países da América Latina.

Parágrafo 4

Em todas as atividades relacionadas ao presente Memorando de Entendimento, os Participantes buscarão proteger os direitos autorais e direitos conexos dos autores de obras artísticas e literárias, de acordo com suas respectivas leis nacionais. Em caso de violação de direitos autorais, este Memorando de Entendimento não constitui obrigação legal internacional vinculante sob o direito internacional para os Estados dos Participantes.

Parágrafo 5

Em todas as atividades relacionadas ao presente Memorando de Entendimento, os Participantes cooperarão para impedir a entrada, saída e transporte ilegal de bens culturais que constituam seu patrimônio cultural, de acordo com as leis vigentes em cada país e de acordo com as convenções internacionais de que sejam partes, e incentivarão a troca de informações para monitoramento e controle de fluxos lícitos de elementos de reconhecido valor histórico e artístico.

Parágrafo 6

Em todas as atividades relacionadas ao presente Memorando de Entendimento, os Participantes incentivarão o avanço da cooperação entre instituições acadêmicas, culturais e científicas, bem como autoridades correspondentes de ambos os países, e facilitarão a cooperação entre associações e entidades estabelecidas nos dois países.

Parágrafo 7

As atividades conduzidas sob este Memorando de Entendimento serão realizadas dentro do marco jurídico de leis e regulamentos nacionais, bem como de acordo com a disponibilidade orçamentária e administrativa dos Participantes.

Parágrafo 8

Este Memorando de Entendimento é concluído com o objetivo de incrementar e desenvolver a cooperação entre os Participantes, e não constitui acordo internacional vinculante para os Estados dos Participantes sob o direito internacional. Nenhuma disposição deste Memorando de Entendimento será interpretada e implementada no sentido de criar direitos ou compromissos legais para os Estados dos Participantes.

Parágrafo 9

Este Memorando de Entendimento pode ser alterado por escrito a qualquer tempo, mediante mútuo consenso dos Participantes. Tais modificações entrarão em vigor pelo mesmo procedimento prescrito no parágrafo 11.

Parágrafo 10

Qualquer diferença de interpretação ou implementação deste Memorando de Entendimento será resolvida amistosamente por meio de consultas diretas ou negociações entre os Participantes.

Parágrafo 11

Este MdE entrará em vigor na data de sua assinatura pelos Participantes e permanecerá válido pelo período de sete anos, a menos que um dos Participantes informe por escrito ao outro sua intenção de denúncia no mínimo seis meses antes de seu vencimento. Uma eventual rescisão não afeta a implementação de atividades iniciadas e em andamento no âmbito deste MdE, salvo decisão contrária dos Participantes.

Assinado em Brasília, em 25 de abril de 2022, em duas vias originais, nos idiomas português, inglês e turco, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência na interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

Pelo Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA
Ministro das Relações Exteriores

Pelo Ministério das Relações Exteriores da República da Türkiye

MEVLÜT ÇAVUSOGLU
Ministro das Relações Exteriores

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 1.374, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Habilita Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com AVC e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de São João Del Rei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 664, de 12 de abril de 2012, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Trombólise no Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo;

Considerando o Título VIII - Da Linha de cuidados em AVC e dos critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de atendimento de urgência aos pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC) no âmbito do Sistema Único de Saúde - (SUS), Capítulo I - da habilitacao dos estavelecimentos hospitalares como centro de atendim ento de urgencia aos pacientes com ACV no âmbito do sus, da Portaria de consolidação GM/MS nº 3 de 28 de setembro de 20017, que consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/2017/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a manifestação da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite-CIB, por meio da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.624, de 17 de novembro de 2021; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de São João Del Rei/MG na Proposta SAIPS nº 154324 e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Atenção Especializada - Departamento de Atenção Especializada e Temática -- CGAE/DAET/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº25000.075452/2022-90, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com AVC - Tipo III, o estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 1.131.887,26 (um milhão cento e trinta e um mil oitocentos e oitenta e sete reais e vinte e seis centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de São João Del Rei, conforme descrito a seguir:

I - R$ 1.117.812,50 (um milhão cento e dezessete mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), referente à habilitação de 05 leitos U-AVC Agudo e 05 leitos U-AVC Integral; e

II - R$ 14.074,76 (quatorze mil setenta e quatro reais e setenta e seis centavos), referente ao custeio do medicamento para realizar a trombólise.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de São João Del Rei, IBGE 316250, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585.0031 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 7ª (sétima) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	VALOR ANUAL
MG	316250	SÃO JOÃO DEL REI	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO JOÃO DEL REI	2161354	MUNICIAL	154324	16.17 - CENTRO DE ATENDIMENTO DE URGENCIA TIPO III AOS PACIENTES COM AVC	R$ 1.131.887,26

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 155, DE 5 DE MAIO DE 2022 (*)

Institui a Câmara Técnica Assessora das Doenças Raras.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso das suas atribuições, que lhe confere o art. 22, do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019, resolve:

Art. 1º Fica instituída Câmara Técnica Assessora (CTA), de caráter técnico, consultivo e educativo, de natureza interinstitucional e multiprofissional, para Política Nacional de Atenção às Pessoas com Doenças Raras, de modo a contribuir com as atividades técnicas e desenvolvimento da Política e em matérias estratégicas de interesse da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES), oferecendo subsídios ao aperfeiçoamento, integração e qualificação da rede de assistência às pessoas com Doenças Raras no SUS.

Parágrafo único. A Câmara Técnica Assessora tem a finalidade de promover discussões, avaliar e propor medidas, por meio do intercâmbio de conhecimentos e experiências, visando ao aperfeiçoamento de ações estratégicas e ao auxílio técnico para a tomada de decisões sobre questões diretas ou indiretamente relacionadas às pessoas com Doenças Raras no SUS.

Art. 2º São atribuições da Câmara Técnica Assessora para o aperfeiçoamento, integração, qualificação e expansão dos serviços que atendem os Pacientes com Doenças Raras no SUS, no âmbito do Ministério da Saúde:

I - atuar em colaboração com as áreas técnicas do Ministério da Saúde, no apoio à identificação e distribuição geográfica dos centros de referências em doenças raras, em território nacional, sugerindo a construção de propostas para a qualificação da rede em atenção à saúde, com ênfase na capacitação das equipes da atenção primária;

II - apoiar e validar o conteúdo específico de cursos para a formação das equipes de profissionais que atuam na assistência;

III - debater, revisar, promover e auxiliar tecnicamente a motivação de decisões relevantes que versem sobre a elaboração das diretrizes assistenciais para a integração, qualificação e expansão das ações e serviços de assistência aos pacientes no âmbito da Atenção Primária e Especializada;

IV - debater, revisar, e promover auxilio técnico com o objetivo de organiza, fortalecer e qualificar o cuidado na Rede de Atenção à Saúde (RAS);

Art. 3º A Câmara Técnica Assessora das Doenças Raras, será composta por representantes (titulares e suplentes) dos seguintes órgãos:

I - Departamento de Atenção Especializada e Temática - DAET/SAES, sendo:

a) um representante da Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência - CGSPD/DAET/SAES;

b) um representante da Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados - CGSH/DAET/SAES;

c) dois representantes da Coordenação-Geral de Atenção Especializada - CGAE/DAET/SAES;

II - Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde - SCTIE, sendo:

a) um representante do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde - DGITIS/SCTIE;

b) um representante do Departamento de Ciência e Tecnologia - DECIT/SCTIE);

III - Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS, sendo:

a) um representante do Departamento de Saúde da Família - DESF/SAPS;

b) um representante da Departamento de Promoção da Saúde - DEPROS/SAPS;

c) um representante da Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno - COCAM/DAPES/SAPS;

IV - Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI;

a) um representante do Gabinete;

V - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - SGTES;

a) um representante do Gabinete;

VI - Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS, sendo:

a) um representante do Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis - DASNT/SVS;

VII - Secretaria Executiva - SE/MS, sendo:

a) um representante do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS.

VIII- Sociedade Brasileira de Genética Médica;

IX- Sociedade Brasileira de Pediatria;

X- Sociedade Brasileira de Enfermagem em Genética e Genômica;

XI- Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras; e

XII- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

§1º A CTA será coordenada pelo Departamento de Atenção Especializada e Temática DAET/SAES.

§ 2º Os membros deverão ser indicados, pelos titulares dos órgãos, à Coordenação da CAT, por meio de Ofício, no prazo de 10 dias, contados a partir da publicação da Portaria.

Art. 4º Para prestar contribuições às atividades técnicas, a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde e demais Secretarias envolvidas poderão convidar especialistas e pesquisadores para apoiar a Câmara Técnica Assessora das Doenças Raras, em caráter consultivo.

§ 1º O convite deverá indicar o tema de abordagem, o local, data e horário da reunião.

§ 2º As reuniões da CTA devem ser formalizadas em Ata, que deverá conter o resumo das recomendações adotadas e a assinatura dos participantes.

Art. 5º Os especialistas e pesquisadores convidados da Câmara Técnica Assessora devem atender aos seguintes requisitos:

I - não possuir qualquer vínculo ou circunstância que possa suscitar potencial conflito de interesse em relação ao tema submetido a sua análise, de forma a permitir a atuação com independência e idoneidade.

II - possuir qualificação técnica e acadêmica necessária à atividade solicitada; e

III - manter confidencialidade em relação à documentação e informação técnica obtida, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo único. Para fins dos incisos I e III do caput, poderão ser utilizados os termos constantes no Anexo I desta Portaria, sem prejuízo da prestação de informações adicionais, a critério do setor finalístico.

Art. 6º A Câmara Técnica Assessora das Doenças Raras, reunir-se-á uma vez a cada dois meses ou, extraordinariamente, quando convocada por sua Coordenação, sendo as reuniões formalizadas conforme Termo de Referência, Anexo III.

§ 1º A abertura dos trabalhos da presente Câmara Técnica Assessora ocorrerá quando presentes na reunião a maioria de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria simples dos presentes na reunião.

§ 2º O apoio administrativo para as reuniões será feito pela Coordenação-Geral de Atenção Especializada - CGAE/DAET/SAES.

Art. 7º A participação na Câmara Técnica Assessora das Doenças Raras, será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Parágrafo único. A atuação de especialistas e pesquisadores convidados da comunidade científica possui caráter voluntário, não configurando qualquer tipo de vínculo empregatício com a Administração Pública, cabendo apenas o reconhecimento pela notória participação na construção da decisão técnica para qual contribuir.

Art. 8º A duração das atividades da Câmara Técnica Assessora será de 24 meses contados de sua publicação, renováveis por iguais e sucessivos períodos, mediante justificativa.

Parágrafo único. Findo o prazo da Comissão ou a cada renovação, será lavrado relatório das atividades, o qual será entregue à autoridade ou colegiado responsável pela Câmara Técnica Assessora das Doenças Raras.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

ANEXO I- DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONFLITO INTERESSES

Eu,_____, portador do CPF nº _____e da cédula de identidade nº _____para atuar como membro da Câmara Técnica Assessora, prestando atividade técnica consultiva de interesse ao Ministério da Saúde, e tendo fornecidas todas as informações pertinentes para a execução dessa atividade, declaro para os devidos fins que não possuo nenhum tipo de conflito de interesse relacionado ao tema submetido à minha análise, viabilizando, desta forma, a minha atuação técnica. Declaro ter ciência de que a prestação de declaração falsa me sujeitará às penalidades previstas na legislação.

Data: _____

_____

Assinatura

ANEXO II- TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Eu,_____, portador do CPF nº _____e da cédula de identidade nº _____, comprometo-me a manter confidencialidade com relação a toda documentação e informação técnica obtida por meio do Ministério da Saúde, concordando em não divulgar a terceiros informações e dados sigilosos e sujeitos a restrição de acesso, nos termos da legislação vigente. Declaro ter ciência de que a inobservância me sujeitará às penalidades previstas na legislação.

Data: _____

_____

Assinatura

ANEXO III- TERMO DE REFERÊNCIA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA ASSESSORA DAS DOENÇAS RARAS

1. Introdução Breve descrição do histórico do assunto que será objeto de debate na reunião da câmara técnica assessora.

(Apresentar resumo dos principais objetivos pretendidos pela Câmara Técnica Assessora - suficientes para justificar a realização de reunião).

2. Temas a serem discutidos.

(Breve indicação dos propósitos que serão objeto de discussão no âmbito da câmara técnica). Recomenda-se a criação de um regime de prioridades para as discussões, de forma a melhor organizar os trabalhos pretendidos.

3. Metas e Objetivos.

(Apontar as metas e os objetivos que se pretende alcançar com a instalação da câmara técnica). Obs.: As metas são pontos amplos e abrangentes, que devem focar no projeto como um todo. Os objetivos, por sua vez, referem-se a pontos mais tangíveis e, preferencialmente, classificados em de curto, médio ou longo prazo.

4. Composição.

(Indicar os participantes que farão parte da composição da câmara técnica, apontando o segmento por eles representado, bem como as associações ou entidades que representam. É recomendável incluir, ainda, as formas de contato com estes membros, como seu endereço de correio eletrônico e números de telefone.

5. Metodologia dos trabalhos.

(Especificar detalhes sobre o funcionamento pretendido para os trabalhos da câmara técnica). Neste tópico, devem ser explicitados, obrigatoriamente, os seguintes pontos:

Data da Reunião.

Horário e Pauta.

Prazos para entrega de trabalhos/relatórios, se necessário.

6. Cronograma de atividades.

O cronograma deve incluir, obrigatoriamente, a indicação da data de início e de término dos trabalhos. DATA xx/xx/xxxx.

ATIVIDADE:

OBJETIVO:

- Data máxima para conclusão dos trabalhos: xx/xx/xxxx.

- Conclusão dos trabalhos, entrega do objeto e apresentação do relatório final.

7. Considerações finais.

Espaço destinado a outras considerações, não constantes nos demais itens do termo de referência, mas cujo comunicado se faça importante. CIDADE, DIA de MÊS de ANO.

(Assinatura do Diretor) APROVADO.

_____

(*) Republicada por ter saído com incorreções no Diário Oficial da União (DOU) nº 88, de 11 de maio de 2022, Seção 1, páginas 285 e 286.

PORTARIA Nº 181, DE 30 DE MAIO DE 2022

Concede renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos, tecidos e células-tronco hematopoiéticas.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 56/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.074583/2022-50; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

RIM: 24.08

ALAGOAS

Nº do SNT: 2 01 99 AL 03
I - denominação: Santa Casa de Misericórdia de Maceió
II - CNPJ: 12.307.187/0001-50
III - CNES: 2007037
IV - endereço: Rua Barão de Maceió, nº 346, Bairro: Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-360.

SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 01 14 SP 05
I - denominação: Hospital Infantil Sabará - Fundação José Luíz Egydio Setubal
II - CNPJ: 61.213.674/0002-40
III - CNES: 6614426
IV - endereço: Avenida Angélica, nº 1.987, Bairro: Higienópolis, São Paulo/SP, CEP: 01.227-200.

Nº do SNT: 2 01 00 SP 39
I - denominação: Hospital do Rim e Hipertensão - Fundação Oswaldo Ramos
II - CNPJ: 52.803.319/0001-59
III - CNES: 2089785
IV - endereço: Rua Borges Lagoa, nº 960, Bairro: Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.038-002.

Nº do SNT: 2 01 99 SP 11
I - denominação: Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência
II - CNPJ: 2080575
III - CNES: 61.599.908/0001-58
IV - endereço: Rua Maestro Cardim, nº 769, Bairro: Liberdade, São Paulo/SP, CEP: 01.323-900.

Art. 2º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
FÍGADO: 24.09
MINAS GERAIS

Nº do SNT: 2 02 16 MG 01
I - denominação: Instituto de Clínicas e Cirurgia de Juiz de Fora LTDA - Hospital Monte Sinai
II - CNPJ: 25.415.993/0001-93
III - CNES: 3013588
IV - endereço: Rua Vicente Beghelli, nº 315, Bairro: Dom Bosco, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.025-550.

SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 02 02 SP 06
I - denominação: Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência
II - CNPJ: 61.599.908/0001-58
III - CNES: 2080575
IV - endereço: Rua Maestro Cardim, nº 769, Bairro: Liberdade, São Paulo/SP, CEP: 01.323-900

Art. 3º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante coração aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CORAÇÃO: 24.11
MINAS GERAIS

Nº do SNT: 2 03 16 MG 03
I - denominação: Associação de Integração Social de Itajubá - AISI Hospital de Clínicas de Itajubá
II - CNPJ: 21.040.696/0003-11
III - CNES: 2208857
IV - endereço: Rua Miguel Viana, nº 420, Bairro: Morro Chic, Itajubá/MG, CEP: 37.500-080.

SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 03 14 SP 06
I - denominação: Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência
II - CNPJ: 61.599.908/0001-58
III - CNES: 2080575
IV - endereço: Rua Maestro Cardim, nº 769, Bairro: Liberdade, São Paulo/SP, CEP: 01.323-900.

Art. 4º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e não aparentado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02
MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03
SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 21 16 SP 11
I - denominação: UNIMED Sorocaba - Cooperativa de Trabalho Médico
II- CNPJ: 45.399.961/0002-30
III - CNES: 2708566
IV - endereço: Rua Antonia Dias Petri, nº 135, Bairro: Parque Santa Isabel, São Paulo/SP, CEP: 18.052-210.

RIO GRANDE DO SUL

Nº do SNT: 2 21 00 RS 02
I - denominação: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
II- CNPJ: 87.020.517/0001-20
III - CNES: 2237601
IV - endereço: Rua Ramiro Barcelos, nº 2.350, Largo Eduardo Faraco, Bairro: Santana, Porto Alegre/RS, CEP: 90.035-903.

MINAS GERAIS

Nº do SNT: 2 21 99 MG 14
I - denominação: Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - EBSERH
II - CNPJ: 15.126.437/0015-49
III - CNES: 0027049
IV - endereço: Avenida Alfredo Balena, nº 110, Bairro: Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.130-100.

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 11 02 SP 42
I - denominação: Hospital Santa Cruz - Sociedade Brasileira e Japonesa de Beneficência
II - CNPJ: 60.552.098/0001-11
III - CNES: 2082624
IV - endereço: Rua Santa Cruz, nº 398, Bairro: Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP: 04.122-000.

BAHIA

Nº do SNT: 2 11 99 BA 04
I - denominação: Hospital São Rafael - Monte Tabor Centro Italo Brasileiro de Promoção Sanitário
II - CNPJ: 13.926.639/0001-44
III - CNES: 0003808
IV - endereço: Avenida São Rafael, nº 2.152, Bairro: São Marcos, Salvador/BA, CEP: 41.253-190.

RIO GRANDE DO SUL

Nº do SNT: 2 11 99 RS 02
I- denominação: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
II - CNPJ: 87.020.517/0001-20
III - CNES: 2237601
IV - endereço: Rua Ramiro Barcelos, nº 2.350, Bairro: Santana, Porto Alegre/RS, CEP: 90.035-903.

RIO DE JANEIRO

Nº do SNT: 2 11 13 RJ 11
I - denominação: Clinica Oftalmológica Ricardo Reis Ltda
II - CNPJ: 04.592.953/0001-47
III - CNES: 3344169
IV - endereço: Rua Francisco Sá, nº 23, Bairro: Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.080-010.

Art. 6º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
MINAS GERAIS

Nº do SNT: 2 12 18 MG 04
I - denominação: Clínicas Integradas Hospital Universitário Mário Palmério - Sociedade Educacional Uberabense Uniube
II - CNPJ: 25.452.301/0005-00
III - CNES: 2195585
IV - endereço: Avenida Nene Sabino, nº 2.477, Bairro: Santos Dumont, Uberaba/MG, CEP: 38.050-501.

Art. 7º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
RIM/PÂNCREAS: 24.05
SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 31 08 SP 01
I - denominação: Hospital das Clínicas FAEPA Ribeirão Preto
II - CNPJ: 57.722.118/0001-40
III - CNES: 2082187
IV - endereço: Campus Universitário, s/n°, Bairro: Monte Alegre, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.048-900.

Art. 8º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
VÁLVULA CARDÍACA: 24.23
SÃO PAULO

Nº do SNT: 2 41 09 SP 09
I - denominação: Hospital Samaritano - ESHO Empresa de Serviços Hospitalares S A
II - CNPJ: 29.435.005/0099-32
III - CNES: 2080818
IV - endereço: Rua Conselheiro Brotero, nº 1.486, Bairro: Higienópolis, São Paulo/SP, CEP: 01.232-010.

Art. 9º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado às equipes de saúde a seguir identificadas:
FÍGADO: 24.09
MINAS GERAIS

Nº do SNT: 1 02 16 MG 02
I - responsável técnico: Cleber Soares Junior, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 34780 - MG;
II - membro: Rodrigo de Oliveira Peixoto, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 18837 - MG;
III - membro: Frederico Cantarino Cordeiro de Araújo, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 58760 - MG;
IV - membro: Carlos Augusto Gomes, cirurgião geral e oncológico, CRM 14308 - MG;
V - membro: Flora Adelina Miguel Bastos Almeida, gastroenterologista, CRM 47199 - MG;
VI - membro: Mariana Moraes Pereira das Neves Araujo, anestesiologista, CRM 57349 - MG;
VII - membro: Thiago Soares Mendes Moreira de Moraes, anestesiologista, CRM 46969 - MG.

RIO GRANDE DO SUL

Nº do SNT: 1 02 08 RS 01
I - responsável técnico: Cleber Rosito Pinto Kruel, cirurgião geral e do aparelho digestivo, CRM 24337 - RS;
II - membro: Alexandre de Araujo, gastroenterologista, CRM 26489 - RS;
III - membro: Aljamir Duarte Chedid, cirurgião geral, CRM 6772 - RS;
IV - membro: Antonio Franciosi Prates, anestesiologista, CRM 37320 - RS;
V - membro: Camila Dilelio Dias, anestesiologista, CRM 40845 - RS;
VI - membro: Flavia Heinz Feier, cirurgiã geral e do aparelho digestivo, CRM 30123 - RS;
VII - membro: Jerônimo de Conto Oliveira, gastroenterologista, CRM 34763 - RS;
VIII - membro: Larissa Schneider, anestesiologista, CRM 36487 - RS;
IX - membro: Marcio Fernandes Chedid, cirurgião geral e cancerologista cirúrgico, CRM 29389 - RS;
X - membro: Mario Reis Alvares da Silva, gastroenterologista, CRM 15232 - RS;
XI - membro: Roberta Cabral Marchiori, gastroenterologista, CRM 42526 - RS;
XII - membro: Tomaz de Jesus Maria Grezzana Filho, cirurgião geral, CRM 21576 - RS;
XIII - membro: Victor Hugo Bazan da Rocha, anestesiologista, CRM 17005 - RS.

Art. 10 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:
CORAÇÃO: 24.11
MINAS GERAIS

Nº do SNT: 1 03 16 MG 05
I - responsável técnico: Alexandre Ciappina Hueb, intensivista e cirurgião cardiovascular, CRM 29533 - MG;
II - membro: Gil Fernando Ribeiro Grillo Filho, anestesiologista, CRM 45452 - MG;
III - membro: Vinicius Ferreira de Souza, anestesiologista, CRM 35921 - MG;
IV - membro: Renato Teixeira Siniscalchi, cirurgião geral e torácico, CRM 43599 - MG;
V - membro: Reginaldo Cipullo, cardiologista, CRM 56579 - MG.

Art. 11 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:
RIM: 24.08
ALAGOAS

Nº do SNT: 1 01 99 AL 03
I - responsável técnico: Arnon Farias Campos, nefrologista, CRM 1637 - AL;
II - membro: Andre Gustavo Correia Pinto, urologista, CRM 6207 - AL;

III - membro: Ayrla Paulina Barbosa Lira, nefrologista, CRM 7173 - AL;
IV - membro: Bruno Leonardo de Freitas Soares, cirurgião vascular, CRM 6653 - AL;
V - membro: Flora Braga Vaz, nefrologista, CRM 7294 - AL;
VI - membro: Rogerio Cesar Correia Bernardo, urologista, CRM 4193 - AL
VII - membro: Elton Correia Alves, cirurgião vascular, CRM 5599 - AL;
VIII - membro: Marcos Santos Nobre, nefrologista, CRM 5061 - AL;
IX - membro: Osmar Monteiro da Silva, nefrologista, CRM 6099 - AL;
X - membro: Rodrigo Peixoto Campos, nefrologista, CRM 5460 - AL;
XI - membro: Wellington Rodrigues Porciuncula Junior, urologista, CRM 5667 - AL;
XII - membro: Marcos Santos Nobre, nefrologista, CRM 5061 - AL.

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 01 09 SP 05
I - responsável técnico: José Osmar Medina de Abreu Pestana, nefrologista, CRM 37800 - SP;
II - membro: Eduardo Jun Sadatsune, anestesiologista, CRM 131787 - SP;
III - membro: Patricia Zeni Diniz, anestesiologista, CRM 115570 - SP;
IV - membro: Daniel Capucci Fabri, anestesiologista, CRM 137126 - SP;
V - membro: Hélio Tedesco Silva Junior, nefrologista, CRM 50327 - SP;
VI - membro: Guilherme Alonso Daud Patovino, urologista, CRM 145535 - SP;
VII - membro: Maria Lucia dos Santos Vaz, nefrologista, CRM 56812 - SP;
VIII - membro: Marina Pontello Cristelli, nefrologista, CRM 119135 - SP;
IX - membro: Laila Almeida Viana, nefrologista, CRM 13461 - SP;
X - membro: Carlos Roberto Barros Rocha, urologista, CRM 124701 - SP;
XI - membro: Melissa Gaspar Tavares, nefrologista, CRM 125140 - SP;
XII - membro: Luciana de Fatima Porini Custodio, nefrologista, CRM 135020 - SP;
XIII - membro: Wilson Ferreira Aguiar, urologista, CRM 83683 - SP;
XIV - membro: João Ferreira Neves Neto, urologista, CRM 97258 - SP;
XV - membro: Mário Nogueira Junior, urologista, CRM 78501 - SP;
XVI - membro: Sérgio Felix Ximenes, urologista, CRM 76085 - SP;
XVII - membro: Ademar Pessoa Ferreira Junior, urologista, CRM 114803 - SP;
XVIII - membro: Murilo Matteucci Noleto, urologista, CRM 195587 - SP;
XIX - membro: Hernani de Oliveira Marinho Neto, urologista, CRM 124742 - SP;
XX - membro: Nayara Cordeiro Tenório, nefrologista, CRM 147645 - SP;
XXI - membro: Danielle Tamara Yamada Barbosa, nefrologista, CRM 171316 - SP;
XXII - membro: Juliana Toniato de Rezende, nefrologista, CRM 146844 - SP;
XXIII - membro: Valentine de Almeida Costa de Castro Lima, nefrologista, CRM 189074 - SP;
XXIV - membro: Vega Figueiredo Dourado de Azevedo, nefrologista, CRM 159668 - SP;
XXV - membro: Jose Daniel Braz Cardone, anestesiologista, CRM119745 - SP.

Nº do SNT: 1 01 14 SP 21
I - responsável técnico: José Osmar Medina de Abreu Pestana, nefrologista, CRM 37800 - SP;
II - membro: Débora de Oliveira Cumino, anestesiologista, CRM 87604 - SP;
III - membro: Maria Cristina de Andrade, nefrologista, CRM 55067 - SP;
IV - membro: Ana Paula Brecheret, nefrologista, CRM 93981 - SP;
V - membro: Anelise Del Vecchio Gessullo, nefrologista, CRM 43085 - SP;
VI - membro: Wilson Ferreira Aguiar, urologista, CRM 83683 - SP;
VII - membro: Mário Nogueira Júnior, urologista, CRM 78501 - SP;
VIII - membro: Sérgio Felix Ximenes, urologista, CRM 76085 - SP;
IX - membro: Ademar Pessoa Ferreira Júnior, urologista, CRM 114083 - SP.

Art. 12 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM/PÂNCREAS: 24.05

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 31 02 SP 09
I - responsável técnico: José Osmar Medina de Abreu Pestana, nefrologista, CRM 37800-SP;
II - membro: Adriano Miziara Gonzales, gastroenterologista, CRM 76192 - SP;
III - membro: Alcides Augusto Salzedas Netto, cirurgião geral, CRM 82653 - SP;
IV - membro: Jose Daniel Braz Cardone, anestesiologista, CRM 119745 - SP;
V - membro: Eduardo Jun Sadatsune, anestesiologista, CRM 137787 - SP;
VI - membro: Hélio Tedesco Silva Junior, nefrologista, CRM 86056 - SP;
VII - membro: Maria Lucia dos Santos Vaz, nefrologista, CRM 56812 - SP;
VIII - membro: Marina Pontello Cristelli, nefrologista, CRM 119135 - SP;
IX- membro: Laila Almeida Viana, nefrologista, CRM 131611 - SP;
X - membro: Luciana de Fatima Porini Custodio, nefrologista, CRM 135020 - SP;
XI - membro: Melissa Gaspar Tavares, nefrologista, CRM 125140 - SP;
XII - membro: Wilson Ferreira Aguiar, urologista, CRM 8368 3- SP;
XIII - membro: João Ferreira Neves Neto, urologista, CRM 97258 - SP;
XIV - membro: Mário Nogueira Júnior, urologista, CRM 78501 - SP;
XV - membro: Sérgio Feliz Ximenes, urologista, CRM 76805 - SP;
XVI - membro: Ademar Pessoa Ferreira Júnior, CRM urologista, CRM 114803 - SP;
XVII - membro: Hernani de Oliveira Marinho Neto, urologista, CRM 124742 - SP;
XVIII - membro: Nayara Cordeiro Tenório, nefrologista, CRM 147645 - SP;
XIX - membro: Danielle Tamara Yamada Barbosa, nefrologista, CRM 171316 - SP.
XX - membro: Roberto Ferreira Meirelles Júnior, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 59696 - SP.
XXI - membro: Patricia Zeni Diniz, anestesiologista, CRM 115570 - SP;
XXII - membro: Daniel Capucci Fabri, anestesiologista, CRM 137126 - SP;
XXIII - membro: Valentine de Almeida Costa de Castro Lima, nefrologista, CRM 189074 - SP;
XXIV - membro: Vega Figueiredo Dourado de Azevedo, nefrologista, CRM 159668 - SP;
XXV - membro: Juliana Toniato de Rezende, nefrologista, CRM 146844 - SP;
XXVI - membro: Guilherme Alonso Daud Patovino, urologista, CRM 145535 - SP;
XXVII - membro: Murilo Matteucci Noleto, urologista, CRM 195587 - SP;
XXVIII - membro: Carlos Roberto Barros Rocha, urologista, CRM 124701 - SP;
XXIX - membro: João Roberto de Sá, endocrinologista, CRM 43188 - SP.

Nº do SNT: 1 31 08 SP 09
I - responsável técnico: Rafael Kemp, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 100412 - SP;
II - membro: José Sebastião dos Santos, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 52367 - SP;
III - membro: Ajith Kumar Sakarankutty, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 71737 - SP;
IV - membro: Silvio Tucci Júnior, urologista, CRM 29720 - SP;
V - membro: Tânia Marisa Pisi Garcia, nefrologista, CRM 60399 - SP;
VI - membro: Carlos Augusto Fernandes Molina, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 80571 - SP;
VII - membro: Alberto Facury Gaspar, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 120816 - SP;
VIII - membro: Miguel Moisés Neto, nefrologista, CRM 21349 - SP;
IX - membro: Luis Vicente Garcia, anestesiologista, CRM 54687 - SP;
X - membro: Jorge Resende Lopes Junior, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 147925 - SP;
XI - membro: Adolfo Cezar Rodrigues Chang, cirurgião do aparelho digestivo, CRM nº 164813 - SP;
XII - membro: Fabio Antônio Perecim Volpe, cirurgião pediátrico, CRM 93737 - SP;
XIII - membro: Felipe Gilberto Valerini, cirurgião geral, CRM 157492 - SP;
XIV - membro: Fernanda Fernandes Souza, gastroenterologista, CRM 106421 - SP;
XV - membro: Guilherme Viana Rosa, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 116360 - SP;
XVI - membro: Luana Cavalcanti Dias Xavier, gastroenterologista, CRM 187179 - SP;
XVII - membro: Natalia Rossin Guidorizzi, endocrinologista, CRM 162635 - SP;
XVIII - membro: Wellen Cristina Canesin, cirurgiã geral, CRM 163871 - SP.

Art. 13 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas à equipe de saúde a seguir identificada:

PÂNCREAS: 24.04

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 32 00 SP 33
I responsável técnico: José Osmar Medina de Abreu Pestana, nefrologista, CRM 37800 - SP;
II - membro: Adriano Miziara Gonzales, cirurgião geral, CRM 76192 - SP;
III - membro: Alcides Augusto Salzedas Netto, cirurgião geral, CRM 82653 - SP;
IV - membro: José Daniel Braz Cardone, anestesiologista, CRM 119745 - SP;
V - membro: Eduardo Jun Sadatsune, anestesiologista, CRM 131787 - SP;
VI - membro: Hélio Tedesco Silva Junior, nefrologista, CRM 50327 - SP;
VII - membro: Maria Lucia dos Santos Vaz, nefrologista, CRM-56812 - SP;
VIII - membro: Marina Pontello Cristelli, nefrologista, CRM 119135 - SP;
IX - membro: Laila Almeida Viana, nefrologista, CRM 134611 - SP;
X - membro: Luciana de Fátima Porini Custodio, nefrologista, CRM 135020 - SP;
XI - membro: Melissa Gaspar Tavares, nefrologista, CRM 125140 - SP;
XII - membro: Wilson Ferreira Aguiar, urologista, CRM 83683 - SP;
XIII - membro: João Ferreira Neves Neto, urologista, CRM 97258 - SP;
XIV - membro: Mário Nogueira Júnior, urologista, CRM 78501 - SP;
XV - membro: Sérgio Felix Ximenes, urologista, CRM 76805 - SP;
XVI - membro: Ademar Pessoa Ferreira Júnior, urologista, CRM 114803 - SP;
XVII - membro: Hernani de Oliveira Marinho Neto, urologista, CRM 124742 - SP;
XVIII - membro: Nayara Cordeiro Tenório, nefrologista, CRM 147565 - SP;
XIX - membro: Danielle Tamara Yamada Barbosa, nefrologista, CRM 171316 - SP.
XX - membro: Roberto Ferreira Meirelles Júnior, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 59696 - SP;
XXI - membro: Patricia Zeni Diniz, anestesiologista, CRM 115570 - SP;
XXII - membro: Daniel Capucci Fabri, anestesiologista, CRM 137126 - SP;
XXIII - membro: Valentine de Almeida Costa de Castro Lima, nefrologista, CRM 189074 - SP;
XXIV - membro: Vega Figueiredo Dourado de Azevedo, nefrologista, CRM 159668 - SP;
XXV - membro: Juliana Toniato de Rezende, nefrologista, CRM 146844 - SP;
XXVI - membro: Guilherme Alonso Daud Patovino, urologista, CRM 145535 - SP;
XXVII - membro: Murilo Matteucci Noleto, urologista, CRM 195587 - SP;
XXVIII - membro: Carlos Roberto Barros Rocha, urologista, CRM 124701 - SP.
XXIX - membro: João Roberto de Sá, endocrinologista, CRM 43188 - SP.

Art. 14 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 11 02 SP 220
I - responsável técnico: Frederico Azevedo Soter, oftalmologista, CRM 36298 - SP.

Nº do SNT: 1 11 02 SP 221
I - responsável técnico: Luciano Azevedo Soter, oftalmologista, CRM 52825 - SP.

Nº do SNT: 1 11 02 SP 43
I - responsável técnico: Walton Nosé, oftalmologista, CRM 30319 - SP;
II - membro: Adriana dos Santos Forseto, oftalmologista, CRM 75264 - SP;
III - membro: Claudia Francesconi, oftalmologista, CRM 77247 - SP;
IV - membro: Junia Cabral Marques, oftalmologista, CRM 109963 - SP;
V - membro: Lucila Ferreira Pinto, oftalmologista, CRM 76405 - SP.
VI - membro: Ricardo Menon Nose, oftalmologista, CRM 145706 - SP.

Nº do SNT: 1 11 02 SP 38
I - responsável técnico: Sergio Morello Junior, oftalmologista, CRM 48153 - SP;
II - membro: Marcelo Caram Ribeiro Fernandes, oftalmologista, CRM 144404 - SP;
III - membro: Christine Mae Morello Abbud, oftalmologista, CRM 57612 - SP.

RIO DE JANEIRO

Nº do SNT: 1 11 01 RJ 12
I - responsável técnico: Gisela Ferreira Garcia, oftalmologista, CRM 52607554 - RJ.

Nº do SNT: 1 11 16 RJ 41
I - responsável técnico: Gisela Ferreira Garcia, oftalmologista, CRM 52607554 - RJ.

Nº do SNT: 1 11 16 RJ 43
I - responsável técnico: Ricardo Siqueira Mendes dos Reis, oftalmologista, CRM 52629430 - RJ.

BAHIA

Nº do SNT: 1 11 08 BA 02
I - responsável técnico: Marco Aurélio Oliveira Mendes, oftalmologista, CRM 6407 - BA.

Nº do SNT 1 11 12 BA 01
I - responsável técnico: Marco Aurélio Oliveira Mendes, oftalmologista, CRM 6407 - BA.

RIO GRANDE DO SUL

Nº do SNT: 1 11 02 RS 12
I - responsável técnico: Diane Ruschel Marinho, oftalmologista, CRM 16740 - RS;
II - membro: Francisco José de Lima Bocaccio, oftalmologista, CRM 6973 - RS;
III - membro: Sérgio Kwitko, oftalmologista, CRM 13922 - RS;
IV - membro: Melissa Manfroi Dal Pizzol, oftalmologista, CRM 28240 - RS;
V - membro: Tiago Lansini, oftalmologista, CRM 29066 - RS;
VI - membro: Samara Barbara Marafon, oftamologista, CRM 37669 - RS.

Art. 15 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 12 14 SP 02
I - responsável técnico: Luiz Henrique Silveira Rodrigues, ortopedista e traumatologista, CRM 116403 - SP.

MINAS GERAIS

Nº do SNT: 1 12 18 MG 07
I - responsável técnico: Diminson dos Santos Braz, ortopedista e traumatologista, CRM 35800 - MG;
II - membro: Rodrigo Tavares Cardozo, ortopedista e traumatologista, CRM 46723 - MG.

Art. 16 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e não aparentado às equipes de saúde a seguir identificadas:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 21 16 SP 24
I - responsável técnico: Robenilson Almeida Souza, hematologista e hemoterapeuta, CRM 97171 - SP;
II - membro: Valter Adolpho Massaglia Filho, hematologista e hemoterapeuta, CRM 121800 - SP;
III - membro: Ana Gabriela Poveda Bismara, hematologista e hemoterapeuta, CRM 155612 - SP;
IV - membro: Frederico Guimarães Brandão, hematologista e hemoterapeuta, CRM 85690 - SP;
V - membro: Ariella Cassia de Moura, hematologista e hemoterapeuta, CRM 144898 - SP;
VI - membro: Marcos Paulo Colella, hematologista e hemoterapeuta - CRM 115844 - SP.

RIO GRANDE DO SUL

Nº do SNT: 1 21 00 RS 02
I - responsável técnico: Liane Esteves Daudt, hematologista e hemoterapeuta, CRM 19475 - RS;
II - membro: Adriano Nori Rodrigues Taniguchi, hematologista e hemoterapeuta pediátrica, CRM 28605 - RS;
III - membro: Alessandra Aparecida Paz, hematologista e hemoterapeuta, CRM 24200 - RS;
IV - membro: Claudia Caceres Astigarraga, hematologista e hemoterapeuta, CRM 21303 - RS;
V - membro: Fernanda Fetter Scherer, cancerologista pediátrica, CRM 26187 - RS;
VI - membro: Laura Maria Fogliato, hematologista e hemoterapeuta, CRM 18079 - RS;
VII - membro: Lisandra Della Costa Rigoni, hematologista e hemoterapeuta, CRM 27071 - RS;
VIII - membro: Lúcia Mariano da Rocha Silla, hematologista e hemoterapeuta, CRM 12160 - RS;
IX - membro: Rosane Isabel Bittencourt, hematologista e hemoterapeuta, CRM 14017 - RS;
X - membro: Sheila Nogueira do Amaral, hematologista e hemoterapeuta, CRM 32601 - RS;
XI - membro: Tahiane de Brum Soares, hematologista e hemoterapeuta, CRM 35801 - RS;
XII - membro: Felippe da Silva Schirmer, hematologista e hemoterapeuta pediátrico, CRM 38360 - RS;
XIII - membro: Marina de Almeida Furlanetto, hematologista e hemoterapeuta, CRM 35116 - RS;
XIV - membro: Mariana Bohns Michalowski, hematologista e hemoterapeuta pediátrica, CRM 24518 - RS;
XV - membro: Rebeca Ferreira Marques, cancerologista pediátrica, CRM 34570 - RS;
XVI - membro: Lauro Jose Gregianin, cancerologista pediátrico, CRM 16054 - RS;
XVII - membro: Tanira Gatiboni, cancerologista pediátrica, CRM 29561 - RS.

MINAS GERAIS

Nº do SNT: 1 21 18 MG 04
I - responsável técnico: Gustavo Machado Teixeira, hematologista e hemoterapeuta, CRM 40077 - MG;
II - membro: Ana Luiza Roscoe Santoro, hematologista e hemoterapeuta, CRM 39605 - MG;
III - membro: Ana Karine Vieira, hematologista e hemoterapeuta, CRM 31347 - MG;
IV - membro: Aline Bussinger Maciel, hematologista e hemoterapeuta, CRM 54686 - MG;
V - membro: Ana Paula Silva Magalhães, hematologista e hemoterapeuta, CRM 60024 - MG;
VI - membro: Camila de Pádua Coelho Hugo, hematologista e hemoterapeuta; CRM 48560 - MG;
VII - membro: Emanuella Graciott Souza, hematologista e hemoterapeuta, CRM 44684 - MG;
VIII - membro: Júlia Pereira Torga, hematologista e hemoterapeuta, CRM 50914 - MG;
IX - membro: Lorena Bicalho de Morávia, hematologista e hemoterapeuta, CRM 47673 - MG.

Art. 17 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana à equipe de saúde a seguir identificada:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 41 09 SP 17
I - responsável técnico: Renato Samy Assad, cirurgião geral e cardiovascular, CRM 46120 - SP;
II - membro: Alfredo Inacio Fiorelli, cirurgião geral e torácico, CRM 32338 - SP;
III - membro: Maria Fernanda Silva Jardim, cardiologista pediátrica, CRM 98117 - SP;
IV - membro: Petronio Generoso Thomaz, cirurgião cardiovascular e intensivista, CRM 98169 - SP;
V - membro: Ana Cristina Aliman Arashiro, anestesiologista, CRM 69166 - SP;
VI - membro: Vanessa Alves Guimaraes Borges, pediatra, CRM 118641 - SP;
VII - membro: Alex Luiz Celullare, cirurgião geral e cardiovascular, CRM 101345 - SP;
VIII - membro: Mauricio dos Reis Basilio, cirurgião geral e cardiovascular, CRM 162617 - SP.

Art. 18 As renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º e 7° do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 19 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 182, DE 30 DE MAIO DE 2022

Inclui membro em equipe de transplante.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 56/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.074583/2022-50; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pelo art. 7º, da Portaria SAES/MS nº 143, de 29 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 82, de 3 de maio de 2022, seção 1, página 76, os membros a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

ALAGOAS

Nº do SNT: 1 11 05 AL 02
III - membro: Giovanna Quintella Juca Duarte Oiticica, oftalmologista, CRM 6835 - AL;
IV - membro: Vitor Leão de Carvalho, oftalmologista, CRM 6019 - AL.

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 13, Portaria SAES/MS nº 791, de 25 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 122, de 27 de junho de 2019, seção 1, página 78, o membro a seguir:

FÍGADO: 24.09

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 02 17 SP 15
X - membro: Marisa Rafaela Damasceno Lima, cirurgiã geral, CRM 171635 - SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 183, DE 30 DE MAIO DE 2022

Substitui responsável técnico de equipe de transplante.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica n° 56/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.074583/2022-50, resolve:

Art. 1º Fica substituído o responsável técnico da equipe constante no art. 7°, da Portaria SAES/MS nº 143, de 29 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 82, de 03 de maio de 2022, seção 1, página 76, conforme nº de SNT 1 11 05 AL 02, passando a atuar como responsável técnico o membro Martina Maria Oiticica Barbosa, oftalmologista, CRM 6661 - AL, deixando de exercer a referida função e passando a atuar apenas como membro, Waleska Chaves Donato de Araújo, oftalmologista, CRM 3519 - AL.

Art. 2º Fica substituído o responsável técnico da equipe constante no art. 22, da Portaria SAS/MS nº 2.046, de 28 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 250, de 31 dezembro de 2018, seção 1, página 124, conforme nº do SNT 1 21 15 RJ 34, passando a atuar como responsável técnico o membro Jacques Kaufman, CRM 52789321 - RJ, clínica médica, deixando de exercer a referida função e passando a atuar apenas como membro Ricardo de Sá Bigni, hematologista e hemoterapeuta, CRM 52561671 - RJ.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 184, DE 30 DE MAIO DE 2022

Concede renovação da classificação de acordo com a complexidade tecnológica a estabelecimento de saúde.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a seção IX - Do Incremento Financeiro para a Realização de Procedimentos de Transplantes e o Processo de Doação de Órgãos (IFTDO), da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria SAES/MS nº 704, de 31 de julho de 2020, que concede classificação de acordo com a complexidade tecnológica a estabelecimentos de saúde.;

Considerando a Nota Técnica n° 56/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.074583/2022-50; e

Considerando a manifestação favorável das respectivas Secretarias Estaduais de Saúde/Centrais Estaduais de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Fica concedida a renovação da classificação, de acordo com a complexidade tecnológica, ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

NÍVEL B: 24.27

MINAS GERAIS

I - denominação: Associação de Integração Social de Itajubá - AISI Hospital de Clínicas de Itajubá
II - CNPJ: 21.040.696/0003-11
III - CNES: 2208857
IV - endereço: Rua Miguel Viana, nº 420, Bairro: Morro Chic, Itajubá/MG, CEP: 37.500-080.

Art. 2º A renovação da classificação concedida para o estabelecimento de saúde por meio desta Portaria, em conformidade com o art. 228 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, terá validade pelo período de dois anos, de acordo com o estabelecido no § 3º do art. 229 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 185, DE 30 DE MAIO DE 2022

Concede renovação de autorização a Banco de Tecido Ocular Humano.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017 e na Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS n° 856, de 14 de junho de 2018, que concede renovação de autorização a Banco de Tecido Ocular Humano e Banco de Válvula Cardíaca;

Considerando a Nota Técnica n° 56/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.074583/2022-50;

Considerando a Resolução - RDC/ANVISA nº 55, de 11 de dezembro de 2015 bem como a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária local; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Estado de Saúde bem como análise técnica da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização ao Banco de Tecido Ocular Humano do estabelecimento de saúde a seguir identificado:

BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13

RIO GRANDE DO SUL

Nº do SNT: 3 51 04 RS 07
I - Denominação: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
II - CNPJ: 87.020.517/0001-20
III - CNES: 2237601
IV - Endereço: Rua Ramiro Barcelos, nº 2.350, Bairro: Santana, Porto Alegre/RS, CEP: 90.035-903.

Art. 2º A renovação de autorização concedida por meio desta portaria terá validade de quatro anos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 186, DE 30 DE MAIO DE 2022

Renova a autorização e a habilitação de estabelecimentos de saúde para realização dos exames de histocompatibilidade.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.312, de 30 de novembro de 2000, que aprovar as Normas de Cadastramento de Laboratórios de Histocompatibilidadc, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.313, de 30 de novembro de 2000, que define os laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de histocompatibilidade;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 56/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.074583/2022-50; e

Considerando a análise favorável das Secretarias de Estado da Saúde, em cujo âmbito de atuação se encontram os estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Ficam renovadas as autorizações e habilitações dos estabelecimentos de saúde a seguir, para realização dos exames de histocompatibilidade Tipo II, relacionados na Portaria GM/MS nº 1.314, de 30 de novembro de 2000.

CÓDIGO: 24.18 - Exames de histocompatibilidade por meio de sorologia e/ou biologia molecular - Tipo II

ESPÍRITO SANTO

RAZÃO SOCIAL	
IIG Instituto de Imunogenética LTDA - LIG Biologia Molecular e Imunogenética	CNPJ: 30.695.183/0001-78 CNES: 2709244

PIAUI

RAZÃO SOCIAL	
Fundação Cultural e de Fomento a Pesquisa Ensino e Extensão - Laboratório de Imunogenética e Biologia Molecular	CNPJ: 07.501.328/0001-30 CNES: 2406748

MATO GROSSO DO SUL

RAZÃO SOCIAL	
Biomolecular Laboratório de Biologia Molecular e Histocompat	CNPJ: 07.445.930/0001-06 CNES: 3822613

SÃO PAULO

RAZÃO SOCIAL	
Associação Fundo de Incentivo a Pesquisa / Lab AFIP	CNPJ: 47.673.793/0001-73 CNES: 2089025

RAZÃO SOCIAL	
Fundação Pio XII Barretos	CNPJ: 49.150.352/0001-12 CNES: 2090236

PERNAMBUCO

RAZÃO SOCIAL	
Sociedade Benef Israelitabras Hospital Albert Einstein - Unidade Einstein Recife	CNPJ: 60.765.823/0062-51 CNES: 0519499

Art. 2º Ficam recadastrados os estabelecimentos de saúde abaixo relacionados, para realização do exame de histocompatibilidade relativo à identificação de doador voluntário de medula óssea - 05.01.01.005-0 - Identificação de doador não aparentado de células-tronco hematopoéticas 1ª fase (por doador tipado).

CÓDIGO: 24.25 - Cadastramento de doadores voluntários de medula óssea e outros precursores hematopoéticos.

ESPÍRITO SANTO

RAZÃO SOCIAL	
IIG Instituto de Imunogenética LTDA - LIG Biologia Molecular e Imunogenética	CNPJ: 30.695.183/0001-78 CNES: 2709244

PIAUI

RAZÃO SOCIAL	
Fundação Cultural e de Fomento a Pesquisa Ensino e Extensão - Laboratório de Imunogenética e Biologia Molecular	CNPJ: 07.501.328/0001-30 CNES: 2406748

MATO GROSSO DO SUL

RAZÃO SOCIAL	
Biomolecular Laboratório de Biologia Molecular e Histocompat	CNPJ: 07.445.930/0001-06 CNES: 3822613

SÃO PAULO

RAZÃO SOCIAL	
Associação Fundo de Incentivo a Pesquisa / Lab AFIP	CNPJ: 47.673.793/0001-73 CNES: 2089025

RAZÃO SOCIAL	
Fundação Pio XII Barretos	CNPJ: 49.150.352/0001-12 CNES: 2090236

PERNAMBUCO

RAZÃO SOCIAL	
Sociedade Benef Israelitabras Hospital Albert Einstein - Unidade Einstein Recife	CNPJ: 60.765.823/0062-51 CNES: 0519499

Art. 3º As renovações de autorização e os recadastramentos concedidos por meio desta Portaria terão validade de quatro anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 187, DE 1º DE JUNHO DE 2022

Exclui estabelecimento de saúde e respectiva equipe de transplante.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 775, de 29 de maio de 2018, que concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos;

Considerando a Portaria SAES/MS nº 34, de 21 de janeiro de 2022, que suspende estabelecimento e respectiva equipe de transplante;

Considerando a Portaria SAES/MS nº 86, de 17 de março de 2022, que prorroga a suspensão de estabelecimento e respectiva equipe de transplante;

Considerando o Ofício nº 129/2022, de 23 de maio de 2022, proveniente da Central Estadual de Transplantes de Pernambuco; e

Considerando a Nota Técnica nº 59/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante do NUP/SEI 25000.184134/2021-38, resolve:

Art. 1º Fica excluído o estabelecimento de saúde autorizado no art. 4º da Portaria SAS/MS nº 775, de 29 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 109, de 8 de junho de 2018, seção 1, páginas 153 e 154 e sua respectiva equipe de transplante de córnea/esclera, autorizada no art. 12 da Portaria supramencionada, conforme a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PERNAMBUCO

Nº do SNT: 2 11 01 PE 01
I - denominação: Inst de Olhos Vale do São Francisco / Clínica Médica Oftalmológica
II - CNPJ: 01.929.606/0001-79
III - CNES: 2429985
IV - endereço: Avenida Guararapes, nº 1.702, Bairro: Centro, Petrolina/PE, CEP: 56.302- 970.

Nº do SNT: 1 11 01 PE 01
II - responsável técnico: Julio Emilio Lossio de Macedo, oftalmologista, CRM 11273;
III - membro: Francisco Henrique Ferraz, oftalmologista, CRM 15672;
IV - membro: Germana Tereza Freitas Mourao, oftalmologista, CRM 18318;
V - membro: João Yure Duarte, oftalmologista, CRM 13950;
VI - membro: Igor Barbosa Mendes, oftalmologista, CRM 21181;
VII - membro: Monica de Farias Pombo Hilarião Pacheco, oftalmologista, CRM 21692.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.856, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: SANIPLUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 03.055.815/0001-66
Produto - (Lote): NAFTALINA SANILUX(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4255064/22-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto classifica-se como Risco 2 indevidamente notificado nesta Agência, em desacordo com o Art. 17 da RDC nº 59/2010, Resolução RDC nº 42, de 13 de agosto de 2009 e atualizações e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.858, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: aroma car industria e comercio de aromatizantes para veiculos ltda - epp - CNPJ: 02.351.094/0001-79
Produto - (Lote): ÁLCOOL LÍQUIDO 70% - AROMA-CAR(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4202422/22-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.
2. Empresa: ÁGUIA DE OURO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME - CNPJ: 64.626.856/0001-50
Produto - (Lote): MÁSCARA BOTOX ORGHANIC GLATTEN(TODOS);MÁSCARA REDUTORA BOTOX DE CHUVEIRO GLATTEN(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4235621/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.859, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: MAXIDENTE COMÉRCIO DE ESCOVAS DE DENTES LTDA - CNPJ: 36971008000142
Produto - (Lote): TODOS(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4235333/22-5
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.
2. Empresa: G. SILVA DE SOUSA DOMISSANITARIOS - CNPJ: 32.570.119/0001-96
Produto - (Lote): SABONETE LÍQUIDO POP(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4258792/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.
3. Empresa: INDUSTRIA QUIMICA GAUCHA LTDA - ME - CNPJ: 24.456.338/0001-10
Produto - (Lote): NANO IQG(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4221286/22-3
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Recolhimento
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.
4. Empresa: TOK CLEAN INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 30801125000181
Produto - (Lote): NAFTALINA QUASAR(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4257781/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto classifica-se como Risco 2 indevidamente notificado nesta Agência, em desacordo com o Art. 17 da RDC nº 59/2010, Resolução RDC nº 42, de 13 de agosto de 2009 e atualizações e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE n.º 1.715, de 26 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União n.º 101, de 30 de maio de 2022, Seção 1, pág. 137.

Onde se lê:

"Fabricante: Grifols Biologicals Inc.
Endereço: 13111 Temple Avenue, City of Industry, CA 91746
País: Estados Unidos da América Código Único: A.000288"

Leia-se:

"Fabricante: Grifols Biologicals LLC
Endereço: 5555 Valley Boulevard, Los Angeles, California (CA) 90032
País: Estados Unidos da América Código Único: A.000289"

Na Resolução - RE n.º 956, de 25 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União n.º 59, de 28 de março de 2022, seção 1, página 194, referente à certificação da empresa Bristol-Myers Squibb Company, conforme expedientes n° 3665526/21-3 e 2292895/22-6.

Onde se lê: "6000 Thompson Road, East Syracuse, New York"

Leia-se: "6000 Thompson Road, East Syracuse, New York 13057"

Ministério do Trabalho e Previdência

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MTP Nº 1.566, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Estabelece os procedimentos gerais para instituição do programa de gestão no âmbito do Gabinete do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência e dá outras providências. Processo nº 10135.100889/2022-76.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA - Substituto, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e na Portaria MTP nº 886, de 6 de dezembro de 2021, resolve

Seção I

Disposições Gerais

Art. 1º Fica instituído o programa de gestão no Gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência, na forma estabelecida nesta Portaria.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, adotam-se os termos e as definições previstas na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

Art. 2º A implantação do programa de gestão tem como objetivo o alcance dos seguintes resultados e benefícios:

I - promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes;

II - contribuir com a redução de custos no poder público;

III - atrair e manter novos talentos;

IV - contribuir para a motivação e o comprometimento dos participantes em relação aos objetivos do Ministério do Trabalho e Previdência;

V - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VI - melhorar a qualidade de vida dos participantes;

VII - gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos; e

VIII - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

Art. 3º Podem participar do programa de gestão:

I - servidores públicos ocupantes de cargo efetivo;

II - servidores públicos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança, declarados em lei de livre nomeação e exoneração;

III - empregados públicos regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em exercício na unidade; e

IV - contratados por excepcional interesse público na forma da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

§ 1º A participação dos empregados de que trata o inciso III do caput dar-se-á mediante observância das regras dos respectivos contratos de trabalho e das normas do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943.

§ 2º A participação dos contratados por excepcional interesse público de que trata o inciso IV do caput dar-se-á mediante observância da necessidade temporária de excepcional interesse público da contratação, das cláusulas estabelecidas em cada contrato e das normas previstas na Lei nº 8.745, de 1993.

Art. 4º É vedada a participação no programa de gestão àquele que:

I - seja titular ou substituto de unidade descentralizada; e

II - tenha sido desligado de programa de gestão por não atingimento das metas nos doze meses anteriores à solicitação de participação.

Seção II

Tabela de atividades

Art. 5º A Tabela de Atividades com as atividades dos setores que poderão ser executadas no programa de gestão estará disponível na página do Ministério do Trabalho e Previdência, no endereço www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/programa-de-gestao.

§ 1º As alterações ou inclusões de atividades deverão ser propostas pelas Coordenações-Gerais, ou equivalentes, validadas pelas Subsecretarias e aprovadas pelo titular de cada unidade.

§ 2º Qualquer alteração na Tabela de Atividades deverá ser precedida de sua atualização na página do Ministério do Trabalho e Previdência.

Seção III

Execução do programa de gestão

Art. 6º O programa de gestão de que trata esta Portaria poderá ser executado nas seguintes modalidades:

I - teletrabalho em regime de execução integral ou parcial; ou

II - presencial.

§ 1º As atividades que possam ser adequadamente executadas de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos serão realizadas, preferencialmente, na modalidade de teletrabalho.

§ 2º O programa de gestão na modalidade de teletrabalho integral ou parcial não poderá:

I - abranger atividades cuja natureza exija a presença física do participante na unidade ou que sejam desenvolvidas por meio de trabalho externo; e

II - reduzir a capacidade de atendimento de setores que atendam ao público interno e externo.

§ 3º O participante na modalidade de teletrabalho em regime de execução parcial deve realizar as atividades presencialmente na unidade nos dias de trabalho presencial, conforme cronograma acordado entre a chefia imediata e o participante, respeitando a jornada diária e o interesse da Administração.

§ 4º O participante na modalidade de teletrabalho em regime de execução integral pode, excepcionalmente, realizar suas atividades na unidade, desde que haja infraestrutura e equipamento disponível e com comunicação e autorização prévia da chefia imediata.

Seção IV

Seleção dos participantes

Art. 7º Deverão ser divulgados às equipes os atos relacionados à implementação do programa de gestão, com todos os critérios técnicos necessários para adesão, contendo no mínimo:

I - total de vagas;

II - regimes de execução;

III - vedações à participação;

IV - prazo de permanência no programa de gestão, quando aplicável;

V - conhecimento técnico requerido para desenvolvimento da atividade; e

VI - infraestrutura mínima necessária ao interessado na participação.

Art. 8º Fica delegada à chefia imediata a competência para a seleção dos participantes, que o fará mediante decisão fundamentada, levando-se em consideração o preenchimento dos requisitos, a ausência de hipóteses de vedação e o perfil mais adequado para a execução da(s) atividade(s), considerando as habilidades pessoais, o conhecimento técnico e a experiência do candidato.

Art. 9º As fases de habilitação e seleção para adesão dos interessados poderão ser realizadas a qualquer tempo, no interesse da Administração.

§ 1º Sempre que o total de candidatos habilitados exceder o total de vagas e houver igualdade de habilidades e características entre os habilitados, a chefia imediata observará, dentre outros, os seguintes critérios, na priorização dos participantes:

I - com horário especial, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;

III - com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

IV - com melhor resultado no último processo de avaliação de desempenho individual;

V - com maior tempo de exercício na unidade, ainda que descontínuo; ou

VI - com vínculo efetivo.

§ 2º Sempre que possível, a chefia imediata promoverá o revezamento entre os interessados em participar do programa de gestão.

§ 3º O programa de gestão, quando instituído na unidade, poderá ser alternativa aos servidores que atendam aos requisitos para remoção nos termos das alíneas "a" e "b" do inciso III do caput do parágrafo único do art. 36 e para concessão da licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro prevista no art. 84, ambas da Lei nº 8.112, de 1990, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo e sem prejuízo para a Administração.

Seção V

Plano de Trabalho

Art. 10. O candidato selecionado para participar do programa de gestão deverá assinar o plano de trabalho, que conterá:

I - as atividades a serem desenvolvidas com as respectivas metas a serem alcançadas expressas em horas equivalentes;

II - o regime de execução em que participará do programa de gestão, indicando o cronograma em que cumprirá sua jornada em regime presencial, quando for o caso; e

III - o Termo de Ciência e Responsabilidade nos moldes do Anexo.

§ 1º As metas serão calculadas em horas para cada atividade em cada faixa de complexidade conforme Tabela de Atividades.

§ 2º As metas diárias e semanais não poderão superar o quantitativo de horas da jornada de trabalho diária e semanal do participante.

§ 3º O primeiro plano de trabalho a partir da publicação desta Portaria terá duração de até três meses, podendo os seguintes ter duração máxima de até seis meses.

Art. 11. Os planos de trabalho podem ser elaborados pelo participante ou pela chefia imediata, em comum acordo entre as partes.

Art. 12. Os planos de trabalho deverão ser ajustados:

I - na ocorrência de férias, afastamentos, licenças ou outros impedimentos, devidamente justificados, de forma proporcional às horas não trabalhadas;

II - nos casos de ausências para comparecimento do servidor público, de seu dependente ou familiar às consultas médicas, odontológicas e realização de exames em estabelecimento de saúde, observados os limites previstos no art. 13 da Instrução Normativa SGP/MP nº 2, de 12 de setembro de 2018;

III - por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas no plano de trabalho;

IV - em casos de participação em programa de treinamento regularmente instituído; e

V - na hipótese de alteração da Tabela de Atividades, caso impacte na meta do participante.

§ 1º Em caso de inexistência de atividade disponível para execução o participante deverá acionar a chefia imediata que atribuirá outras atividades para o cumprimento da meta.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput, superados os limites de que trata o art. 13 da IN SGP/MP nº 2, de 2018, deverão ser mantidas as metas correspondentes à jornada de trabalho regular do participante.

Seção VI

Aferição das entregas

Art. 13. A chefia imediata deverá aferir as entregas realizadas previstas no plano de trabalho, em até quarenta dias, mediante análise fundamentada quanto ao atingimento ou não das metas estipuladas.

§ 1° A aferição que trata o caput deve ser registrada em um valor que varia de 0 a 10, onde 0 é a menor nota e 10 a maior nota, e somente serão consideradas aceitas as entregas cuja nota atribuída pela chefia imediata seja igual ou superior a 5.

§ 2° Para a atribuição de nota a chefia imediata deve avaliar se a entrega foi realizada dentro prazo estipulado e com a qualidade esperada.

§ 3º A qualidade da entrega deve ser avaliada considerando os conhecimentos, habilidades e comprometimento do participante, considerando:

I - o domínio de técnicas de redação e do idioma;

II - raciocínio lógico;

III - conhecimento de métodos e técnicas;

IV - domínio das ferramentas tecnológicas;

V - comprometimento e trabalho em equipe; e

VI - cumprimento das normas e procedimentos.

Seção VII

Convocação para comparecimento à unidade

Art. 14. A chefia imediata poderá realizar convocação para comparecimento pessoal do participante à unidade quando houver interesse fundamentado ou pendência que não possa ser solucionada por meios telemáticos ou informatizados.

§ 1º A convocação de que trata o caput deve ser realizada por meio do e-mail institucional do participante.

§ 2º O participante quando convocado deverá comparecer à unidade em até três dias úteis, contado a partir do dia útil seguinte ao recebimento da convocação, cabendo a chefia imediata definir o prazo para comparecimento observando a necessidade de serviço e a supremacia do interesse público.

§ 3º A convocação descrita no caput não caracteriza viagem a serviço e o tempo necessário para deslocamento não será abatido das metas pactuadas no plano de trabalho do participante.

Seção VIII

Desligamento do participante

Art. 15. Fica delegada à chefia imediata a competência para desligar o participante do programa de gestão, mediante decisão fundamentada, nas seguintes hipóteses:

I - por solicitação do participante, observada antecedência mínima de dez dias;

II - no interesse da unidade, por razão de conveniência, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho, devidamente justificada, observada antecedência mínima de dez dias;

III - pelo descumprimento das metas, obrigações e responsabilidades previstas no plano de trabalho a que se refere o art. 10 desta Portaria e do Termo de Ciência e Responsabilidade;

IV - pelo decurso de prazo de participação no programa de gestão, quando houver, salvo se deferida a prorrogação do prazo;

V - em virtude de remoção, com alteração da unidade de exercício;

VI - em virtude de aprovação do participante para a execução de outra atividade não abrangida pelo programa de gestão, salvo nas acumulações lícitas de cargos quando comprovada a compatibilidade de horários;

VII - pela superveniência das hipóteses de vedação previstas nesta Portaria; e

VIII - pelo descumprimento das atribuições e responsabilidades previstas no art. 22 da IN SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020.

§ 1º O participante continuará em regular exercício das atividades no programa de gestão até que seja notificado do ato de desligamento, suspensão ou revogação da norma de procedimentos gerais e do programa de gestão.

§ 2º A notificação de que trata o § 1º deste artigo definirá prazo, que não poderá ser inferior a dez dias, para que o participante do programa de gestão volte a se submeter ao controle de frequência.

§ 3º No caso do desligamento previsto no inciso III do caput deste artigo o participante terá dez dias para apresentar recurso, observado, no que couber, o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Seção IX

Disposições finais

Art. 16. O disposto nesta Portaria não se aplica aos servidores que estejam contemplados por outros programas de gestão instituídos em conformidade com o disposto na IN SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020.

Art. 17. A Tabela de Atividades, o plano de trabalho, a habilitação e seleção de participantes, bem como a execução, o acompanhamento e a aferição das entregas do programa de gestão serão realizadas em sistema informatizado, observado o disposto no Capítulo V da IN SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020

Art. 18. O participante do programa de gestão, quando estiver em teletrabalho, deverá possuir e manter os meios tecnológicos e estrutura física necessários e suficientes para a execução de seu plano de trabalho e cumprimento do Termo de Ciência e Responsabilidade, com utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições.

Art. 19. Esta Portaria na data de sua publicação.

BRUNO SILVA DALCOLMO

ANEXO

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

1. Declaro, para fins de participação no Programa de Gestão que:

I - tenho ciência das normas que regulam o Programa de Gestão, estabelecidas na Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, e na Portaria MTP nº 1566, de 06 de junho de 2022.

II - atendo as condições para participar do programa de gestão instituído em minha unidade;

III - cumprirei o estabelecido no plano de trabalho e devo registrar as entregas realizadas no sistema informatizado, no momento de sua conclusão, para aferição da chefia imediata;

IV - atenderei às convocações da unidade sempre que minha presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública, comparecendo no prazo de até três dias úteis, contado a partir do dia útil seguinte ao recebimento da convocação.

V - manterei meus dados cadastrais e de contato, especialmente telefônicos, permanentemente atualizados;

VI - consultarei diariamente a minha caixa postal individual de correio eletrônico institucional;

VII - permanecerei em disponibilidade constante para contato por telefonia fixa ou móvel pelo período acordado com a chefia, compreendido dentro do horário de funcionamento da unidade;

VIII - manterei o chefe imediato informado, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio de mensagem de correio eletrônico institucional, ou outra forma de comunicação previamente acordada, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

IX - comunicarei ao chefe imediato a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

X - zelarei pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação;

XI - observarei as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber;

XII - observarei as orientações da Portaria SEDGG/ME nº 15.543, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal;

XIII - retirarei processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade;

XIV - manterei, quando estiver em teletrabalho, os meios tecnológicos e estrutura física necessários e suficientes para a execução de meu plano de trabalho, com utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão com à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de minhas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação;

XV - estou ciente que minha participação no Programa de Gestão não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas no Capítulo III da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, inclusive pelo descumprimento das metas e obrigações previstas no Plano de Trabalho;

XVI - estou ciente quanto à vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 29 a 36 da IN SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020; e

XVII - estou ciente quanto à vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas.

2. Declaro que estou ciente de que o desligamento do programa de gestão poderá ocorrer conforme situações previstas no art. 19 da IN SGP/SEDGG/ME nº 65, de 2020.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 950, DE 3 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a ampliação do benefício do Seguro-Desemprego aos trabalhadores dos municípios dos Estados de Alagoas e Pernambuco declarados em situação de emergência pelo Ministério do Desenvolvimento Regional por meio das Portarias nº 1.703, de 26 de maio de 2022; nº 1.708 e nº 1.709, de 27 de maio de 2022; nº 1.713, de 30 de maio de 2022; nº 1.738 e nº 1.748, de 31 de maio de 2022.

O Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, nos termos do § 5º do art. 4º e o inciso V do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e tendo em vista o parágrafo único do art. 1º da Resolução CODEFAT nº 592, de 11 de fevereiro de 2009, e o inciso IX do art. 4º do Regimento Interno do Conselho, aprovado pela Resolução CODEFAT nº 937, de 23 de março de 2022, resolve, ad referendum do Conselho:

Art. 1º Prorrogar por dois meses, em caráter excepcional, conforme disposto no § 5º do art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, a concessão do Seguro-Desemprego aos trabalhadores demitidos nas condições previstas no art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, por empregadores com domicílio nos municípios declarados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em situação de emergência por meio das Portarias nº 1.703, de 26 de maio de 2022; nº 1.708 e nº 1.709, de 27 de maio de 2022; nº 1.738 e nº 1.748, de 31 de maio de 2022, no Estado de Alagoas, e nº 1.713, de 30 de maio de 2022, no Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. Terão direito ao benefício de que trata o caput deste artigo, os trabalhadores beneficiários do Seguro-Desemprego, cuja dispensa involuntária tenha ocorrido no período de 1º de dezembro de 2021 a 31 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO MARIO ALVARES

SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 6 DE JUNHO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1 Em Apreciação de Recurso voluntário.

1.1 Pela procedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46214.002401/2019-16	217465439	Origenes Alimentação Ltda.	PI

1.2 Pela improcedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46213.015328/2014-30	204216681	Comando do Exercito	PE
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46213.007216/2016-77	200.687.123	Fedex Brasil e Transporte S.A.	PE

3 - Nulidade.

3.1- Pela nulidade da decisão publicada no DOU de 19/09/2019, Seção I, pág.46 do seguinte processo.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46213.015328/2014-30	204216681	Comando do Exercito	PE

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

DESPACHO DE 3 DE JUNHO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria do Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "C" e "D", Anexo IX, da Portaria MTE nº 1153/17, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:

Conheço e nego provimento ao recurso.

Mantenho a interdição, nos termos da fundamentação apresentada nos documentos SEI N° 25391611, 25267738 e 25181828.

Nº	Processo	Termo de Interdição	Empresa	UF
1	10162.102872/2022-26	4.058.060-1	COMPANHIA METALGRAPHICA PAULISTA	GO

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 3 DE JUNHO DE 2022-CSU

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2038 (SEI nº 25344001), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46208.004215/2016-40, de interesse de CICOPAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E HIGIENE PESSOAL, CNPJ 01.121.175/0016-04 (01.121.175/0001-10 - MATRIZ), por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2039 (SEI nº 25345329), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.020163/2016-20, de interesse de CONDOMÍNIO JARDIM DOS GIRASSÓIS, CNPJ 19.122.224/0001-02, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2037 (SEI nº 25343924), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.020162/2016-85, de interesse de CONDOMÍNIO PINOT NOIR JARDIM SUL, CNPJ 19.054.174/0001-65, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2036 (SEI nº 25324991), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46218.019133/2017-61, de interesse de GEOCAR GEOMETRIA BALANCEAMENTO E SUSPENSAO LTDA, CNPJ 97.360.119/0001-07, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 404 (SEI nº 23510006), resolve decidir pela: IMPROCEDÊNCIA do pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46255.001684/2014-80, de interesse de RESCAP COMERCIAL AUTO PEÇAS LTDA , CNPJ 52.252.489/0001-43, nos termos do parágrafo único, do art. 6º, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2033 (SEI nº 25315542), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46218.016888/2017-12, de interesse de VIP TRANSPORTES LIMITADA, CNPJ 62.939.244/0001-91, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2028 (SEI nº 25290695), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46230.003238/2018-11, de interesse de BRADOK SOLUCOES CORPORATIVAS EIRELI, CNPJ 03.117.534/0001-90, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2027 (SEI nº 25287581), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46219.007198/2018-35, de interesse de BRAJAN DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA, CNPJ 59.441.477/0001-55, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1941 (SEI nº 25093160), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46263.001852/2017-81, de interesse da ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL APRENDENDO BRINCANDO LTDA, CNPJ 47.365.358/0002-62, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

DESPACHOS DE 6 DE JUNHO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1243 (SEI 25398094), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Marmeleiro - PR - SINTRAF MARMELEIRO, CNPJ 77.816.189/0001-10, Processo nº 19964.104358/2022-64, para representar a Categoria Profissional e especifica da Agricultura Familiar, abrange aqueles que proprietários ou não, incluídos os aposentados ativos e inativos, os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme o Decreto Lei nº 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Marmeleiro, Estado do Paraná, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: A) Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - PR, CNPJ: Não Informado, Processo nº 24290.002399/90-98; excluindo a Categoria Profissional e especifica da Agricultura Familiar, abrange aqueles que proprietários ou não, incluídos os aposentados ativos e inativos, os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme o Decreto Lei nº 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais; no município de Marmeleiro, do Estado do Paraná, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1230 (SEI 25301401), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106748/2022-79, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE MAFRA , CNPJ 82.746.546/0001-50, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividades rurais individualmente ou em regime de economia familiar nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, e que explora até 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no município de Mafra, no Estado de Santa Catarina, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1232 (25321472), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106843/2022-72 (SA06257), de interesse do SEC-JACAREI - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE JACAREI, CNPJ nº 45.217.742/0001-01, para representação da Categoria Profissional dos Empregados no Comércio do Plano da CNTC, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Jacareí, Santa Branca e Igaratáno no Estado de São Paulo, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1227 (SEI 25289972), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.106814/2022-19, de interesse do Sindicato dos Funcionários Técnicos Administrativos das Instituições de Ensino Superior do Sul da Bahia - AFUSC/SINDICATO, CNPJ n.º 04.719.331/0001-37, para representação da categoria profissional dos trabalhadores técnicos administrativos com vínculo junto às instituições de ensino superior, com abrangência municipal e base territorial no município de Ilhéus, no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1238 (25367918), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.106928/2022-51, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Caiana/MG - SINTRAF, CNPJ 09.273.773/0001-16, para representação da categoria profissional da agricultura familiar, abrange todos os trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar do município de Caiana/MG, proprietários ou não de imóvel rural, incluindo os aposentados ativos e inativos, os assentados, arrendatários, cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, posseiros, possuidores ou usufrutuário que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar assim entendido o trabalho dos membros da mesma família indispensável a própria subsistência e executado em condições mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros, conforme decreto Lei nº 1.166/71, cuja a área trabalhada não exceda o limite de 02(dois) módulos rurais deste município, com abrangência municipal e base territorial no município de Caiana, Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1236 (SEI 25359062), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.106902/2022-11, de interesse do SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDUSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE JUIZ DE FORA E REGIÃO, CNPJ 26.122.622/0001-86, para representação da categoria Econômica das Indústria de panificação e confeitaria, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Bicas, Guarani, Juiz de Fora, Mar de Espanha, Matias Barbosa, Rio Novo, Rio Pomba, São João Nepomuceno, Ubá e Viçosa, no Estado de Minas Gerais/MG, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1239 (anexo SEI n° 25374982), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 14022.169428/2022-46, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Entre Folhas - MG, inscrição no CNPJ n° 66.229.725/0001-64, para representação da categoria profissional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais ativos e inativos, assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais, hortifruticultura; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários até 2 módulos rurais, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e aposentados (as) rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Entre Folhas, no Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1231 (SEI nº 25318157), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical nº 19964.106813/2022-66, de interesse do Sindicato Rural de Amapá, CNPJ nº 84.423.623/0001-67, tendo em vista a não caracterização de categoria, nos termos dos inciso II, do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1201 (SEI 25196212), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.105881/2022-16, de interesse do SINDICATO DOS ANALISTAS DE GESTÃO EDUCACIONAL, TECNICOS DE GESTÃO EDUCACIONAL, MONITORES DE GESTÃO EDUCACIONAL E AGENTES DE GESTÃO EDUCACIONAL, ATIVOS E APOSENTADOS, DAS ESCOLAS PUBLICAS DA CARREIRA ASSISTENCIA À EDUCAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SINTGAE/DF, CNPJ 46.161.206/0001-02, tendo em vista a irregularidade de documentação não passíveis de saneamento, nos termos do inciso I, bem como pela não caracterização de categoria, nos termos do inciso II, ambos do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, alterada pela Portaria/MTP nº 1486, de 3 de junho de 2022.

LUIZ ALBERTO MATOS DOS SANTOS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.023, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Altera a Portaria DIRBEN/INSS nº 993, de 28 de março de 2022 (LIVRO IV - Processo Administrativo Previdenciário)

O DIRETOR DE BENEFÍCIOS E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 35014.166743/2022-91, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria DIRBEN/INSS nº 993, de 28 de março de 2022, que aprova normas procedimentais em matéria de Benefícios, disciplinando a aplicação prática do Processo Administrativo Previdenciário no âmbito do INSS, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.14.

.....

1º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio eletrônico, serão considerados tempestivos os efetivados, salvo caso fortuito ou força maior, até às 23hs59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do último dia do prazo, no horário oficial de Brasília.

§ 2º Na hipótese prevista no §1º, se os canais de atendimento remoto estiverem indisponíveis, será garantida a prorrogação do prazo até às 23hs59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do primeiro dia útil seguinte ao da resolução do problema.

§3º

.....

Art. 14-A. Considera-se indisponibilidade do sistema do Instituto Nacional de Seguro Social a falta de oferta ao público externo dos seguintes serviços:

I - requerimento de serviços por meio do Meu INSS ou sistema de entidades parceiras;

II - cumprimento de exigências;

III - acesso às consultas disponíveis no Meu INSS.

§ 1º As falhas de transmissão de dados entre as estações de trabalho do público externo e a rede de comunicação pública, assim como a impossibilidade técnica que decorrerem de falhas nos equipamentos ou programas dos usuários, não caracterizarão indisponibilidade.

§ 2º O disposto no caput será aferido de maneira automática pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV.

§ 3º A indisponibilidade do sistema ou impossibilidade técnica por parte do INSS serão registradas em relatório de interrupções de funcionamento a ser divulgado ao público no site do INSS, devendo conter as seguintes informações:

I - data, hora e minuto do início e do término da indisponibilidade;

II - o período total de indisponibilidade ocorrida até as 23hs59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia; e

III - aplicações ou serviços que ficaram indisponíveis.

§ 4º Os prazos que vencerem no dia da ocorrência da indisponibilidade de quaisquer dos serviços referidos no inciso I e II do caput poderão ser prorrogados para o primeiro dia útil seguinte à retomada de funcionamento, quando a indisponibilidade for superior a 180 (cento e oitenta) minutos, ininterruptos ou não, se ocorrida no mesmo dia.

§ 5º A prorrogação de que trata o §4º não será feita automaticamente pelo sistema, cabendo ao servidor responsável pela análise do serviço com o prazo expirado, proceder de forma manual essa dilatação de prazo, após se certificar da existência de registro da ocorrência de indisponibilidade do sistema ou impossibilidade técnica por parte do INSS, no relatório de interrupções a que se refere o §3º, e desde que solicitada pelo interessado."

§ 6º Será garantida a prorrogação até o primeiro dia útil seguinte, observado o disposto no §4º, quando a indisponibilidade do sistema for decorrente de paralisações previstas em calendários de parada programada, janela de atualização, mudança ou implementação de sistemas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser aplicada a todos os processos pendentes de análise e decisão no INSS.

SEBASTIÃO FAUSTINO DE PAULA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 523, DE 31 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), tendo em conta o disposto no inciso I do art. 21 da Instrução nº 24, de 13 de abril de 2020, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003071/2022-24, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da data de emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, ocorrida em 24 de maio de 2022 (licenciamento automático), o convênio de adesão celebrado entre o Município de Palotina - PR, CNPJ nº 76.208.487/0001-64, na condição de patrocinador do Plano Viva Mais Multi Prefeituras, CNPB nº 2021.0022-92, e a Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, CNPJ nº 75.992.438/0001-00, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 527, DE 2 DE JUNHO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005162/2021-13, resolve:

Art. 1º Aprovar o 5º termo aditivo a convênio de adesão celebrado entre a empresa OI S.A. - Em Recuperação Judicial, CNPJ nº 76.535.764/0001-43, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios da Sistel - PBS - A, CNPB nº 1991.0010-29, e a FUNDAÇÃO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL, CNPJ nº 00.493.916/0001-20, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano, em razão da incorporação da Telemar Norte Leste S/A - Em Recuperação Judicial, CNPJ nº 33.000.118/0001-79, também patrocinadora daquele plano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA SECULT/MTUR Nº 2, DE 6 DE JUNHO DE 2022

Altera a Instrução Normativa Secult/MTur nº 1, de 4 de fevereiro de 2022, que estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE CULTURA DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I, art. 25 do Anexo I do Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e o disposto no Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa Secult/MTur nº 1, de 4 de fevereiro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

§ 2º A pessoa jurídica deverá possuir natureza cultural, comprovada por meio da existência dos registros do CNPJ da Instituição, de Código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), conforme o Anexo VIII.

..... "(NR)

"Art. 3º .....

.....

§ 3º Será admitido apenas um Plano Anual de Atividades para um mesmo proponente e para o mesmo ano fiscal.

..... "(NR)

"Art. 4º .....

.....

§ 1º Para os fins deste artigo, considera-se o Plano Anual de Atividades como 1 (um) projeto ativo.

§ 2º Considera-se um mesmo proponente a carteira composta por:

I - pessoa física que também se constitua como tipos empresariais EI e EIRELI;

II - sócio das demais pessoas jurídicas; ou

III - pessoa jurídica que possua sócio em comum ou que participe do mesmo grupo empresarial."(NR)

"Art. 20. .....

.....

§ 2º O proponente deve ser responsável pela coordenação administrativa financeira de todo o projeto cultural e garantir a execução dos objetivos constantes no projeto e a boa gestão dos recursos financeiros.

.....

§ 5º A vedação mencionada na alínea "b" do inciso II deste artigo não se aplica a entidades nas quais a participação de servidor da Secretaria Especial de Cultura ou de suas entidades vinculadas decorra de obrigação legal, desde que observado o disposto no inciso I do art. 20 desta Instrução Normativa, inclusive no que se refere ao cônjuge ou companheiro. " (NR)

"Art. 35. É obrigatória a inserção, no leiaute de produtos e no material de divulgação, do número Pronac e das logomarcas do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, e do Governo Federal, conforme disciplinado no art. 47 do Decreto nº 10.755, de 2021, especificados nos respectivos manuais de uso das marcas da Secretaria Especial de Cultura.

..... " (NR)

"Art. 55. A inauguração de obras realizadas com os recursos incentivados por parte de proponentes, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, somente poderão ocorrer com a aprovação prévia da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo, conforme Decreto nº 10.755, de 2021.

..... "(NR)

"Art. 86. As disposições desta Instrução Normativa aplicam-se aos projetos aprovados após a sua entrada em vigor.

§ 1º Considera-se aprovado o projeto após publicação de ato oficial contendo o título do projeto aprovado e a instituição por ele responsável, o valor autorizado para obtenção de doação ou patrocínio e o prazo de validade da autorização, nos termos do art. 19, § 3º, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

§ 2º Os projetos aprovados antes da entrada em vigor desta Instrução Normativa serão regidos integralmente, inclusive na fase de execução, pela regra vigente na data da aprovação. "(NR)

Art. 2º Fica acrescido ao ANEXO IV - DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS, da Instrução Normativa SECULT/MTUR n. 1, de 2022, o quadro constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Art. 3º Os projetos apresentados na vigência da redação original da Instrução Normativa SECULT/MTUR nº 1, de 2022, serão reanalisados caso haja potencial repercussão positiva das novas regras estabelecidas por esta Instrução Normativa.

Art. 4º Os projetos aprovados antes da entrada em vigor da Instrução Normativa SECULT/MTUR n. 1, de 2022, e que tiveram sua execução analisada conforme a sua redação original poderão ser reanalisados, caso haja potencial repercussão positiva das novas regras estabelecidas por esta Instrução Normativa.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO FERRAZ DE OLIVEIRA

ANEXO

INFORMAÇÕES RELACIONADAS ÀS PROPOSTAS QUE CONTEMPLEM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO PARA CONSTRUÇÃO EM GERAL:
a) O projeto de arquitetura e urbanismo deve ser fruto de processos de concurso, utilizando, para tanto, procedimentos de seleção análogos aos indicados no parágrafo 1º, Art. 13 da Lei 8.666 de 1993, que versa sobre a escolha e contratação de serviços e profissionais para desenvolvimento de projetos técnicos especializados ou aquisição de obras de arte;
b) Os custos previstos no projeto cultural devem incluir e descrever todas as etapas de organização e divulgação do concurso e de seus resultados além da fase de desenvolvimento do projeto de arquitetura e urbanismo referenciados na tabela pública de honorários divulgada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAUBR), desde que se restrinjam ao fomento à arquitetura e ao urbanismo, excluindo projetos complementares de engenharia;
c) O profissional responsável pelo projeto deve ser regularmente registrado no CAU de seu estado;
d) O concurso que resultar na seleção do projeto a ser desenvolvido deve prever etapa de exposição pública e edição de publicação dos projetos concorrentes, minimamente dos vencedores e menções;
e) Os projetos, objeto do fomento ora proposto, em sua origem, desde o edital de chamada dos concursos, devem propor e garantir a qualificação do espaço público a eles relativos;
f) Os projetos executivos realizados com incentivo desta lei, cujo objeto seja restauro de patrimônio ou construção de equipamento cultural deverão ter suas obras previstas iniciadas em até 60 (sessenta) meses a contar do efetivo desembolso financeiro do projeto executivo, sob pena de restituição ao erário público dos valores dispendidos em sua realização por não cumprimento do objeto.

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 317, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 10.755/2021 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
220434 - A HORA DO CONTO - 20 anos fazendo histórias!
Leda Maria Fernandes
CNPJ/CPF: 190.963.078-01
Processo: 01400000434202283
Cidade: Lençóis Paulista - SP;
Valor Aprovado: R$ 305.763,12
Prazo de Captação: 07/06/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Edição comemorativa dos 20 anos do projeto A Hora do Conto. O projeto contempla contações de história, oficinas de contação de história, programas de rádio e vídeos sobre o universo da leitura e sobre o projeto, com o intuito de promover o contato de pessoas com livros e histórias, sendo um estímulo para formação de leitores, para a leitura e literatura. Como contrapartida, será realizada uma exposição de parte dos figurinos utilizados nos 20 anos de projeto.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
220431 - MAP Cultural - Plano Anual 2023
ASSOCIACAO MOVIMENTO ABAETEENSE PRO CIDADANIA - MAP
CNPJ/CPF: 34.787.602/0001-52
Processo: 01400000431202240
Cidade: Abaeté - MG;
Valor Aprovado: R$ 551.795,75
Prazo de Captação: 07/06/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "MAP Cultural - Plano Anual 2023" pretende dar continuidade ao projeto "MAP Cultural- Oficinas de iniciação Musical", PRONAC 204110. Nessa 2ª edição ampliaremos a realização do projeto para 02 cidades, oferecendo oficinas de violino, violão, canto coral e viola caipira. Além das oficinas de música, o projeto prevê a realização de mostras de música dos alunos do projeto, tendo como único objetivo o fomento da arte em si.

220432 - PROJETO GERAÇOES (EVENTO VIRTUAL)
Luiz Antonio Medrado Queiroz
CNPJ/CPF: 850.515.271-91
Processo: 01400000432202294
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 197.876,25
Prazo de Captação: 07/06/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto se resume na realização de um festival de música instrumental. O evento incluirá apresentações musicais de bandas independentes do segmento Gospel que será transmitivo online pela plataforma digital do projeto. O produto contrapartida social será a realização de uma palestra para alunos e professores da rede pública de ensino.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
220436 - ARTEAÇÃO
Rene Batista Meyring
CNPJ/CPF: 005.631.489-26
Processo: 01400000436202272
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 192.946,72
Prazo de Captação: 07/06/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Proporcionar acesso à cultura abordando asartes plásticas, com o objetivo de proporcionar a democratização do acesso a produtos culturais promovendo com esta ação a cidadania cultural.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
220433 - "Imagem-palavra: Nordeste"
Miriane da Costa Peregrino
CNPJ/CPF: 300.920.408-61
Processo: 01400000433202239
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 198.534,01
Prazo de Captação: 07/06/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto trata de uma pesquisa(produto principal) sobre a contribuição cultural dos migrantes nordestinos e seus descendentes. A pesquisa será apresentada/disponibilizada digitalmente no site do Literatura Comunica, no jornal digital Literatura Comunica e em duas edições do Podcast "Cabe mais 1". Serão usados no site e no jornal digital os textos resultantes da pesquisa, fotos e demais arquivos coletados. Uma exposição, e oficinas de criação completam a proposta. Segue resposta à diligência da proposta, a partir da IN 01/2022. Como os produtos da proposta são totalmente gratuitos, retiramos o produto Contrapartida Social seguindo o Art. 25 parágrafo 5 da IN 01/2022. Ao tentar enviar a proposta, o SALIC não aceitou por ainda considerar este produto obrigatório seguindo o Art. 22 da IN 02/2019. Recoloquei o produto contrapartida social e inseri rubricas simbólicas no orçamento para que o envio seja aceito. Espero não haver prejuízo à proposta, com este procedimento.

PORTARIA Nº 318, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
211127 - 28º Porto Alegre em Cena
PRIMEIRA FILA PRODUÇÕES EIRELI
CNPJ/CPF: 19.099.135/0001-84
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

212111 - 53ª Encenação da Paixão de Cristo de Cubatão
ASSOCIACAO INCENA BRASIL
CNPJ/CPF: 10.653.787/0001-44
Cidade: Cubatão - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

185464 - Baquetinhá
Baquetá Produções Artísticas LTDA - ME
CNPJ/CPF: 19.030.403/0001-01
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

200615 - Brincando de Viver
CARLOS HENRIQUE DELICIO - ME
CNPJ/CPF: 04.566.973/0001-43
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

211719 - Coletivo Sociocultural
VELLONI PRODUCOES ARTISTICAS - EIRELI
CNPJ/CPF: 03.162.410/0001-27
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

202511 - Passarinhos
Maracá Produções Artísticas e Culturais LTDA
CNPJ/CPF: 13.608.511/0001-32
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

204895 - RESPIRANDO MUSEUS- CIRCUITO Minas Gerais
GUINADA PRODUCOES DE EVENTOS SOCIAIS E CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.707.644/0001-63
Cidade: Brasília - DF;
Prazo de Captação: 02/06/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
185416 - Arte na Lona
Joaquim Jomas Mendes Lemes
CNPJ/CPF: 552.152.976-49
Cidade: São Lourenço - MG;
Prazo de Captação: 06/06/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
161629 - Nova Sede do Museu Casa do Pontal
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ARTE POPULAR BRASILEIRA
CNPJ/CPF: 03.360.608/0001-15
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 319, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
212763 - FESTNATAL ARAXÁ ANO XIII
FUNDAÇÃO CULTURAL ACIA
CNPJ/CPF: 10.548.421/0001-05
Cidade: Araxá - MG;
Valor Reduzido: R$ 239.226,00
Valor total atual: R$ 2.235.596,98

211867 - ORQUESTRA DE CÂMARA DA ROCINHA 2022 - Plano Anual
Associação Cultural Professor Hans Ulrich Koch
CNPJ/CPF: 02.044.699/0001-17
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 24.300,00
Valor total atual: R$ 1.329.445,00

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
212682 - HACKTUDO 2022 - Festival de Cultura Digital
Ovo Produções Artísticas e Culturais LTDA
CNPJ/CPF: 14.026.768/0001-49
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 338.566,00
Valor total atual: R$ 2.340.641,97

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
205254 - Centro Cultural Multiuso FibraLab - Construção
INSTITUTO CMPC
CNPJ/CPF: 35.397.457/0001-66
Cidade: Guaíba - RS;
Valor Reduzido: R$ 32.400,00
Valor total atual: R$ 9.844.486,84

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
193378 - Frans Post no Brasil (1612-1680) Catalogue Raisonné - Nova edição
CAPIVARA EDITORA LTDA
CNPJ/CPF: 04.803.073/0001-72
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 81.081,00
Valor total atual: R$ 337.065,30

PORTARIA Nº 320, DE 6 DE JUNHO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
212741 - PLANO ANUAL OJG 2022 - No Compasso da Cidadania
ORQUESTRA JOVEM DAS GERAIS
CNPJ/CPF: 02.280.984/0001-37
Cidade: Contagem - MG;
Valor Complementado: R$ 2.028,00
Valor total atual: R$ 2.977.934,00

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 20-E, DE 6 DE JUNHO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os remanejamentos de fontes de recursos dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos da legislação indicada.

16-0641 UMA NOVA CHANCE
Processo: 01416.007099/2016-27
Proponente: DIANE PEIXOTO MAIA ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.419.227/0001-15
Valor total aprovado: R$ 5.948.847,22
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 647.442,35
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.500.000,00
Prazo de captação: até 31/12/2023

16-0786 JEPOTÁ
Processo: 01416.009395/2016-62
Proponente: INVÍDEO PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 90.130.634/0001-51
Valor total aprovado: R$ 7.000.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 4.000.000,00 para R$ 250.063,81
Prazo de captação: até 31/12/2023

21-0102 ANTONIO CARLOS BRASILEIRO DE ALMEIDA JOBIM - O TOM
Processo: 01416.004863/2021-70
Proponente: URCA FILMES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.256.465/0001-21
Valor total aprovado: de R$ 4.250.000,00 para R$ 4.182.320,44
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00 para R$ 823.204,42
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 3.000.000,00
Prazo de captação: até 31/12/2024

21-0127 ANOTAÇÕES FINAIS
Processo: 01416.005833/2020-08
Proponente: CINEMATOGRÁFICA SUPERFILMES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 52.858.982/0001-50
Valor total aprovado: R$ 1.568.700,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 500.000,00 para R$ 700.000,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 120.132,50 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 120.132,50 para R$ 0,00
Prazo de captação: até 31/12/2024

21-0322 AVENIDA BEIRA-MAR
Processo: 01416.001424/2021-13
Proponente: ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.700.630/0001-18
Valor total aprovado: R$ 2.512.573,68
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 600.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 2.386.945,00
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória 2.228-1/01: de R$ 150.000,00 para R$ 0,00
Prazo de captação: até 31/12/2024

22-0132 EU ME MOVO - 2ª TEMPORADA
Processo: 01416.009179/2019-60
Proponente: SENTIMENTAL ETAL LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 16.104.588/0001-63
Valor total aprovado: R$ 1.679.999,99
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 600.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.595.999,99
Prazo de captação: até 31/12/2024

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo até 31/12/2023, mantidos os mecanismos já aprovados.

17-0643 CORES DE MAIO
Processo: 01416.026591/2017-82
Proponente: PRETA PORTÊ FILMES E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.265.176/0001-91

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

LAÍS SANTOYO LOPES DA FONSECA
Substituta

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 289, DE 31 DE MAIO DE 2022

Cria as 52ª a 80ª Promotorias de Justiça de Apoio Operacional na Unidade Distrito Federal e altera o Anexo I, Capítulo XXI, da Resolução CSMPDFT nº 90/2009 do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 166, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o Processo Tabularium nº 08191.156939/2021-72, e de acordo com a deliberação ocorrida na 231ª Sessão Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam criadas vinte e nove Promotorias de Justiça de Apoio Operacional na Unidade Distrito Federal, indicadas sob a numeração de 52ª (quinquagésima segunda) a 80ª (octogésima).

Art. 2º Alterar, na forma do Anexo desta Resolução, o Anexo I, Capítulo XXI, da Resolução nº 90/CSMPDFT, de 14 de setembro de 2009:

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor dez dias após a data da publicação.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAÚJO NETO
Procurador de Justiça
Conselheiro-Secretário
Conselheiro-Relator

ANEXO I

UNIDADE: DISTRITO FEDERAL
CAPÍTULO XXI
DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE APOIO OPERACIONAL

PROMOTORIA DE JUSTIÇA	ATRIBUIÇÕES/DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS	AUDIÊNCIAS	CONTROLE EXTERNO/ FISCALIZAÇÃO/INSPEÇÃO
1ª A 80ª PJ DE APOIO OPERACIONAL	- Exercer substituição simples ou auxílio, atuar em mutirão ou força-tarefa, oficiar em feitos ou praticar atos específicos, em qualquer unidade do MPDFT, conforme designação, observados os critérios de antiguidade e impessoalidade.	- Audiências do local da designação.	- Visita técnica à unidade policial indicada em ato da Procuradoria-Geral de Justiça.

RESOLUÇÃO Nº 290, DE 31 DE MAIO DE 2022

Altera a Resolução nº 105, de 4 de abril de 2011, que disciplina o curso oficial de preparação e vitaliciamento de Promotor de Justiça Adjunto, e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 166, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o Processo Tabularium nº 08191.063126/2022-11, e de acordo com a deliberação ocorrida na 231ª Sessão Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Alterar o caput do artigo 2º da Resolução nº 105, de 4 de abril de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. O curso, com carga horária mínima de cento e vinte horas-aula, será composto, preferencialmente, por três módulos:

(...)."

Art. 2º Alterar o inciso IV do artigo 3º da Resolução nº 105/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)

IV - a duração mínima será de trinta dias, não podendo exceder dezesseis meses;"

Art. 3º. Alterar o inciso I do artigo 7º da Resolução nº 105/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º. (...)

I - comparecer a cem por cento das aulas ministradas, observado o disposto no parágrafo único deste artigo."

Art. 4º Alterar o caput do artigo 8º da Resolução nº 105/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º. O aluno que não alcançar a frequência prevista terá cancelada sua matrícula no curso em desenvolvimento e será compulsoriamente inscrito no subsequente, devendo todos os casos de não comparecimento ser submetidos à Corregedoria-Geral e à Coordenadoria Acadêmica do Curso Oficial de Preparação e Vitaliciamento para avaliação quanto ao aproveitamento."

Art. 5º. Revogar a Resolução n.º 130, de 12 de março de 2012.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior

MAURO FARIA DE LIMA
Procurador de Justiça
Conselheiro-Relator

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAÚJO NETO
Procurador de Justiça
Conselheiro-Secretário

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA

PORTARIA Nº 72 - 5ª PROURB, DE 1º DE JUNHO DE 2022

A Promotora de Justiça titular da 5ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, no uso das atribuições que lhe sãoconferidas pelo artigo 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 7º,inciso I da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e artigos 11 e 22 da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do Inquérito Civil Público - ICP;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 22 da Resolução CSMPDFT nº 90, de 14 de setembro de 2009, são atribuições das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, entre outras:

II - zelar pela observância do contido na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), na Lei Federal nº 6.766/79 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), na Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto das Cidades), no Plano de Ordenamento Territorial (PDOT), nos Planos Diretores Locais (PDLs) e nas demais normas relacionadas à ordem urbanística;

III - zelar pela correta utilização dos bens de uso comum do povo, tais como praças, áreas verdes ou institucionais e demais espaços públicos, promovendo as medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas cabíveis;

XIV - zelar pela legalidade e obediência às exigências das licenças urbanísticas determinadas por lei;

XVI - fiscalizar as entidades e os órgãos públicos do Distrito Federal responsáveis pela execução da política pública urbana, habitacional e de regularização fundiária, no que concerne à atividade-fim relacionada à área de sua atuação;

XX - instaurar e presidir o inquérito civil público, bem como o procedimento de investigação preliminar, para a defesa da ordem jurídica relativa à área de sua atuação;

CONSIDERANDO que o Anexo I, Capítulo XIV da Resolução CSMPDFT nº 90, de 14 de setembro de 2009, inclui nas atribuições da 5ª PROURB os "feitos judiciais e extrajudiciais relacionados às Regiões Administrativas do Núcleo Bandeirante, Guará, Lago Sul, Candangolândia, Park Way e Setor Complementar de Indústrias relativos à sua área de atuação";

CONSIDERANDO que no ano de 2014 esta Promotoria instaurou o Procedimento Administrativo nº 08190.087677/14-26 (tabularium nº 08191.169098/2021-63), com a finalidade de acompanhar a atuação do Poder Público em face do surgimento de uma ocupação irregular na área do Setor de Inflamáveis, ao redor da Quadra 06, na Região Administrativa do Guará/DF;

CONSIDERANDO que essa ocupação aumentou no decorrer dos anos, formando um verdadeiro loteamento clandestino, e que o Poder Público, ainda que provocado diversas vezes por esta Promotoria de Justiça Especializada, se manteve omisso no exercício de seu poder de polícia;

CONSIDERANDO que no curso do procedimento foram demandadas informações acerca da adoção de ações, a fim de coibir as ocupações, à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH, à Secretaria de Estado e Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF LEGAL, ao Instituto Brasília Ambiental - IBRAM e aoComitê de Gestão Integrada do Território do Distrito Federal - CGIT;

CONSIDERANDO que foi elaborado Parecer Técnico nº 97/2019 - SAT/URB o qual concluiu que tais ocupações não são passíveisde regularização, uma vez que invadem tanto áreas privadas comopúblicas, incluindo a Unidade de Conservação de Proteção Integral (UCPI) Reserva Biológica do Guará, e que, conforme a Lei Complementar 948/2019 - LUOS, é terminantemente proibido o uso residencial em todo esse setor;

CONSIDERANDO que, após encaminhado Parecer Técnico à SEDUH, esta reconheceu, devido à natureza do setor ser composta por atividades de alto risco e periculosidade, a incompatibilidade da permanência das ocupações irregulares no Setor de Inflamáveis - SIN;

CONSIDERANDO que o IBRAM respondeu que vem monitorando a área, mas que encaminharia a demanda à Secretaria de Estado e Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF LEGAL e

ao Comitê de Gestão Integrada do Território do Distrito Federal - CGIT para inclusão em programação fiscal;

CONSIDERANDO que o Comitê de Gestão Integrada do Território do Distrito Federal - CGIT se limitou a informar sobre as ações realizadas pelo DF LEGAL e pelo IBRAM na localidade, mencionando a elaboração, por parte deste, do Plano de Manejo da REBIO do Guará e, em nada sobre a deliberação, por sua parte, de adoção de medidas para coibir tais invasões e remover os atuais ocupantes;

CONSIDERANDO que a atuação do DF LEGAL na localidade se limitou a remover apenas as moradias necessárias para a criação da Rota de Fuga, ficando incólume a maior parte do parcelamento irregular,já que apenas algumas das ocupações interferiam na implantação da nova via;

CONSIDERANDO, por fim, que a atuação desses órgãos em nada contribuíram para impedir a consolidação do parcelamento irregular formado no Setor de Inflamáveis ao longo dos últimos anos;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de ajuizamento de ação civil pública com a finalidade de remover as ocupações irregulares do Setor de Inflamáveis, resolve

INSTAURAR O PRESENTE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

com a finalidade de reunir os elementos de convicção necessários para a futura propositura de ação civil pública em face do parcelamento irregular denominado Setor de Chácaras ASCHAGA, situado no Setor de Inflamáveis, na Região Administrativa do Guará-DF, determinando que sejam adotadas, de imediato, as seguintes providências:

a) autuar a presente portaria, instruindo-a com as peças constantes do PA nº 08190.087677/14-26 (tabularium 08191.169098/2021-63);

b) comunicar a instauração do presente procedimento à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada;

c) publicar a presente portaria, assim como os extratos referentes aos atos realizados, na forma do artigo 2º, inciso VII da Resolução nº 66/2005;

d) proceder ao controle do prazo previsto no artigo 13-A da referida resolução - 1 (um) ano - informando sobre a eventual necessidade de prorrogação do referido prazo com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

e) requisitar ao Cartório do 4° Ofício de Registro de Imóveis do DF a certidão de ônus dos imóveis correspondentes aos lotes 7, 8 e 9 do Setor de Inflamáveis, na RegiãoAdministrativa do Guará-DF;

f) expedir ofício à TERRACAP requisitando informações sobre a dominialidade dos lotes 7, 8 e 9 do Setor de Inflamáveis, na Região Administrativa do Guará-DF;

g) expedir ofício à Procuradoria-Geral do Distrito Federalrequisitando uma cópia da INFORMAÇÃO Nº 197/2022-GEURB.

LAÍS CERQUEIRA SILVA FIGUEIRA

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

PORTARIA Nº 3 - 6ª PRODEMA, DE 23 DE MARÇO DE 2022

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO instaurado para apurar poluição sonora relacionada aos bares Mônica Cozinha e Bar Ltda, nome fantasia - Coisa Mais Linda e Macaco Velho Chopp Bar, em Águas Claras-DF;

A Promotora de Justiça da Sexta Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural - 6ª PRODEMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal c/c o art. 7º, inciso I, in fine, da Lei Complementar nº 75/1993;

Considerando-se que, compete ao Ministério Público a defesa do Meio Ambiente, ex vi do art. 129, inciso III, da Constituição Federal c/c o art. 50, inciso III, alínea "d", c/c o art. 6°, inciso VII, "h" ambos da Lei Complementar n° 75/1993;

Considerando-se que tramita o Procedimento Preliminar n° 08190.119313/2021-85, instaurado em setembro de 2021, cujo objeto era é apurar se há emissão de ruídos acima do limite legal no BAR CANA BENTA, na Avenida Araucárias, Águas Claras, atualmente denominado Mônica Cozinha e Bar Ltda, nome fantasia - Coisa Mais Linda;

Considerando-se que posteriormente foi juntada aos autos a Notícia de Fato nº 08191.119313/2021-85, referente ao estabelecimento Macaco Velho Chopp Bar, localizado na Avenida Araucárias, esquina com a Rua 31 Sul, o qual também foi autuado pelo mesmo motivo;

Considerando-se que diante das informações já colacionadas aos autos pode-se constatar que o problema persiste e que há o uso de área pública sem autorização pelo estabelecimento Coisa Mais Linda (peça 34);

Considerando-se que a poluição sonora é um problema recorrente na Região de Águas Claras e que ambos os bares ficam na mesma rua, área com destinação mista, com vocação para o comércio e que a atribuição é da PRODEMA;

Considerando-se que já foram realizadas ações fiscais pelo IBRAM, com autuação por infração ambiental;

Considerando que há ocupação de área pública sem autorização, matéria de atribuição da PROURB;

Considerando que há a necessidade de se pedir ação fiscal ao DF-Legal diante do uso de área pública sem autorização noticiado em 10 de março de 2022 (peça 34);

Considerando que há necessidade de obter informação acerca da adequação da conduta ambiental após as autuações;

Considerando que o prazo de tramitação do Procedimento Preliminar se expirou, determino a conversão do feito em Inquérito Civil Público; , resolve

converter o Procedimento Preparatório em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para: 1) apurar se houve adequação da conduta ambiental após as autuações do IBRAM e em caso negativo adotar as medidas cabíveis para solução do problema de emissão de ruídos acima do permitido;

Determino, de início:

1) autue-se a presente portaria, com a documentação que a acompanha, promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

2) comunique-se a instauração do Inquérito Civil Público à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva e à imprensa oficial para publicação, munido de cópia desta portaria, na forma do artigo 2°, VII, da Resolução n° 66 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

3) proceda-se ao controle do prazo previsto no artigo 13-A da Resolução n° 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT — 1 (um) ano — informando sobre a eventual necessidade de prorrogação com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

4) oficiar ao IBRAM para que informem se o problema foi solucionado e se as empresas autuadas adequaram as condutas aos parâmetros legaisprazo: 10 dias;

5) Oficiar ao DF-Legal requisitando vistoria e informações uma vez que há notícia de ocupação ilegal de área pública. Prazo: 20 dias;

6) Oficiar à Administração Regional requisitando cópia da ficha cadastral do Bar Macaco Velho Chopp Bar, prazo:10 dias;

7) Indicar no ICP os interessados, Bar Macaco Velho Chopp Bar e denominado Mônica Cozinha e Bar Ltda, nome fantasia - Coisa Mais Linda;

6) Encaminhe à Assessoria Técnica para análise e elaboração de parecer.

LUCIANA MEDEIROS COSTA

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 17, DE 31 DE MAIO DE 2022

(Sessão Extraordinária)

Presidente: Ministro Bruno Dantas
Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão extraordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia; do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Ausente o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em razão de licença para tratamento de saúde.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 16, referente à sessão realizada em 24 de maio de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-006.496/2016-4 e TC-018.900/2010-0, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes;

- TC-039.197/2020-4, de relatoria do Ministro Bruno Dantas;

- TC-035.047/2015-1 e TC-047.481/2020-0, cujo Relator é o Ministro Antonio Anastasia; e

- TC-001.454/2022-6, TC-004.610/2021-0, TC-006.018/2019-0, TC-010.236/2019-8, TC-016.154/2015-0, TC-024.926/2020-5, TC-029.421/2020-9, TC-030.669/2015-4, TC-033.975/2019-1, TC-036.806/2021-8, TC-036.826/2020-0, TC-037.210/2019-0, TC-039.012/2021-2, TC-039.766/2018-7, TC-041.096/2021-5 e TC-047.335/2020-3, de relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 2827 a 2860.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 2768 a 2826, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-014.426/2015-3, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, o Dr. Felipe Carvalho de Oliveira Lima não compareceu para produzir sustentação oral em nome do Instituto Via Pública e de Pedro Paulo Martone Branco.

Na apreciação do processo TC-027.675/2019-0, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, a Dra. Sthefani Lara dos Reis Rocha declinou de produzir sustentação oral em nome de Maria Fernanda Ramos Coelho, de Carlos Magno Gonçalces da Cruz e de Míriam Aparecida Belchior.

Na apreciação do processo TC-039.197/2020-4, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, a Dra. Deusa Maura Santos Fassina produziu sustentação oral em nome do Banco do Brasil S.A.

PROCESSO TRANSFERIDO DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, a apreciação do processo 045.038/2021-0 (Ata nº 7/2022), cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, foi transferida para a sessão da Segunda Câmara de 07 de junho de 2022.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo TC-018.311/2015-6 (Ata nº 16/2022). A Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 2768/2022 - 2C, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Ministro Antonio Anastasia.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 2768/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 018.311/2015-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
3. Recorrente: Dalmo Moreira Santana Júnior (986.256.404-00).
4. Entidade: Município de Piaçabuçu (AL).
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Rubens Marcelo Pereira da Silva (6.638/OAB-AL), Fábio Henrique Cavalcante Gomes (4.801/OAB-AL) e outros, representando Dalmo Moreira Santana Júnior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se apreciam embargos de declaração opostos por Dalmo Moreira Santana Júnior (986.256.404-00), ex-prefeito de Piaçabuçu - AL contra o Acórdão 11.066/2021 - TCU - 2ª Câmara, que julgou tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em face do ex-gestor, em razão da impugnação das despesas de convênio firmado com o referido Município, destinado a patrocinar a realização do evento "Festival de Quadrilha Junina", realizado entre 26 e 27/6/2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos do art. 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los.

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante, informando que o teor integral das peças que o integram poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o acesso às demais peças do processo pode ser obtido no endereço eletrônico deste Tribunal, opção "vista eletrônica".

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2768-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Revisor) e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2769/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.089/2022-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Samia Margarida Lima Vasconcelos (033.299.864-92).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, referente à contratação de Samia Margarida Lima Vasconcelos (033.299.864-92);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato examinado e negar-lhe registro;

9.2. determinar à Gerência de Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000743-89.2016.5.19.0003, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 19ª. Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável à interessada, torne sem efeito o ato de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal; e

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2769-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2770/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.126/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ana Caroline Gomes de Macedo (010.522.564-90).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, referente à contratação de Ana Caroline Gomes de Macedo (010.522.564-90);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato examinado e negar-lhe registro;

9.2. determinar à Gerência de Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000852-31.2016.5.10.0011, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável à interessada, torne sem efeito o ato de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal; e

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2770-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2771/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.827/2022-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Wisley Rodrigues Rocha (036.942.421-20).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, referente à contratação de Wisley Rodrigues Rocha (036.942.421-20);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato examinado e negar-lhe registro;

9.2. determinar à Gerência de Recursos Humanos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001288-78.2016.5.10.0014, em curso na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável ao interessado, torne sem efeito o ato de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal; e

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2771-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2772/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.541/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Alice Mattos de Almeida (088.277.487-50).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, referente à contratação de Alice Mattos de Almeida (088.277.487-50);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato examinado e negar-lhe registro;

9.2. determinar à Gerência de Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0101337-54.2017.5.01.0011, em curso na Justiça Trabalhista da 1ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável à interessada, torne sem efeito o ato de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento do respectivo desligamento no sistema e-Pessoal; e

9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de 15 (quinze) dias.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2772-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2773/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC - 023.680/2021-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Auditoria do Senado Federal; Dilson Martins de Sousa (120.356.021-49).

3.2. Recorrente: Senado Federal.

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Senado Federal, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 12.338/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o ato de aposentadoria de Dilson Martins de Sousa ilegal e negou-lhe registro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2773-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2774/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 037.205/2021-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Maria Vitoria Costa (280.165.211-34).

3.2. Recorrente: Maria Vitoria Costa (280.165.211-34).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (16.619/OAB-DF), representando Maria Vitoria Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Maria Vitoria Costa, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 12.529/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o seu ato de aposentadoria ilegal e negou-lhe registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento, sem embargo de dar ciência ao órgão de origem quanto à necessidade de avaliar se a beneficiária do ato em exame está efetivamente contemplada pela sentença proferida no Processo 1035883.44.2019.4.01.3400, atualmente em trâmite no Tribunal Superior do Trabalho, e, nessa hipótese, dar imediato cumprimento às determinações contidas nos subitens 1.7.2 e 1.7.3 do Acórdão 12.529/2021-TCU-2ª Câmara, caso venha a ser desconstituída ou suspensa a eficácia da referida sentença; e

9.2. dar ciência desta decisão à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2774-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2775/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.753/2020-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CNPJ 00.378.257/0001-81).

3.2. Responsáveis: Antonio Fernando Brito Pinto (CPF 477.170.925-49) e Rosival Lopes dos Santos (CPF 388.607.165-00).

3.3. Recorrente: Antonio Fernando Brito Pinto (CPF 477.170.925-49).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Taperoá - BA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Saulo Gabriel Souza Queiroz (53498/OAB-BA), Rodrigo Isaac de Freitas Martins (19644/OAB-BA) e outros, representando Antonio Fernando Brito Pinto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração (Peça 93) interposto pelo Sr. Antônio Fernando Brito Pinto, ex-Prefeito (gestões 2009-2016), contra o Acórdão 12.537/2020-TCU-2ª Câmara (Peça 62), que jugou irregulares as suas contas, condenando-o ao pagamento das quantias apuradas nos autos e aplicou-lhe multa no valor de R$ 14.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/92, c/c o artigo 285 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Sr. Antônio Fernando Brito Pinto para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e aos demais interessados.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2775-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2776/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 019.772/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsável: Jorge Nivaldo Ribeiro de Albuquerque (606.422.464-91).
3.3. Recorrente: Jorge Nivaldo Ribeiro de Albuquerque (606.422.464-91).
4. Órgão/Entidade: Município de Limoeiro de Anadia - AL.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Hugo Veloso Cavalcante (14.747/OAB-AL) e Marcelo Jose Bulhões Magalhaes (54.229/OAB-DF), representando Jorge Nivaldo Ribeiro de Albuquerque.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Jorge Nivaldo Ribeiro de Albuquerque, contra o Acórdão 2953/2019 - 2ª Câmara (retificação material - Acórdão 9850/2019 - 2ª Câmara), que julgou irregulares suas contas especiais em razão de irregularidades na gestão de recursos federais destinados à execução de ações do Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate) para o custeio de transporte escolar aos alunos do ensino fundamental público no Município de Limoeiro de Anadia/AL no exercício de 2008;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Jorge Nivaldo Ribeiro de Albuquerque para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2776-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2777/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.408/2021-5
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Centro de Controle Interno da Aeronáutica; Luiz Carlos Sandoval Góes (874.184.528-53).
3.2. Recorrente: Comando da Aeronáutica.
4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 11.372/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o ato de aposentadoria de Luiz Carlos Sandoval Góes ilegal e negou-lhe registro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento de modo a:
9.1.1. considerar legal a concessão de aposentadoria em favor de Luiz Carlos Sandoval Góes, concedendo-lhe o respectivo registro;
9.1.2. tornar sem efeito o Acórdão 11.372/2021-TCU-2ª Câmara;
9.2. orientar à Sefip que retifique o mapa de funções exercidas pelo Sr. Luiz Carlos Sandoval Goes, nos termos da peça 21, p. 4, destes autos;
9.3. dar ciência ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2777-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2778/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC - 023.550/2021-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Luis Edmundo Prado de Campos (238.287.065-68).
3.2. Recorrente: Universidade Federal da Bahia (15.180.714/0001-04).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Universidade Federal da Bahia, por meio do qual se insurge contra o Acórdão 13.904/2021-TCU-2ª Câmara, o qual, entre outras medidas, considerou o ato de aposentadoria de Luis Edmundo Prado de Campos ilegal e negou-lhe registro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento de modo a:
9.1.1. considerar legal a concessão de aposentadoria em favor de Luis Edmundo Prado de Campos, concedendo-lhe o respectivo registro;
9.1.2. tornar sem efeito o Acórdão 13.904/2021-TCU-2ª Câmara;
9.2. orientar à Sefip que retifique, no sistema e-Pessoal, o período de exercício de função de confiança de Luis Edmundo Prado de Campos constante do ato concessório de peça 3;
9.3. dar ciência ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2778-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2779/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 025.915/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Roberto Lucio Rocha Brant Filho (777.676.676-34); Studio Verde Música e Áudio Ltda. (03.863.942/0001-91).
4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial de Cultura, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados por força do projeto cultural Pronac 148955, cujo nome é "Cinemacolor", com base no com base no §1º do art. 18 e no art. 26, da Lei 8.313/1991.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis Roberto Lucio Rocha Brant Filho (777.676.676-34) e Studio Verde Música e Áudio Ltda. (03.863.942/0001-91), com fundamento no § 3º, art. 12, Lei 8.443/1992;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "c"; 19 e 23, inciso III, todos da Lei 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso I; 209, inciso I e III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno TCU, julgar irregulares as contas de Roberto Lucio Rocha Brant Filho (777.676.676-34) e de Studio Verde Música e Áudio Ltda. (03.863.942/0001-91), e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA	VALOR (R$)
30/11/2016	150.000,00

9.3. aplicar, individualmente, a Roberto Lucio Rocha Brant Filho (777.676.676-34) e a Studio Verde Música e Áudio Ltda. (03.863.942/0001-91), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.433/1992, no valor de R$ 19.000,00 (dezenove mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:
9.4.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;
9.4.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. informar aos responsáveis que, caso demonstrem, por via recursal, a correta aplicação dos recursos captados, mas não se justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;
9.6. dar ciência desta deliberação à Secretaria Especial de Cultura, aos responsáveis, e, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para adoção das medidas cabíveis;
9.7. informar à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2779-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2780/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 036.609/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Josete Auxiliadora Campos Lara Menezes (485.956.596-72).
3.2. Recorrente: Josete Auxiliadora Campos Lara Menezes (485.956.596-72).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Josete Auxiliadora Campos Lara Menezes, ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, contra o Acórdão 16.599/2021-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal e negou registro ao seu ato de aposentadoria, por incluir a incorporação de parcelas de quintos/décimos, referentes ao exercício de função de confiança posterior ao advento da Lei 9.624/1998;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso interposto para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de modo a tornar sem efeito as determinações contidas nos subitens 1.7.2.1 e 1.7.2.2 do acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2780-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2781/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.861/2021-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria do Carmo Maciel Quintão Campos (563.367.646-72).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, em favor de Maria do Carmo Maciel Quintão Campos (563.367.646-72).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Maria do Carmo Maciel Quintão Campos (563.367.646-72), recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2781-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2782/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.426/2015-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério da Justiça (extinta).
3.2. Responsáveis: Pedro Paulo Martone Branco (610.777.398-34); Via Pública - Instituto Para o Desenvolvimento da Gestão Pública e Organizações de Interesse Público (04.546.064/0001-43).
3.3. Recorrentes: Via Pública - Instituto Para o Desenvolvimento da Gestão Pública e Organizações de Interesse Público (04.546.064/0001-43); Pedro Paulo Martone Branco (610.777.398-34).
4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio - Funai.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Ian Aurichio de Mello (452.447/OAB-SP), Kleyton Rogerio Machado Araujo (312539/OAB-SP) e outros, representando Via Pública - Instituto Para o Desenvolvimento da Gestão Pública e Organizações de Interesse Público; Belisário dos Santos Júnior (24726/OAB-SP), Ian Aurichio de Mello (452.447/OAB-SP) e outros, representando Pedro Paulo Martone Branco.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 9.853/2017-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração e, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se inalterado o acórdão recorrido; e
9.2. dar ciência desta decisão aos recorrentes e demais interessados.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2782-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2783/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.582/2015-6.
1.1. Apensos: 001.588/2015-0; 005.114/2015-2; 017.899/2015-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Pedido de Reexame).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: A.C. Serviços Corporativos Ltda. (66.059.510/0001-42); Bs Tecnologia e Serviços Ltda. (03.655.231/0001-21).
3.2. Responsáveis: Alice Cristina Santos Lacerda (292.393.465-20); Claudio Henrique da Silva (137.245.678-39); Diogo Sena (913.348.371-04); Gustavo Henaut (089.789.897-48); João Carlos dos Santos Simão (553.333.897-72); Sandro André Hammarstron (435.598.400-15); Sergio Gonzaga Wenceslau (140.275.506-68); Silvia Silva Rocha (256.150.926-53); Waldir Ghiglino Gadea (341.988.220-34).
3.3. Recorrentes: Sandro André Hammarstron (435.598.400-15); Silvia Silva Rocha (256.150.926-53); Alice Cristina Santos Lacerda (292.393.465-20); Banco do Brasil S.A. (00.000.000/0001-91); Sergio Gonzaga Wenceslau (140.275.506-68).
4. Órgãos/Entidades: Banco do Brasil S.A.; BB Tecnologia e Serviços S.A.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: não atuou.
8. Representação legal: Isabela da Costa Moura Santana (32205/OAB-DF), representando Josimar de Assis Lira; Caroline Scopel Cecatto (64.878/OAB-RS), Lucineia Possar (40.297/OAB-DF) e outros, representando Diogo Sena; Josimar de Assis Lira (255635/OAB-SP), representando David Marcio Soares; Caroline Scopel Cecatto (64.878/OAB-RS), Lucineia Possar (40.297/OAB-DF) e outros, representando Sandro André Hammarstron; Caroline Scopel Cecatto (64.878/OAB-RS), Lucineia Possar (40.297/OAB-DF) e outros, representando Waldir Ghiglino Gadea; Caroline Scopel Cecatto (64.878/OAB-RS), Lucineia Possar (40.297/OAB-DF) e outros, representando Alice Cristina Santos Lacerda; Caroline Scopel Cecatto (64.878/OAB-RS), Lucineia Possar (40.297/OAB-DF) e outros, representando Silvia Silva Rocha; Marcio Castro Kaik Siqueira (200874/OAB-SP), Pablo Sanches Braga (42866/OAB-DF) e outros, representando Banco do Brasil S.A.; João Victor Tavares Galil (400.026/OAB-SP), Marilia Gabriel Moreira Pires (375.122/OAB-SP) e outros, representando Bs Tecnologia e Serviços Ltda.; Fernando Granvile (116077/OAB-SP), representando Claudio Henrique da Silva; Fernando Granvile (44276/OAB-DF) e Marcelo Alves da Silva (44.861/OAB-DF), representando BB Tecnologia e Serviços S.A.; Josimar de Assis Lira (255635/OAB-SP), representando Guilherme da Silva Lopes Carvalho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelos Srs. Sandro André Hammarstron, Silvia Silva Rocha, Alice Cristina Santos Lacerda e Banco do Brasil S.A., assim como por Sr. Sergio Gonzaga Wenceslau, em face do Acórdão 477/2022-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal negou provimento ao pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.131/2020-TCU-2ª Câmara, que lhes aplicou multa;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelos Srs. Sandro André Hammarstron, Silvia Silva Rocha, Alice Cristina Santos Lacerda e Banco do Brasil S.A. para, no mérito, acolhê-los parcialmente, incorporando à decisão embargada os esclarecimentos adicionais constantes no voto que fundamenta este acórdão, mantendo inalterados, entretanto, os termos da decisão proferida;
9.2. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. Sergio Gonzaga Wenceslau para, no mérito, rejeitá-los; e
9.3. dar ciência deste acórdão aos embargantes, informando-lhes que o voto e relatório que o fundamentam podem ser acessados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2783-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2784/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 005.855/2019-5.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Recorrente: Washington Luís Nogueira (CPF 944.371.068-49).
4. Unidade jurisdicionada: Município de Governador Eugênio Barros - MA.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Washington Luís Nogueira, ex-prefeito do município de Governador Eugênio Barros/MA (gestão 2009 a 2012), contra o Acórdão 2.590/2020-TCU-2ª Câmara, por intermédio do qual este Tribunal julgou irregulares suas contas, condenou-o ao pagamento do débito e aplicou-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. alterar, de ofício, o fundamento legal da deliberação recorrida (Acórdão 2.590/2020- 2ª Câmara), para passar a consignar, no subitem 9.2, as alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 16 da Lei 8.443/1992, conforme abaixo transcrito:
"(...) 9.2. julgar irregulares as contas de Washington Luís Nogueira, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "a" e "c" e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, (...)"
9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para ciência, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2784-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2785/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.468/2020-2.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Fabio Nunes Saraiva (035.919.357-94); Serviço Social do Brasileiro (03.123.319/0001-00).
4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos oriundos do Convênio 1380/2004 (registro Siafi 507337), celebrado entre o Ministério da Saúde e Serviço Social do Brasileiro, o qual tinha por objeto a aquisição de unidade móvel de saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. considerar revéis, para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, Fabio Nunes Saraiva e Serviço Social do Brasileiro, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as presentes contas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e nos arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e condenar solidariamente em débito Fabio Nunes Saraiva e Serviço Social do Brasileiro, pelo valor original abaixo discriminado, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora a partir da data indicada, nos termos da legislação vigente, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde;

Data	Valor (R$)
25/11/2004	120.000,00

9.3. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, desde já, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis; e

9.5. dar ciência desta decisão aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Saúde e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 16, §3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, §7º, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2785-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2786/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.675/2019-0.

1.1. Apenso: 005.591/2018-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Maria Fernanda Ramos Coelho (318.455.334-53), Miriam Aparecida Belchior (056.024.938-16), Carlos Magno Gonçalves da Cruz (293.760.926-00), Marcio Percival Alves Pinto (530.191.218-68), Paulo Roberto dos Santos (383.610.007-04) Jorge Fontes Hereda (095.048.855-00) e sociedade empresária Banco BTG Pactual S.A. (30.306.294/0001-45).

4. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Caixa Participações S.A.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional.

8. Representação legal: Sthefani Lara dos Reis Rocha (54.357/OAB-DF), representando Miriam Aparecida Belchior; Gustavo Assis de Oliveira (18.489/OAB-DF), Caio Cesar Vieira Rocha (33.593/OAB-DF) e outros, representando Banco BTG Pactual S.A.; Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi (40.915/OAB-DF), Murilo Muraro Fracari (22.934/OAB-DF) e outros, representando Caixa Participações S.A.; Luiz Fernando Vieira Martins (53.731/OAB-RS), Janaina Lusier Camelo Diniz (49.264/OAB-DF) e outros, representando Paulo Roberto dos Santos; Murilo Muraro Fracari (22.934/OAB-DF), Rodrigo de Resende Patini (327.178/OAB-SP) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Marcus Vinicius Furtado Coêlho (18958/OAB-DF), Janaina Lusier Camelo Diniz (49.264/OAB-DF) e outros, representando Márcio Percival Alves Pinto; Gean Carlos Ferreira de Moura Aguiar (61.174/OAB-DF) e Angelo Longo Ferraro (261.268/OAB-SP), representando Carlos Magno Gonçalves da Cruz; Gean Carlos Ferreira de Moura Aguiar (61174/OAB-DF) e Angelo Longo Ferraro (261.268/OAB-SP), representando Maria Fernanda Ramos Coelho; Luiz Fernando Vieira Martins (53.731/OAB-RS), Marcus Vinicius Furtado Coêlho (18.958/OAB-DF) e outros, representando Jorge Fontes Hereda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos versando sobre a tomada de tomada de contas especial instaurada em face da conversão do TC 005.591/2018-0 (Relatório de Acompanhamento dos resultados financeiros das operações envolvendo a Caixa Econômica Federal/CaixaPar e o Banco Pan), tendo em vista supostos prejuízos causados à CaixaPar decorrentes de resultados financeiros negativos alcançados com investimento mantido no Banco Pan S.A. (antigo Banco Panamericano).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da relação processual os responsáveis Maria Fernanda Ramos Coelho (318.455.334-53), Miriam Aparecida Belchior (056.024.938-16), Carlos Magno Gonçalves da Cruz (293.760.926-00), Marcio Percival Alves Pinto (530.191.218-68), Paulo Roberto dos Santos (383.610.007-04), Jorge Fontes Hereda (095.048.855-00) e sociedade empresária Banco BTG Pactual S.A. (30.306.294/0001-45);

9.2. com fundamento no disposto no § 3º do art. 201, c/c o disposto no art. 212, do Regimento Interno/TCU, arquivar o presente processo, sem julgamento do mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular;

9.3. dar ciência da deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, aos responsáveis.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2786-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2787/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.232/2019-2.

1.1. Apenso: 008.697/2018-3

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Daniel de Oliveira Martins (620.170.631-34); Fernando Paiva Pires Junior (239.804.272-34); Francisco Bentes de Almeida (111.199.772-15); Francisco de Assis Lima dos Santos (063.234.052-53); Renato Newton Ramlow (551.168.419-87); Rodrigo Sergio Dias (225.510.368-01); Tarcísio de Souza Vasconcelos (776.280.041-72).

3.2. Recorrentes: Fernando Paiva Pires Junior (239.804.272-34); Francisco Bentes de Almeida (111.199.772-15).

4. Órgão/Entidade: Funasa - Superintendência Estadual/DF (extinta).

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Edson Moreira Lima, Manoel Alves dos Santos Filho e outros, representando Funasa - Superintendência Estadual/df (extinta); Mariana Monte Giovanazzi (12.076/OAB-AM), Vitor Lima Verde Coelho (12.945/OAB-AM) e outros, representando Fernando Paiva Pires Junior; Izabelle Paes Omena de Oliveira Lima (196.272/OAB-SP), Yuri Marcel Soares Oota (305226/OAB-SP) e outros, representando Rodrigo Sergio Dias; Mariana Monte Giovanazzi (12.076/OAB-AM) e Bruno Ricardo Lima Tapajós (5.695/OAB-AM), representando Francisco Bentes de Almeida.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelos Srs. Francisco Bentes de Almeida e Fernando Paiva Pires Júnior em face do Acórdão 482/2022-TCU-2ª Câmara, de natureza condenatória;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência deste acórdão aos embargantes.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2787-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2788/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.718/2018-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Adriano de Camargo Oliveira (259.391.458-09); Caio Tibério Dornelles da Rocha (228.546.570-04); Dayvson Franklin de Souza (614.110.942-04); Francisco Oseas Correa Valadares (414.344.716-91); Fredy Willian de Sales e Souza (094.938.856-40); Hiromi Cristina Santos Doi (688.514.481-91); Janes Mara Rocha Julião (043.779.816-09); Jose Rodrigues Pinheiro Doria (432.309.116-87); José Carlos de Andrade (086.930.721-53); Leonardo Luiz dos Santos (061.387.266-50); Lizane Soares Ferreira (630.019.181-87); Lucas Empreendimentos Imobiliários Ltda (24.653.351/0001-60); Manuel Vitorino Sousa Neto (203.975.427-04); Marcelino Pereira da Silva (418.220.056-04); Marcelo Cabral Santos (221.803.858-70); Maria de Fatima Correa (291.679.656-87); Mercio Soares Coelho (592.529.446-72); Reinaldo Eustáquio Dias (045.032.586-56); Ricardo Cardoso Alves Meireles (112.724.901-06); Ricardo de Araujo Santa Ritta (051.697.254-50); Rodrigo Moreira de Alencar Carvalho (071.668.176-58); Wilson Vaz de Araujo (323.686.409-59).

4. Órgão/Entidade: Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

8. Representação legal:

8.1. Karina Kristian de Azevedo (122174/OAB-MG), representando Rodrigo Moreira de Alencar Carvalho e Leonardo Luiz dos Santos;

8.2. Antonio Utsch Moreira Filho (112.241/OAB-MG), representando Janes Mara Rocha Juliao e Marcelino Pereira da Silva;

8.3. Luis Fernando de Campos Barbosa (84119/OAB-RJ), representando Francisco Oseas Correa Valadares.

8.4. Renata Oliveira Goncalves (160912/OAB-MG) e outros, representando Lucas Empreendimentos Imobiliários Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia processo de contas anuais da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg), relativo ao exercício de 2016,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 17 e 18 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. excluir da relação processual os gestores registrados nos autos como responsáveis, e mencionados no subitem 3.1 deste Acórdão, em desacordo com o art. 10 da IN-TCU 63/2010, bem como a empresa Lucas Empreendimentos Imobiliários Ltda;

9.2. acolher as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Fredy Wilian de Sales e Souza e Marcelino Pereira da Silva, pela Sra. Janes Mara Rocha e pela empresa Lucas Empreendimentos Imobiliários Eireli - EPP;

9.3. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Fredy Wilian de Sales e Souza, Leonardo Luiz dos Santos e Rodrigo Moreira Alencar Carvalho;

9.4. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, regulares as contas dos Srs. Leonardo Luiz dos Santos, Adriano de Camargo Oliveira, Wilson Vaz de Araujo, Caio Tibério Dornelles da Rocha, Mércio Soares Coelho e da Sra. Maria de Fátima Corrêa, dando-lhes quitação plena;

9.5. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, regulares com ressalva as contas dos Srs. Rodrigo Moreira Alencar Carvalho, dando-lhes quitação:

9.6. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, e 210, § 2º, e 214, inciso III, do Regimento Interno, irregulares as contas do Sr. Francisco Oseas Correa Valadares, Diretor-Presidente da empresa, e do Sr. Reinaldo Eustáquio Dias, Diretor-Administrativo e Gerente Jurídico da empresa, no exercício em exame;

9.7. aplicar ao Sr. Francisco Oseas Correa Valadares e ao Sr. Reinaldo Eustáquio Dias, individualmente, a multa prevista no art. 58, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.9. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.10. comunicar a presente decisão aos responsáveis acima, bem como aos Srs. Fredy Wilian de Sales e Souza, Marcelino Pereira da Silva, à Sra. Janes Mara Rocha e à empresa Lucas Empreendimentos Imobiliários Eireli - EPP; e

9.11. enviar cópia desta deliberação e conceder acesso aos autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais em face das condutas que podem caracterizar a ocorrência de crimes praticados no âmbito da Casemg.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2788-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2789/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.295/2019-1.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: VI - Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa.
3.2. Responsável: Vera Lucia Araujo Cardoso (323.219.532-68).
4. Órgão/Entidade: Município de Amajari/RR.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAgroAmbiental).
8. Representação legal: Diego Lima Pauli (858/OAB-RR), representando Município de Amajari/RR.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em que se apuram irregularidades cometidas pelo Município de Amajari/RR na condução da Tomada de Preço 32/2019 (Edital Licitatório 6/2019), cujo objeto foi a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução de serviços de recuperação de estradas vicinais na região, com recursos oriundos do Contrato de Repasse 10466615-56 (Siconv 862.718/2017), celebrado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 103, §1º, da Resolução TCU 259/2014 e o art. 113, §1º, da Lei 8.666/1993, e, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Vera Lúcia Araújo Cardoso frente à ocorrência de não atendimento injustificado à diligência deste Tribunal;
9.3. considerar revel, para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, a Sra. Vera Lúcia Araújo Cardoso relativamente à ocorrência de celebração do segundo aditivo ao Contrato 41/2019 com acréscimo de valores acima do permitido no art. 65, §1º, do Lei 8.666/1993, dando-se prosseguimento ao processo, deixando, todavia, de aplicar multa em razão das circunstâncias atenuantes presentes no caso concreto e tendo em vista a ausência de danos ao erário ou prejuízos à administração decorrentes do aditamento contratual, sendo que este foi promovido com o consentimento do Ministério e da Caixa, não havendo qualquer questionamento quanto à aplicação dos recursos, tendo a prestação de contas sido aprovada pela Caixa; e
9.4. dar ciência deste acórdão à representante, à responsável, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao Município de Amajari/RR e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2789-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2790/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.728/2021-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Milton Donizeti Budoia (778.858.728-15).
3.2. Recorrente: Milton Donizeti Budoia (778.858.728-15).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22256/OAB-DF), representando Milton Donizeti Budoia.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame interposto contra o Acórdão 16.612/2021-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Milton Donizeti Budoia e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência ao órgão de origem que, caso comprovado ser o recorrente beneficiário de decisão judicial transitada em julgado, que lhe assegure a incorporação de quintos no período entre 8/4/1998 e 4/9/2001, observe a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115, de modo a manter a incorporação imune à absorção por reajustes futuros; e
9.3. dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e ao recorrente.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2790-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2791/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.237/2018-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Helen Lucy Mendes Guimaraes Begot (374.038.422-00); Jhordan Laranjeiras de Oliveira Mendes Amaral (012.635.802-89); Manoel Paixao da Silva (643.952.278-72).
4. Órgão/Entidade: Município de Marituba - PA.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Ernildo do Carmo Vieira (7.536/OAB-PA), Dennis Henrique Reis Chaves (24.451/OAB-PA) e outros, representando Jhordan Laranjeiras de Oliveira Mendes Amaral; Dennis Henrique Reis Chaves (24.451/OAB-PA), Olavo Peres Henderson e Silva Junior (9.284/OAB-PA) e outros, representando Helen Lucy Mendes Guimaraes Begot.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) constituída em cumprimento ao Acórdão 2.107/2018-TCU-Plenário, proferido no processo TC 023.262/2017-6, que determinou a constituição de sete TCEs em decorrência de débitos identificados no curso de auditoria de conformidade, realizada na Secretaria Estadual de Saúde do Pará e na Secretaria de Saúde dos municípios de Barcarena/PA e de Marituba/PA, cujo objetivo era avaliar a aquisição de medicamentos do programa de assistência farmacêutica com recursos federais, nos exercícios de 2015 a 2017;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU, sem prejuízo de, diante da superveniência de novos elementos de convicção, o TCU vir a reavaliar a matéria; e
9.2. dar ciência desta decisão aos responsáveis e ao Departamento de Auditoria do SUS - Denasus, para adoção das providências que entender cabíveis quanto à fragilidade dos controles de movimentação dos produtos farmacêuticos existentes nos almoxarifados do Município de Marituba/PA.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2791-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2792/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.309/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Cibelle Santiago Lopes (320.431.393-04).
3.2. Recorrente: Cibelle Santiago Lopes (320.431.393-04).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame interposto por Cibelle Santiago Lopes contra o Acórdão 12.450/2021-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Cibelle Santiago Lopes para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão 12.450/2021-TCU-2ª Câmara; e
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2792-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2793/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 046.890/2020-3.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Instituto Adesol - Ação Para o Desenvolvimento Social Integrado (03.577.536/0001-62) e Jerônimo Emanuel Gramacho (163.667.195-00).
4. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração e Logística da Secretaria Executiva do Ministério da Economia.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos transferidos ao Instituto Adesol - Ação Para o Desenvolvimento Social Integrado mediante o Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 1008/2010 (registro Siconv 743297/2010), firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e aquela instituição, tendo por objeto o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua para a execução das ações de qualificação social e profissional do Plano Setorial de Qualificação - PlanSeQ Petróleo e Gás Natural, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Instituto Adesol - Ação Para o Desenvolvimento Social Integrado e pelo Sr. Jerônimo Emanuel Gramacho;

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e nos arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as presentes contas e condenar em débito o Instituto Adesol - Ação Para o Desenvolvimento Social Integrado e o Sr. Jerônimo Emanuel Gramacho, pelo valor original abaixo discriminado, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora a partir da data indicada, nos termos da legislação vigente, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional:

Data	Valor (R$)
16/2/2011	128.335,50

9.3. aplicar ao Instituto Adesol - Ação Para o Desenvolvimento Social Integrado e ao Sr. Jerônimo Emanuel Gramacho, individualmente, a multa referida no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 25.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo pagamento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde já, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando aos responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis;

9.6. esclarecer ao Sr. Jeronimo Emanuel Gramacho que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não se justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992; e

9.7. dar ciência desta decisão aos responsáveis, à Diretoria de Administração e Logística da Secretaria Executiva do Ministério da Economia e à Procuradoria da República no estado da Bahia, para adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2793-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2794/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-006.649/2022-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Lenise Aparecida Martins Garcia (professora, CPF 009.364.588-01)
4. Unidade: Fundação Universidade de Brasília
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão de aposentadoria em favor de Lenise Aparecida Martins Garcia no cargo de professora do magistério superior da Fundação Universidade de Brasília,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, III, da Constituição Federal de 1988, nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria em favor de Lenise Aparecida Martins Garcia, negando-lhe o registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo responsável, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:
9.3.1. comunique à interessada sobre a presente deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.3.2. encaminhe ao Tribunal o comprovante da data em que a interessada tomou ciência desta deliberação;
9.3.3. na hipótese de desconstituição da decisão judicial que tem amparado o pagamento da parcela impugnada nos autos do Mandado de Segurança 26.156, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, adote as medidas administrativas necessárias à supressão da rubrica;
9.4. notificar, a respeito deste acórdão, a Fundação Universidade de Brasília e, nos termos da Questão de Ordem 4/2011, aprovada pelo Plenário em 8/6/2011, o Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União e a Consultoria Jurídica deste Tribunal, para acompanhamento do Mandado de Segurança 26.156, em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2794-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2795/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-006.681/2022-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessado: Martinho Mendes de Oliveira (agente de atividades agropecuárias, CPF 106.196.313-68)
4. Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão de aposentadoria em favor de Martinho Mendes de Oliveira, no cargo de agente de atividades agropecuárias no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, III, da Constituição Federal de 1988, nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno do TCU, bem como no art. 19, caput, da Instrução Normativa TCU 78/2018 e no art. 6º, § 1º, I, da Resolução TCU 206/2007, em:
9.1. considerar ilegal, negando-lhe registro, o ato de concessão de aposentadoria de Martinho Mendes de Oliveira;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, presumida a boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. se abstenha de realizar pagamentos decorrentes do ato de concessão considerado ilegal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência dessa deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;
9.3.2. comunique ao interessado sobre a presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.3.3. encaminhe ao Tribunal o comprovante da data em que o interessado tomou ciência desta deliberação;
9.3.4. emita e disponibilize no sistema e-Pessoal, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de concessão, livre da irregularidade apontada, promovendo a absorção da vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) prevista no art. 14 da Lei 12.716/2012, nos termos do parágrafo único desse mesmo dispositivo, levando em consideração os acréscimos promovidos pela Lei 12.778/2012 no valor dos proventos, em razão do aumento dos pontos relativos à gratificação de desempenho atribuídos de forma fixa aos servidores inativos;
9.4. notificar a unidade jurisdicionada a respeito deste acórdão;
9.5. restituir os autos à Sefip, para que monitore o cumprimento das determinações constantes do item 9.3, e represente ao TCU em caso de não cumprimento das providências.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2795-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2796/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.435/2022-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Geraldo Ferreira dos Reis (023.452.628-93).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria em favor de Geraldo Ferreira dos Reis, expedido pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), ora apreciado para fins de registro.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; e 260 do Regimento Interno deste Tribunal, em:
9.1. considerar ilegal, negando-lhe registro, o ato de concessão de aposentadoria de Geraldo Ferreira dos Reis (peça 3), em razão do pagamento concomitante da gratificação de Raio X e do Adicional de irradiação ionizante, em desacordo com as disposições do § 1º do art. 68 da Lei 8.112/1990 e o entendimento de caráter normativo, proferido em sede de consulta no Acórdão 424/2021-TCU-Plenário;
9.2. deixar de expedir a determinação corretiva prevista no art. 262 do Regimento Interno deste Tribunal, em respeito à decisão judicial proferida nos autos do Processo n° 00156412720094036100, da 26ª Vara Federal de São Paulo/SP, com trânsito em julgado;
9.3. determinar à Universidade Federal de São Paulo que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência pela entidade, dê conhecimento deste Acórdão ao interessado;
9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência pela entidade, encaminhe a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação;
9.4. dar ciência deste Acórdão à entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral de suas demais peças (Relatório e Voto) poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2796-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2797/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 009.239/2021-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrentes: Ruben de Siqueira Luz (410.884.336-34); Ivana Alves do Carmo Bertolaia (035.863.848-82).
3.2. Interessados: Ivana Alves do Carmo (035.863.848-82); Ruben de Siqueira Luz (410.884.336-34); Sonia Maria Bellomi (045.420.058-79);
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Jean Paulo Ruzzarin (21.006/OAB-DF), Rudi Meira Cassel (22256/OAB-DF) e outros, representando Ivana Alves do Carmo Bertolaia; Rudi Meira Cassel (22256/OAB-DF), representando Ruben de Siqueira Luz.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Ivana Alves do Carmo Bertolaia (035.863.848-82) e Ruben de Siqueira Luz (410.884.336-34), servidores aposentados do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP) contra o Acórdão 1.894/2022-TCU-2ª Câmara, que deu parcial provimento a pedido de reexame interposto contra o Acórdão 14.420/2021-TCU-2ª Câmara, relator o Ministro Bruno Dantas, e que por seu turno considerou ilegal a concessão de aposentadoria dos interessados, em razão da indevida incorporação da parcela de "quintos", sem a sua transformação em parcela compensatória,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com base no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes e ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP) informando que o teor integral das peças que o integram poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o acesso às demais peças do processo pode ser obtido no endereço eletrônico deste Tribunal, opção "vista eletrônica".

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2797-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2798/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 023.708/2021-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Câmara dos Deputados (00.530.352/0001-59).

3.2. Interessados: Raquel de Oliveira Silva (248.535.181-34); Secretaria de Controle Interno/câmara dos Deputados.

4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados (00.530.352/0001-59).

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Câmara dos Deputados em face do Acórdão 14.866/2021-TCU-2ª Câmara, Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, que considerou ilegal e negou registro à aposentadoria da Sra. Raquel de Oliveira Silva, em razão da indevida incorporação da parcela de "quintos" com base em funções comissionadas exercidas após o advento da Medida Provisória 2.225/2001,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. dar ciência à Câmara dos Deputados que, em relação à aposentadoria da Sra. Raquel de Oliveira Silva (248.535.181-34), é-lhe assegurado, nos termos do art. 5º da Lei 9.624/1998, o cômputo do tempo residual de exercício de funções comissionadas existente em 10/11/1997, não empregado para a concessão de quintos, para incorporação de parcela de décimo - e não de quintos -, com termo final, a qualquer tempo, na data em que o servidor completar o interstício de doze meses;

9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, à Câmara dos Deputados e à Sra. Raquel de Oliveira Silva (248.535.181-34), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2798-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2799/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.869/2019-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Recorrente: Jabes Sousa Ribeiro (036.789.465-34).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ilhéus - BA.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Ricardo Teixeira Machado (16476/OAB-BA) e Thiago Nogueira Lino (32.312/OAB-BA), representando Jabes Sousa Ribeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Jabes Sousa Ribeiro, ex-prefeito de Ilhéus/BA (gestão 2013-2016), em face do Acórdão 6.154/2020-2ª Câmara (Rel. Min. Augusto Nardes), por meio do qual o Tribunal decidiu julgar irregulares as contas da recorrente, com condenação em débito e aplicação de multa, em apreciação de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em razão da omissão no dever de prestar contas do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, no exercício de 2013,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração interposto por Jabes Sousa Ribeiro, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, atribuindo a seguinte redação aos subitens 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão 6.154/2020-TCU-2ª Câmara:

9.1 rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Jabes Sousa Ribeiro;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Jabes Sousa Ribeiro, com fundamento nos art. 1º, inciso I, art. 16, inciso III, alínea "b", art. 19, parágrafo único, art. 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.3. aplicar ao responsável Jabes Sousa Ribeiro a multa prevista no art. 58, inciso I, da mesma norma, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2799-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2800/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.347/2020-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Altemir Eliseo Saibel (277.414.780-87).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial da Cultura, em desfavor de Altemir Eliseo Saibel (CPF: 277.414.780-87), em razão de omissão no dever de prestar contas, captados por força do projeto cultural Pronac 11-3914, cujo nome é "FENAVINHO - Documentário",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativas e alegações de defesa apresentadas por Altemir Eliseo Saibel (CPF: 277.414.780-87);

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, do art. 16, inciso III, alínea "a" e "c", da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 19 e o art. 23, inciso III, da mesma Lei, as contas do responsável Altemir Eliseo Saibel, condenando-o ao pagamento das importâncias discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno;

Valor do débito (R$)	Data de ocorrência
25.000,00	19/9/2011
25.000,00	22/11/2011
10.000,00	13/4/2012
10.000,00	29/6/2012
10.000,00	29/11/2012
5.000,00	18/12/2012
25.000,00	20/12/2012
14.000,00	21/12/2012
6.000,00	27/12/2012
10.000,00	28/12/2012
2.500,00	28/12/2012
16.000,00	27/3/2013
10.000,00	28/6/2013
6.000,00	30/9/2013
25.000,00	17/12/2013
4.000,00	30/12/2013
10.000,00	31/3/2014
50.000,00	21/5/2014
50.000,00	16/1/2013

9.3. aplicar a Altemir Eliseo Saibel (CPF: 277.414.780-87), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.6. esclarecer ao responsável Altemir Eliseo Saibel (CPF: 277.414.780-87) que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade relativa ao não cumprimento do prazo para a apresentação da prestação de contas, dando-se ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.7. dar ciência deste acórdão ao responsável e à Secretaria Especial da Cultura, informando-os de que seu inteiro teor, incluindo o relatório e o voto que o precedem, podem ser acessados em www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.8. enviar cópia dessa decisão à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, informando-a de que seu inteiro teor, incluindo o relatório e o voto que a precedem, podem ser acessados em www.tcu.gov.br/acordaos, e fornecendo-lhe os demais esclarecimentos cabíveis.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2800-17/22-2.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2801/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo nº TC 038.521/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Lavinio Nilton Camarim (062.353.778-86); Rene Ferreira Barbosa do Amaral (383.815.588-24).
4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Olga Codorniz Campello Carneiro (86.795/OAB-SP), Luis Andre Aun Lima (163.630/OAB-SP) e outros, representando Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo; Alessandra Colmanetti e Silva Camarim (158529/OAB-SP), representando Lavinio Nilton Camarim.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada por Delegado de Polícia Federal da Delegacia de Campinas (DPF CAS/SP), acerca de possíveis irregularidades na aquisição de imóvel (salas comerciais) destinado à sede da nova delegacia do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - Cremesp,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Lavinio Nilton Camarim (062.353.778-86) e pelo Sr. Rene Ferreira Barbosa do Amaral (383.815.588-24);
9.3. aplicar ao Sr. Lavinio Nilton Camarim (062.353.778-86) e ao Sr. Rene Ferreira Barbosa do Amaral (383.815.588-24) a multa prevista no inciso II do art. 58 da Lei 8.553/1992 no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal, consoante disposto no art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno desta Corte de Contas, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida desde logo, caso não atendida a notificação, nos termos do inciso II do art. 28 da Lei 8.443/1992;
9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, e do art. 217 do RI/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.6. com fundamento no art. 4º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020, determinar ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo que, no prazo de 15 dias, adote providências quanto ao item abaixo, e informe ao TCU os encaminhamentos realizados:
9.6.1. instaure procedimento administrativo a fim de averiguar a ocorrência de inadimplemento contratual por parte da sociedade empresária Sandra Chechter & Vania Tramontino Arquitetura, no âmbito do Contrato 86/2018 decorrente do Pregão 31/2018, aplicando as sanções previstas no contrato, se for o caso;
9.7. dar ciência ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, ao Sr. Lavinio Nilton Camarim (062.353.778-86) e ao Sr. Rene Ferreira Barbosa do Amaral (383.815.588-24) do teor deste acórdão, destacando que o relatório e o voto o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;
9.8. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, III, do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2801-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2802/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 039.012/2018-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério da Cultura (extinta).
3.2. Responsáveis: Associacao Patronos do Theatro Municipal de Sao Paulo (66.051.921/0001-91); Ivo Rosset (035.548.648-20).
3.3. Recorrente: Associacao Patronos do Theatro Municipal de Sao Paulo (66.051.921/0001-91)..
4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Eduardo Brock (41.656/OAB-RS), representando Ivo Rosset; Alexandre Spezia (20555/OAB-DF), representando Associacao Patronos do Theatro Municipal de Sao Paulo.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pela Associação Patronos do Theatro Municipal de São Paulo, em face do Acórdão 9.730/2021-2ª Câmara (Rel. Min. Aroldo Cedraz), por meio do qual o Tribunal, entre outras deliberações, julgou irregulares as contas da recorrente, condenando-a em débito, em apreciação de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura ante a não comprovação da realização do projeto cultural PRONAC 02-3418 - "35 anos do Balé da Cidade de São Paulo",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração interposto pela Associação Patronos do Theatro Municipal de São Paulo, e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para atribuir nova redação ao subitem 9.3 e para tornar sem efeito os subitens 9.4, 9.4.1 e 9.4.2, todos do Acórdão 9.730/2021-2ª Câmara:
9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 18 e 23, inciso II, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, julgar regulares com ressalvas as contas da Associação Patronos do Theatro Municipal de São Paulo, dando-lhe quitação
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2802-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2803/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 001.224/2022-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Deise Fernandes Ferraz (CPF 004.090.728-77).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em favor de Deise Fernandes Ferraz;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Deise Fernandes Ferraz (à Peça 3 sob o n.º 37736/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 3ª Região adote as seguintes medidas:
9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e
9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2803-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2804/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 001.462/2022-9.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Waldir da Silveira Filho (CPF 567.717.977-91).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá em favor de Waldir da Silveira Filho;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Waldir da Silveira Filho (à Peça 3 sob o n.º 4996/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá adote as seguintes medidas:
9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Amapá verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2804-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2805/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 002.635/2022-4.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão.
3. Interessado: Rafael de Andrade Weber (CPF 024.323.431-74).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em prol de Rafael de Andrade Weber;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato de admissão em favor de Rafael de Andrade Weber (à Peça 3 sob o n.º 115911/2019), negando-lhe o respectivo registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância, por analogia, com as Súmulas nos 106 e 249 do TCU, deixando, ainda, de, no presente momento, determinar a imediata cessação do pagamento dos correspondentes salários em respeito à decisão judicial prolatada no âmbito da Ação Civil Pública 0000059-10-2016-5-10-0006;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Caixa Econômica Federal adote as seguintes medidas:
9.3.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a Justiça do Trabalho e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável ao ora interessado, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final, promover a efetiva desconstituição do respectivo ato de admissão em prol do ora interessado, nos termos do art. 262 do RITCU, informando o TCU, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da aludida decisão judicial final, sobre o efetivo resultado da adoção dessas providências;
9.3.2. dê ciência da presente deliberação do TCU ao interessado apontado pelo item 9.1 deste Acórdão;
9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e
9.5. arquivar o presente processo; ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2805-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2806/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.012/2022-0.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Cláudio Coelho Timm (CPF 169.734.530-15).
4. Órgão: então Ministério da Fazenda.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo então Ministério da Fazenda em favor de Cláudio Coelho Timm;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, além dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a legalidade do ato inicial da aposentadoria em favor de Cláudio Coelho Timm (à Peça 3 sob o n.º 26502/2018), concedendo-lhe o respectivo registro, em sintonia com o art. 260, § 4º, do RITCU;
9.2. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Ministério da Economia dê ciência desta deliberação ao interessado indicado pelo item 9.1 deste Acórdão;
9.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Ministério da Economia, para ciência, informando que ele deve atentar para a necessidade de manter, nos proventos da referida interessada, a exclusão da parcela proveniente da decisão judicial como "16171 - DECISAO JUDICIAL TRANS JUG APO (Decisão judicial - Outros) - R$ 4,80)"; e
9.4. promover o arquivamento do presente processo.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2806-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2807/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 004.416/2022-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Miguel Ferreira da Silva (CPF 153.784.381-87).
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em favor de Miguel Ferreira da Silva;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Miguel Ferreira da Silva (à Peça 3 sob o n.º 98443/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos" de função;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios adote as seguintes medidas:
9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e
9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2807-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2808/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 004.984/2022-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: José Wilson dos Santos Plutarco (CPF 126.827.484-49).
4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano em favor de José Wilson dos Santos Plutarco;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de José Wilson dos Santos Plutarco (à Peça 3 sob o n.º 63438/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção da parcela fixada como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessa parcela, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, diante dos indevidos pagamentos inerentes à parcela fixada como reposição das perdas pelos correspondentes planos econômicos ante a inadequada ausência da necessária absorção dessa parcela a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, diante dos indevidos pagamentos inerentes à parcela fixada como reposição das perdas pelos correspondentes planos econômicos ante a inadequada ausência da necessária absorção dessa parcela a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2808-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2809/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 005.649/2021-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Aroldo Pacheco (CPF 293.427.839-53).
4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de alteração de aposentadoria deferida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em favor de Aroldo Pacheco;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato de alteração da aposentadoria em favor de Aroldo Pacheco (à Peça 3 sob o n.º 29321/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida averbação do tempo de atividade insalubre ante a ausência das comprovações sobre a efetiva subsistência de risco ou agentes nocivos à saúde no então local de trabalho;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal em função da indevida averbação do tempo de atividade insalubre ante a ausência, contudo, do respectivo comprovante sobre a efetiva subsistência de risco ou agentes nocivos à saúde no então local de trabalho, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2809-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2810/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 020.804/2019-9.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Patrícia Barge Hage (CPF 292.574.682-91).
4. Entidade: Município de Prainha - PA.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: Francisco Helder Ferreira de Sousa (8.677/OAB-PA), representando Patrícia Barge Hage.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Patrícia Barge Hage, como então prefeita de Prainha - PA (gestão: 1º/1/2013 a 31/12/2016), diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados sob o valor de R$ 726.060,00 no âmbito do Termo de Compromisso PAR n.º 9796/2013 (Peça 9) celebrado com o aludido município para a aquisição de três veículos apropriados para o transporte escolar terrestre, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 30/4/2013 a 30/8/2014;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia de Patrícia Barge Hage, nos termos do art. 12, § 3°, da Lei n.º 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Patrícia Barge Hage, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-la ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)	Observação
7/5/2013	726.060,00	
5/1/2017	1.204,61	abatido como saldo remanescente

9.3. aplicar em desfavor de Patrícia Barge Hage a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento à correspondente notificação;

9.6. promover o envio de ciência preventiva e corretiva, nos termos do art. 9º da Resolução n.º 315, de 2020, para que o Município de Prainha - PA promova a efetiva restituição do saldo remanescente no Termo de Compromisso PAR n.º 9796/2013 sob o valor de R$ 1.204,61, com a atualização a partir de 5/1/2017, em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

9.7. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos seguintes destinatários:

9.7.1. à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis; e

9.7.2. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para ciência e adoção das medidas cabíveis em face do item 9.6 deste Acórdão.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2810-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2811/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.294/2021-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Eliane Maria Lima (CPF 542.391.419-15).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região em favor de Eliane Maria Lima;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Eliane Maria Lima (à Peça 3 sob o n.º 125188/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da parcela como "opção", além da inadequada incorporação da vantagem como "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE, sem prejuízo, contudo, de determinar a suspensão do indevido pagamento da parcela como "opção";

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 diante da indevida percepção da parcela como "opção", sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada indicado pelo item 9.1 deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.4. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada pelo item 9.1 diante da indevida percepção da parcela como "opção", para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.1, 9.3.3 e 9.3.4 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido

cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e ao órgão de controle interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC), para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2811-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2812/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.574/2021-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Luzia dos Santos Nascimento Sousa (CPF 152.329.805-72).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em favor de Luzia dos Santos Nascimento Sousa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Luzia dos Santos Nascimento Sousa (à Peça 3 sob o n.º 7381/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA), para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2812-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2813/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.857/2021-4.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Salvadora Maldonado (CPF 075.114.648-07).

4. Órgão: Ministério Público Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Ministério Público Federal em favor de Salvadora Maldonado;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Salvadora Maldonado (à Peça 3 sob o n.º 33355/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Ministério Público Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Ministério Público Federal verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Ministério Público Federal, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2813-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2814/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.859/2021-7.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Nádia Claizoni dos Santos (CPF 126.133.714-04).

4. Órgão: Ministério Público Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Ministério Público Federal em favor de Nádia Claizoni dos Santos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Nádia Claizoni dos Santos (à Peça 3 sob o n.º 53444/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Ministério Público Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Ministério Público Federal verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Ministério Público Federal, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2814-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2815/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.689/2021-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Laura Regina Salles Aranha (CPF 065.409.728-30).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-Campinas - SP).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-Campinas - SP) em favor de Laura Regina Salles Aranha;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Laura Regina Salles Aranha (à Peça 3 sob o n.º 48612/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-Campinas - SP) adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-Campinas - SP) verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-Campinas - SP), para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2815-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2816/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.735/2021-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Alcinéia Saito de Oliveira (CPF 086.421.308-57).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em favor de Alcinéia Saito de Oliveira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Alcinéia Saito de Oliveira (à Peça 3 sob o n.º 73546/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 3ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2816-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2817/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.757/2021-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Auri Fernandes Gomes (CPF 945.074.498-04).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em favor de Auri Fernandes Gomes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Auri Fernandes Gomes (à Peça 3 sob o n.º 53386/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP), para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2817-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2818/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.771/2021-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Margo Mariano (CPF 490.545.700-91).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em favor de Margo Mariano;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Margo Mariano (à Peça 3 sob o n.º 40980/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2818-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2819/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 037.258/2021-4.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: José de Paula Araújo (CPF 154.074.386-15).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG) em favor de José de Paula Araújo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de José de Paula Araújo (à Peça 3 sob o n.º 88761/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da parcela como "opção";

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG) adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 diante da indevida percepção da parcela como "opção", sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado indicado pelo item 9.1 deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.4. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos" de função em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada pelo item 9.1 diante da indevida percepção da parcela como "opção", para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. promover o envio de ciência preventiva e corretiva, nos termos do art. 9º da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para que a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG) atente para a pronta necessidade de efetivo cumprimento das determinações prolatadas pelo Acórdão 625/2020-2ª Câmara, já que a decisão judicial liminar proferida pela Justiça Federal da 1ª Região no âmbito da Ação Ordinária 1035883-44.2019.4.01.3400 não beneficiaria o presente interessado, sem prejuízo de ressaltar que a eventual aplicação futura da multa legal pelo injustificado descumprimento de determinação do Tribunal pode vir a prescindir da prévia audiência do gestor público, nos termos do art. 268, § 3º, do RITCU;

9.5. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG) verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.3 e 9.3.4 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e ao órgão de controle interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG), para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3, 9.4 e 9.5 deste Acórdão; e

9.7. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2819-17/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2820/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 037.430/2021-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Jorge Paulo Funari Alves (CPF 157.068.770-68).

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Senado Federal em favor de Jorge Paulo Funari Alves;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Jorge Paulo Funari Alves (à Peça 3 sob o n.º 133260/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da inadequada percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função, além do indevido reajuste dessa vantagem como "quintos ou décimos" de função a partir da Lei n.º 13.302, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE, sem prejuízo de determinar a imediata suspensão dos pagamentos inerentes ao indevido reajuste sobre essa vantagem como "quintos ou décimos" de função a partir da Lei n.º 13.302, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Senado Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal em função do indevido reajuste sobre a vantagem como "quintos ou décimos" de função a partir da Lei n.º 13.302, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.4. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato inicial de aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação diante do indevido reajuste sobre a vantagem como "quintos ou décimos" de função, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. promover o envio de ciência preventiva e corretiva à administração do Senado Federal, nos termos do art. 9º, I, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para que atente sobre a necessidade de evitar a futura ocorrência da aludida falha identificada no presente feito diante do indevido reajuste da vantagem como "quintos ou décimos" de função transformada em VPNI pelo art. 62-A da Lei n.º 8.112, de 1990, a partir da Lei n.º 13.302, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990;

9.5. determinar que o órgão de controle interno junto ao Senado Federal verifique o efetivo cumprimento do item 9.4 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Senado Federal, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3, 9.4 e 9.5 deste Acórdão; e

9.7. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2820-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2821/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 040.078/2021-3.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Aparecida Graziato Caso (CPF 058.513.498-75).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em favor de Maria Aparecida Graziato Caso;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Maria Aparecida Graziato Caso (à Peça 3 sob o n.º 38775/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos" de função;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 3ª Região adote as seguintes medidas:
9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e
9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2821-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2822/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 041.006/2021-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Alcebiades Muniz Neto (CPF 548.447.039-00).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Senado Federal em favor de Alcebíades Muniz Neto;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Alcebíades Muniz Neto (à Peça 3 sob o n.º 18277/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da inadequada percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função, além do indevido reajuste sobre essa vantagem como "quintos ou décimos" de função;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Senado Federal adote as seguintes medidas:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão diante do indevido reajuste sobre a vantagem como "quintos ou décimos" de função, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;
9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.3.4. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato inicial de aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação diante do indevido reajuste sobre a vantagem como "quintos ou décimos" de função transformada em VPNI pelo art. 62-A da Lei n.º 8.112, de 1990, a partir da Lei n.º 13.302, de 2016, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;
9.4. promover o envio de ciência preventiva e corretiva à administração do Senado Federal, nos termos do art. 9º, I, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para que atente para a necessidade de evitar a futura ocorrência da aludida falha identificada no presente feito diante do indevido reajuste sobre a vantagem como "quintos ou décimos" de função transformada em VPNI pelo art. 62-A da Lei n.º 8.112, de 1990, a partir da Lei n.º 13.302, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990;
9.5. determinar que o órgão de controle interno junto ao Senado Federal verifique o efetivo cumprimento do item 9.4 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Senado Federal, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3, 9.4 e 9.5 deste Acórdão; e
9.7. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento das determinações proferidas pelos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2822-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2823/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 043.726/2021-6.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Anna Keyla Moreira Ribeiro (CPF 455.135.201-25).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração da Câmara dos Deputados em favor de Anna Keyla Moreira Ribeiro;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Anna Keyla Moreira Ribeiro (à Peça 4 sob o n.º 76296/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da inadequada percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função, além do indevido reajuste sobre essa vantagem como "quintos ou décimos" de função transformada em VPNI pelo art. 62-A da Lei n.º 8.112, de 1990, a partir da Lei n.º 13.323, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Câmara dos Deputados adote as seguintes medidas:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão diante do indevido reajuste da vantagem como "quintos ou décimos" de função, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.3.4. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato inicial de aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação diante do indevido reajuste da vantagem como "quintos ou décimos" de função, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. promover o envio de ciência preventiva e corretiva à administração da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 9º, I, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para que atente para a necessidade de evitar a futura ocorrência da aludida falha identificada no presente feito diante do indevido reajuste sobre a vantagem como "quintos ou décimos" de função transformada em VPNI pelo art. 62-A da Lei n.º 8.112, de 1990, a partir da Lei n.º 13.323, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990;

9.5. determinar que o órgão de controle interno junto à Câmara dos Deputados verifique o efetivo cumprimento do item 9.4 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto à Câmara dos Deputados, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3, 9.4 e 9.5 deste Acórdão; e

9.7. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2823-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2824/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.090/2022-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto IV - Admissão.
3. Interessado: José Eudes Santos da Silva (049.892.484-06)
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de admissão;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a admissão de José Eudes Santos da Silva, negando o registro ao ato correspondente, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto amparada por decisão judicial;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o desfecho do processo 0000368-85.2016.5.19.0004, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença favorável ao interessado;
9.3. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2824-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2825/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.864/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto IV - Admissão.
3. Interessado: Caroline Scafutto Scotton Fernandes.
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de admissão;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a admissão de Caroline Scafutto Scotton Fernandes, negando o registro ao ato correspondente, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto amparada por decisão judicial;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe o desfecho do processo 0010974-26.2016.5.03.0035, em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença favorável ao interessado;
9.3. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2825-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2826/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.240/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Claubert Pereira de Oliveira (781.259.366-53); Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (03.487.391/0001-09); João Luiz dos Santos Moreira (077.061.890-15); Paulo Cesar Boechat Lemos da Silva (151.717.016-87).
4. Unidades Jurisdicionadas: Ministério do Turismo; Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Thatiane Rodrigues Leite (48457/OAB-DF), Leandro Garcia Rufino (30.648/OAB-DF) e outros, representando Claubert Pereira de Oliveira; Beatriz Schneck Moreira, representando João Luiz dos Santos Moreira; Elydio Santoro de Barros, representando Paulo Cesar Boechat Lemos da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor da Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, de João Luiz dos Santos Moreira, de Paulo César Boechat Lemos da Silva e de Claubert Pereira de Oliveira, em razão de irregularidades na execução do Convênio 1238/2008, cujo objeto era a implementação do projeto intitulado "Só para Mulheres 2008 - II Encontro Nacional da Mulher Moderna em São Paulo/SP",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir Paulo César Boechat Lemos da Silva do polo passivo desta Tomada de Contas Especial;
9.2. considerar a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux e João Luiz dos Santos Moreira revéis, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.3. julgar irregulares as contas da Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, de João Luiz dos Santos Moreira e de Claubert Pereira de Oliveira com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", § 2º, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU;
9.4. condenar, em solidariedade, a Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, Claubert Pereira de Oliveira e o espólio de João Luiz dos Santos Moreira, ou seus herdeiros legais, caso tenha havido a partilha de bens, até o limite do valor do patrimônio transferido, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se os valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
18/12/2008	250.000,00 (D)
29/8/2009	448,27 (C)
29/8/2009	2.777,80 (C)

9.5. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar aos responsáveis multas individuais nos valores abaixo especificados, atualizados monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux	R$ 45.000,00
Claubert Pereira de Oliveira	R$ 25.000,00

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso não atendida a notificação.
9.7. autorizar, desde logo, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse dos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada uma, os encargos legais devidos, sem prejuízo de alertá-los de que, caso opte por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, e 59, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU; e
9.8. encaminhar, com fundamento no art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU, cópia do presente acórdão à Procuradoria Geral da República no Distrito Federal; e
9.9. dar ciência desta deliberação à Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, ao espólio de João Luiz dos Santos Moreira, a Claubert Pereira de Oliveira, a Paulo César Boechat Lemos da Silva e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 17/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 31/5/2022 - Extraordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2826-17/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2827/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de aposentadoria de Nadja Marques de Barros emitido pelo Superior Tribunal de Justiça, submetido a este Tribunal para fins de registro;
Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão nos proventos da vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, benefício não aplicável aos servidores que implementaram o direito à aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);
Considerando que, no caso concreto, o direito à aposentadoria foi implementado após 16/12/1998;
Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário (Relator: Ministro Benjamin Zymler), acompanhado por reiteradas deliberações, a exemplo dos Acórdãos 6.289/2021 (Relator: Ministro Jorge Oliveira); 8.186/2021 (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues); 8.311/2021 (Relator: Ministro Vital do Rêgo); 8.477/2021 (Relator: Ministro Benjamin Zymler); e 8.694/2021 (Relator: Ministro Substituto Augusto Sherman), todos da 1ª Câmara; e 12.983/2020 (Relatora: Ministra Ana Arraes); 1.746/2021 (Relator: Ministro Augusto Nardes); 6.835/2021 (Relator: Ministro Aroldo Cedraz); 7.965/2021 (Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer); 8.082/2021 (Relator: Ministro Raimundo Carreiro); e 8.111/2021 (Relator: Ministro Bruno Dantas), todos da 2ª Câmara, entre outros;
Considerando que foi concedida liminar judicial, nos autos da Ação Ordinária 1035883- 44.2019.4.01.3400, que tramita no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no sentido de suspender a aplicação do entendimento deste Tribunal firmado no Acórdão 1.599/2019-Plenário;
Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;
Considerando a presunção de boa-fé da responsável;
Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Nadja Marques de Barros, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU e expedir os comandos discriminados no subitem 1.7.

1. Processo TC-037.306/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nadja Marques de Barros (291.380.431-49).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Superior Tribunal de Justiça que:
1.7.1. adote, uma vez desconstituída a ação judicial que assegura o pagamento da vantagem de opção, as medidas administrativas necessárias à regularização do seu pagamento, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor de modo contrário;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. disponibilize a este Tribunal, no prazo de trinta dias, contados da ciência, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 2828/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Lizeth Aparecida Campos Teles emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que este Tribunal detectou em outros processos de aposentadorias deferidas pela Câmara dos Deputados que houve a concessão de reajustes irregulares das parcelas de "quintos/décimos" tal como constatado neste ato de aposentadoria;

Considerando que, nos casos acima indicados, este Tribunal determinou à Câmara dos Deputados que promovesse o ajuste nas parcelas de "quintos/décimos", para que voltassem a refletir os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016 (Acórdãos 3.538, 6.278 e 10.240, todos de 2021, da Primeira Câmara e de relatoria do Ministro Vital do Rêgo; e 6.857/2021 - Segunda Câmara, Relator Ministro Raimundo Carreiro);

Considerando que a interessada exerceu função FC-04 em tempo inferior ao necessário para a concessão nos termos constantes do presente ato, não configurando tempo suficiente capaz de justificar a proporção da concessão de referida parcela de 4/10;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Lizeth Aparecida Campos Teles;

b) expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-043.694/2021-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lizeth Aparecida Campos Teles (266.691.531-04).
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Câmara dos Deputados que:
1.7.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o ajuste na rubrica impugnada nos proventos da interessada, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016 e o recálculo da vantagem de quintos na forma concedida, devido à incorporação de parcelas em proporção indevida;
1.7.2. promova, após o ajuste mencionado no subitem 1.7.1, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo ela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;
1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.4. emita novo ato, livre das irregularidades ora apontadas, submetendo-o a nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento;
1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;
1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 2829/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por mais 60 (Sessenta) dias a contar do dia seguinte ao término do prazo inicialmente concedido, o prazo solicitado pela Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores para atendimento das determinações exaradas no subitem 1.7.1 do Acórdão 1939/2022-TCU-2ª Câmara, de acordo com o Termo de Análise da Unidade Técnica (Peça 94).

1. Processo TC-031.337/2015-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)
1.1. Responsáveis: Adriano Silva Pucci (724.257.929-53); Andreia Cristina Nogueira Rigueira (038.805.161-20); Carlos Eduardo de Ribas Guedes (495.570.257-00); Joao Pedro Correa Costa (279.552.731-68); José Borges dos Santos Júnior (143.515.791-53); Reinaldo Storani (016.028.238-12); Roberto Abdalla (246.714.104-78); Sonia Regina Guimarães Gomes (289.778.741-49).
1.2. Órgão/Entidade: Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2830/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao responsável, Sr. Elias Fernandes Neto (019.792.054-34), ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, no item 9.3 do Acórdão 8.929/2015 - TCU - 2ª Câmara (peça 58), promovendo-se em seguida, o retorno dos presentes autos à SeinfraCOM, para análise das peças 88/95, 102/108, 128.

1. Processo TC-039.696/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)
1.1. Apensos: 003.763/2013-7 (MONITORAMENTO)
1.2. Responsáveis: Albert Brasil Gradvohl (081.750.123-15); Cristina Gaião Peleteiro (188.604.515-15); Douglas Augusto Pinto Junior (061.614.303-63); Elias Fernandes Neto (019.792.054-34); Fernando Ciarlini Teixeira (210.336.093-15); Francisco Evaldo Braz Azevedo (090.456.783-49); Francisco Rennys Aguiar Frota (800.105.633-34); Jose Berlan Silva Cabral (120.631.343-91).
1.3. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.7. Representação legal: Robson de Oliveira Loureiro (14341/OAB-CE), representando Francisco Rennys Aguiar Frota; Fahad Ramde Otoch Uchoa (16654/OAB-CE) e Robson de Oliveira Loureiro (14341/OAB-CE), representando Elias Fernandes Neto.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2831/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, expedir quitação a Álvaro Conrado Francisco (CPF: 308.992.811-68), ante o recolhimento integral da multa individual a ele aplicada pelo item 9.4 do Acórdão 657/2018-TCU-2.ª Câmara, conforme consulta ao SISGRU (peça 117) e demonstrativo de débito (peça 118), promovendo-se em seguida, o retorno dos autos s à Seproc, para notificação do Acórdão 657/2018-TCU-2ª Câmara ao denunciante identificado no âmbito do TC 015.530/2011-6, garantindo-se a proteção do sigilo de sua identidade também nos presentes autos, nos termos dos arts. 104, § 1.º; e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014, com redação dada pela Resolução/TCU 292/2018.

1. Processo TC-018.398/2015-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Camila Rossano de Souza Cortezes (013.444.111-77); Municipio de Lagoa Santa - GO (04.215.178/0001-00); Álvaro Conrado Francisco (308.992.811-68).
1.2. Órgão/Entidade: Municipio de Lagoa Santa - GO.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Felipe Cardoso Araujo Neiva (45740/OAB-GO) e Jaques Barbosa da Silva Júnior (16.794/OAB-GO), representando Álvaro Conrado Francisco; Caio Braga de Siqueira, representando Ministério do Turismo.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2832/2022 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial oriunda de conversão da representação tratada no TC 042.852/2018-8, por força do Acórdão 19.120/2021-TCU-2ª Câmara, em razão de irregularidades constatadas na aplicação de recursos aportados pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria em Mato Grosso do Sul - Sesi/MS, no exercício de 2012, por força de contrato de patrocínio celebrado com o Instituto de Produção Socioeducativo e Cultural Brasileiro - IPCB, ao projeto "Arte no Canteiro - Teatro no Canteiro de Obras", o qual tinha por objetivo a realização de ações voltadas à prevenção de acidentes de trabalho em indústrias de construção civil, as quais seriam veiculadas mediante apresentações teatrais encenadas em canteiros de obras.

Considerando que, após a análise do feito, a Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico - SecexDesen propôs (peça 86) a desconsideração da personalidade jurídica da empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda., executora de fato do objeto do contrato de patrocínio em tela, para que seus sócios administradores, Lina Rosa Gomes Vieira da Silva e Luiz Otavio Gomes Vieira da Silva, respondam solidariamente com a aludida empresa, pelo débito apurado nestes autos, por terem atuado de forma comissiva para o cometimento dos ilícitos que resultaram em dano aos cofres do Sesi/MS na execução da edição sul-mato-grossense do projeto "Arte no Canteiro - Teatro no Canteiro de Obras", configurando eventual abuso da correspondente personalidade jurídica a partir do desvio de finalidade e/ou da confusão patrimonial;

Considerando que a proposta de citação dos sócios da empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda., por meio da desconsideração da personalidade jurídica dessa entidade, é plenamente adequada diante das evidências sobre as graves irregularidades perpetradas, com o dano ao erário, em desfavor do Sesi/MS na execução do referido projeto;

Considerando que decisão semelhante foi adotada por este Tribunal mediante o Acórdão 609/2021-TCU-Plenário, no bojo do TC 017.064/2020-1, relativo à tomada de contas especial também decorrente de conversão da representação objeto do TC 042.852/2018-8, em virtude de dano aos cofres públicos na aplicação de recursos direcionados pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria de Pernambuco - Sesi/PE, no exercício de 2014, ao projeto "Relix - Recuse, Repense, Reduza, Reutilize, Recicle", o qual tinha por objetivo promover ações de educação ambiental por meio de encenações teatrais e atividades lúdicas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "c", do Regimento Interno do TCU, acolhendo o parecer da SecexDesen (peça 86), em:

a) promover a desconsideração da personalidade jurídica da empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda. com vistas a permitir que Lina Rosa Gomes Vieira da Silva e Luiz Otavio Gomes Vieira da Silva, na condição de então sócios administradores da aludida empresa, passem a também figurar como responsáveis neste processo, em solidariedade com o Instituto de Produção Socioeducativo e Cultural Brasileiro - IPCB, Jorge Luiz da Silva e Sérgio Marcolino Longen;

b) autorizar a promoção da citação e demais medidas propostas pela unidade técnica.

1. Processo TC-044.643/2021-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Aliança Comunicação e Cultura Ltda. (10.841.500/0001-00); Lina Rosa Gomes Vieira da Silva (880.205.924-15); Luiz Otavio Gomes Vieira da Silva (864.226.004-10); Instituto de Produção Socioeducativo e Cultural Brasileiro - IPCB (03.405.617/0001-85); Jorge Luiz da Silva (494.954.701-10); Sérgio Marcolino Longen (203.296.361-20).

1.2. Órgãos/Entidades: Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul - Sesi/MS e Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria - Sesi/DN.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico - SecexDesen.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2833/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU e nos arts. 103, § 1º e 105, da Resolução - TCU 259/2014,em não conhecer a documentação de peça 1 como representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, em especial a ausência de indícios de irregularidade ou ilegalidade, e em determinar seu arquivamento, após ciência do teor desta deliberação ao representante.

1. Processo TC-001.595/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério de Minas e Energia.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2834/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992; art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, tendo em vista, o baixo risco, a baixa relevância e a baixa materialidade de seu objeto, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-008.716/2022-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Prainha - PA.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Inocêncio Mártires Coelho Júnior (005670/OAB-PA) e Joao Victor Paraguassu da Cruz (28668/OAB-PA), representando Jose Alfredo Silva Hage Junior.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Comunicar os fatos à Prefeitura Municipal de Prainha/PA para adoção das providências internas de sua alçada e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal, com cópia para o Controle Interno, sem prejuízo de encaminhar-lhes cópia da representação (peça 1), da instrução (peça 21) e desta deliberação;

1.6.2. Dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Prainha/PA e ao representante;

1.6.3. Arquivar o presente processo, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, III, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 106, § 4º, II, da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 323/2020.

ACÓRDÃO Nº 2835/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la procedente, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-012.449/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Procuradoria da República/df - Mpf/mpu (26.989.715/0012-65).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência ao Ministério da Saúde com fundamento no art. 9º, inciso I, da ResoluçãoTCU 315, de 2020, que a não inclusão no instrumento convocatório e consequente ausência de verificação da qualificação técnica dos fornecedores no tocante à prova de Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE), requisito previsto no art. 2º da Lei 6.360/1976, c/c art. 2o do Decreto 8.077/2013 e art. 3º, da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 16/2014, infringe o disposto no inciso IV, do art. 30 da Lei 8.666/1993 (parágrafos 28, desta instrução);

1.7.2. Juntar cópia desta deliberação, assim como da instrução Peça 93) ao TC 000.057/2022-3, que trata de tomada de contas especial, no intuito de subsidiar a análise do referido processo;

1.7.3. Encaminhar cópia desta deliberação ao representante e ao Ministério da Saúde;

1.7.4. Arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 2836/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar as prorrogações de prazo solicitadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social e conceder 20 (vinte) dias adicionais para atendimento às determinações constantes do Acórdão 8382/2021 - TCU - Segunda Câmara, contados a partir da presente deliberação, de acordo com o parecer da Sefip.

1. Processo TC-032.825/2019-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Claudio Lima Guilherme (808.420.388-68); Izabel Cristina Moreira Garin Garcia (879.815.998-49); Maria Aparecida Pimentel Nagae (916.364.008-25); Sueli de Mello Fagundes (683.378.098-68); Vera Lucia Eugenio da Luz (761.420.948-68); Vilma Maria Gomes de Souza (997.872.538-53).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Inss - Santo André/sp - Inss/mps.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2837/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.200/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Safie Hassan Rehayem (273.824.196-49).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2838/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 9.956/2016 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 30/8/2016, Ata 31/2016, relativamente ao subitem "9.4", de modo que onde se lê: "atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado", leia-se: "atualizado monetariamente a partir da data deste acórdão", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU.

1. Processo TC-015.714/2012-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associacao de Promotores Culturais Independentes Rede Brasil (02.220.964/0001-70); Christiane Castro Malta (285.504.868-09); Guilherme Castro Malta (327.791.298-16); Maria Helena de Souza Alvarez (282.507.969-34); Ruy Cezar Costa Silva (084.319.305-00); Victor Alberto Cohen Aronis (389.241.530-72); Walter Roberto Malta (391.837.188-34).

1.2. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Benhur Eduardo de Souza Alvarez, representando Maria Helena de Souza Alvarez; Sandra Barbara Camilo Landi (92.654/OAB-SP), representando Christiane Castro Malta; Osnildo de Souza (21241/OAB-SC), representando Victor Alberto Cohen Aronis; Sandra Barbara Camilo Landi (92.654/OAB-SP), representando Guilherme Castro Malta.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2839/2022 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), em razão da não comprovação das ações de execução do objeto do Convênio Sert/Sine 154/2004, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e o Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios Residenciais, Comerciais de São Paulo, Zeladoria, Porteiros, Cabineiros, Vigias, Faxineiros, Serventes e Outros, com a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao Estado de São Paulo por intermédio do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 48/2004-SERT/SP.

Considerando que a partir dos elementos constantes dos autos, verificou-se que o Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios Residenciais, Comerciais de São Paulo, Zeladoria, Porteiros, Cabineiros, Vigias, Faxineiros, Serventes e Outros e o Sr. Paulo Roberto Ferrari foram responsáveis pelo prejuízo aos cofres do Tesouro Nacional nos valores mencionados no item 26 da instrução à Peça 45;

Considerando que regularmente citados para apresentar alegações de defesa, compareceram aos autos, tendo os responsáveis solicitado o parcelamento da dívida;

Considerando a presença de boa-fé por parte dos responsáveis, caracterizada por sua intenção em saldar a dívida, e diante da inexistência de outras irregularidades nos autos, a unidade técnica propõe deferimento do parcelamento da dívida requerido;

Considerando o parcelamento do débito proposto, entende a unidade técnica que o processo anda não está pronto para a apreciação de mérito. Nesse sentido, considera necessário aguardar a finalização do parcelamento (ou mesmo a sua interrupção), de modo a se julgar o processo com o débito (totalmente ou parcialmente) saneado. Desse modo, propõe, ainda, sobrestar o julgamento do presente processo, conforme previsão do art. 11 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 157 do Regimento Interno do TCU e 47, §§ 1º e 2º, da Resolução/TCU 259/2014;

Considerando o que não há óbice para o deferimento dos parcelamentos solicitados e para o sobrestamento proposto pela SecexTCE.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, na forma do art. 143, V, "b", do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em adotar as medidas abaixo:

1. Processo TC-031.376/2018-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carmelo Zitto Neto (CPF 620.467.488-91), Francisco Prado de Oliveira Ribeiro (CPF 017.692.008-00), Paulo Roberto Ferrari (CPF 032.094.568-52), Sind Emp de Edif SP Zel Port Cab Vig Fax Serv e Outros (CNPJ 43.070.481/0001-14).

1.2. Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Antonio Rosella (33792/OAB-SP), representando Sind Emp de Edif SP Zel Port Cab Vig Fax Serv e Outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. autorizar, com fundamento nos arts. 202, §§ 1º e 3º, e 217 do Regimento Interno/TCU, o pagamento da dívida abaixo especificada aos cofres do Tesouro Nacional, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente, a partir da data indicada, até o dia do efetivo recolhimento, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor repassado
9/2/2005	29.914,80
11/3/2005	119.659,20

1.7.2. fixar, com fundamento no art. 216 do Regimento Interno/TCU, o prazo de 15 (quinze) dias a partir da data prevista para o recolhimento de cada parcela, para que o responsável

comprove, perante o Tribunal, a efetivação dos pagamentos;

1.7.3. alertar os responsáveis, Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios Residenciais, Comerciais de São Paulo, Zeladoria, Porteiros, Cabineiros, Vigias, Faxineiros, Serventes e Outros (CNPJ 43.070.481/0001-14) e Paulo Roberto Ferrari (CPF 032.094.568-52), que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU;

1.7.4. informar aos responsáveis que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e o Tribunal julgará suas contas regulares com ressalva e lhe dará quitação;

1.7.5. com fundamento nos termos do art. 11 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 157 do Regimento Interno do TCU e 47, §§ 1º e 2º, da Resolução/TCU 259/2014, sobrestar o julgamento do presente processo, em razão do parcelamento do débito, até que se concretize a quitação do débito ou até que ocorra a falta de pagamento de qualquer parcela, que importará o vencimento antecipado da dívida, conforme previsto no § 2º, do art. 217, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 2840/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-004.176/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Eliana Garcia (087.285.018-88).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

b.1) no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

b.2.) caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

b.3) no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

ACÓRDÃO Nº 2841/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-006.723/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edvaldo Barreto de Souza (182.056.825-34).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA que:

b.1) no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

b.2.) caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

b.3) no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

ACÓRDÃO Nº 2842/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-007.423/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rosa Maria Chaves Richa Campos (658.728.277-68).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

b.1) no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

b.2.) caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

b.3) no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

ACÓRDÃO Nº 2843/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-008.003/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marinuza Gomes Barreto Marques Costa (445.652.244-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas que:

b.1) no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

b.2.) caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

b.3) no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

ACÓRDÃO Nº 2844/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-008.066/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edeir das Dores Ferreira (426.467.406-97).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:

b.1) no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

b.2.) caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

b.3) no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

ACÓRDÃO Nº 2845/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de pedido de reexame interposto pelo Ministério Público do Trabalho (peça 13) contra o Acórdão 16.456/2021-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual o Tribunal considerou ilegal a alteração da concessão de aposentadoria em favor de João Carlos Guimarães Falcão e negou registro ao correspondente ato;

Considerando que o recurso foi apresentado intempestivamente;

Considerando que a peça recursal traz apenas argumentos e teses jurídicas que, ainda que inéditos, se limitam a tentar rediscutir as conclusões deste Tribunal acerca dos fatos já existentes à época da decisão;

Considerando que tais elementos não ensejam o conhecimento do recurso fora do prazo legal, uma vez que não são considerados fatos novos supervenientes capazes de alterar o mérito do acórdão recorrido;

Considerando os pareceres uniformes no âmbito da Secretaria de Recursos, acolhidos pelo Ministério Público junto ao TCU, no sentido da intempestividade e ausência de fatos novos, e, por consequência, do não conhecimento do recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 32, parágrafo único, e 48 da Lei 8.443/1992, art. 285, § 2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer do pedido de reexame, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução da secretaria especializada (peça 16) e o parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 20), ao Ministério Público do Trabalho.

1. Processo TC-037.313/2021-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Recorrente: Ministério Público do Trabalho (26.989.715/0005-36).

1.2. Interessado: Joao Carlos Guimaraes Falcão (052.978.340-15).

1.3. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho.

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.8. Representação legal: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2846/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-006.549/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Elcy Cristina Ferreira da Cunha (852.240.901-30); Fabricia Inacia Oliveira de Souza (705.931.751-15); Karina Rabelo Teixeira (827.775.191-53); Max Well Teles Tiano (809.355.161-15); Rubens Menezes Gomes (102.252.677-48).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2847/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-003.222/2022-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Hortencia Vianna Schaffer (252.546.500-87).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2848/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ATO DE APOSENTADORIA emitido pelo Senado Federal, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão, nos proventos, de quintos de função comissionada exercida após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para a integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997 (data de publicação da MP 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos);

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento do RE 638.115/CE (Ministro-Relator Gilmar Mendes), pelo Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral, acompanhado por iterativos julgados desta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos: 8.187/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 8.124/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Benjamin Zymler), 8.492/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Jorge Oliveira), 8.178/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Augusto Sherman), 8.611/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 7.999/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes), 7.816/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Raimundo Carreiro), 8.254/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Bruno Dantas), 13.963/2020-2ª Câmara (relatora: Ministra Ana Arraes), 8.319/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer) e 8.224/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto André Luís de Carvalho), entre outros;

Considerando que a parcela ora impugnada foi concedida mediante decisão administrativa, o que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE (Ministro-Relator Gilmar Mendes), feita pelo Supremo Tribunal Federal, impõe a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, EM CONSIDERAR ILEGAL E NEGAR REGISTRO AO ATO DE APOSENTADORIA em favor de Adorilia de Lourdes Batista (Ato: 66878/2018) e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-006.593/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adorilia de Lourdes Batista (195.649.531-20).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:
1.7.2.1. no prazo quinze dias, contados da ciência, providencie o destaque da parcela de quinto incorporada com amparo em função comissionada exercida entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e transforme-a em Parcela Compensatória a ser absorvida por reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 638.115/CE, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
1.7.2.2. emita novo ato de aposentadoria do interessado Adorilia de Lourdes Batista (Ato: 66878/2018), livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
1.7.3. dar ciência deste Acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 2849/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ATO DE APOSENTADORIA emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão, nos proventos, de quintos de função comissionada exercida após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para a integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997 (data de publicação da MP 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos);

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento do RE 638.115/CE (Ministro-Relator Gilmar Mendes), pelo Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral, acompanhado por iterativos julgados desta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos: 8.187/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 8.124/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Benjamin Zymler), 8.492/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Jorge Oliveira), 8.178/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Augusto Sherman), 8.611/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 7.999/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes), 7.816/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Raimundo Carreiro), 8.254/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Bruno Dantas), 13.963/2020-2ª Câmara (relatora: Ministra Ana Arraes), 8.319/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer) e 8.224/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto André Luís de Carvalho), entre outros;

Considerando que a parcela ora impugnada foi concedida mediante decisão administrativa, o que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE (Ministro-Relator Gilmar Mendes), feita pelo Supremo Tribunal Federal, impõe a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, EM CONSIDERAR ILEGAL E NEGAR REGISTRO AO ATO DE APOSENTADORIA em favor de Andrea Gama Lima Valladao de Araujo (Ato: 148620/2021) e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-006.796/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Andrea Gama Lima Valladao de Araujo (310.278.731-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:
1.7.2.1. no prazo quinze dias, contados da ciência, providencie o destaque da parcela de quinto incorporada com amparo em função comissionada exercida entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e transforme-a em Parcela Compensatória a ser absorvida por reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 638.115/CE, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
1.7.2.2. emita novo ato de aposentadoria do interessado Andrea Gama Lima Valladao de Araujo (Ato: 148620/2021), livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
1.7.3. dar ciência deste Acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 2850/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ATO DE APOSENTADORIA emitido pelo Fundação Universidade de Brasília, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão, nos proventos, de quintos de função comissionada exercida após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para a integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997 (data de publicação da MP 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos);

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento do RE 638.115/CE (Ministro-Relator Gilmar Mendes), pelo Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral, acompanhado por iterativos julgados desta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos: 8.187/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 8.124/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Benjamin Zymler), 8.492/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Jorge Oliveira), 8.178/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Augusto Sherman), 8.611/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 7.999/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes), 7.816/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Raimundo Carreiro), 8.254/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Bruno Dantas), 13.963/2020-2ª Câmara (relatora: Ministra Ana Arraes), 8.319/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer) e 8.224/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto André Luís de Carvalho), entre outros;

Considerando que a parcela ora impugnada foi concedida mediante decisão administrativa, o que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE (Ministro-Relator Gilmar Mendes), feita pelo Supremo Tribunal Federal, impõe a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, EM CONSIDERAR ILEGAL E NEGAR REGISTRO AO ATO DE APOSENTADORIA em favor de Luiz Antonio Borgo (Ato: 30943/2020e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-006.808/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Antonio Borgo (083.083.651-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:
1.7.2.1. no prazo quinze dias, contados da ciência, providencie o destaque da parcela de quinto incorporada com amparo em função comissionada exercida entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e transforme-a em Parcela Compensatória a ser absorvida por reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 638.115/CE, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
1.7.2.2. emita novo ato de aposentadoria do interessado Luiz Antonio Borgo (Ato: 30943/2020), livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
1.7.3. dar ciência deste Acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 2851/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ATO DE APOSENTADORIA emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE, submetido a este Tribunal para fins de registro;
Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão, nos proventos, de quintos de função comissionada exercida após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para a integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997 (data de publicação da MP 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos);
Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento do RE 638.115/CE (Ministro-Relator Gilmar Mendes), pelo Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral, acompanhado por iterativos julgados desta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos: 8.187/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 8.124/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Benjamin Zymler), 8.492/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Jorge Oliveira), 8.178/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Augusto Sherman), 8.611/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 7.999/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes), 7.816/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Raimundo Carreiro), 8.254/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Bruno Dantas), 13.963/2020-2ª Câmara (relatora: Ministra Ana Arraes), 8.319/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer) e 8.224/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto André Luís de Carvalho), entre outros;
Considerando que a parcela ora impugnada foi concedida mediante decisão administrativa, o que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE (Ministro-Relator Gilmar Mendes), feita pelo Supremo Tribunal Federal, impõe a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros;
Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;
Considerando a presunção de boa-fé do interessado;
Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, EM CONSIDERAR ILEGAL E NEGAR REGISTRO AO ATO DE APOSENTADORIA em favor de Rivanete Tavares Santos (Ato: 72094/2020) e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-008.041/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rivanete Tavares Santos (071.486.778-07).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/se.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:
1.7.2.1. no prazo quinze dias, contados da ciência, providencie o destaque da parcela de quinto incorporada com amparo em função comissionada exercida entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e transforme-a em Parcela Compensatória a ser absorvida por reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 638.115/CE, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
1.7.2.2. emita novo ato de aposentadoria do interessado Rivanete Tavares Santos (Ato: 72094/2020), livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
1.7.3. dar ciência deste Acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 2852/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ATO DE APOSENTADORIA emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, submetido a este Tribunal para fins de registro;
Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão, nos proventos, de quintos de função comissionada exercida após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para a integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997 (data de publicação da MP 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos);
Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento do RE 638.115/CE (Ministro-Relator Gilmar Mendes), pelo Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral, acompanhado por iterativos julgados desta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos: 8.187/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 8.124/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Benjamin Zymler), 8.492/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Jorge Oliveira), 8.178/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Augusto Sherman), 8.611/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 7.999/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes), 7.816/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Raimundo Carreiro), 8.254/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Bruno Dantas), 13.963/2020-2ª Câmara (relatora: Ministra Ana Arraes), 8.319/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer) e 8.224/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto André Luís de Carvalho), entre outros;
Considerando que a parcela ora impugnada foi concedida mediante decisão administrativa, o que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE (Ministro-Relator Gilmar Mendes), feita pelo Supremo Tribunal Federal, impõe a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros;
Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;
Considerando a presunção de boa-fé do interessado;
Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, EM CONSIDERAR ILEGAL E NEGAR REGISTRO AO ATO DE APOSENTADORIA em favor de Eliana Oliveira Borges (Ato: 25908/2020) e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-008.076/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eliana Oliveira Borges (409.990.920-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:
1.7.2.1. no prazo quinze dias, contados da ciência, providencie o destaque da parcela de quinto incorporada com amparo em função comissionada exercida entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e transforme-a em Parcela Compensatória a ser absorvida por reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 638.115/CE, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
1.7.2.2. emita novo ato de aposentadoria do interessado Eliana Oliveira Borges (Ato: 25908/2020), livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
1.7.3. dar ciência deste Acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 2853/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor de Raymundo Nonato Lopes (Prefeito no período de 1/1/2009 a 31/12/2012) e Xinaik Silva de Medeiros (Prefeito no período de 1/1/2013 a 9/11/2015), em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União realizadas por meio do Termo de Compromisso 1812/2011 (peça 13), firmado entre o FNDE e o Município de Iranduba - AM, e que tinha por objeto "executar todas as atividades inerentes à construção de 1 (uma) unidade(s) de educação infantil";
Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (peças 94-96) e pelo órgão do Ministério Público junto ao TCU (peça 97, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado), nos quais restaram demonstrados i) a conclusão da obra na gestão dos gestores responsabilizados nesta TCE; ii) o funcionamento da unidade educacional; e iii) a insubsistência do débito apurado em relação ao Termo de Compromisso 1812/2011;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do RITCU, em:
a) arquivar o presente processo, com fundamento nos arts. 169, inciso VI, e 212 do RI/TCU c/c o art. 5º, caput, da IN/TCU 71/2012; e
b) informar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e aos responsáveis ou seus sucessores a prolação do presente Acórdão.

1. Processo TC-045.019/2020-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Prefeitura Municipal de Iranduba - AM (04.628.533/0001-73); Raymundo Nonato Lopes (009.427.232-87); Xinaik Silva de Medeiros (465.239.442-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Isaac Luiz Miranda Almas (12199/OAB-AM), representando Prefeitura Municipal de Iranduba - AM.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2854/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação autuada a partir do Acórdão AC2-TC 02313/2021, proferido pela Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB) ao apreciar o processo TC 15217/18, referente à análise da Chamada Pública 10.001/2018, empreendida pelo município de João Pessoa (PB), por intermédio da Secretaria da Saúde, para credenciamento de entidades para a contratação de procedimentos de oftalmologia, visando ao atendimento das necessidades da população de João Pessoa e dos municípios pactuados, encaminhada a esta Corte, em razão da utilização de recursos federais, por intermédio do Ofício 86/2022-SEC.2ª, de 21/2/2022;
Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 12 e 13, dos quais constam as evidências da não comprovação, pela Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa, da republicação do edital do Chamamento Público 10.001/2018 no exercício de 2019;
Considerando, contudo, que se trata de falha formal, sem prejuízo para o credenciamento de interessados, e à vista das medidas adotadas pela administração para regularizar o instrumento convocatório, entende-se desnecessário cientificar a unidade jurisdicionada acerca de tal omissão;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 237, inciso IV e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) deixar de dar ciência à Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa com fundamento no inciso I do parágrafo único do art. 16 da Resolução - TCU 315/2020, tendo em vista que a unidade jurisdicionada já adotou as providências corretivas em decorrência da avaliação conduzida pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba no procedimento de chamamento público e nas contratações;

c) informar ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e à Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa a prolação do presente Acórdão; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, II, do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-003.332/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2855/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial autuada por força do Acórdão 11.337/2020 proferido pela 2ª Câmara do TCU, ao apreciar a auditoria realizada, no âmbito do TC 008.664/2016-1 (Fiscobras-2016), sobre as possíveis obras de implantação dos Corredores de Transporte Público Fluvial no Recife - PE em sintonia com o Termo de Compromisso n.º 413.177-60/2013 firmado entre a então Secretaria das Cidades do Estado de Pernambuco - Secid-PE (atual Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Pernambuco - Seduh-PE) a Caixa Econômica Federal (Caixa), como mandatária da União aí representada pelo Ministério das Cidades (atual Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR);

Considerando que, no presente momento, o TCU deve apreciar a manifestação formulada pelo Estado de Pernambuco por meio do Ofício n.º 258/2022, de 12/4/2022 (Peça 328), com o subsequente pedido de arquivamento do presente processo, tendo informado, para tanto, o interesse de rescindir amigavelmente o referido Termo de Compromisso nº 413.177-60/2013, sem prejuízo de, assim, promover a devolução dos recursos federais já repassados, ao passo que o aludido interesse já teria sido comunicado, inclusive, à Caixa e ao MDR por meio do Oficio GAB/SEDUH n° 363/2022;

Considerando, por outro lado, que o Estado de Pernambuco teria apresentado a notícia de que, na sua resposta em 14/12/2021 (CE GIGOV/RE 10857/2021), a Caixa informou que, diante da existência da presente tomada de contas especial, não seria possível o parcelamento da pretendida devolução, destacando, ainda, que, por meio do Ofício Circular n.º 217/2022/GAB SMDRU de 3/3/2022, o MDR teria apontado a necessidade da aludida pretensão ser submetida ao crivo do TCU, diante da existência da presente tomada de contas especial, embora tendesse tecnicamente a concordar com o pretendido distrato;

Considerando que, ao final, o Estado de Pernambuco teria requerido a autorização do TCU para a formalização do aludido distrato amigável do Termo de Compromisso n.º 413.177-60/2013, com a devolução, se possível, parcelada dos recursos federais já repassados, promovendo o subsequente arquivamento do presente processo e do aludido TC 008.664/2016-1 (apensado);

Considerando, todavia, que o TCU deve assinalar que a aludida anuência do Tribunal não seria necessária para a adoção desses procedimentos em prol do distrato e da restituição dos repasses federais, podendo o Estado de Pernambuco promover legalmente a rescisão amigável para a extinção do referido termo de compromisso e a integral devolução dos valores federais já repassados, sem a necessidade dessa prévia anuência do TCU, até porque todo esse procedimento estaria sob a discricionariedade do ente estatal, devendo essa informação ser enviada ao órgão federal repassador e ao ente estadual beneficiado, sem prejuízo de destacar que o eventual reflexo desse procedimento sobre os processos no TCU só poderá ocorrer no futuro a partir da efetiva avaliação de toda a situação jurídica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "c" do Regimento Interno do TCU aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em receber, como mera petição, o documento apresentado à Peça 328 pelo Estado de Pernambuco para, no mérito, indeferir o correspondente pedido de arquivamento deste feito, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, sem prejuízo de prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.8 deste Acórdão:

1. Processo TC-005.208/2021-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: TC 008.664/2016-1 (AUDITORIA).
1.2. Responsáveis: Alexandre Chacon Cavalcanti (CPF 962.720.584-20); Ana Cristiane Queiroz Santos (CPF 998.470.514-53); Andréa Rodrigues Viana da Fonte (CPF 624.377.204-72); Áurea Maria da Cruz Igrejas Lopes (CPF 267.760.654- 20); Isis Bezerra Cavalcanti (CPF 028.703.684- 70); Maria de Lourdes Fernandes Campos de Oliveira (CPF 007.755.864-20).
1.3. Entidade: Estado de Pernambuco.
1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
1.7. Representação legal:
1.7.1. Antiogenes Viana de Sena Junior (OAB-PE 21.211), representando o Estado de Pernambuco; e
1.7.2. Thais Barbosa Madeira (45373/OAB-PE), representando Maria de Lourdes Fernandes Campos de Oliveira.
1.8. Providências:
1.8.1. enviar a cópia do presente Acórdão ao Estado de Pernambuco, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Desenvolvimento Regional, para ciência, informando que o Estado de Pernambuco poderia eventual e legalmente promover o procedimento da suscitada rescisão amigável para a subsequente extinção do referido Termo de Compromisso n.º 413.177-60/2013 e a integral devolução dos valores federais já repassados, sem a necessidade da cogitada anuência prévia do TCU, até porque o referido procedimento estaria sob a discricionariedade do ente estatal, sem prejuízo de destacar, todavia, que o eventual reflexo desse procedimento sobre os processos no TCU só poderá ocorrer, no futuro, a partir da efetiva avaliação de toda a situação jurídica consolidada; e
1.8.2. manter, por intermédio unidade técnica, o prosseguimento deste feito.

ACÓRDÃO Nº 2856/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda., nos termos do art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 1993, sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico n.º 19/2021 conduzido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para "a aquisição de subscrição e suporte oficial do fabricante em plataforma tecnológica para gestão e governança de serviços de informação interoperáveis baseados em arquitetura SOA da plataforma WSO2 e serviços técnicos especializados" sob o valor adjudicado de R$ 1.752.000,00;

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que a ora representante alegou, em síntese, a existência de supostas irregularidades nos atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante vencedora do certame (Heiliger Tecnologia e Software Ltda.), apontando que, dos sete atestados, seis apresentariam irregularidades tendentes a invalidar os seus aceites e, consequentemente, resultariam na desclassificação da aludida empresa;

Considerando que, após analisar as oitivas autorizadas pelo Despacho à Peça 22, a Sefti teria anotado que as manifestações do MAPA e da Heiliger Ltda. demonstrariam que teria sido promovida a devida análise sobre os atestados apresentados pela empresa vencedora do certame e teria ficado devidamente fundamentada a decisão administrativa pela improcedência do recurso administrativo então apresentado pela ora representante;

Considerando que, após a análise final do feito (Peças 51 a 52), a unidade técnica propôs o conhecimento da presente representação para, no mérito, assinalar a sua improcedência, além de indeferir os pedidos de cautelar suspensiva e de ingresso da ora representante como parte interessada no processo, promovendo o subsequente arquivamento do feito;

Considerando que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir, sem prejuízo, todavia, de destacar que, como não caberia ao TCU atuar como mera instância recursal em face de decisões tomadas pela administração pública no certame, o Tribunal pode conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada, por ausência de adequado objeto, diante da indevida tentativa de transformar o TCU em mera instância recursal no referido certame, anotando, ainda, como prejudicado o subjacente pedido de cautelar suspensiva, além de indeferir o ingresso da ora representante como parte interessada no presente processo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução TCU n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada, por ausência de adequado objeto, anotando, ainda, como prejudicado o subjacente pedido de cautelar suspensiva, além de indeferir o pedido de ingresso da ora representante como parte interessada no presente processo, sem prejuízo de prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-004.785/2022-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda. (CNPJ 26.990.812/0001-15).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
1.6. Representação legal:
1.6.1 Jonas Cecílio (OAB-DF 14.344), entre outros, representando a Heiliger Tecnologia e Software Ltda.;
1.6.2. Mariana Mello Ottoni (OAB-DF 33.989), entre outros, representando a Tecnisys Informatica e Assessoria Empresarial Ltda.
1.7. Providências:
1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à ora representante, à Heiliger Tecnologia e Software Ltda. e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para ciência; e
1.7.2. promover o arquivamento do presente processo.

ACÓRDÃO Nº 2857/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulado pela Soll - Serviços Obras e Locações Ltda., nos termos do art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 1993, sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico 7/2022 conduzido pela administração do Hospital Universitário do Piauí - UFPI junto à Ebserh para a contratação dos serviços contínuos de higienização e limpeza hospitalar, com a disponibilização de mão-de-obra qualificada, produtos de higiene e saneantes domissanitários, além de materiais, máquinas e equipamentos, sob o valor estimado de R$ 5.547.909,96, tendo o certame sido homologado sob o valor de R$ 5.539.445,19 em favor da Servfaz - Serviços de Mão-de-obra Ltda.;

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que, após a análise final do feito, a unidade técnica anotou não estar configurada a plausibilidade jurídica em nenhuma das alegações apresentadas pela ora representante e, assim, sugeriu a improcedência da presente representação, com o subsequente prejuízo ao referido pedido de cautelar suspensiva, promovendo o arquivamento do processo;

Considerando, todavia, que não caberia ao TCU atuar como mera instância recursal em face da decisão tomada anterior e originalmente pela administração pública no referido certame;

Considerando, portanto, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir, sem prejuízo, contudo, de promover o conhecimento da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada diante da indevida tentativa de transformar o Tribunal em mera instância recursal no referido certame;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, sem prejuízo de anotar como prejudicado o correspondente pedido de cautelar suspensiva, por perda de objeto, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-006.308/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Hospital Universitário do Piaui - UFPI - Ebserh.
1.2. Representante: Soll - Serviços Obras e Locações Ltda. (CNPJ 00.323.090/0001-51).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal:
1.6.1. Juliana Lima Falcão Ribeiro (OAB-RS 114.308), entre outros, representando a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh); e
1.6.2. Alexandre Dimitri Moreira de Medeiros (OAB-PE 20.305), representando a Soll - Serviços Obras e Locações Ltda.
1.7. Providências:
1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com o respectivo parecer da unidade técnica, à ora representante e à administração do Hospital Universitário do Piauí - UFPI junto à Ebserh, para ciência; e
1.7.2. promover o arquivamento do presente processo.

ACÓRDÃO Nº 2858/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Engeclinic Serviços Ltda. sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico n.º 2/2022 promovido pelo Hospital Militar de Área de Brasília para a contratação de serviços continuados em engenharia clínica, com o regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, sob o valor anual estimado de R$ 1.221.858,96;

Considerando que o TCU deve, preliminarmente, conhecer da presente representação por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que, após a análise final do feito, a unidade técnica teria evidenciado a ausência dos pressupostos para a eventual concessão da pretendida cautelar suspensiva e, adicionalmente, teria proposto o conhecimento da presente representação

para, no mérito, assinalar a sua improcedência, com o subsequente arquivamento do processo;

Considerando, portanto, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir, sem prejuízo, todavia, de conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada, por ausência de adequado objeto em face, aí, da indevida tentativa de transformar o TCU em mera instância recursal no aludido certame;

Considerando, enfim, que o TCU deve indeferir o pedido de ingresso da Engeclinic Serviços Ltda. como parte interessada neste processo, nos termos do art. 146 do RITCU, pois não subsistiria a sua razão legítima para atuar como interessada no presente feito, sem prejuízo, contudo, de deferir a obtenção de vista e cópia das peças processuais não gravadas com a eventual chancela de sigilo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU aprovado pela Resolução TCU n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada, por ausência de adequado objeto, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos neste processo, anotando, ainda, como prejudicado o subjacente pedido de cautelar suspensiva, sem prejuízo de prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-008.342/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Engeclinic Serviços Ltda. (CNPJ 04.128.433/0001-88).
1.2. Órgão: Hospital Militar de Área de Brasília.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Victor Athayde Silva (181.411/OAB-RJ), entre outros, representando a Engeclinic Serviços Ltda.
1.7. Providências:
1.7.1. indeferir o pedido de ingresso, como parte interessada no processo, formulado pela Engeclinic Serviços Ltda., nos termos do art. 146, § 1º, do RITCU, sem prejuízo, contudo, de deferir a obtenção de vista e cópia das peças processuais não gravadas com o eventual grau de sigilo;
1.7.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à ora representante e ao Hospital Militar de Área de Brasília, para ciência; e
1.7.3. promover o arquivamento do presente processo.

ACÓRDÃO Nº 2859/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Tawrus Segurança e Vigilância Ltda., nos termos do art. 113, § 1º, da Lei 8.666, de 1993, sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico n.º 2/2022 conduzido pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Rio Solimões e Afluentes (DSEI-MRSA) para a contratação dos serviços de vigilância armada, com o fornecimento de mão de obra e equipamentos, para atender às necessidades do DSEI-MRSA em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital, com os seus anexos. sob o valor estimado de R$ 1.668.709,44 (Peça 11);

Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que, após a análise final do feito (Peças 13 a 15), a unidade técnica propôs o conhecimento da presente representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU, para, no mérito, assinalar a sua improcedência, promovendo o subsequente arquivamento do processo;

Considerando, portanto, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos neste processo, sem prejuízo, contudo, de conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada, por ausência de adequado objeto, dando, ainda, por prejudicado o pedido de cautelar suspensiva, em função da indevida tentativa de transformar o TCU em mera instância recursal administrativa no referido certame;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução TCU n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada, por ausência de adequado objeto, anotando, ainda, como prejudicado o subjacente pedido de cautelar suspensiva, sem prejuízo de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-008.551/2022-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tawrus Segurança e Vigilância Ltda (CNPJ: 09.406.386/0001-00).
1.2. Órgão: Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Rio Solimões e Afluentes.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Ingrid Oliveira Rodrigues (13258/OAB-AM), representando a Tawrus Segurança e Vigilância Ltda.
1.7. Providências:
1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à ora representante e ao Distrito Sanitário Especial Indígena Médio Rio Solimões e Afluentes, para ciência; e
1.7.2. promover o arquivamento do presente processo.

ACÓRDÃO Nº 2860/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de solicitação formulada pelo Exmo. Sr. Rodrigo Antônio Tenório Correia da Silva, como Procurador da República no Estado de Pernambuco, para o envio de cópias do TC 027.943/2010-0, TC 030.171/2014-8 e TC 025.312/2015-4;

Considerando que o TCU pode receber a presente solicitação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que a SecexDefesa (Peças 6 e 7) concordou com o parecer da SeinfraPortoFerrovia (Peças 4 e 5) no sentido de promover o envio das informações solicitadas;

Considerando, enfim, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir, deferindo o correspondente pedido do ilustre solicitante;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a" do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em receber a solicitação ora apresentada ao TCU e deferir o pedido para o envio da integral cópia, em meio eletrônico, do TC 027.943/2010-0, TC 030.171/2014-8 e TC 025.312/2015-4, sem prejuízo de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.5 deste Acórdão:

1. Processo TC-007.632/2022-3 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
1.4. Representação legal: não há.
1.5. Providências:
1.5.1. promover o envio da integral cópia, em meio eletrônico, do TC 027.943/2010-0, TC 030.171/2014-8 e TC 025.312/2015-4, informando o ilustre solicitante sobre a necessidade de assegurar a salvaguarda do sigilo em favor de todas as peças gravadas sob essa chancela, nos termos do art. 25 da Lei n.º 12.527, de 2011; e
1.5.2. promover o encerramento do presente processo pelo definitivo apensamento ao TC 030.171/2014-8, nos termos do art. 169 do RITCU.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 5 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 07 de junho de 2022.

(Assinado eletronicamente)

BRUNO DANTAS
Presidente

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)
ACÓRDÃOS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.583 **(1)**

ORIGEM	: 6583 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
REQTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO - ASSEMAE
ADV.(A/S)	: IVO TEIXEIRA GICO JUNIOR (15396/DF)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA PURIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E EM SERVIÇOS DE ESGOTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDIÁGUA/RS
ADV.(A/S)	: GILMAR STELO (25378/RS)
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS - FNU
ADV.(A/S)	: LUIZ ALBERTO GURJAO SAMPAIO DE CAVALCANTE ROCHA (11404/PA)
AM. CURIAE.	: FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS - FISENGE
ADV.(A/S)	: DANIELE GABRICH GUEIROS (80645/RJ)
AM. CURIAE.	: MUNICÍPIO DE GUARULHOS
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GUARULHO
AM. CURIAE.	: MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES
AM. CURIAE.	: MUNICÍPIO DE ITAPEVI
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI
AM. CURIAE.	: MUNICÍPIO DE ALVARO DE CARVALHO
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ÁLVARO DE CARVALHO

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização de sustentação oral, o julgamento foi suspenso. Falou, pelo interessado Presidente da República, o Ministro Bruno Bianco, Advogado-Geral da União. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 24.11.2021.

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Presidente e Relator), que julgava improcedente o pedido formulado na ação direta; e do início do voto do Ministro Nunes Marques, o julgamento foi suspenso. Falou, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República. Ausente, justificadamente, o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 25.11.2021.

Decisão: Após o voto do Ministro Nunes Marques, que: a) não conhecia da ADI 6.583; b) conhecia parcialmente das ações diretas 6.492 e 6.536 e, na parte conhecida, julgava-as improcedentes; e c) conhecia integralmente da ADI 6.882, julgando-a improcedente; do voto do Ministro Alexandre de Moraes, que acompanhava o voto do Ministro Luiz Fux (Presidente e Relator), julgando improcedentes as ações; e do início do voto do Ministro Edson Fachin, o julgamento foi suspenso. Ausente, justificadamente, o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 1º.12.2021.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Ministro Luiz Fux (Presidente e Relator), vencidos parcialmente os Ministros Edson Fachin, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski. Nesta assentada, o Ministro Nunes Marques reajustou seu voto para acompanhar, na íntegra, o Relator. Plenário, 2.12.2021.

Ementa: AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.492, 6.536, 6.583 E 6.882. DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E REGULATÓRIO. LEI 14.026/2020. ATUALIZAÇÃO DO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO. RENOVAÇÃO EM QUATRO LEIS FEDERAIS - NA LEI 9.984/2000, QUE INSTITUIU A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA); NA LEI 10.768/2003, QUE DISPÕE SOBRE O QUADRO FUNCIONAL DA ANA; NA LEI 11.107/2005, A LEI DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS; E, PRINCIPALMENTE, NA LEI 11.445/2007, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES NACIONAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE POSITIVO. MÉRITO. QUATRO PREMISSAS TEÓRICAS. (A) DISCIPLINA CONSTITUCIONAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO. (B) FUNCIONALIDADE E ATRIBUTOS ECONÔMICOS DO SANEAMENTO. (C) REALIDADE BRASILEIRA À LUZ DA REDAÇÃO ORIGINAL DA LEI 11.445/2007. DESATENDIMENTO ÀS ESSENCIALIDADES SANITÁRIAS. (D) OBJETIVOS SETORIAIS DA LEI 14.026/2020. TEMÁTICAS APRECIADAS. PRIMEIRO PILAR DA LEI 14.026/2020. (1) OS INSTRUMENTOS DE PRESTAÇÃO REGIONALIZADA VERSUS A AUTONOMIA POLÍTICA E FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS. CONSTITUCIONALIDADE DOS INSTITUTOS LEGAIS DE COOPERAÇÃO. SEGUNDO PILAR DA LEI 14.026/2020. (2) A MODELAGEM CONTRATUAL QUE DETERMINOU A CONCESSÃO OBRIGATÓRIA E, AO MESMO TEMPO, A VEDAÇÃO AO CONTRATO DE PROGRAMA. CONTRAPONTOS: "ESVAZIAMENTO" DA AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DOS MUNICÍPIOS E DESRESPEITO A ATOS JURÍDICOS PERFEITOS. IMPROCEDÊNCIA. DEFASAGEM E ACOMODAÇÃO GERADAS PELO CONTRATO DE PROGRAMA. TERCEIRO PILAR DA LEI 14.026/2020. (3) O ROBUSTECIMENTO DA INSTÂNCIA FEDERAL PARA A COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO. ALEGAÇÕES: VÍCIO FORMAL ORIGINÁRIO NA ATRIBUIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS FISCALIZATÓRIAS E SANCIONADORAS À AGÊNCIA; E ABUSO DE PODER NO PROCEDIMENTO CONDICIONANTE À ELEGIBILIDADE PARA AS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS. IMPROCEDÊNCIA. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TUTELA DA SEGURANÇA JURÍDICA, EM FACE DOS ARTS. 13 E 14 DA LEI 14.026/2020. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE CONHECIDAS E, NO MÉRITO, JULGADAS IMPROCEDENTES.

Secretaria Judiciária

PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução 1.135, de 24 de março de 2022, publicada no D.O.U de 31 de março de 2022 - Seção 1, páginas 441 e 442, no art. 3, Inciso IX, onde se lê: "IX - Índice de Nulidade Mensal dos Autos de Infração (INMAI): índice obtido a partir da divisão do somatório da quantidade de autos julgados nulos, em primeira (Câmara do Crea), segunda (Plenário do Crea) e terceira instância (Plenário do Confea), pelo somatório do total de autos lavrados no mês."; leia-se: "IX - Índice de Nulidade Mensal dos Autos de Infração (INMAI): índice obtido a partir da divisão do somatório da quantidade de autos julgados nulos, em primeira (Câmara do Crea), segunda (Plenário do Crea) e terceira instância (Plenário do Confea), pelo somatório do total de autos julgados no mês.". No art 6º, onde se lê: "Art. 6º A peça de Planejamento a longo prazo do Confea deverá complementar as diretrizes e as metas do Programa, com os resultados alcançados com a sua execução."; leia-se; "Art. 6º A peça de Planejamento a longo prazo do Confea deverá contemplar as diretrizes e as metas do Programa, com os resultados alcançados com a sua execução."

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 30 DE MAIO DE 2022

Institui os valores máximos (tetos) das anuidades para o exercício financeiro 2023.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei n° 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 6º, alínea "I" da Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971 e o disposto no artigo 6º, inciso XV do Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977, que conferem ao Conselho Federal de Psicologia a competência de aprovar o valor das anuidades devidas pelos profissionais aos Conselhos Regionais a que estejam jurisdicionados;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n° 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças - APAF, realizada nos dias 29 e 30 de abril de 2022, que deliberou pela correção dos valores máximos a serem definidos para o exercício 2023;

CONSIDERANDO a decisão do XVIII Plenário em sessão realizada nos dias 20 e 21 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Instituir os valores máximos (tetos) para a definição dos valores das anuidades no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia para o exercício financeiro de 2023.

Art. 2º O teto da anuidade para 2023 de pessoa física será de R$ 744,57 (setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 3° O teto da anuidade para 2023 de pessoas jurídicas, conforme o capital social, terá os seguintes valores:

a) até 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 845,06 (oitocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos);

b) acima de 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.682,57 (um mil seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos);

c) acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 2.520,04 (dois mil quinhentos e vinte reais e quatro centavos);

d) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 3.357,53 (três mil trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos);

e) acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 4.195,02 (quatro mil cento e noventa e cinco reais e dois centavos);

f) acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 5.032,51 (cinco mil trinta e dois reais e cinquenta e um centavos);

g) acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 6.707,49 (seis mil setecentos e sete reais e quarenta e nove centavos).

Art. 4º Caberá a cada Conselho Regional, respeitada sua autonomia administrativa e financeira e os limites dos estabelecidos pela presente resolução, realizar seu planejamento orçamentário e financeiro para o exercício financeiro de 2023, de acordo com as normas e disposições específicas da matéria e propor à Assembleia Geral Regional o valor das anuidades que atenda às necessidades financeiras da Autarquia.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA SANDRA FERNANDES ARCOVERDE NOBREGA
Conselheira-Presidente

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ

RESOLUÇÃO CREMEC Nº 58, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a extinção da Seccional Centro Sul do Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará - CREMEC e revoga a Resolução N.º 41/2010.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei de Nº 3.268/57, de 30.09.57, regulamentada pelo Decreto Nº 44.045/58;

Considerando a necessidade de dinamizar os procedimentos de fiscalização do exercício profissional;

Considerando a necessidade de otimização de custo relativo à manutenção das Seccionais;

Considerando a responsabilidade fiscal com relação às despesas realizadas;

Considerando o disposto na Resolução CFM n.º 1.367/93, do Conselho Federal de Medicina;

Considerando, por fim, o decidido na sessão plenária do CREMEC de 01 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º - Extinguir a Seccional Centro Sul do CREMEC sediada no Município de Iguatu.

Art. 2º - O fechamento da Seccional Centro Sul do CREMEC ocorrerá no dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CREMEC N.º 41/2010.

Art. 4º - Os casos omissos serão decididos pela Diretoria deste CREMEC.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO NEVES FEITOSA
Presidente do Conselho

ROBERTO DA JUSTA PIRES NETO
Secretário-Geral

